



POSLIN-UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

CORA ELENA GONZALO ZAMBRANO

ACOLHER ENTRE LÍNGUAS: representações linguísticas em políticas de acolhimento para migrantes venezuelanos em Roraima

BELO HORIZONTE
2021

CORA ELENA GONZALO ZAMBRANO

ACOLHER ENTRE LÍNGUAS: representações linguísticas em políticas de acolhimento para migrantes venezuelanos em Roraima

Versão Final

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Linguística Aplicada.

Orientador: Leandro Rodrigues Alves Diniz

BELO HORIZONTE

2021

Z24a

Zambrano, Cora Elena Gonzalo.

Acolher entre línguas [manuscrito] : representações linguísticas em políticas de acolhimento para migrantes venezuelanos em Roraima / Cora Elena Gonzalo Zambrano. – 2021.

226 f., enc.: il., tabs (t&b) (color)

Orientador: Leandro Rodrigues Alves Diniz.

Área de concentração: Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Ensino/Aprendizagem de Línguas.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 205-219.

Apêndices: f. 220-226.

1. Linguística aplicada – Teses. 2. Aquisição de segunda linguagem – Teses. 3. Linguagem e cultura – Teses. 4. Língua portuguesa – Estudo e ensino – Falantes estrangeiros – Teses. I. Diniz, Leandro Rodrigues Alves. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 469.07



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

Acolher entre línguas: representações linguísticas em políticas de acolhimento para migrantes venezuelanos em Roraima

CORA ELENA GONZALO ZAMBRANO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA APLICADA, linha de pesquisa Ensino/Aprendizagem de Línguas Estrangeiras.

Aprovada em 15 de dezembro de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Leandro Rodrigues Alves Diniz - Orientador

UFMG

Prof(a). Carolina Moulin Aguiar

UFMG

Prof(a). Marília Lima Pimentel Cotinguiba

UNIR

Prof(a). Laura Fortes

UNILA

Prof(a). Helena Regina Esteves de Camargo

Unicamp

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2021.

Documento assinado eletronicamente por **Leandro Rodrigues Alves Diniz, Professor do Magistério Superior**, em 16/12/2021, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Carolina Moulin Aguiar, Professora do Magistério Superior**, em 16/12/2021, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Laura Fortes, Usuário Externo**, em 16/12/2021, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Marília Lima Pimentel Cotinguiba, Usuária Externa**, em 20/12/2021, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Helena Regina Esteves de Camargo, Usuária Externa**, em 06/01/2022, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1099033** e o código CRC **88FCD79F**.

*Dedico este trabalho à minha família,
especialmente à minha mãe, à minha filha e ao
meu marido, meus maiores incentivadores.*

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é a Deus, a quem agradeço pela minha saúde, pela minha família e por proporcionar tantas oportunidades em minha vida. Sou grata à minha família pelo apoio incondicional nesta jornada, pela compreensão naqueles momentos em que estava um pouco ausente devido aos compromissos acadêmicos.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais pela vaga em tão renomado Programa de Pós-Graduação; aos professores, que com sabedoria e humildade guiaram-me na trajetória acadêmica, mostrando-me novos caminhos, novos desafios. Em especial, ao meu orientador, professor Leandro Diniz, que me ajudou no processo de amadurecimento científico e não se limitou às orientações desta tese, mas brindou outras oportunidades de pesquisas e trabalhos na área de PLA, sempre com seriedade e profissionalismo.

Agradeço aos colegas do POSLIN, com quem compartilhei momentos maravilhosos em Minas Gerais, pessoas que estão sempre prontas a colaborar, compartilhando angústias e alegrias. À minha amiga Marina, que se tornou uma irmã acadêmica. Aos meus colegas Leonardo, Alexandra, Camila, Natália, Beatriz e tantos outros com quem tive a sorte de compartilhar momentos especiais. Também agradeço ao Grupo de Estudos em Português Língua Adicional (GEPPLA) da UFMG, do qual fiz parte em 2019 e 2020.

Sou grata à professora Rosangela Morello (IPOL), parecerista do meu projeto definitivo, pela sua leitura cuidadosa e seus valiosos comentários. Da mesma forma, agradeço às professoras Carolina Moulin (UFMG) e Laura Fortes (UNILA) pela colaboração durante o exame de qualificação, pois a leitura atenta e as importantes sugestões foram cruciais para a finalização desta tese. Da mesma forma, agradeço a todas as professoras (titulares e suplentes) que fizeram parte da minha banca de defesa.

Sou grata à Universidade Estadual de Roraima por me conceder o afastamento para que eu pudesse passar o tempo necessário em Belo Horizonte durante o período das disciplinas na UFMG. Diretamente aos meus colegas professores do curso de Letras que sempre torceram por mim, especialmente: Fernanda, Socorro, Cristiani, Isabella, Nilmara, Marinalva, meu muito obrigada.

Aos meus amigos e ex-professores da UFRR sou muito grata pelo apoio, em especial minha amiga Naira Lamarão e minha ex-orientadora Déborah Brito. Também a meu parceiro de pesquisas, Marcus Vinícius.

Aos participantes desta pesquisa, pessoas que foram essenciais durante a geração de registros e em todo o processo de análise. E às instituições que abriram suas portas para receber esta pesquisadora. A todos os venezuelanos que me inspiraram desde o início do meu projeto até o resultado final.

A todos aqueles que acolhem com pequenos gestos, com pequenas atitudes e que fazem a diferença na vida das pessoas.

MUITO OBRIGADA!

*"Somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes
Es más mío lo que sueño que lo que toco"*

Jorge Drexler

RESUMO

Esta pesquisa está inserida na área da Linguística Aplicada Indisciplinar e Transgressiva (MOITA LOPES, 2006), tendo como cenário a migração forçada por sobrevivência (BETTS, 2010) de venezuelanos em Roraima, especificamente nos municípios de Boa Vista e de Pacaraima. O objetivo principal é compreender os vínculos entre as representações sobre as línguas e as políticas linguísticas em funcionamento em ações e serviços voltados para venezuelanos em Roraima, bem como identificar de que maneira são abordados os direitos linguísticos (ABREU, 2020) nessas políticas. Os objetivos específicos são: (i) analisar de que maneira são tratados os direitos linguísticos dos migrantes em documentos relativos a políticas para o acolhimento de venezuelanos em Roraima; (ii) analisar as representações sobre as línguas por parte dos que participam da implementação de políticas para migrantes venezuelanos no estado; (iii) analisar as representações sobre as línguas por parte de venezuelanos que participam de políticas para acolhimento de migrantes em Roraima; (iv) compreender de que maneira essas representações impactam os processos de implementação das políticas de acolhimento; (v) discutir em que medida são respeitados os direitos linguísticos dos migrantes nessas políticas de acolhimento. Para atingir tais objetivos, usei a metodologia qualitativa e interpretativista, com ampla pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A geração de registros ocorreu em três fases diferentes: a primeira, com o levantamento documental específico sobre ações de acolhimento realizadas a partir do aumento da demanda dos venezuelanos em Roraima. A segunda, por meio de entrevistas semiestruturadas com funcionários públicos das esferas federal, estadual e municipal (Boa Vista e Pacaraima). A última etapa foi a execução de uma atividade de grupo focal, cujo público alvo foram alunos de um curso de Português como Língua de Acolhimento. Nesta fase, adotei a pesquisa narrativa, por meio da análise de narrativas orais registradas durante o grupo focal. Os resultados apontam o apagamento dos sujeitos migrantes forçados e de seus direitos linguísticos em algumas ações de acolhimento, bem como a presença de políticas linguísticas implícitas e explícitas influenciadas por representações, tanto em documentos oficiais como em práticas sociais. Entre essas representações, está a da língua espanhola como sendo de fácil compreensão e entendimento de todos no município de Pacaraima, fronteira com a Venezuela, o que negligencia a necessidade de uma política linguística específica em ensino-aprendizagem de espanhol destinada aos servidores públicos que prestam serviços aos migrantes forçados por sobrevivência. Outra representação é a de que são os migrantes que devem aprender a língua portuguesa, o que dificulta o acolhimento por parte de alguns profissionais da área de saúde. Resoluções dos Conselhos Estadual e Municipal de Educação mostram políticas de acolhimento que podem excluir alguns migrantes forçados em Roraima, deixando clara a hospitalidade condicional (DERRIDA, 2000) presente nas políticas de acolhimento. Minha proposta é promover ações de acolhimento *entre línguas*, um acolhimento que respeite os direitos linguísticos dos migrantes forçados, incentivando ações de acolhimento nas diversas línguas que fazem parte do repertório desses sujeitos, sem permitir que a língua portuguesa seja a única nem a mais importante nesse meio. Nesse sentido, o acolhimento entre línguas também significa valorizar o pensamento fronteiriço (MIGNOLO, 2008, 2013) no uso das línguas, encorajando o translinguajamento.

Palavras-chave: Migração forçada. Políticas Linguísticas. Acolhimento. Venezuelanos. Representações Linguísticas.

RESUMEN

Esta investigación está insertada en el área de la Lingüística Aplicada Indisciplinar y Transgresiva (MOITA LOPES, 2006), teniendo como escenario la migración forzada por sobrevivencia (BETTS, 2010) de venezolanos en Roraima, específicamente en los municipios de Boa Vista y de Pacaraima. El objetivo principal es comprender los vínculos entre las representaciones sobre las lenguas y las políticas lingüísticas en funcionamiento en acciones y servicios destinados a venezolanos en Roraima, así como identificar de qué manera son abordados los derechos lingüísticos (ABREU, 2020) en esas políticas. Los objetivos específicos son: (i) identificar y analizar de qué manera son tratados los derechos lingüísticos de los migrantes en documentos relativos a políticas para la acogida de venezolanos en Roraima; (ii) identificar y analizar las representaciones sobre las lenguas por parte de los que participan de la implementación de políticas para migrantes venezolanos en el estado; (iii) identificar y analizar las representaciones sobre las lenguas por parte de venezolanos que participan de políticas para acogida de migrantes en Roraima; (iv) comprender de qué manera esas representaciones impactan los procesos de implementación de políticas de acogida; (v) discutir en que medida son respetados los derechos lingüísticos de los migrantes en esas políticas. Para alcanzar tales objetivos, usé la metodología cualitativa e interpretativista, con amplia investigación bibliográfica, documental y de campo. La generación de registros ocurrió en tres fases diferentes: la primera, con el levantamiento documental específico sobre acciones de acogida realizadas a partir del aumento de la demanda de venezolanos en Roraima. La segunda, por medio de entrevistas semiestructuradas con funcionarios públicos de las esferas federal, estatal y municipal (Boa Vista y Pacaraima). La última etapa fue la ejecución de una actividad de grupo focal, cuyo público meta fueron alumnos de un curso de portugués como Lengua de Acogida. En esta fase, adopté la investigación narrativa, a través de análisis de narrativas orales registradas durante el grupo focal. Los resultados apuntan para la invisibilidad de los sujetos migrantes forzados y de sus derechos lingüísticos en algunas acciones de acogida, además de la presencia de políticas lingüísticas implícitas y explícitas influenciadas por representaciones, tanto en documentos oficiales como en prácticas sociales. Entre esas representaciones, está la de la lengua española como siendo de fácil comprensión y entendimiento de todos en el municipio de Pacaraima, frontera con Venezuela, lo que negligencia la necesidad de una política lingüística específica en enseñanza-aprendizaje de español destinada a los servidores públicos que prestan servicios a los migrantes forzados por sobrevivencia. Otra representación es la de que son los migrantes quienes deben aprender la lengua portuguesa, lo que dificulta la acogida por parte de algunos profesionales del área de salud. Resoluciones de los Consejos Estatal y Municipal de Educación muestran políticas de acogida que pueden excluir algunos migrantes forzados en Roraima, dejando clara la hospitalidad condicional (DERRIDA, 2000) presente en las políticas de acogida. Mi propuesta es promover acciones de acogida *entre lenguas*, una acogida que respete los derechos lingüísticos de los migrantes forzados, incentivando acciones de acogida en las diversas lenguas que hacen parte del repertorio de esos sujetos, sin permitir que la lengua portuguesa sea la única ni la más importante en ese medio. En ese sentido, la acogida entre lenguas también significa valorar el pensamiento fronterizo (MIGNOLO, 2008, 2013) en el uso de las lenguas, incentivando el translenguajeo.

Palabras clave: Migración forzada. Políticas Lingüísticas. Acogida. Venezolanos. Representaciones Linguísticas.

ABSTRACT

This research is inserted in the field of Indisciplinary Applied Linguistics and Transgressive Applied Linguistics (MOITA LOPES, 2006), having as scenario the forced migration for survival (BETTS, 2010) of Venezuelan citizens in Roraima, specifically in the municipalities of Boa Vista and Pacaraima. The main objective is to understand the links between representations about languages and language policies at work in actions and services aimed at Venezuelans in Roraima, as well as to identify how language rights (ABREU, 2020) are addressed in these policies. The specific objectives are: (i) to identify and analyze how the language rights of migrants are addressed in documents concerning policies for the welcome of Venezuelans in Roraima; (ii) to identify and analyze the representations about languages by those involved in the implementation of policies for Venezuelan migrants in the state; (iii) identify and analyze the representations about languages by Venezuelans who participate in policies for the welcome of migrants in Roraima; (iv) understand how these representations impact the implementation processes of the welcoming policies; (v) to discuss the extent to which the linguistic rights of migrants are respected in these welcoming policies. To achieve these goals, I used the qualitative and interpretativist methodology, with extensive bibliographic, documentary and field research. The generation of records occurred in three different phases: the first, with the specific documentary survey on the actions of reception carried out from the increased demand of Venezuelans in Roraima. The second, through semi-structured interviews with civil servants from the federal, state and municipal spheres (Boa Vista and Pacaraima). The last step was the execution of a focus group activity, whose target audience were students of a Portuguese as a Welcome Language course. In this phase, I adopted narrative research, through the analysis of oral narratives recorded during the focus group. The results point to the erasure of forced migrant subjects and their linguistic rights in some welcoming actions, as well as the presence of implicit and explicit language policies, both in official documents and in social practices. Among these representations is that of the Spanish language as being easy to understand and comprehend for everyone in the municipality of Pacaraima, bordering Venezuela, which neglects the need for a specific language policy in Spanish teaching-learning aimed at public servants who provide services to forced migrants for survival. Another representation is that it is the migrants who must learn the Portuguese language, which makes it difficult for some health professionals to welcome them. Resolutions of the State and Municipal Councils of Education show welcoming policies that may exclude some forced migrants in Roraima, making clear the conditional hospitality (DERRIDA, 2000) present in the welcoming policies. My proposal is to promote actions of welcome among *languages*, a welcome that respects the linguistic rights of forced migrants, encouraging welcome actions in the several languages that are part of the repertoire of these subjects, without allowing the Portuguese language to be the only or the most important one in this environment. Welcome among languages is also to value border thinking (MINGOLO, 2008, 2013) in the use of languages, encouraging translanguaging.

Keywords: Forced migration. Language Policies. Host. Venezuelans. Linguistic Representations.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Interiorização por estado.....	102
FIGURA 2 - Curso de redação UFRR.....	108
FIGURA 3 - Circuito de palestras.....	111
FIGURA 4 - Missa online em espanhol.....	112
FIGURA 5 - Campanha para prevenção da COVID19 em língua warao.....	113
FIGURA 6 - COVIBOOK usado pela prefeitura de Boa Vista.....	115
FIGURAS 7 e 8 - Versão impressa pela prefeitura de Boa Vista.....	116
FIGURA 9 - Capa da cartilha para atendimento em saúde.....	117
FIGURA10 - Sumário da cartilha.....	118
FIGURA 11 - Comunicado da Secretaria de Educação de Pacaraima.....	130
FIGURA 12 - Propaganda das eleições municipais 2020.....	170
FIGURAS 13 e 14 - Placas bilíngues em parques infantis.....	193
FIGURA 15 - Placa bilíngue em escola municipal.....	196

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Fronteiras internacionais de Roraima.....	22
MAPA 2 - Localização dos municípios de RR.....	49
MAPA 3 - Terras indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol.....	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Solicitações de refúgio segundo a nacionalidade.....	41
TABELA 2 - Alunos estrangeiros na Rede Municipal de Pacaraima.....	56
TABELA 3 - Atendimento de saúde em Boa Vista.....	60

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Línguas presentes em Roraima.....	50
QUADRO 2 – Entrevistas realizadas.....	63
QUADRO 3 – Letra de música para acolhimento.....	103

LISTA DE SIGLAS

- ACNUR** – Agência da ONU para refugiados
CNIg – Conselho Nacional de Imigração
FMI – Fundo Monetário Internacional
IES – Instituição de Ensino Superior
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
LA – Linguística Aplicada
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LSV – Língua de Sinais Venezuelana
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
OIM – Organização Internacional para as Migrações
OPED – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDVSA - Petróleos de Venezuela S. A.
PF – Polícia Federal
PIB – Produto Interno Bruto
PPGL – Programa de Pós-Graduação em Letras
RR – Roraima
UERR – Universidade Estadual de Roraima
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
Um relato pessoal.....	19
Cenário da pesquisa.....	21
Perguntas, objetivos e justificativa de pesquisa.....	28
1 – PROCESSO MIGRATÓRIO EM RORAIMA	33
1.1 Economia e política venezuelana até a crise atual	32
1.2 Migração transfronteiriça	38
1.3 Migração forçada por sobrevivência	42
2 – ARCABOUÇO METODOLÓGICO	46
2.1 Roraima: cenário da pesquisa	48
2.1.1 Pacaraima	55
2.1.2 Boa Vista.....	57
2.2 Procedimentos de geração de registros	61
2.2.1 Levantamento documental	61
2.2.2 Entrevistas semiestruturadas	62
2.2.3 Narrativas orais por meio de grupo focal.....	64
2.3 Participantes da pesquisa	67
3 – DA COLONIALIDADE ÀS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O ACOLHIMENTO ENTRE LÍNGUAS	69
3.1 Linguística Aplicada e decolonialidade	69
3.2 Acolher entre línguas.....	72
3.3 Representações linguísticas.....	78
3.3.1 Representações sobre a língua espanhola no Brasil: a língua do “invasor” invasor em Roraima	80
3.3.2 Xenofobia, hospitalidade condicional e <i>gentilezas brutas</i>	83
3.4 Status das línguas e direitos linguísticos.....	85
3.5 Políticas Linguísticas	90
3.5.1 Políticas linguísticas e representações	93
3.5.2 Paisagens linguísticas como políticas de fato	97

4 – POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO: ENTRE O ACOLHIMENTO EM PORTUGUÊS E O ACOLHIMENTO ENTRE LÍNGUAS	99
4.1 Políticas de acolhimento em Roraima	99
4.2 Acolhimento em português.....	104
4.3 Acolhimento <i>entre línguas</i>	112
5 - REPRESENTAÇÕES LINGUÍSTICAS: DA SAÚDE À ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RORAIMA	121
5.1 Representações e políticas linguísticas em Pacaraima	122
5.2 Políticas de acolhimento na saúde: Governo de Roraima.....	138
5.2.1 Políticas de acolhimento na atenção primária de Boa Vista	140
5.3 Políticas de acolhimento na educação	147
5.3.1 Políticas de acolhimento na educação de Boa Vista	156
5.4 Políticas de acolhimento na assistência social	161
6- REPRESENTAÇÕES LINGUÍSTICAS DE MIGRANTES VENEZUELANOS.....	168
6.1 Privilégios: representação do invasor	169
6.2 Representações: língua espanhola x língua portuguesa x outras línguas	174
6.2.1 Representações dos venezuelanos em Roraima	176
6.3 Representação do invasor: a xenofobia.....	181
6.4 Políticas linguísticas horizontais e representações sobre o português.....	188
6.5 Paisagens linguísticas como política	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS.....	205
APÊNDICES.....	220

APRESENTAÇÃO

UM RELATO PESSOAL

Preciso iniciar este texto falando de mim, de um pouco da minha história e da minha trajetória no Brasil. Um país que me recebeu de braços abertos, como o Cristo Redentor. Vim com minha família para passar apenas dois anos no Rio de Janeiro, enquanto meu pai fazia pós-graduação, quando eu tinha três anos de idade. Na época, minha mãe estava grávida, e meu irmão mais novo acabou por nascer em terras cariocas. Até então, estávamos no país com visto temporário (pela condição de estudante do meu pai) e, com o nascimento, tivemos direito à residência permanente. Porém, nosso objetivo não era a migração, até porque o Brasil atravessava uma grave crise econômica, e, na Venezuela, tínhamos uma vida tranquila. Assim, no período previsto, retornamos à nossa cidade, Puerto Ordaz, localizada a aproximadamente 750 quilômetros da fronteira com o Brasil, no Estado de Bolívar.

Sete anos mais tarde, meu pai decidiu ir novamente ao Rio de Janeiro para estudar. Eu já era adolescente e consegui me adaptar muito bem à nova realidade, apesar das dificuldades iniciais com a língua: eu não falava português, apenas lembrava de algumas poucas palavras adquiridas na primeira vez em que morei no Rio, quando meu contato com a língua portuguesa era, em sua maioria, por meio da televisão, já que eu não frequentava a escola, e em casa conversávamos somente em espanhol. A língua adicional ensinada na escola era a francesa, e eu não tive nenhum tipo de instrução em português, o que gerou certa confusão na minha cabeça.

Pela primeira vez na minha vida escolar, tive uma nota vermelha – em língua portuguesa, no primeiro bimestre; – a partir de então, disse a mim mesma que isso não se repetiria. Meus colegas sempre me ajudavam, com bastante carinho e sem críticas. Ao final do curso do meu pai, os planos mudaram: queríamos permanecer no Brasil, mas ao mesmo tempo perto da Venezuela. Assim, em 1997, fomos morar em Boa Vista – Roraima (RR), a 220 km da fronteira com a Venezuela. Dessa forma, visitávamos nossa família com frequência e também passeávamos pela Gran Sabana, uma região venezuelana cheia de belezas naturais que atraem turistas do mundo inteiro¹.

¹ Santa Elena de Uairén, localizada a 15 quilômetros da linha fronteira com o Brasil, é a sede do Município Gran Sabana, onde se encontra o Parque Nacional Canaima, declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1994. Em seus mais de 30 mil quilômetros quadrados, estão o Monte Roraima e o Salto Angel, além de cachoeiras de águas cristalinas.

Na escola, eu era a única venezuelana e acredito que a única estrangeira também, já que Boa Vista era uma cidade pequena, quase não atraía turistas nem migrantes internacionais. Em Roraima, apesar de me tratarem muito bem, meus colegas riam do meu sotaque, que ainda carregava marcas do espanhol, mas eu nunca me incomodei com isso, pelo contrário, fazia questão de aprender com os “erros”. Quando estava cursando o segundo ano do Ensino Médio, minhas amigas iam para minha casa para estudar português, pois eu conseguia entender regras gramaticais que para elas eram muito difíceis. Foi assim que o português entrou na minha vida e o Brasil me acolheu. Minha família nunca foi discriminada e sempre conversávamos em espanhol em casa e na rua.

Quando terminei o ensino médio, retornei à minha cidade natal para fazer faculdade na conceituada Universidade Católica Andrés Bello, mas não me acostumei; parecia que não mais pertencia àquele lugar! Por isso, acabei voltando e cursei o Ensino Superior em Boa Vista, na Universidade Federal de Roraima. Depois de formada, fui morar na fronteira; primeiramente, do lado venezuelano e, depois, em Pacaraima (Brasil). Aquele ambiente fronteiriço era muito agradável, uma mistura de línguas e culturas, um clima de colaboração mútua entre duas cidades pequenas, ambas sem criminalidade. O que não havia em uma cidade podia ser encontrado na outra, sem rivalidade, sem discriminação que gerasse grandes conflitos na região.

No entanto, a partir de 2015, aproximadamente, quando Roraima começou a receber muitos migrantes venezuelanos, a realidade mudou. É necessário esclarecer que essa é a minha visão enquanto moradora da região, pessoa comum que viveu todas as mudanças do estado nos últimos anos. Em 2015, eu ainda residia em Pacaraima e viajava quase semanalmente para Boa Vista por questões de trabalho e estudo, portanto, acompanhei as mudanças nas duas cidades. O primeiro lugar que viu as transformações foi Pacaraima; muitos venezuelanos passaram a buscar emprego do lado brasileiro, pois, na Venezuela, a inflação consumia todo o salário. As compras de gêneros alimentícios – que, em sua maioria, eram antes feitas em Santa Elena, pelos preços mais atrativos – passaram a ocorrer em Pacaraima, devido, principalmente, à escassez de produtos básicos no país vizinho. Logo os venezuelanos passaram a buscar a subsistência em Boa Vista, cidade maior, com mais oportunidades, embora Pacaraima continuasse cada vez com mais demandas na saúde e na educação. As cidades do estado começaram a ter pessoas morando na rua, fato que não acontecia antes.

Em 2017, fui morar em Boa Vista novamente, e comecei a notar que a nova realidade trazida pela migração estava gerando alguns conflitos. Junto com os problemas sociais,

percebi o preconceito com relação aos falantes de espanhol que já eram escutados em todos os lugares: praças, escolas, comércios, postos de saúde. Foi quando passei a evitar falar língua espanhola em espaços públicos, porque senti que os olhares de desconhecidos ao me escutarem falando minha língua materna mudaram. Certa vez, enquanto minha mãe e eu conversávamos tranquilamente na sala de espera de um consultório médico particular, percebi que a senhora sentada ao lado direito fez uma cara de reprovação e mudou de cadeira. Em outra ocasião, minha mãe estava na fila para realizar o pagamento das compras no supermercado, quando um idoso passou na frente dela e ela reclamou. O cidadão, de nacionalidade brasileira, afirmou que tinha direito por ser idoso; no entanto, minha mãe também se apresentou como idosa. Ao escutar a fala da minha mãe, o homem percebeu que ela era venezuelana, o que gerou vários comentários xenofóbicos por parte dele, como: “Esses venezuelanos acham que têm mais direitos do que a gente! Onde já se viu isso?”. Apesar da discussão, o brasileiro não cedeu a vez. Essas foram apenas algumas das atitudes preconceituosas vivenciadas por mim ou por minha família.

Finalizo aqui meu relato pessoal, deixando claro que foi minha vivência no estado de Roraima que motivou o desenvolvimento deste trabalho, cujo tema pode não ser totalmente estranho para mim, mas também não é minha realidade diária, por eu não ser uma migrante forçada por sobrevivência². No entanto, tenho amigos e parentes que estão na condição de migrantes forçados e, em certa medida, acompanho os problemas enfrentados por eles.

Na continuação, apresento o cenário da região fronteira Brasil/Venezuela/Guiana, enfocando as cidades de Pacaraima e Boa Vista, no estado de Roraima, bem como as línguas que nele circulam. Posteriormente, apresento problema, justificativa, objetivos e perguntas de pesquisa.

CENÁRIO DA PESQUISA

Três países vizinhos na região norte do Brasil, com três línguas oficiais diferentes. República Federativa do Brasil, República Cooperativa da Guiana e República Bolivariana da Venezuela. Língua portuguesa, língua inglesa e língua espanhola, além das línguas de sinais, línguas de migração e línguas indígenas, inclusive algumas comuns entre os três países, fazem parte do repertório linguístico da região.

Embora nas cidades gêmeas sempre tenha havido contatos linguístico, cultural,

² A definição de migração forçada por sobrevivência será explicada na seção 1.3.

local depender das vendas ao público do país vizinho, principalmente nos meses de férias escolares, quando chegavam grandes quantidades de turistas vindos de diversas regiões venezuelanas. Nas palavras da autora, “o comércio, portanto, é estrategicamente resultado de uma combinação de símbolos que narram uma brasilidade amistosa, que celebra a presença do outro” (BRAZ, 2010, p.75).

Braz (2010, p. 76) apontou também que um dos entrevistados representou o cidadão venezuelano como preguiçoso, ressaltando que “não há outra opção a não ser ‘suportar’”. Conforme narra a autora, embora houvesse certos estereótipos com relação à população fronteiriça, em geral, os conflitos não ocasionavam atitudes xenofóbicas capazes de desejar expulsar as pessoas oriundas do outro país. Atualmente, a economia de Pacaraima também depende, em certa medida, do público venezuelano, porém, os clientes já não são turistas, mas sim sujeitos que precisam de diversos produtos alimentícios, remédios e muitos outros itens básicos que se tornaram escassos no país vizinho.

A partir de 2015, aproximadamente, a relação entre cidadãos do Brasil e da Venezuela alterou-se significativamente, com o convívio cada vez mais próximo entre falantes de português, espanhol e língua indígena warao, devido à grande quantidade de migrantes venezuelanos que passaram a cruzar a fronteira com o sonho de uma vida melhor. Uma relação de intercâmbio fronteiriço que se transformou em uma situação de migração inesperada.

O cenário desta pesquisa é especificamente o estado de Roraima, marcado por uma nova realidade populacional. Por estar localizado na região fronteiriça Brasil/Venezuela, esse estado tem recebido diariamente milhares de migrantes vindos do país vizinho. Roraima, com pouco mais de 600 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2020) ⁴, havia recebido, até 2020, mais de 100 mil venezuelanos fugindo dos problemas políticos, econômicos e sociais que assolam o país caribenho desde o final da Era Chávez (1999 - 2013).

Segundo nota técnica do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil (BRASIL, 2019), a Venezuela é o país mais pobre da América Latina: em 2014, 48% dos seus cidadãos viviam em pobreza ou extrema pobreza; em 2017, esse número passou para 87%. Ainda de acordo com essa nota, o país sofre com violação dos direitos humanos,

⁴ O município de fronteira com a Venezuela apresentou a maior taxa de crescimento populacional do Brasil (11,7%) no ano 2019. Embora os migrantes não estejam incluídos na contagem, a migração influenciou nesses dados devido às altas taxas de natalidade que aumentam a cada ano com a chegada de venezuelanas grávidas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html> e <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Roraima-passa-de-600-mil-habitantes--diz-IBGE/56824>. Acesso em: 23 set. 2019.

detenções arbitrárias, violência generalizada e falta de segurança, escassez de alimentos e medicamentos, dentre outros problemas e conflitos internos. Por esses motivos, a população do país vizinho foge e busca refúgio em várias partes do mundo, principalmente no Peru, no Equador, na Colômbia e no Brasil (JUBILUT; FERNANDES, 2018). Além de ter fronteira seca e pacífica com a Venezuela, o Brasil oferece a migração documentada, o que, como aponta Baeninger (2018, p. 137), faz, para muitos venezuelanos, “o país possível”, ainda que não “o desejado”.

De acordo com Silva (2017), os venezuelanos de classes sociais mais favorecidas começaram a migração⁵ ainda na Era Chávez; entretanto, em 2015, grupos mais populares com ascensão social no auge do chavismo também passaram a migrar, motivados pela crise econômica e social que vem se agravando desde 2013, ano em que Nicolás Maduro assumiu a presidência. Dessa forma, ainda conforme Silva, os movimentos transfronteiriços surgiram como uma alternativa mais viável para a população que não possui condições de pagar por passagens aéreas para viajar a outros países.

Entre o Brasil e a Venezuela, o trajeto é, geralmente, feito de ônibus, de táxi e até a pé⁶. No Brasil, a porta de entrada é o estado de Roraima e, ao atravessarem a fronteira, cidadãos venezuelanos encontram muitas dificuldades, dentre elas, a língua portuguesa, que apesar de próxima do espanhol, língua materna da maioria dos venezuelanos⁷, é, em geral, distante do seu cotidiano, exceção feita aos cidadãos oriundos da cidade fronteiriça, Santa Elena de Uairén.

Após a “barreira” linguística inicial, segundo minhas próprias observações em Roraima, a maioria dos migrantes passa a estabelecer certo nível de comunicação por meio da intercompreensão entre o português e o espanhol. Muitos venezuelanos – em especial, as pessoas mais velhas – passam a maior parte do tempo em comunidades de migrantes hispano-falantes, nas quais sua língua materna é suficiente para a comunicação, enquanto outros

⁵ A migração naquela época, da classe social mais favorecida, era, em sua maioria, para países da Europa e para os Estados Unidos (SILVA, 2017).

⁶ Algo que não era comum antes do agravamento da crise no país vizinho, passou a ser um fato rotineiro, já que muitos migrantes sem condições econômicas para pagar por passagens de ônibus passaram a fazer o trajeto de 220 quilômetros a pé, o que o site de notícias G1 (2018) chamou de “Rota da fome”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/rota-da-fome-o-caminho-dos-venezuelanos-que-enfrentam-perigo-falta-de-comida-e-de-agua-para-chegar-a-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2021.

⁷ Assim como o Brasil, a Venezuela é um país multilíngue, devido às línguas indígenas e às línguas de migração (português, italiano, alemão, etc.) que convivem com o espanhol, língua da ex-metrópole.

procuram cursos de língua portuguesa em Roraima (ZAMBRANO, 2019), sobretudo, para ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Embora o domínio da língua portuguesa, em si, não garanta melhores condições de vida (LOPEZ, 2018), a aprendizagem da língua oficial do país de acolhimento pode contribuir para minimizar alguns problemas enfrentados pelos migrantes em situação de vulnerabilidade social. Considero importante destacar, entretanto, que o acolhimento por parte das instituições roraimenses poderia acontecer também nas línguas dos migrantes, de modo a facilitar a integração dessas pessoas.

Vale salientar que Roraima não era um estado receptor de migrantes; ao contrário, muitos roraimenses iam morar na Venezuela atraídos pelo garimpo e outras atividades comerciais (SIMÕES, 2017). Por esse motivo, de acordo com Silva (2018), o aumento do fluxo migratório trouxe uma sobrecarga aos serviços públicos do estado. Além disso, muitos roraimenses associam a migração venezuelana à criminalidade, à prostituição, a doenças e à precarização no mercado de trabalho. Visões negativas como essas aparecem frequentemente em notícias divulgadas pela imprensa local, sendo reproduzidas por parte da população, principalmente por meio de comentários em redes sociais.

Como afirmam Aragão e Santi (2018, p. 9) em um artigo sobre o uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre a migração venezuelana em Roraima, a mídia tradicional tende a publicar “uma versão xenofóbica e errônea do fluxo migratório”. De acordo com os autores, a imprensa roraimense usa, frequentemente, uma linguagem estereotipada e estigmatizante sobre o processo migratório. Temas como o aumento da criminalidade e os problemas de superlotação do sistema público de saúde após a migração em massa são retratados diariamente nas manchetes dos jornais. Essa perspectiva observada na mídia “repercute negativamente na opinião pública e no imaginário social, gerando violências simbólicas, verbais e até mesmo físicas direcionadas ao sujeito migrante” (ARAGÃO; SANTI, 2018, p. 10).

Segundo reportagem assinada por Rodrigues (2019) no Jornal Folha de Boa Vista⁸, a migração é apontada como um dos motivos pelos quais Roraima aparece em primeiro lugar no ranking dos estados mais violentos do país, de acordo com o número de habitantes. O jornalista supracitado entrevistou um deputado segundo o qual o alto número de homicídios em Roraima decorre de fatores como “a instalação de facções criminosas e a crise migratória”. A reportagem mostra apenas dados relacionados ao aumento de ocorrências que

⁸ Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/RR-ocupa-1a-posicao-no-ranking-dos-estados-mais-violentos/53616>. Acesso em: 24 jun. 2019.

envolvem migrantes e cita os crimes mais cometidos, como perturbações, roubo e furto. Todavia, dentre os 11 tipos de ocorrências mencionadas, não consta homicídio, um dos crimes que mais aumentou em Roraima, de acordo com a reportagem. O texto é baseado em um relatório da Polícia Militar de Roraima com dados que mostram o crescimento de crimes cometidos por estrangeiros no Estado. Em 2017 e 2018, foram quase 6 mil ocorrências envolvendo estrangeiros, dos quais 95% são venezuelanos. Todavia, é preciso considerar que, ainda que numerosas, as ocorrências de crimes cometidos pelos migrantes no período relatado representavam apenas 5,8% do total dos dados registrados.

Após analisar a reportagem, concordo com Aragão e Santi (2018, p. 10) quando afirmam que o migrante venezuelano costuma ser “colocado pela mídia tradicional como ‘autor do crime’, causador de aumento na prostituição, drogas, doenças e outros estigmas”. Para os autores, os governos e jornais frequentemente responsabilizam a migração venezuelana pelas falhas em serviços públicos, como se, antes desse intenso fluxo, não existissem problemas sociais em Roraima.

Dessa maneira, os discursos de ódio são, frequentemente, propagados por meio de uma linguagem sensacionalista. No entanto, parece não ser sensacionalismo afirmar que a maior facção criminosa venezuelana está atuando em Roraima, intensificando o tráfico de drogas, armas e pessoas na fronteira, conforme confirmam a Polícia Federal e setores de inteligência do Departamento Penitenciário Nacional e da Secretaria de Segurança de Roraima⁹. De acordo com informações publicadas no jornal Folha de Boa Vista, o comandante da Polícia Militar em Roraima defende a necessidade de uma “trialogem” na fronteira para impedir a entrada de venezuelanos que possuem ficha criminal¹⁰.

Enquanto os discursos xenofóbicos tornam-se rotina na sociedade roraimense, visíveis por meio de redes sociais e comentários em sites de notícias, como mostrado na pesquisa de Oliveira e Lacerda (2018), venezuelanos de diversas áreas profissionais sonham em revalidar seus diplomas e um dia ter uma vida melhor. Conforme minha percepção como moradora de Boa Vista, é comum encontrar advogados, professores, engenheiros, dentre outros profissionais, trabalhando em supermercados, lojas de roupas ou exercendo funções como pedreiros, faxineiros e babás. Outros migrantes, que não conseguem emprego formal, permanecem nas ruas das cidades como vendedores ambulantes, limpadores de vidros dos

⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/09/10/pranato-facciao-venezuela-pacaraima-roraima-fronteira-brasil.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 26 set. 2019.

¹⁰ Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/RR-sofre-com-o-aumento-de-crimes-cometidos-por-imigrantes/54433> Acesso em: 26 set. 2019.

carros ou pedintes nas entradas de lojas e restaurantes. Alguns dormem nas praças ou calçadas; mais de 5.500 viviam nos 15 abrigos construídos no estado até 2019¹¹; cerca de 54.430 mil já haviam sido interiorizados (realocados em outras cidades brasileiras) até junho de 2021¹². Dados da Plataforma de Coordenação para Refugiados e Imigrantes Venezuelanos (R4V)¹³ mostram que, só na capital do estado, havia, em agosto de 2019, 3542 venezuelanos desabrigados e, em abril de 2020, o número continuava aumentando, chegando a 3635¹⁴. Dados da plataforma R4V mostram que, em junho de 2021, a pequena cidade de Pacaraima tinha quase 3 mil venezuelanos desabrigados¹⁵, dormindo nas ruas ou em ocupações espontâneas¹⁶. Por causa dessa grande quantidade de pessoas em situação de rua, a população fica com medo e pede posicionamento do poder público; o prefeito, em entrevista a uma rádio de Boa Vista, afirmou que o município estava virando uma favela e céu aberto, sem qualidade de vida e com alta taxa de criminalidade¹⁷.

Nesse cenário, em oposição a posicionamentos marcados por fortes tintas racistas e xenofóbicas, alguns setores da sociedade têm procurado contribuir para a integração dessas pessoas em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, várias instituições públicas, religiosas e voluntárias vêm realizando ações de acolhimento. Dentre as iniciativas, estão os cursos de português oferecidos por entidades como a Pastoral do Migrante¹⁸ e as universidades públicas. Também tem sido possível observar algumas ações em língua espanhola, como a fixação de placas bilíngues português/espanhol em escolas municipais de Boa Vista¹⁹, onde os alunos migrantes ocupavam, em 2020, 14% das vagas, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação²⁰; ou ainda, a celebração de missas e cultos evangélicos em espanhol em algumas instituições religiosas de Boa Vista e do interior do Estado.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/10/22/13o-abrigo-para-refugiados-venezuelanos-e-aberto-em-roraima.ghml>. Acesso em: 23 set. 2019. <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Novo-abrigo-de-imigrantes-venezuelanos-ira-acolher-800-pessoas/77863>. Acesso em: 05 agos. 2021.

¹² Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

¹³ Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>. Acesso em: fev. 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://www.r4v.info/document/estimativa-do-numero-de-migrantes-e-refugiados-venezuelanos-desabrigados-em-boa-vista-rr>. Acesso em: 22 novembro 2021.

¹⁵ Disponível em: <https://dtm.iom.int/reports/brazil-%E2%80%94-situa%C3%A7%C3%A3o-dos-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-desabrigados-em-pacaraima-julho>. Acesso em: novembro 2021.

¹⁶ São locais abandonados, podendo ser públicos ou privados, usados pelos venezuelanos que não conseguem vagas nos abrigos e não têm condições para pagar aluguel.

¹⁷ Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Interior/O-municipio-esta-virando-uma-favela-a-ceu-aberto--diz-prefeito/80512>. Acesso em: 23 nov. 2021.

¹⁸ É uma ação da igreja católica que visa acolher os migrantes que chegam ao Brasil, buscando defender os seus direitos.

¹⁹ Essas ações serão explicadas na seção 5.5.

²⁰ Dados fornecidos pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura, por meio de nota da Secretaria de Educação e Cultura.

PERGUNTAS, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DE PESQUISA

Tendo como foco o cenário anteriormente apresentado, o interesse maior desta pesquisa é o *acolhimento em línguas* (BIZON; CAMARGO, 2018), que não se limita a ações e serviços em língua portuguesa, podendo ocorrer em espanhol, línguas de sinais²¹ e/ou em línguas indígenas – a exemplo do warao – bem como por meio de práticas marcadamente translíngues²².

A etnia warao (significa *habitante da água*) é oriunda do estado de Delta Amacuro, na Venezuela, localizado a aproximadamente mil quilômetros da fronteira com o Brasil. Apesar de o país vizinho possuir mais de 150 etnias indígenas, são os warao quem vêm atravessando a fronteira em grandes grupos, devido, principalmente, a sua característica nômade, pois, de acordo com García Castro (2000), seu povo já vivia em situação de vulnerabilidade há várias décadas na Venezuela.

Nesse sentido, o problema de pesquisa emerge do seguinte questionamento: **Que representações sobre as línguas, políticas linguísticas e direitos linguísticos estão em funcionamento em ações e serviços de acolhimento voltados para venezuelanos em Roraima?** Outras perguntas que guiam a pesquisa são:

- De que maneira são abordados os direitos linguísticos dos migrantes em documentos relativos a políticas para o acolhimento de venezuelanos em Roraima?
- De que maneira são tratados os direitos linguísticos dos migrantes por parte de órgãos federais, estaduais e municipais em Roraima?
- Quais são as principais representações sobre o espanhol, o português e outras línguas por parte dos que participam da implementação de políticas para migrantes venezuelanos em Roraima?
- Quais são as principais representações sobre o espanhol, o português e outras línguas por parte dos migrantes venezuelanos que participam de políticas de acolhimento em Roraima?
- Como essas representações impactam os processos de implementação das políticas de acolhimento em Roraima?

²¹ Além da Libras, a língua brasileira de sinais, está presente em Roraima a LSV, língua de sinais venezuelana (CRUZ; ALEIXO, 2020)

²² O conceito será explanado na seção 2.2.

Nessa perspectiva, estabeleço os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Compreender os vínculos entre as representações sobre as línguas e as políticas linguísticas em funcionamento em ações e serviços voltados para venezuelanos em Roraima e identificar de que maneira são abordados os direitos linguísticos nessas políticas.

Objetivos específicos:

- Analisar de que maneira são tratados os direitos linguísticos dos migrantes em documentos relativos a políticas para o acolhimento de venezuelanos em Roraima.
- Analisar as representações sobre as línguas por parte dos que participam da implementação de políticas para migrantes venezuelanos em Roraima.
- Analisar as representações sobre as línguas por parte de venezuelanos que usufruem de políticas para acolhimento de migrantes em Roraima.
- Compreender de que maneira essas representações impactam os processos de implementação das políticas de acolhimento em Roraima.
- Discutir em que medida são contemplados os direitos linguísticos dos migrantes nessas políticas de acolhimento.

Para atingir esses objetivos, valho-me da metodologia qualitativa e interpretativista (MOITA LOPES, 1994), com ampla pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Teoricamente, alinho-me à Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), em diálogo com os estudos decoloniais (MIGNOLO, 2008, 2013, 2018) e com a ecologia dos saberes (SOUSA SANTOS, 2014).

A realização desta pesquisa é importante para o estado de Roraima, haja vista sua localização geográfica, que o coloca como porta de entrada para milhares de migrantes do país vizinho em busca de uma oportunidade para recomeçar. Essas pessoas tentam se inserir em um país que, apesar de multilíngue, heterogêneo e transcultural, é marcado pelo mito do monolinguismo nacional (CAVALCANTI, 1999; MAHER, 2013). Da mesma forma, o estudo é relevante para as políticas linguísticas direcionadas a grupos minoritarizados, destacando as relações de poder e a estigmatização dos migrantes forçados. Diante do exposto, espero

contribuir também para o desenvolvimento de novas políticas de acolhimento em Roraima, que atavessem o preconceito e valorizem os direitos linguísticos dos migrantes.

Este trabalho também tem um importante significado pessoal, devido à minha relação com o uso da língua portuguesa e espanhola em Roraima. Como venezuelana de nascimento²³ e migrante residente em Roraima desde 1997 (embora não migrante forçada), sinto que o uso da língua espanhola em espaços públicos de Boa Vista, capital de Roraima, passou a ser constrangedor após o intenso fluxo migratório vivenciado no estado. De acordo com minha experiência pessoal, como mencionei anteriormente, falar espanhol em Boa Vista representa, na atualidade, um motivo para possível discriminação, como também foi relatado em Sarmiento e Rodrigues (2018). Esse fato me levou a evitar, desde 2015, o uso da minha língua materna em praças, parques e supermercados roraimenses. No meu caso, posso escolher entre espanhol e português, já que falo fluentemente minha segunda língua, e sinto que, quando uso apenas português, não sou identificada como uma “invasora”²⁴; entretanto, a maioria dos venezuelanos em Roraima não tem essa opção.

No âmbito profissional, como professora de Português como Língua Adicional (doravante PLA) no estado²⁵, percebo a necessidade de os migrantes forçados por sobrevivência aprenderem a língua majoritária do país que os está “acolhendo”. Ao mesmo tempo, sinto a necessidade de contribuir para a estruturação de políticas linguísticas que rompam com a ideia de que todos os migrantes devem aprender a língua portuguesa, como se fosse a única forma de fazer acolhimento, como se o “domínio” da língua majoritária garantisse a integração e estabilidade social e econômica (LOPEZ, 2018).

Para discutir essas questões de políticas linguísticas em Roraima, organizei a presente tese da seguinte maneira. O primeiro capítulo versa sobre a situação da migração em Roraima, reunindo informações históricas sobre a Venezuela, com a finalidade de lançar luz sobre o início da crise econômica que o país atravessa. Destaco aspectos importantes dos deslocamentos na região da tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana e apresento o conceito de *migração forçada por sobrevivência*, adotado neste trabalho.

²³ Atualmente, sou brasileira naturalizada.

²⁴ A expressão “invasão venezuelana” passou a ser usada por muitas pessoas em Roraima quando se referem à migração venezuelana. Conforme explica Silva (2017), existe um discurso simplista reproduzido em Roraima que utiliza os termos ‘invasão’ e ‘crise’, gerando ainda mais conflitos. Explicarei melhor a questão da invasão na seção 2.3.1.

²⁵ Sou docente efetiva da Universidade Estadual de Roraima (UERR) desde 2012, onde atuo, principalmente, como professora de espanhol e de português como língua adicional, coordenando projetos de extensão voltados ao público migrante.

O segundo capítulo é dedicado ao arcabouço metodológico que guiou esta pesquisa qualitativa e interpretativista, com explicação acerca das técnicas de geração de registros, o cenário da pesquisa e os participantes.

No terceiro capítulo, apresento o referencial teórico que embasa a discussão, partindo do meu alinhamento com a Linguística Aplicada Indisciplinar e Transgressiva (MOITA LOPES, 2006; PENNYCOOK, 2006), bem como explicando o diálogo com as teorias decoloniais. Em uma das seções, explano o que entendo por acolhimento e defino o que estou chamando de *acolher entre línguas*. Nas seções seguintes, conceituo as representações, os direitos linguísticos, as línguas minoritizadas, e apresento minha concepção de políticas linguísticas, para, finalmente, traçar a relação entre tais representações e as políticas linguísticas.

O capítulo 4 é destinado a identificar e debater algumas políticas de acolhimento implantadas em Roraima nos últimos anos, analisadas na perspectiva dos estudos decoloniais. O 5º capítulo traz a noção de hospitalidade condicional e a análise de representações linguísticas em políticas de acolhimento implantadas em Pacaraima e Boa Vista. No 6º e último capítulo são analisadas as narrativas de venezuelanos residentes em Roraima com suas representações linguísticas; e também são destacadas as paisagens linguísticas como políticas implícitas no estado.

*Eu venho de longe, eu vou adiante
Eu não imaginei ser um imigrante
Milhões de perguntas, nenhuma resposta
Eu tenho na mala que levo nas costas*

*Eu fui recebido por novos irmãos
Que com gentileza me deram suas mãos
E com um sorriso como o sol de abril
Eles me abrigaram aqui no Brasil*

*Ainda que minha caminhada é dura
Para esta tristeza eu tenho uma cura
Eu oro de noite pelos sonhos meus
E deixo os problemas nas mãos de Deus*

*Espero voltar para meu país
Eu desejo ver meu povo feliz
Alegria, progresso e muita união
Para a Venezuela do meu coração*

CARLOS BYER²⁶

²⁶ Aluno do curso de Português como Língua de Acolhimento da Universidade Estadual de Roraima em 2018. Poema produzido durante uma aula e inserido em um fanzine elaborado pela turma. Posteriormente, Carlos me deu autorização para o uso do texto, com a identificação de sua autoria.

CAPÍTULO 1

PROCESSO MIGRATÓRIO EM RORAIMA

Antes de explicar o arcabouço teórico específico, considero necessário apresentar um resumo do contexto histórico que levou a Venezuela à crise atual, trazer alguns dados referentes ao tipo de migração em Roraima, além de caracterizar essa migração. Também faço algumas explicações sobre as migrações transfronteiriças na região da tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana.

1.1 Economia e política venezuelana até a crise atual

Como lembra Alvarez de Flores (2007), a Venezuela começou a receber migrantes já no século XVIII, quando ainda era colônia da Espanha: naquele momento, migravam para o país europeus atraídos pela forte cultura agrícola de café e cacau. A partir de 1920, quando representava 92% da economia do país, essa atividade perdeu espaço para a exploração do petróleo. Nos anos seguintes, o preço do petróleo teve grande aumento, o que permitiu à Venezuela crescer economicamente em pouco tempo. Tal expansão demandou políticas para atraírem mão de obra estrangeira, a partir das quais houve o ingresso de um número elevado de migrantes da América do Sul, principalmente da vizinha Colômbia. Entretanto, devido à dependência econômica do petróleo, com as quedas do valor de mercado desse produto nos anos 1980, muitos estrangeiros decidiram voltar ao país de origem, ainda que aqueles que já estavam estabelecidos economicamente tenham permanecido (ALVAREZ DE FLORES, 2007). O deslocamento de cidadãos colombianos e de outras nacionalidades, como cubanos e peruanos, continuou até a crise econômica do final da Era Chávez (período) e início do Governo de Nicolas Maduro, em 2013, quando teve início a maior crise econômica da história do país, conforme narro a seguir.

Possuidora de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, a Venezuela era dependente dessa única atividade exportadora para manter a economia, lançando mão da importação de diversos produtos e desestimulando as produções nacionais. Esse sistema foi utilizado por todos os governos, mas se agravou nos anos 1990 com a agenda neoliberal, que permitiu capital estrangeiro na empresa estatal petroleira Petróleos de Venezuela S. A, conhecida como PDVSA (BARROS, 2006). Com tal agenda neoliberal, a Venezuela, assim

como outros países da América Latina, teve resultados negativos com respeito à inclusão de setores populares, o que gerou um abalo na credibilidade dessas democracias (OLIVEIRA, 2018).

Ainda conforme Barros (2006), a crise social gerada pela queda dos preços do petróleo nas décadas de 1980 e 1990 repercutiu negativamente para os dois partidos (AD e COPEI) que, até então, alternadamente, controlavam o país. Assim, com ideais socialistas e anti-imperialistas, o militar Hugo Chávez Frias foi eleito presidente em 1998, alguns anos depois de sair da cadeia por uma tentativa de golpe de Estado que liderou em 1992. Para Oliveira (2018), a ascensão de Chávez na Venezuela não foi mera questão ideológica, mas resultado da insatisfação da população com questões econômicas e sociais da democracia neoliberal naquele país.

Segundo Barros (2006), o governo Chávez, que se iniciou em 1999, traçou um plano contra a corrupção e o neoliberalismo, porém, sem objetivos estratégicos claros para a economia. Era um grupo unido contra o modelo de bipartidarismo anterior: “O jogo combinado era um programa econômico ortodoxo de curto prazo, a rearticulação do cartel da OPEP [Organização dos Países Exportadores de Petróleo] e um plebiscito para a convocação de uma nova assembleia constituinte” (BARROS, p. 218). Tal plano econômico não definiu o papel da agricultura para o crescimento da economia, muito menos previu seu financiamento. Apenas citou os seguintes objetivos: crescimento econômico sustentado, redução da inflação e aumento de vagas de emprego. Instituiu um controle do câmbio para, segundo o governo, possibilitar a redução das taxas da inflação, fato que só ocorreu por pouco tempo (BARROS, 2006).

Apesar do discurso anti-imperialista, com uma nova queda de valor do barril de petróleo, o governo de Chávez viu-se obrigado a fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e continuar a política estabelecida pelos governos anteriores. Em 2001, após os atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos da América, o petróleo passou a ganhar valor novamente e a economia venezuelana começou a se recuperar. O crescimento do Produto Interno Bruto foi notório, e o governo aumentou o investimento em saúde e educação, com significativa melhoria dos gastos sociais, mas deixando a infraestrutura de lado, com apenas 0,5% do PIB (BARROS, 2006).

No ano 2000, Chávez conseguiu aprovar uma nova constituição, que eliminou o Senado, criando uma nova Assembleia Nacional e constituindo cinco poderes: executivo, legislativo, judiciário, eleitoral e cidadão (BASTOS; OBREGÓN, 2018). Assim, iniciou a era que o

governo chamou de *Quinta República*, em que, segundo Chávez, haveria maior poder social. A nova constituição também instituiu que a empresa de petróleo PDVSA não poderia mais ser privatizada e previu novas eleições, mudando os mandatos para seis anos de duração. Naquele mesmo ano, realizou-se a primeira eleição nesse novo formato, quando Hugo Chávez venceu e conseguiu maioria na Assembleia Nacional, consolidando assim, a hegemonia chavista (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

Nos anos seguintes, medidas como um pacote de leis polêmicas decretadas pelo presidente geraram descontentamento em diversos setores e ocasionaram uma tentativa de golpe de Estado em 2002. Apesar de esse golpe ter fracassado, o descontentamento continuou, e alguns setores se uniram para uma greve geral no final do mesmo ano. Várias empresas transnacionais aderiram, tendo até mesmo a PDVSA interrompido sua produção. Por esse motivo, o governo levou técnicos cubanos para trabalharem na estatal e evitarem o desabastecimento, enquanto mais de 17 mil funcionários públicos foram demitidos (BARROS, 2006).

Segundo Barros (2006), o governo Chávez foi o que mais se utilizou do petróleo como instrumento de política exterior, firmando acordos de cooperação com países como China, Rússia e países caribenhos, incluindo Cuba, com o qual trocava petróleo por serviços médicos. Como consequência, a dívida pública interna aumentou, passando de 4,3% do PIB em 1998 (antes de Chávez), para 17,3% em 2003. Também houve crescimento da dívida externa.

Como apontam Bastos e Obregón (2018), após a reeleição de 2006, Chávez negou a concessão da licença de uma das emissoras de televisão mais populares da Venezuela, Radio Caracas Televisión (RCTV), obrigando seu fechamento, além de perseguir outros meios de comunicação, com ameaças de não renovação das licenças. No final de 2008, o presidente conseguiu aprovar mudanças na constituição, como a reeleição, que antes era possível apenas uma vez e, com a reforma, passou a ser ilimitada, fato que lhe permitiu a manutenção no poder até seu falecimento, em 2013, em decorrência de câncer.

Se, por um lado, o poder econômico e político agradava, em geral, a classe trabalhadora, que ascendeu socialmente com a implantação de vários programas sociais, por outro, a radicalização do governo Chávez dividiu o país entre chavistas e opositores, capitalistas e socialistas, o que gerou muita violência, e a imprensa foi gradativamente controlada. Nesse sentido, Briceño-Leon (2007) afirma que o governo Chávez continuou com o modelo rentista

do petróleo e, ao mesmo tempo, aumentou o modelo estatista e assistencialista que, segundo o autor, mergulhou a Venezuela em mais pobreza e violência.

Antes de morrer, Hugo Chávez indicou seu sucessor, o então vice-presidente Nicolás Maduro Moros, e pediu ao povo que o apoiasse para continuar a “revolução bolivariana”²⁷. Dessa forma, em abril de 2013, com 50,75% dos votos válidos²⁸, o último foi eleito presidente da Venezuela. De acordo com Bastos e Obregón (2018), o plano de governo de Maduro era a continuação das diretrizes de Chávez em 2012, com a continuidade do socialismo na Venezuela, mantendo, como capital político, a memória chavista. Porém, em 2013, a escassez de produtos básicos como gêneros alimentícios, de higiene pessoal e medicamentos já havia começado, a inflação estava cada vez mais alta, com desvalorização do câmbio e queda do PIB, e o setor elétrico entrava em crise²⁹. Ao adotar medidas intervencionistas para tentar sanar os problemas econômicos, Maduro ocasionou o fechamento de empresas e a retirada de multinacionais. Ao mesmo tempo em que limitava cada vez mais a iniciativa privada, concedia promoções às Forças Armadas, com aumento de salários e outros benefícios (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

A partir de março de 2014, conflitos violentos tomaram conta do país, com protestos em todos os estados, causando milhares de mortes, muitas das quais ocasionadas pelo uso das forças armadas nacionais, na tentativa de acabar com as manifestações populares. Líderes opositores foram perseguidos e presos, outros fugiram, solicitando asilo em diversos países. Para Jubilit e Fernandes (2018), rompeu-se a ordem democrática, com mudanças na constituição que deram mais poder ao presidente e diminuíram a liberdade de expressão e a liberdade política.

Além de todos os problemas econômicos e sociais gerados pelo governo venezuelano, as sanções impostas pelo governo dos Estados Unidos ao país caribenho, a partir de 2017, agravaram ainda mais a crise. Conforme Weisbrot e Sachs (2019),

Las sanciones de agosto de 2017 prohibieron al Gobierno venezolano pedir préstamos en los mercados financieros de Estados Unidos. Esto evitó que el Gobierno pudiera reestructurar

²⁷ Desde o início do governo Chávez, foi usado o nome do libertador da Venezuela, Simón Bolívar, como inspirador para lemas do governo. Assim, o sistema de governo implantado por Chávez foi chamado por ele e seus apoiadores de *Revolução Bolivariana*. O próprio nome do país foi modificado com a nova Constituição, de *República de Venezuela* para *República Bolivariana de Venezuela*.

²⁸ Na Venezuela o voto não é obrigatório e, com os problemas do país, houve cada vez mais desinteresse por tal direito. A primeira eleição de Maduro teve uma abstenção de mais de 20%, mas a maior da história foi na última eleição, em 2018, quando o sucessor de Chávez se reelegeu com pouco mais de 50 % dos votos válidos e com 54% de abstenção.

²⁹ Atualmente, o país sofre com falta de energia elétrica quase todos os dias, deixando seus cidadãos às escuras por muitas horas seguidas. Faltam também combustíveis nas bombas e outros serviços básicos como água e gás.

su deuda externa, ya que cualquier reestructuración de deuda requiere la emisión de nuevos bonos a cambio de la deuda existente. Por lo tanto, estas sanciones impidieron que la economía se recuperara de una profunda recesión que ya había cobrado un alto precio a la población, la que junto con la economía era más vulnerable a estas sanciones y a las que siguieron como consecuencia de la crisis económica. El PIB real ya había disminuido en aproximadamente un 24.7% desde 2013 hasta 2016, y la inflación de precios al consumidor de enero a agosto de 2017 estaba aproximadamente entre el 758% y 1350% a una tasa anual (p. 1-2)³⁰.

Diante do exposto, percebemos que a crise econômica se agravou ainda mais nos últimos anos devido a questões políticas e ideológicas, afetando diretamente à população venezuelana. Na opinião de Silva e Peres (2020), a crise do país vizinho supera o processo histórico iniciado por Chávez. Longe de querer eximir a responsabilidade dos governos Chávez e Maduro, os pesquisadores incentivam a reflexão acerca do sistema rentista estrutural da Venezuela que foi seguido por todos os presidentes, perpassando “a reciclagem do aparato rentista do Estado e o reaparelhamento deste por parte de uma elite ‘revolucionária’ que logo se acomodou aos aconchegos do poder, não foi capaz de superar a condição estrutural que já havia levado o país à crise” (SILVA; PERES, 2020, p. 37).

De acordo com Jubilut e Fernandes (2018), a inflação na Venezuela ultrapassou um milhão por cento em 2018. Assim, além da escassez de produtos alimentícios, para comprar uma cesta básica no país vizinho, eram necessários 95 salários mínimos. Em 2020, o governo venezuelano aumentou o salário mínimo em mais de 70%, porém, com a desvalorização da moeda, o valor não chegou a 5 dólares. O resultado tem sido cada vez mais fome e miséria.

Tudo isso levou a Venezuela ao ápice de uma crise que vem tomando proporções nunca imaginadas e incentivando a emigração de milhares de venezuelanos a outros países. Segundo Jubilut e Fernandes, em 2018, quase 10 % da população venezuelana já haviam emigrado. Silva e Peres (2020, p. 36) afirmam que de 2016 a 2021 “a Venezuela produziu mais de 5.6 milhões de refugiados, superando os números da Síria e deslocando o eixo da crise migratória global da Europa para a América do Sul”. São milhões de homens, mulheres e crianças de diversas idades, etnias e classes sociais que, segundo os autores, “desistiram do seu país” e fugiram para

³⁰ As sanções de agosto de 2017 proibiram o governo venezuelano de pedir empréstimos nos mercados financeiros dos Estados Unidos. Isto evitou que o Governo pudesse reestruturar sua dívida externa, já que qualquer reestruturação da dívida requer a emissão de novos bônus como troca da dívida existente. Por tanto, essas sanções impediram que a economia se recuperasse de uma profunda recessão, que já havia cobrado um alto preço à população, junto com a economia era mais vulnerável a estas sanções e às que seguiram como consequência da crise econômica. O PIB real já havia diminuído em aproximadamente um 24.7% desde 2013 até 2016, e a inflação de preços ao consumidor de janeiro a agosto de 2017 estava aproximadamente entre 758% e 1350% a uma taxa anual (tradução minha).

outros lugares, principalmente por meio da migração transfronteiriça, de que trataremos na próxima seção.

1.2 Migração transfronteiriça

Concebendo *fronteira* como uma linha imaginária criada pelos Estados-Nação com fins políticos, destaco a relação entre os povos que habitam ambos os lados dos limites territoriais, as cidades limítrofes conhecidas como *ciudades gêmeas*. Conforme salienta Menezes (2018), faz-se necessário refletir sobre a integração regional das zonas fronteiriças a partir da cooperação transfronteiriça, que propõe superar situações de conflito por meio de uma agenda política em prol do desenvolvimento regional.

Para além da cooperação entre Brasil, Guiana e Venezuela, a tríplice fronteira do extremo norte do Brasil vive um constante deslocamento de sua população em busca de melhores condições de vida. Com relação à migração transfronteiriça, Rodrigues (2006) aponta que, os brasileiros emigravam mais para a Venezuela do que os venezuelanos para o Brasil³¹. A autora relata que o deslocamento de brasileiros para o país vizinho, a partir de Roraima, ocorreu em duas épocas. A primeira foi nos anos 1970, quando houve um declínio dos garimpos de diamante em Roraima. Naquela década, a Venezuela apresentava uma estabilidade econômica que atraiu milhares de estrangeiros. Assim, além de adentrarem aos garimpos em terras venezuelanas, muitos brasileiros estabeleceram comércios de compra e venda de ouro e diamante nas cidades de Santa Elena de Uairén e Ciudad Bolívar, ambas no estado de Bolívar, que faz fronteira com o Brasil.

Ainda conforme Rodrigues (2006), a segunda época de grande emigração brasileira pela referida fronteira foi entre 1980 e 1990, quando os brasileiros também eram atraídos pelo garimpo; no entanto, dessa vez, não se limitaram a essa atividade econômica, começaram a participar de outros ramos comerciais, como restaurantes e lojas de confecções. Já nos anos 2000, os brasileiros eram vistos, com frequência, em setores de serviço e comércio, tais como lanchonetes e salões de beleza. Além de se deslocar para a Venezuela para fixar residência, parte da população de Pacaraima passou a procurar empregos em Santa Elena (cidades gêmeas),

³¹ Era a realidade migratória até o início da crise política e econômica no país caribenho.

atravessando diariamente a fronteira e percorrendo os 15 quilômetros que separam as duas cidades para trabalhar³² (RODRIGUES, 2006).

Rodrigues (2006) afirma que os migrantes transnacionais com maior representatividade em Boa Vista, nas décadas de 1980 e 1990, eram os guianenses. A autora aponta a crise econômica da Guiana como causa de tal deslocamento, bem como os contatos entre os povos indígenas, pois diversas etnias da região transitam, com frequência, entre os dois países. De acordo com Barcelos (2001), citado por Rodrigues (2006), o município de Bonfim, na fronteira com a Guiana, em 2001, apresentava uma população de migrantes internacionais de aproximadamente 3,4% em relação à população local.

Com o agravamento da crise na Venezuela a partir do ano 2015, o cenário de migração entre esses países se inverteu: hoje, os venezuelanos lideram os pedidos de refúgio e de vistos temporários em Roraima. Como apontam Jubilut e Fernandes (2018), a migração de venezuelanos afeta o mundo todo, com maior concentração na América Latina. Segundo as autoras, o país que mais tem recebido venezuelanos é a Colômbia, mas o Peru, o Equador, a Argentina e o Chile, assim como o Brasil, têm se configurado como destinos importantes. Segundo estimativas do Grupo Interagencial sobre Fluxos Migratórios Mistos³³, a Colômbia registrava, em outubro de 2020, aproximadamente 1.800.000 venezuelanos, dos quais pouco mais de 700.000 possuíam residência permanente; no Brasil, o número de venezuelanos em situação de refúgio ou migração, até outubro de 2020, era de 261.441 (PLATAFORMA DE COORDENAÇÃO DE IMIGRANTES E REFUGIADOS DA VENEZUELA- R4V, 2021).

Baeninger (2018) classifica a migração de venezuelanos para o Brasil como migração Sul-Sul. A autora argumenta que, em decorrência de restrições de migrantes latino-americanos aos Estados Unidos e à Europa, as migrações de cidadãos da América do Sul acabam, em grande medida, limitadas à própria região. Desse modo, o Brasil surge como um país que possibilita o ingresso de estrangeiros dentro de parâmetros legais que, supostamente, permitem o acesso à educação, saúde e, dentro do possível, a emprego formal. Conforme apontado pela autora, entre os anos 2000 e 2016, o Brasil recebeu venezuelanos com alta qualificação, a maioria com visto de trabalho, que se deslocaram por via aérea para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de 2016, o agravamento da crise econômica e social do país vizinho desencadeou a migração de pessoas da classe média que atravessaram a fronteira terrestre entre os dois países

³² Tal travessia foi iniciada pelos venezuelanos, no caminho inverso, a partir de 2013.

³³ Disponível em: <https://r4v.info/es/documents/details/83912>. Acesso em: agosto de 2021.

em busca de novas oportunidades. Posteriormente, o Brasil começou a receber uma população empobrecida, caracterizada por Baeninger (2018) como “migração transnacional de refúgio”.

Além de receber venezuelanos que fixam residência no país, o Brasil também serve de ponte para o deslocamento aos outros destinos da América do Sul, tanto por via terrestre como aérea, o que, conseqüentemente, vem aumentando a entrada e o trânsito de cidadãos venezuelanos em Roraima. Dados publicados na Plataforma RV4³⁴ mostram que de janeiro de 2017 a outubro de 2021, mais de 600 mil pessoas entraram pela fronteira norte Brasil/Venezuela, das quais 44% permaneceram no Brasil, 36% saíram para outros países e 20% retornaram à Venezuela.

Como mencionado na apresentação desta tese, muitas situações conflituosas vêm sendo presenciadas em Roraima após o aumento do fluxo migratório transnacional e transfronteiriço. Trata-se de um estado pequeno que já sofria com falta de estrutura de assistência à saúde e educação, além de poucas fontes de emprego, cuja economia é conhecida como “economia do contracheque”, por depender, em grande medida, dos empregos em órgãos públicos³⁵. Como apontam Vecchio e Almeida (2018), em 2017, Roraima registrou aumento de 216% no atendimento hospitalar de cidadãos venezuelanos. Com relação à educação, ainda de acordo com os autores, a capital do estado registrou crescimento de mais de 1000% no número de crianças venezuelanas matriculadas nas escolas municipais entre 2015 e 2017.

No âmbito da Rede Estadual de Educação, dados da Secretaria de Educação³⁶ mostram um aumento de mais de 3.700 % no número de venezuelanos matriculados nas escolas: em 2015, eram apenas 110 alunos; já em 2019, a cifra saltou para 4.123. A Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Boa Vista informou que, em 2019, haviam 5.108 venezuelanos nas escolas municipais e que, em 2020, estavam matriculados 6.101 alunos de nacionalidade venezuelana.

Nas escolas municipais de Pacaraima, que, há bastante tempo, recebem alunos de outras nacionalidades³⁷ que moram da região fronteira (ZAMBRANO, 2016), o aumento de

³⁴ Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/document/informe-de-migracao-venezuelana-oim-out2021>. Acesso em: 23 nov. 2021.

³⁵ Ver mais em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/-Contracheque--responde-por-49--do-PIB/37442>. Acesso em: 23 dez. 2021.

³⁶ Os dados foram solicitados por e-mail, via assessoria de comunicação do estado e recebidos pelo mesmo meio, com a Nota SEED número 506/2020. A nota informava ainda que não havia dados exatos referentes a 2020, já que a coleta para o censo escolar iniciaria em maio, mas a estimativa era de 6 mil alunos migrantes.

³⁷ Uso *outras nacionalidades* e não migrantes, porque, até 2015, esses estudantes que frequentavam as escolas de Pacaraima, eram, em sua maioria, moradores da cidade venezuelana Santa Elena de Uairén. Essas crianças

matrículas de venezuelanos nos últimos anos tem sido muito grande, chegando a 48% do total de alunos em março de 2020, tanto nas escolas da zona urbana quanto das comunidades indígenas, de acordo com um ofício da Secretária Municipal de Educação (SEMECD, 2020).

Tendo em vista a situação de Roraima, em 2017, o Governo Federal reconheceu a crise humanitária emergencial e criou o Comitê Federal de Assistência Emergencial com o objetivo de acolher os migrantes em situação de vulnerabilidade social, contando com a parceria de agências da Organização das Nações Unidas (VECCHIO; ALMEIDA, 2018). Também em 2017, após constatadas as dificuldades de acesso à regularização documental desses migrantes, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) publicou a Resolução Normativa 126 (CNIg, 2017), por meio da qual concede residência temporária a cidadãos oriundos de países fronteiriços que ingressem ao país por via terrestre, por período de até 2 anos, com possibilidade de renovação por mais dois e, posteriormente, de residência permanente. Entretanto, devido ao alto custo do visto — as taxas chegavam a R\$ 300,00 — a maioria dos venezuelanos continuou solicitando refúgio. Por esse motivo, após recomendação do Ministério Público Federal, as taxas foram isentas para cidadãos que se autodeclarassem com baixos recursos.

Apesar de terem acesso à residência temporária, muitos venezuelanos continuam solicitando refúgio. De fato, dados da Polícia Federal (2019) mostram que os venezuelanos são os estrangeiros que mais solicitaram refúgio nos últimos anos no Brasil, conforme tabela a seguir:

TABELA 1 – Solicitações de refúgio segundo a nacionalidade

Países	Quantidade de solicitações
VENEZUELA	104.244
HAITI	62.193
SENEGAL	9.340
CUBA	9.159
ANGOLA	6.007
BANGLADESH	5.302
SIRIA	5.147

Fonte: elaborado pela autora com base em informações da Polícia Federal (2019)

atravessavam a fronteira diariamente para estudar, como relato em Zambrano (2016), e retornavam a suas residências no país vizinho, onde as famílias trabalhavam e mantinham suas rotinas. Cabe destacar que havia alunos de diversas nacionalidades, como libaneses e colombianos, moradores de Santa Elena, embora a grande maioria fosse venezuelano.

De acordo com um agente da PF participante desta pesquisa, em 2021, a média de atendimento de venezuelanos em Roraima foi de 500 pessoas por dia, em busca de regularização de documentos através de pedidos de refúgio ou residência. Em relação às residências, conforme dados da PF (2019), Roraima é o estado brasileiro que mais recebe migrantes venezuelanos no Brasil, com mais de 46 mil residentes, até abril de 2019. O segundo estado com mais venezuelanos até essa data era São Paulo, com quase 8 mil, seguido por Amazonas e Rio de Janeiro. Portanto, a proporção de migrantes em Roraima é muito alta, quando comparada à sua população, infraestrutura e economia, como argumento na seção 3.1.

Dessa forma, a migração transfronteiriça de venezuelanos para Roraima é, com frequência, denominada de “crise migratória”, termo reproduzido em discursos políticos e em matérias jornalísticas de diversas partes do mundo, em geral, com uma concepção de problema social. Contestando a ideia de “crise migratória”, Moreira e Borba (2021) argumentam que o termo adequado para denominar tal deslocamento é *migração de crise*, por entenderem que os deslocamentos fazem parte da história dos seres humanos e os migrantes não devem ser vistos como um problema para as sociedades receptoras. As autoras esclarecem que a crise não é gerada pelos migrantes, haja vista que estes são vítimas de crises humanitárias em seus países natais, isto é, são sujeitos que passam por uma grave crise (social, econômica, política, identitária...) antes, durante e após a migração.

Assim, os fatores que impulsionam a chamada migração de crise são tão graves que fazem a pessoa em situação de vulnerabilidade se deslocar do país de origem por ausência de alternativa. Embora concorde com a concepção de migração de crise, neste trabalho, opto pelo termo *migração forçada por sobrevivência*, como explico na próxima seção.

1.3 Migração forçada por sobrevivência

Para Silva e Abrahão (2018), dentre as opções de classificação do movimento migratório de que têm participado os indivíduos vindos da Venezuela para o Brasil estão as seguintes: a migração voluntária, o asilo político e o refúgio. Porém, os autores defendem que as características do fluxo migratório venezuelano em Roraima apontam para uma migração

forçada como melhor forma de categorização, apesar de não haver matriz jurídica adequada para tal.

Asilo pode ser definido como uma entidade jurídica criada com o objetivo de proteger o cidadão de origem estrangeira que o solicita. Conforme explica Abrahão (2019), quando a pessoa solicita o asilo, está buscando socorro em outro país em decorrência de perseguição sofrida no país de origem, por fatores políticos, sendo, assim, também denominado de *asilo político*. Para o autor, a diferença entre *asilo* e *refúgio* é:

a natureza do ato de reconhecimento, sendo discricionário no caso do asilo, cabendo ao Estado o poder de aceitar ou não o asilado, e vinculado no caso do refúgio, isto é, o Estado obrigatoriamente deve receber o migrante caso caracterizada alguma hipótese prevista na lei brasileira (ABRAHÃO, 2019, p. 42).

Silva e Abrahão (2018) definem *migração voluntária* como a decisão de migrar de uma forma espontânea, ou seja, sem influência de fatores externos, como perseguição política ou discriminação, e que se configura como discricionária. Conforme explicam os autores, dados oficiais da Polícia Federal de 2016 mostram que a situação legal da maioria dos venezuelanos com entrada em Roraima poderia ser, oficialmente, classificada como migração voluntária com visto de turista, pois apenas uma pequena parcela solicitou refúgio até aquele ano, com uma quantidade ainda menor de migrantes voluntários com pedidos de visto temporário para trabalho. Desse modo, quando comparado com a quantidade total de ingressos, fica claro que muitos venezuelanos se encontravam em situação irregular no Brasil, já que o visto de turista – facilitado graças ao acordo do MERCOSUL, permite o ingresso ao país apenas com a apresentação da carteira de identidade – tem a duração de 90 dias. Ainda conforme Silva e Abrahão (2018), uma grande quantidade desses migrantes entra ao Brasil com o objetivo da subsistência, e não para fins de turismo, como eram classificados até 2016. Assim, os autores defendem que os migrantes venezuelanos em Roraima não podem ser considerados turistas, nem migrantes econômicos, pois não saem voluntariamente do seu país, pelo contrário, são forçados ao deslocamento, como os refugiados, afetados por fatores externos, como violação dos direitos humanos e perseguições políticas.

Conforme apontam Silva e Abrahão (2018), apesar de muitos venezuelanos solicitarem refúgio no Brasil, são poucos os que realmente se enquadram nessa classificação, que leva em consideração motivos como opinião política, raça, religião e nacionalidade. Segundo os autores, as pesquisas mostram a procura por alimentos como a principal motivação para o deslocamento

dessas pessoas. Portanto, embora haja casos de violação dos direitos humanos e perseguições, a maioria dos venezuelanos que chega em Roraima não pretende fugir de perseguições políticas, e sim lutar pela sobrevivência pessoal e familiar (muitas das vezes, com a responsabilidade de enviar dinheiro à família que ficou no país de origem). Em outras palavras, para sobreviver, são forçados a migrar.

A migração forçada é o gênero de migração que ocorre por motivos externos, e não por uma motivação pessoal. De acordo com Reynolds (2017), a migração forçada ocorre de forma involuntária e inclui o refúgio. Dentre as migrações forçadas, está a migração de sobrevivência, cuja definição foi cunhada por Betts (2010) ao argumentar que os sujeitos enquadrados nessa categoria vivem a dicotomia entre *migrante econômico* e *refugiado*. Assim, são pessoas que se deslocam a outros países devido a ameaças reais a suas existências e que não encontram em seu país de origem uma solução para tais problemas. Conforme explica o autor, todos os refugiados pelas convenções internacionais são migrantes de sobrevivência, no entanto, nem todos os migrantes de sobrevivência são refugiados.

Nessa perspectiva, a maioria dos venezuelanos chega ao Brasil por uma questão de sobrevivência, devido à grave crise do país natal, que sofre com escassez de produtos essenciais como gêneros alimentícios, de higiene pessoal e medicamentos, além de falhas nos serviços de água, energia elétrica e distribuição de gás de cozinha. Dessa forma, concordo com Silva e Abrahão (2018) quando afirmam que parte dos venezuelanos que atravessou a fronteira para o Brasil foi motivada pela fome; portanto, classifico a migração venezuelana em Roraima como **migração forçada por sobrevivência**, denominação que adoto neste trabalho. É o processo migratório de pessoas que se deslocaram para sobreviver, forçadas a fugir da fome, da violência generalizada, do desrespeito aos direitos humanos e à liberdade de expressão. Nesse caso, não faço diferença entre solicitantes de refúgio ou de residência; considero a todos migrantes forçados por sobrevivência.

Com relação aos direitos desses migrantes, Gonçalves (2019) afirma que, de acordo com a legislação brasileira, os migrantes forçados, sejam ou não pessoas em condição de refúgio, devem receber garantia de proteção dentro dos parâmetros dos direitos humanos, enquanto direitos fundamentais. Dentre eles, estão **os direitos linguísticos e o direito à educação**, pontos que discutiremos nas seções 2.4, 4.1 e 5.2.

De acordo com o artigo 4º da nova lei de Migração (BRASIL, 2017), é garantido ao migrante em território brasileiro, em condição de igualdade com os nacionais, o direito à vida,

à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Também lhe é assegurado o acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, sem discriminação devido a nacionalidade e a condição migratória, bem como o direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.

Em Roraima, apesar das dificuldades de acesso, grande parte dos venezuelanos está recebendo educação, assistência em saúde, dentre outros direitos garantidos em lei; no entanto, a discriminação está presente em vários âmbitos, como será explanado no capítulo 3, que também aprofunda o arcabouço teórico que guiou esta pesquisa.

A seguir, apresento o arcabouço metodológico, com a descrição dos procedimentos de geração de registros e com dados importantes sobre número de migrantes em Roraima, bem como da infraestrutura do estado, principalmente em área de saúde e educação.

CAPÍTULO 2

ARCABOUÇO METODOLÓGICO

A possibilidade de experimentar a vida de outros para além da vida local é talvez a grande contribuição da vida contemporânea ao nos tirar de nosso mundo e de nossas certezas que apagam quem é diferente de nós e não nos possibilitam viver outras formas de sociabilidade.

MOITA LOPES (2008, p. 92)

Foi por meio da pesquisa qualitativa e interpretativista que desenvolvi esta tese, tentando entender os fenômenos de acordo com os significados que as pessoas conferem a eles. Seguindo esse viés, Denzin e Lincoln (2006) conceituam a abordagem qualitativa como naturalista e interpretativa para o mundo.

Conforme aponta Moita Lopes (1994), os significados são construídos pelo homem, pois ele interpreta o mundo e seu entorno, portanto, não há uma realidade única, e sim várias realidades. É a linguagem que possibilita essa interpretação do mundo e, para dar conta da pluralidade de vozes desse mundo, as ciências sociais necessitam levar em consideração questões de poder, ideologia, história e subjetividade. Ainda conforme Moita Lopes (1994, p. 331), a pesquisa interpretativista não pode ignorar a visão dos participantes desse mundo social e, para produzir conhecimento, “o acesso ao fato deve ser feito de forma indireta através da interpretação dos vários significados que o constituem”.

A pesquisa qualitativa e interpretativista é uma das mais usadas atualmente na Linguística Aplicada. Para Holliday (2015), a pesquisa em LA precisa de planejamento, organização, considerações éticas e boas interpretações. O autor afirma que a área de LA, na atualidade, está voltada ao reconhecimento da subjetividade da pesquisa qualitativa, em busca de registros mais ricos possíveis, destacando que há influência do pesquisador na maneira como eles são analisados. Lucena (2015), por sua vez, salienta que muitas pesquisas em LA seguem a “filosofia” ou o olhar etnográfico, com fluidez e transição que permitem democratizar formas de conhecimento por meio do ponto de vista dos participantes, isto é, olhar a opinião do outro em um contexto sócio historicamente situado.

Lucena (2015) também problematiza as formas de investigação racionalistas e destaca a necessidade de considerar os cenários plurilíngues da atualidade, evidenciando a desterritorialização das línguas, culturas e identidades. A autora cita Pennycook (2010) sobre o desenvolvimento de uma *teoria da prática* referente à discussão da linguagem como acontece na vida real, indo além de capturar a língua como sistema. Isso significa *repensar, desinventar e reconstruir* concepções de linguagem sedimentadas e entender as interações que desafiam formas linguísticas e pedagógicas dominantes, o que vai ao encontro da perspectiva da Linguística Aplicada Indisciplinar e Transgressiva.

Nesse sentido, como discuti anteriormente, esta pesquisa segue o viés da Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006) e Transgressiva (PENNYCOOK, 2006), em diálogo com o pensamento decolonial (MIGNOLO, 2008; 2013; 2018). Uso, portanto, uma metodologia qualitativa e interpretativista, de cunho decolonial (MENEZES DE SOUZA, 2019), com a possibilidade de pensar o mundo por meio de outros olhares e outros conhecimentos, conforme aponta Moita Lopes na epígrafe que abre este capítulo. Assim, concordo com último autor (2006, p. 23) quando afirma que uma das necessidades da pesquisa contemporânea é “ir além da tradição de apresentar resultados de pesquisa para os pares, como forma de legitimá-los”. O autor defende teorizações que dialoguem com as práticas sociais do cotidiano das pessoas, além de levar em consideração os interesses das pessoas que fazem parte dessa sociedade, validando suas visões.

É tentando problematizar a forma de construir conhecimento que delinheio este trabalho, que interpreto as informações e ações dos participantes da pesquisa – alguns deles, falantes de línguas minoritizadas no contexto roraimense, representados como invasores em uma sociedade hegemônica –; contudo, não pretendo “representar a voz dos silenciados, mas entender e nomear os lugares nos quais suas demandas ou sua vida cotidiana entram em conflito com os outros” (CANCLINI, 2015, p. 207).

Para tais interpretações, é importante fazer o movimento dialético composto por teoria e dados em constante diálogo, sem separação. Também considero fundamental não conceber os participantes da pesquisa como objeto, mas tratá-los como **agentes pensantes** (LUCENA, 2015). Assim, este trabalho não é **sobre** os migrantes venezuelanos, mas **com** eles, com a colaboração dos migrantes e de todas as pessoas envolvidas nas políticas de acolhimento a esse público que, muitas vezes, é visto como o outro, o invasor, isto é, frequentemente marginalizado e silenciado.

A pesquisa também analisa as ações de acolhimento realizadas por diferentes órgãos da sociedade roraimense, em um diálogo constante que me faz aprender e desaprender, me colocar deste e do outro lado da linha, ultrapassando fronteiras físicas, culturais e linguísticas, por meio de diversas interpretações. E para compreender melhor tais interpretações, a seguir, faço uma breve apresentação do estado de Roraima, enquanto cenário da pesquisa.

2.1 Roraima: cenário da pesquisa

Roraima, el curumim, mininu, guri, niño, piá. Hein? Que língua é essa, 'maasaron? Paranaeuês misturados com Uai, Hermano, Macuxi, Wapichana; Gauchês em rodas de buriti, paçoca, tapioca e açaí... Damurida, churrasco, cachapa, chimarrão, arepa, kaniz? Não, makaxiz, polenta, farinha e baião apurado com beiju. Roraima é de quem tem sonhos, Roraima é esperanza, é saudade na distância. Roraima não me impede de chegar, es mi amparo, me acalenta. Roraima habla com nosotros, fala com seus filhos, pero no escucha. RORAIMA de tantas línguas, O SILÊNCIO também TEM VOZ! Mãos que dançam no espaço e deslumbram o teu olhar. Atento, atordoado, engasgo. El grito se cierra en mi puño. Somos SORDOS, SURDOS, somos VOZES que ecoam DIFERENTES! Somos la cultura sorda em alternância de la vida. Roraima, parente, mí hermano, é composición, entiendes?

Alessandra Cruz (2020, p.7)

Começo esta seção com o poema de Alessandra Cruz, uma paranaense moradora de Roraima, apaixonada pelos contatos culturais e linguísticos existentes no estado. Em poucas linhas, a autora consegue mostrar um pouco da diversidade cultural imersa na população que compõe o estado mais ao norte do Brasil, além de exaltar a riqueza de sua diversidade linguística por meio da translíngua.

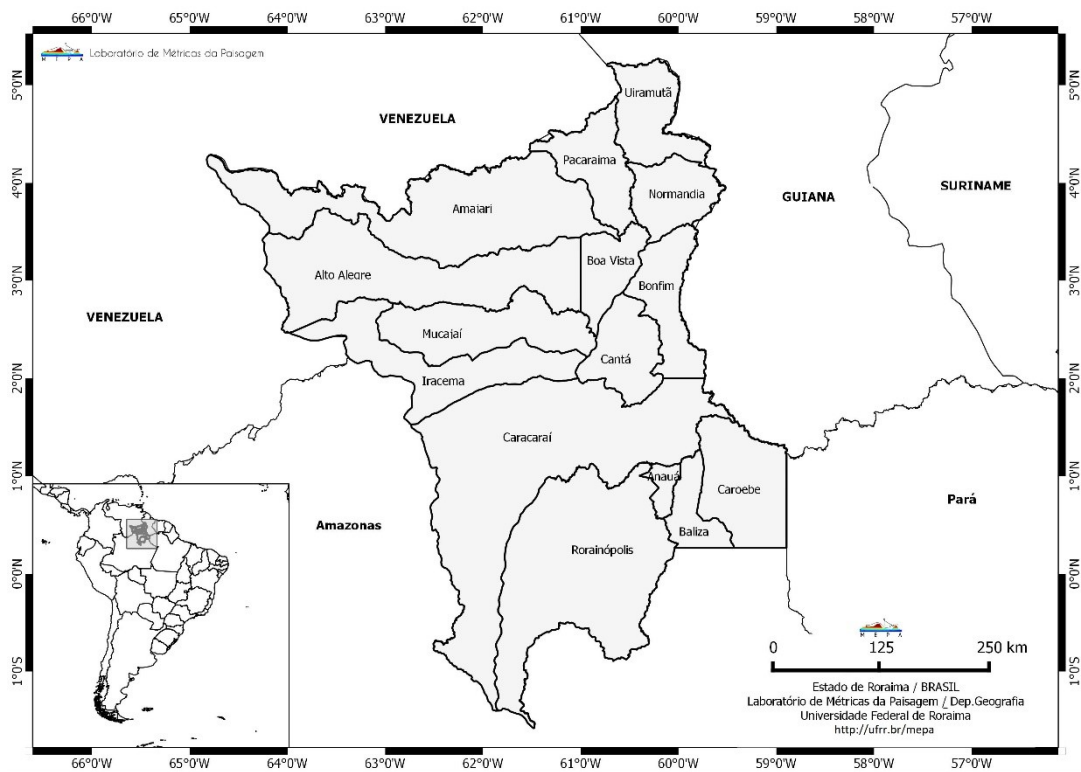
O antigo Território Federal do Rio Branco³⁸ foi criado em 1943 pelo então presidente Getúlio Vargas, mas quase 20 anos mais tarde seu nome passou a ser Território Federal de Roraima, já que, frequentemente, era confundido com a capital do Acre (Rio Branco). Com a constituição de 1988, o Território se transformou em um dos mais novos estados do Brasil

³⁸ O nome vem do principal Rio que banha a capital e parte do interior do Estado, Rio Branco, afluente do Rio Amazonas.

(GOVERNO DE RORAIMA, 2009).

Apesar do recente crescimento populacional, Roraima ainda é o estado menos populoso do país, com 631.000 habitantes (IBGE, 2020). Com 224.273 quilômetros quadrados, possui uma densidade demográfica de 2 habitantes por quilômetro quadrado e a maior parte de sua população se concentra na capital (IBGE, 2019), Boa Vista, a única capital brasileira totalmente acima da linha do Equador, isto é, localizada no hemisfério norte. O estado está dividido em 15 municípios, como podemos observar no seguinte mapa:

MAPA 2 – Localização dos municípios de RR



Fonte: Dep. Geografia UFRR³⁹

Os recursos públicos dos municípios roraimenses se limitam, em sua maioria, às transferências federais. Pesquisas evidenciam que as estruturas administrativas se encontram centralizadas nas respectivas sedes municipais, com escassas ofertas de serviços básicos de saúde em outras localidades. “À exceção de Boa Vista, as sedes municipais de Roraima, apesar

³⁹ Disponível em: <http://ufrr.br/mepa/phocadownload/geograficos/roraima2aa.jpeg>. Acesso em: 22 abril 2020.

de gozarem da condição formal de cidade, desempenham funções urbanas elementares, encontrando-se extremamente vinculadas e dependentes do mundo rural que as cerca” (DINIZ, 2008, p. 273). Como o autor explica, as outras cidades de Roraima são classificadas como pequenos núcleos urbanos, com posições geográficas periféricas e estradas em precárias condições.

A população do estado é composta por migrantes de todas as regiões do país e por povos indígenas de mais de 11 etnias. Roraima foi ocupada por migrantes nordestinos, além de paraenses e amazonenses, ainda na época do Território Federal do Rio Branco, atraídos pela agricultura e pecuária. A partir de 1970, iniciou a migração de gaúchos e paranaenses. Na década de 1980, com a descoberta do ouro em seu território, a expansão garimpeira atraiu ainda mais migrantes de diversos lugares do país, durante o auge econômico do estado decorrente da mineração. O declínio da época do ouro se deu com a criação da Reserva Indígena Yanomami⁴⁰, cuja extensão abrange três municípios roraimenses e dois amazonenses (GOVERNO DE RORAIMA, 2009).

Essa grande diversidade de povos é acompanhada por uma diversidade linguística, que se acentua devido às duas fronteiras internacionais do estado: de um lado, a República Bolivariana da Venezuela; do outro, a República Cooperativa da Guiana, tal como relatado na introdução deste trabalho. De acordo com Santos (2012), o quadro linguístico de Roraima está composto por várias línguas indígenas de diversas famílias linguísticas e por línguas de colonização europeia: português, oficial do Brasil; inglês e espanhol, línguas oficiais dos países vizinhos, que também podem ser consideradas línguas de migração e de fronteira, conforme observa-se na figura abaixo:

QUADRO 1 – Línguas presentes em Roraima

⁴⁰ As reservas indígenas ocupam 46,37 % do território roraimense, o que faz de Roraima o estado do Brasil com mais áreas indígenas (GOVERNO DE RORAIMA, 2009). As etnias mais conhecidas são Taurepang, Wapixana, Patamona, Ingaricó, Yanomami e Macuxi. Essa última é a mais numerosa e conhecida da região, razão pela qual a população nascida em Roraima é apelidada de *macuxi* (mesmo os não indígenas nascidos no estado).

Línguas Indo-Europeias		Línguas Indígenas		
Românicas	Germânica	Aruak	Karib	Yanomami
Português Espanhol	Inglês	Wapichana	Macuxi Taurepang Ingarikó Ye'kuana Wai-wai Atroari	Yanomam Yanomami Sanumá Yanam ou Ninan

Fonte: Santos (2012)

Santos (2012) salienta que algumas dessas línguas indígenas são faladas nos três países, já que, antes da colonização, os povos indígenas conviviam na região sem nenhum tipo de fronteira. Há, por exemplo, na atualidade, comunidades das etnias macuxi e taurepang tanto na Venezuela quanto no Brasil, bem como indígenas wapichana no Brasil e na Guiana, que, constantemente, transitam pela região da fronteira, atravessando a linha imaginária e fazendo uso das diversas línguas que ali convivem.

Atualmente, com o crescimento da migração venezuelana, também estão presentes em Roraima as línguas indígenas warao e eñepa, com maior presença da primeira, falada por uma etnia que, desde 2015, aproximadamente, vem atravessando a fronteira em grandes grupos, buscando abrigo e sustento. Devido às características culturais dessa população, foi necessário criar abrigos exclusivos para eles, um na cidade de Pacaraima e outro em Boa Vista. Conforme apontado por Santos e Zambrano (2019), os warao são o povo mais antigo e um dos mais numerosos da Venezuela, que iniciaram uma mobilização das aldeias para as cidades ainda na década de 1960. Porém, “[...] apesar de viverem em movimento pelas zonas urbanas há muito tempo, sempre mantiveram suas tradições de organização comunitária, os costumes alimentares e de vestimenta feminina, além do uso da língua warao” (SANTOS; ZAMBRANO, 2019, p. 186).

A língua warao não apresenta traços comuns a outras línguas indígenas da região, sendo considerada isolada. Já a língua eñepa é da família linguística Caribe. A etnia Eñepa está migrando para Roraima em menor proporção, misturada com indígenas warao e com não indígenas. Na Venezuela, o povo Eñepa é conhecido como *Panare*, e representa 1,0 % da população total de indígenas do país vizinho (GONZÁLEZ-FERNANDEZ, 2012).

Além das línguas indígenas e de colonização, convivem em Roraima as línguas de sinais: Libras (Língua Brasileira de Sinais) e LSV (Língua de Sinais Venezuelana). Conforme apontam

Araújo e Bentes (2020), a LSV pode ser considerada uma língua de fronteira e/ou língua de migração, confirmando a presença de aproximadamente 200 surdos venezuelanos em Boa Vista, de acordo com dados levantados em um projeto de extensão da UFRR.

No âmbito geográfico, Roraima é igualmente rica; possui uma ampla área de montanhas e regiões de serra que atraem muitos turistas, inclusive, divide o Monte Roraima com a Venezuela e a Guiana, ponto da tríplice fronteira. Porém, a escalada ao topo do monte é possível apenas pelo lado venezuelano, com a colaboração dos indígenas taurepang venezuelanos, denominados no país vizinho como “pemones”⁴¹. Existem outras belezas naturais no território roraimense, tal como a Serra do Tepequém, no município de Amajari, e as belas cachoeiras do município de Uiramutã, embora seu potencial turístico e de diversidade ambiental ainda seja pouco explorado.

O estado também possui uma área de campos naturais denominados savanas, de aproximadamente 44 mil quilômetros quadrados, dos quais cerca de 15 mil são aptos para a agricultura, sendo considerado, atualmente, um território produtor de arroz, milho e soja. Apesar da expansão econômica da pecuária e do agronegócio da soja, os recursos federais ainda constituem a principal fonte de renda de Roraima⁴², mesmo sendo considerado um local geopoliticamente estratégico, devido a suas fronteiras internacionais.

A importância do estado nas escalas nacional e regional é limitada: o porte demográfico da capital, por exemplo, é significativamente menor quando comparado com o de outras capitais da região Norte, bem como seu desenvolvimento industrial e comercial; uma das causas disso é a dificuldade de integração com os outros estados do país, devido, principalmente, ao custo elevado do transporte aéreo e ao fato de que a única rodovia federal de Roraima (BR-174) – que liga Boa Vista a Manaus no sentido Sul, e Boa Vista a Pacaraima ao Norte – não possui conexão com o restante do território nacional. Vale salientar que a pavimentação da referida rodovia apenas foi concluída em 1999, antes dessa data, as dificuldades para se deslocar a outras unidades da federação eram maiores (KANAI; OLIVEIRA, 2011).

Ainda no âmbito econômico, conforme dados do IBGE (2017), os serviços públicos compõem 43% da economia estadual. Já, os serviços privados de Roraima correspondem a

⁴¹ Grupo étnico linguístico da família Caribe, habitante da região sudeste da Venezuela, no Parque Nacional Canaima, na fronteira com o Brasil e a Guiana.

⁴² A economia do estado de Roraima é conhecida popularmente como economia do contracheque, por ser dependente do poder público.

aproximadamente 36% do PIB e as atividades de pecuária e agricultura ainda são incipientes. Cabe destacar que, mesmo com a proibição do garimpo, essa atividade continua em funcionamento no estado, de forma clandestina.

Nesse sentido, é necessário salientar que os migrantes venezuelanos estão chegando a um lugar com baixa capacidade de inserção econômica e, com pouca infraestrutura em saúde e educação. Por isso, muitos não conseguem emprego e acabam fazendo “bicos”, oferecendo serviços por meio de cartazes improvisados pelas ruas da cidade e até pedindo dinheiro nos semáforos. Outros tentam juntar dinheiro para se deslocar a outras cidades ou, entram na lista da Operação Acolhida para a interiorização. Como já mencionado antes, há bastantes venezuelanos morando nas ruas e em abrigos. Os serviços públicos de saúde, educação e assistência social de Roraima são utilizados não só por migrantes, mas também por moradores de várias cidades venezuelanas do estado de Bolívar (fronteiriço) que costumam atravessar a fronteira para tal fim.

É importante destacar que a migração forçada e a crise do país vizinho geraram um efeito positivo na economia de Roraima, como mostra uma pesquisa da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020). Os dados da fundação evidenciam que, entre 2016 e 2017, o estado teve um aumento de 2,3% no PIB, enquanto o PIB dos outros estados do país cresceu, em média, 1,4%, justamente nos anos em que o fluxo migratório aumentou consideravelmente. A pesquisa mostrou também que houve um aumento do grau de diversificação no estado de Roraima entre 2017 e 2018 que gira em torno de 8%, acréscimo este que não foi observado nos outros estados da região norte nem de outras regiões do país. De 2017 a 2018, o estado teve o maior aumento de área plantada do país, chegando a 28,9%. Da mesma maneira, houve aumento no comércio varejista, principalmente entre 2018 e 2019 (FGV, 2020).

A área de comércio exterior cresceu em valor exportado de maneira mais evidente em 2019 e, a maior parte das exportações foi para a Venezuela. O estudo da Fundação Getúlio Vargas atribui esse crescimento à crise do país vizinho que, por falta de produção nacional, passou a importar cada vez mais produtos do Brasil. Dados do Serviço Social da Indústria (SESI)⁴³ também evidenciam o crescente volume de exportações em Roraima. Se comparado a 2019, o mês de abril de 2020 teve um aumento de mais 290 % nas exportações (apesar da

⁴³ Dados enviados à imprensa por meio de nota da assessoria de comunicação do SESI/RR. Disponível em: <https://www.jornalopainel.com/balanca-comercial-de-roraima-abril-2020/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

pandemia do Coronavírus que teve início no Brasil em 2020) e, só a Venezuela foi responsável por 96,52 % desse total.

Outro fator que favoreceu a economia roraimense nos últimos anos foi a ajuda humanitária, graças à atuação de organismos nacionais e internacionais que apoiam os migrantes, movimentando a economia, por exemplo, com a criação de novas vagas de emprego em serviços destinados aos deslocados forçados.

Em relação à arrecadação estadual, a pesquisa da Fundação também traz dados importantes:

Como uma possível consequência do comportamento da atividade econômica, observa-se um expressivo aumento da arrecadação de ICMS em Roraima entre o final de 2018 e o primeiro semestre de 2019, chegando a um patamar de 25%. Esse descolamento é um indício de que o consumo de bens e serviços no estado cresceu de forma diferenciada em comparação com outros estados, dado que não foram detectadas mudanças significativas de alíquota nesse período (FGV, 2020, p.15).

Tal aumento do ICMS do estado é mais um indicativo de que a migração também veio para contribuir com a economia de Roraima. Assim, a contribuição fiscal dos migrantes forçados por sobrevivência é proporcional aos gastos do Estado com a assistência a essas pessoas.

O estudo da Fundação Getúlio Vargas analisou também o impacto da migração venezuelana no âmbito educacional, em diferentes níveis, evidenciando maior presença de estudantes venezuelanos na educação infantil e fundamental. De acordo com os dados, “as evidências empíricas dos registros de atendimento e matrículas sinalizam que pode ter havido maior execução de serviços públicos de forma pontual em um ou outro serviço, mas não um colapso generalizado dos serviços públicos em Roraima” (FGV, 2020, p. 104). Nas próximas seções deste capítulo apresento dados atualizados referentes à educação básica e à saúde, especificamente nos municípios de Pacaraima e Boa Vista.

Embora a migração forçada produza efeitos em todo o estado, os dois municípios escolhidos para esta pesquisa são Pacaraima e Boa Vista. O primeiro por ser a porta de entrada de quem vem da Venezuela por via terrestre, portanto, o primeiro lugar a receber os migrantes forçados por sobrevivência. O segundo por ser a capital e principal cidade do estado. A seguir, amplio as informações acerca desses dois lugares.

2.1.1 Pacaraima

O município de Pacaraima está localizado ao norte de Roraima e foi criado em 1995, precisamente na linha fronteira com a Venezuela. Nesse local, já existia a Vila BV8, que se iniciou com a instalação do Pelotão Especial de Fronteira, cujo objetivo era resguardar a segurança nacional. A maior parte do território de Pacaraima situa-se em um vale cercado por serras, a quase mil metros de altitude, o que faz com que a temperatura média seja de 21 graus (bem diferente da maioria dos municípios roraimenses). A região atrai visitantes devido a sua temperatura amena e, antes da crise venezuelana, era ponto de passagem de turistas que frequentavam o país vizinho. Também há vários atrativos naturais em Pacaraima, explorados pelos próprios indígenas habitantes da localidade (GOVERNO DE RORAIMA, 2009).

A sede do município está localizada dentro da reserva indígenas São Marcos, mas autoridades do estado continuam negociando para tentar desmembrar a área urbana municipal da referida terra indígena. Em terras pacaraimenses também está parte da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol⁴⁴, cujo limite vai até o ponto tríplice fronteiro (Brasil, Guiana e Venezuela), no monte Roraima. A referida reserva indígena ocupa áreas de três municípios – Pacaraima, Uiramutã e Normandia – como é possível observar no seguinte mapa:

MAPA 3 – Terras indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol



⁴⁴ Homologada em 2005, essa reserva tem sido alvo de muitos conflitos entre indígenas e não indígenas moradores da região, dentre eles, agricultores produtores de arroz.

Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Mapa-de-Roraima-com-delimitacao-da-Terra-Indigena-Raposa-Serra-do-Sol-Fonte_fig1_336646720. Acesso em: 20 maio 2020.

Dessa maneira, a área territorial de Pacaraima, de pouco mais de 8 mil quilômetros quadrados, está inteiramente em terras indígenas. Sua divisão espacial é composta por uma única área urbana (a sede municipal) e por 55 comunidades indígenas divididas em duas regiões: a região conhecida como Surumú (na Terra Indígena Raposa Serra do Sol), e na região São Marcos (na Terra indígena de mesmo nome).

Atualmente, Pacaraima é o município com a maior taxa de crescimento populacional do país (mais de 11%), de acordo estimativa do IBGE (2019): em 2010, eram 10.433 habitantes e, em 2019, o número aumentou para 17.401. Pacaraima sempre teve um grande contato econômico e social com a cidade vizinha – Santa Elena de Uairén, em território venezuelano, conforme já foi relatado neste trabalho – e, na atualidade, é o primeiro lugar do Brasil que os venezuelanos procuram para comprar alimentos e medicamentos, bem como para conseguir assistência médica e educativa.

Por ser um município pequeno, a estrutura de órgãos públicos também é limitada. No âmbito educativo, por exemplo, há apenas uma creche municipal, destinada à educação infantil. Existem duas instituições que oferecem o Ensino Fundamental na sede do município, e a terceira está em construção, após as salas de aula registrarem superlotação. Nas comunidades indígenas, há escolas municipais que oferecem o sistema multisseriado⁴⁵. Antes, os migrantes procuravam apenas as instituições escolares da área urbana, porém, nos últimos anos, há registros de venezuelanos matriculados em escolas das comunidades indígenas⁴⁶, conforme mostra a tabela a seguir:

TABELA 2 – Alunos venezuelanos na Rede Municipal de Pacaraima

Nº	UNIDADE ESCOLAR	VENEZUELANOS	TOTAL
01	Escola Municipal Casimiro de Abreu	576	926

⁴⁵ De acordo com Parente (2014), a escola multisseriada é uma opção de organização que atende a um número reduzido de estudantes, em unidades escolares pequenos e com poucos docentes. É possível criar uma escola com níveis diferentes para atendimento no primeiro segmento do Ensino Fundamental que contemple poucos alunos em cada turma.

⁴⁶ Já há algumas pesquisas sobre as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa a migrantes nas escolas indígenas, como a de Soares e Zambrano (2019).

02	Escola Municipal Alcides da Conceição Lima	251	614
03	Creche Municipal Jessyca Christine Carvalho da Cruz	104	399
04	Nova Unidade Escolar (em processo de implantação)	314	477
05	Escolas Municipais Indígenas	201	821
Total:		1446	3237

Fonte: Dados obtidos pela autora a partir de contato com a Secretaria de Educação de Pacaraima em abril de 2020⁴⁷.

A maior escola municipal é a Casimiro de Abreu, com 926 alunos matriculados, dos quais mais da metade (576) é de origem venezuelana. Na nova unidade, cuja construção se iniciou em 2020, mas já em funcionamento de forma improvisada, a maior parte dos alunos nasceu no país vizinho: do total de 477 matrículas, 314 são venezuelanos. Cabe destacar que, nem todos são migrantes, pois, como já mencionado antes, há um movimento pendular de alunos que atravessam a fronteira diariamente somente para estudar. São pessoas que mantêm residência do lado venezuelano, mas matriculam os filhos nas unidades escolares de Pacaraima, uma realidade registrada há muitos anos na cidade e mostrada em diversas pesquisas (BRAZ, 2010; LIMA, 2015; ZAMBRANO, 2016).

A porcentagem de estudantes de outras nacionalidades nas escolas municipais de Pacaraima até 2016, quando a crise migratória se intensificou, chegava, no máximo, a 30 % do total de matrículas (ZAMBRANO, 2016). Já, em 2020, os venezuelanos representavam quase metade dos alunos matriculados nas escolas municipais, conforme dados da tabela 2, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação.

2.1.2 Boa Vista

Boa Vista nasceu no século XIX, quando fazendas começaram a se erguer à beira do rio Branco, na Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, como era chamada à época. Na atualidade, é uma cidade planejada, com um traçado urbano moderno em formato de leque, cujas avenidas largas começam no Centro Cívico. Semelhante ao projeto arquitetônico de

⁴⁷ O ano escolar de 2020 foi interrompido devido à pandemia de covid-19.

Belo Horizonte/MG, o projeto de Boa Vista lembra a antiga Paris e foi realizado pelo arquiteto Darcy Aleixo Derenusson, em 1930 (GOVERNO DE RORAIMA, 2009).

Boa Vista está localizada no centro oriente do estado, mesorregião do norte de Roraima, à margem direita do Rio Branco. Possui uma área de mais de 5 mil quilômetros quadrados, o que representa 2,54 % da área total do estado. Mais de 25% de seu território é composto por terras indígenas. Em relação ao clima, é tropical úmido, com apenas uma estação em dois períodos: o verão seco e o verão chuvoso, com temperaturas que variam de 21 a 38 graus (NEaD/UFRR, s/d).

Conforme Diniz (2008), Boa Vista é uma cidade que evidencia a característica periférica/centralista de Roraima. De acordo com o autor, na década de 2000, Boa Vista centralizava 63% da população do estado, bem como 70% do seu PIB. No que tange à infraestrutura, prestação de serviços públicos e acesso a comunicação e transporte, a realidade também é de centralização na capital.

Os colonos que chegam de outros estados em busca de terras, fixam residência em Boa Vista e, depois, vão para o interior. Porém, continuam frequentando a capital, já que a cidade possui o maior mercado para produtos agrícolas, motivo pelo qual os agricultores do interior de Roraima se deslocam semanalmente para vender os seus produtos na capital (DINIZ, 2008).

Ainda conforme Diniz (2008, p. 279), “o desequilíbrio hierárquico entre Boa Vista e as demais cidades é tão significativo que se pode falar, pelo menos no momento atual, do fenômeno de macrocefalia urbana na capital do Estado”. Tal fenômeno se caracteriza pela concentração de população, atividades comerciais e serviços em um espaço limitado. O autor deixa claro que esse desequilíbrio se dava na época da publicação da pesquisa (2008), no entanto, em 2021, a realidade não é diferente.

Por ser a capital do estado, Boa Vista detém funções de cidades grandes, apesar de ser de porte médio, com concentração da maioria dos serviços públicos e privados. A economia do município é dominada pelos serviços públicos e o comércio. Na área da educação, é o município do estado com a maior concentração de instituições escolares e universitárias. Segundo dados do IBGE (2019), em 2018, Boa Vista era responsável por 14.735 matrículas no Ensino Médio, enquanto o número de alunos matriculados no Estado todo era de 21.191. Com relação ao Ensino Fundamental, a situação é bem parecida, a capital centraliza a maior parte dos estudantes desse nível, 56.346, de um total de 96.582 no estado.

Pelos motivos citados acima, a maior parte dos migrantes venezuelanos concentra-se na capital de Roraima, que também é a cidade mais procurada pelos estrangeiros para assistência à saúde, por ser a única que possuía, até 2021, apenas uma maternidade pública⁴⁸ e somente um hospital público de grande porte, ambos de responsabilidade do governo do estado.

Segundo a estimativa do IBGE (2019), o município de Boa Vista possuía quase 400 mil habitantes, e o número de venezuelanos residentes no estado, segundo os dados da Polícia Federal, até abril de 2019, representava 11% em relação à população total da capital e quase 8 % do total de habitantes do estado, de pouco mais de 600 mil⁴⁹.

Embora esses migrantes não estejam incluídos na contagem do IBGE, a taxa de 5% de crescimento populacional do estado (com relação à estimativa de 2019) está relacionada à migração, devido ao registro civil. Isso acontece porque a metodologia usada pelo IBGE inclui todos os bebês nascidos em Roraima e, de acordo com informações da Secretaria de Saúde⁵⁰, nos últimos anos, a maternidade vem registrando um aumento considerável do número de partos em cidadãs venezuelanas. Em 2016, as venezuelanas atendidas representaram 3,25 % do total de atendimentos, em 2017 essa porcentagem aumentou para 6 %, em 2018 o atendimento de venezuelanas chegou a 15,42% do total de registros na unidade hospitalar e, em 2019, 24,73 % do total de partos realizados na instituição foram de cidadãs do país vizinho.

É importante ressaltar que nem todas as mulheres atendidas são migrantes, pois muitas delas viajam até Boa Vista somente para dar à luz, já que, na Venezuela, a assistência em saúde atualmente é, de modo geral, muito precária (ARRUDA-BARBOSA; SALES; SOUZA, 2020). Após o nascimento, algumas famílias registram os bebês e retornam ao país natal, entretanto, muitas ficam em Boa Vista, sendo considerados migrantes.

Em relação à assistência em saúde oferecida pela prefeitura no município de Boa Vista, é possível observar um número crescente no atendimento aos cidadãos de origem venezuelana, como mostra a tabela a seguir:

⁴⁸ No primeiro semestre de 2021, foi inaugurada uma maternidade pequena no município de Rorainópolis, no Sul do estado, com o objetivo de atender ao público daquela região (pelo menos quatro municípios do sul) (JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 2020)Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Interior/Maternidade-de-Rorainopolis-e-inaugurada-com-nascimento-de-bebe-prematuro/75736>

⁴⁹ Censo IBGE 2019, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>. Acesso em: 14 abril 2020.

⁵⁰ Solicitadas por meio da Secretaria de Comunicação e disponibilizadas em planilha enviada por email.

TABELA 3 – Atendimento de saúde em Boa Vista

Nº	SITUAÇÃO	2018	2019
1	Consultas (Médicas, Enfermagem, Psicólogos, Assistente Social etc)	12.623	42.392
2	Procedimentos Ambulatoriais	48.356	170.826
3	Consultas Odontológicas	2.419	7.092

Fonte: Secretária Municipal de Comunicação⁵¹.

Os dados indicam que as consultas médicas, psicológicas e de assistência social oferecidas aos migrantes venezuelanos cresceram mais do triplo de 2018 a 2019; nos procedimentos ambulatoriais, vemos números bem superiores. As consultas odontológicas também aumentaram de um ano para o outro, ainda que em menor escala.

Na área educacional, dados da Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Boa Vista (SEMUC, 2020), em 2020, mostram que a Rede Municipal de Ensino de Boa Vista, que atende desde a educação infantil até o Ensino Fundamental I, contava com 124 unidades de ensino, com a inauguração de 2 unidades no início do mesmo ano e com previsão de inaugurar mais uma em área indígena.

Para atender a demanda da cidade, a prefeitura construiu 17 escolas de 2017 até 2020 e, de acordo com a nota informativa municipal (SEMUC, 2020), a migração venezuelana gerou a necessidade de criação de novas turmas em algumas escolas. Em fevereiro de 2020, havia um total de 44.025 alunos matriculados, dos quais 6.101 eram de nacionalidade venezuelana, representando quase 14% do total (SEMUC, 2020).

Após conhecer um pouco da realidade atual do estado e dos dois municípios cenários desta pesquisa, a próxima seção refere-se ao processo de geração de registros para este trabalho.

⁵¹ Dados solicitados e recebidos por e-mail, através da Secretaria Municipal de Comunicação Social.

2.2 Procedimentos de geração de registros

A geração de registros para esta pesquisa ocorreu em três fases diferentes. A primeira consistiu no levantamento documental específico sobre ações de acolhimento realizadas a partir do aumento da demanda dos venezuelanos em Roraima. A segunda compreendeu a realização de entrevistas semiestruturadas com funcionários públicos das esferas federal, estadual e municipais (Boa Vista e Pacaraima). A última etapa foi realizada por meio de um grupo focal formado por alunos de um curso de PLAc

Tendo em vista a preocupação com a ética, nesta pesquisa, foram tomadas algumas medidas importantes como a preservação da identidade dos participantes, com a omissão dos nomes dos entrevistados e o uso de nomes fictícios para os migrantes que fizeram parte do grupo focal. Também foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os participantes do grupo focal e outro para os entrevistados⁵², ambos redigidos em linguagem simples e direta. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFMG, com o número de parecer 4.294.624.

Como afirma Holliday (2015), é necessário considerar as questões éticas na pesquisa qualitativa. Por isso, devemos preservar a integridade e a privacidade dos participantes das pesquisas. Entretanto, o autor salienta que não se trata apenas de obter permissão por meio de algum documento, devemos sempre ter em conta que nem todas as pessoas vão se interessar pelas nossas pesquisas, assim, o processo de colaborar e verificar interpretações não é nada fácil e pode ser injusta para o participante; por esse motivo, a questão ética foi um desafio enfrentado durante a pesquisa de campo, principalmente com as dificuldades para entrevistar os trabalhadores da área de saúde, por estarem sempre ocupados e com muito estresse decorrente da pandemia do novo coronavírus, já que a geração de registros ocorreu entre os anos 2020 e 2021.

2.2.1 Levantamento documental

Para a primeira etapa da geração de registros desta pesquisa, foi realizado um

⁵² Os dois termos estão disponíveis nos apêndices D e E, respectivamente.

levantamento documental nas instituições públicas e privadas de Roraima e em sites de notícias, em busca de ações destinadas ao acolhimento, implementadas após o aumento do fluxo migratório. Nesse contexto, foram utilizados documentos como resoluções, editais e notícias. Alguns desses documentos são apresentados e analisados no capítulo 4, dentre eles, panfletos informativos em língua espanhola e em warao, bem como a resolução e o edital da UFRR que dispõe sobre o ingresso de migrantes através de processo seletivo próprio. Resoluções referentes ao acolhimento na Educação Básica são analisadas no capítulo 5. Essa etapa contribuiu para a consecução de dois dos objetivos propostos: (1) identificar e analisar documentos relativos a políticas para o acolhimento de migrantes em Roraima; (2) descrever de que maneira são tratados os direitos linguísticos dos migrantes nesses documentos.

2.2.2 Entrevistas semiestruturadas

A segunda etapa foi a pesquisa de campo com geração de registros por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020 e, de janeiro a março de 2021. Essa fase contribuiu para a consecução de três objetivos específicos: (1) identificar e analisar as representações sobre as línguas por parte dos que participam da implementação de políticas para migrantes venezuelanos em Roraima; (2) compreender de que maneira essas representações impactam os processos de implementação das políticas de acolhimento em Roraima; (3) compreender até que ponto tais políticas respeitam os direitos linguísticos dos migrantes.

As entrevistas semiestruturadas foram escolhidas por oferecerem maior flexibilidade e liberdade, tanto para o pesquisador quanto para o entrevistado (TRIVIÑOS, 2013), uma vez que suas perguntas podem ser adaptadas no decorrer do processo. Conforme Triviños (2013), a entrevista semiestruturada proporciona questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Tais questionamentos originam novas perguntas surgidas a partir das respostas dos informantes, por isso, esse tipo de entrevista é conhecida como semiaberta. O foco principal é conduzido pelo pesquisador/entrevistador. Assim, é possível manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de geração de registros. As entrevistas foram gravadas em áudio e realizadas de forma individual com diferentes grupos, conforme explicado no quadro abaixo:

QUADRO 2 - Entrevistas realizadas

Entrevistados	Data e local da entrevista	Objetivo
Funcionários das secretarias municipais de Saúde, Serviço Social e Educação (Pacaraima e Boa Vista) que participam da implementação de políticas de acolhimento (1 funcionário de cada pasta).	De setembro a dezembro 2020. Realizadas nas respectivas secretarias.	Compreender as representações desses profissionais com relação aos migrantes venezuelanos, conforme roteiro de entrevista disponível no apêndice C.
Funcionários das secretarias estaduais de Saúde, Serviço Social e Educação que participam da implementação de políticas de acolhimento (1 funcionário de cada pasta, com exceção da Secretaria de Educação, pois a servidora entrevistada nessa Secretaria indicou uma diretora escolar para complementar as informações).	Novembro e dezembro de 2020; janeiro e fevereiro de 2021. Realizadas nas secretarias de estado.	Compreender as representações desses profissionais com relação aos migrantes venezuelanos, conforme roteiro de entrevista disponível no apêndice C.
Funcionário da Polícia Federal que presta serviços de documentação aos migrantes (1 funcionário).	Agosto de 2021.	Identificar e analisar as representações sobre as línguas por parte dos que participam da implementação de

		políticas de acolhimento para migrantes venezuelanos em Roraima, conforme roteiro de entrevista disponível no apêndice C.
Professor de português como língua adicional/acolhimento dos cursos oferecidos pela Pastoral do Migrante (foram entrevistados 2 professores, mas apenas os dados de 1 entrevista foram analisados).	Março de 2021.	Compreender as representações desses profissionais com relação aos migrantes venezuelanos, conforme roteiro de entrevista disponível no apêndice B.

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível observar no quadro acima, as entrevistas iniciaram em setembro de 2020, nas Secretarias Municipais, posteriormente nas estaduais e, por último, já em 2021, com a Polícia Federal. A entrevista com a professora de PLA/PLAc foi adiada para 2021 devido ao cancelamento dos cursos oferecidos pela Pastoral, em decorrência das medidas de biossegurança exigidas para controlar o contágio pelo covid-19. Embora o curso oferecido pela instituição religiosa ainda estivesse suspenso no primeiro semestre de 2021, a entrevista foi realizada com uma professora que ministrou aula e coordenou o projeto de 2017 até março de 2020, quando as atividades foram interrompidas.

2.2.3 Narrativas orais por meio de grupo focal

A terceira fase da geração de registros contou com a pesquisa narrativa, com narrativas orais em grupo focal. As narrativas estão todas em língua portuguesa; foi oferecida a opção de realizar a discussão do grupo em língua espanhola, porém, todos os participantes optaram

por falar português.

Para o grupo focal, recorri à pesquisa narrativa, cujo principal foco de investigação está em como as pessoas usam histórias para dar sentido a suas experiências, em áreas de investigação nas quais é importante entender os fenômenos a partir das perspectivas daqueles que os experimentam (BARKHUIZEN; BENSON; CHIK, 2014). Em outras palavras, a pesquisa narrativa se dedica à experiência de vida dos participantes, ao levar em consideração tanto a maneira que interpretam as situações vividas, como a forma que se imaginam diante delas.

Uma das maneiras de aprender sobre os mundos interiores dos indivíduos é por meio de relatos verbais e histórias apresentadas por narradores individuais sobre suas vidas e sua realidade. Assim, na área da educação, a pesquisa narrativa apresenta-se como o estudo das vidas profissionais e dos professores. No campo da linguagem, esse tipo de pesquisa é relevante na medida que colabora com o entendimento dos mundos internos de professores e alunos de idiomas e a natureza do ensino e aprendizagem de línguas enquanto atividade social e educacional (BARKHUIZEN; BENSON; CHIK, 2014). Para mim, o ponto de maior interesse pela pesquisa narrativa está na ideia de envolver os grupos e indivíduos cujos comportamentos são objeto de pesquisa, pois, segundo os autores supracitados, na Linguística Aplicada, a investigação narrativa permite um maior alcance das vozes de grupos marginalizados, com pouco espaço no mundo acadêmico.

As narrativas podem ser obtidas com uso de diversos métodos, como entrevistas, diários, autobiografias, narrativas escritas e narrativas orais, sendo essas últimas utilizadas nesta fase do estudo. As narrativas orais abrangem histórias que podem ir além do tema pessoal e comunitário. É uma abordagem que passa pela história de vida com o objetivo de capturar experiências acerca do uso e aprendizagem de línguas – neste caso, entre as diferentes línguas faladas no estado de Roraima.

Conforme apontado por Polkinghorne (1995), na pesquisa narrativa, existe a *análise de narrativas* e a *análise narrativa*. Na primeira, as histórias são utilizadas como dados; na segunda, como meio para analisar os dados. Esta pesquisa usa a análise de narrativas, isto é, a análise das histórias contadas durante o grupo focal, interpretando as situações e eventos narrados referentes às experiências dessas pessoas como migrantes em Roraima.

O grupo focal é uma técnica na qual o pesquisador reúne uma determinada quantidade de pessoas com perfis pré-definidos, com o objetivo de gerar, por meio de diálogos e debates,

informações acerca de um determinado tema. Tal técnica ajuda a compreender problemas do ponto de vista de grupos sociais e culturais. Sua essência está na interação entre os participantes e o pesquisador, por meio da discussão focada em tópicos específicos (NETO, 2002).

Conforme Kyale e Brinkmann (2009), citados por Barkhuizen, Benson e Chik (2014), o grupo focal, em geral, tem de seis a dez participantes e um moderador, contando com uma abordagem mais interativa e dialógica; seu formato é não-diretivo, o que significa que o moderador (geralmente, o pesquisador) introduz um tópico e, na sequência, permite que os participantes expressem suas opiniões, criando o que os autores chamam de ‘narrativa comunitária’. Nesse sentido, é importante que o moderador crie um ambiente adequado para que os participantes estejam à vontade para expressar suas percepções e opiniões, sem nenhum tipo de pressão.

A atividade de grupo focal foi gravada em áudio, realizada por videoconferência, com 8 alunos de um curso de produção textual para migrantes ofertado pela Universidade Estadual de Roraima em 2021, na modalidade remota. A ideia inicial era executar a atividade de grupo focal com os alunos do curso de português da Pastoral do Migrante, no entanto, devido à pandemia do novo coronavírus, a Pastoral cancelou os cursos de 2020 e 2021. O interesse foi conseguir narrativas orais relacionadas aos desafios que os migrantes venezuelanos enfrentam em Roraima, a partir de sua perspectiva, conforme proposta de discussão disponível no apêndice A. Dessa forma, busquei gerar registros para atingir o seguinte objetivo específico da presente pesquisa: identificar e analisar as representações sobre as línguas por parte de venezuelanos que participam de políticas para acolhimento de migrantes em Roraima.

É importante destacar que existe uma relação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa que estabelece seu status epistemológico. Tal relação gera constante negociação e transformação para analisar e construir significados (CLANDININ; CONNELLY, 2011), exatamente como ocorreu nesta pesquisa. Como narrei desde a apresentação deste trabalho, eu sou venezuelana, migrante no Brasil que, apesar de não me classificar como migrante forçada por sobrevivência, convivo com pessoas que estão vivendo tal realidade: amigos, conhecidos e alguns parentes. Também sou coordenadora e professora de cursos de extensão oferecidos gratuitamente aos migrantes em Boa Vista desde 2017 e em Pacaraima desde 2012, portanto, acompanho de perto as inquietações e preocupações desses sujeitos.

Na próxima seção, explico quais são as instituições das quais fazem parte os

entrevistados e os participantes do grupo focal.

2.3 Participantes da pesquisa

Para realizar a pesquisa foi necessária a colaboração de várias instituições: nos âmbitos municipal, estadual, federal e religioso. As instituições municipais e estaduais escolhidas foram as Secretarias de Saúde, Educação e Ação Social dos dois municípios contemplados pela pesquisa, Pacaraima e Boa Vista, bem como as mesmas pastas do governo do estado. A escolha dessas três áreas - Saúde, Educação e Assistência social se deve à sua extrema relevância na construção de políticas públicas para os deslocados forçados por sobrevivência. As pessoas entrevistadas foram indicadas pelas respectivas assessorias de comunicação de cada instituição. A única instituição de nível federal a participar foi a Polícia Federal em Roraima, por ser o órgão responsável pela emissão da documentação dos migrantes.

A entidade religiosa escolhida foi a Pastoral do Migrante, por realizar um trabalho importante no acolhimento dos migrantes forçados em Roraima. Uma pastoral social criada em 1985 como resultado da Campanha da Fraternidade de 1980. As ações da Igreja Católica têm como finalidade a acolhida dos migrantes, com a defesa dos direitos humanos⁵³.

A partir de abril de 2018, a Pastoral do Migrante em Roraima, em Parceria com a Universidade Federal de Roraima, por meio do Projeto Acolher/UFRR, passou a oferecer o Curso de Português básico e cultura brasileira, com 60 horas de aula, ofertadas ao longo de 2 a 3 meses. Em dois anos, o projeto da pastoral conseguiu finalizar 57 turmas de Português básico e 01 de avançado, na capital e no interior.

As aulas aconteciam nas igrejas ou em escolas estaduais. O corpo docente era composto por voluntários, alguns estudantes da UFRR, outros membros da comunidade, inclusive com venezuelanos na equipe. Os materiais didáticos adotados até 2019 foram as apostilas *Pode Entrar* (FEITOSA et al, 2015) e *Portas Abertas* (REINOLDES; MANDALÁ; AMADO, 2017), impressas com dinheiro de doações. A instituição religiosa conseguia doações de lápis e cadernos para fornecer aos alunos. A certificação era emitida eletronicamente por meio da parceria com o Projeto Acolher/UFRR.

⁵³ Informações adaptadas do site da Pastoral. Disponível em: <https://spmigrantes.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em 17 abr. 2020.

Os oito (8) sujeitos que participaram do grupo focal são venezuelanos residentes em Boa Vista há mais de dois anos, participantes do curso de Produção Textual para migrantes oferecido pela UERR no primeiro semestre de 2021. Todos com o interesse de prestar vestibular, Enem e/ou revalidar diplomas no país.

CAPÍTULO 3

DA COLONIALIDADE ÀS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA ACOLHIMENTO ENTRE LÍNGUAS

A opção decolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender [...], já que nossos cérebros (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) tinham sido programados pela razão imperial/colonial.

WALTER MIGNOLO (2008, p. 290)

Início este capítulo situando a perspectiva teórica à qual me alinho, a Linguística Aplicada (doravante LA) de viés crítico e contemporâneo, que segue uma linha de transdisciplinaridade. Sem pretensões de encontrar verdades absolutas, problematizo questões de políticas, direitos e representações linguísticas para propor novas políticas de acolhimento ao migrante venezuelano em Roraima.

3.1 LINGUÍSTICA APLICADA E DECOLONIALIDADE

Esta pesquisa está ancorada na Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), aquela da *INdisciplina*, no sentido de romper barreiras e não seguir as epistemologias tradicionais com verdades absolutas e imutáveis. É a linguística aplicada que Moita Lopes chama de mestiça ou híbrida, que possibilita contemplar outras histórias acerca de nós mesmos e de nossa sociedade, histórias que discutam marginalizações de raça, etnia, gênero, sexualidade ou nacionalidade, por exemplo. Essa LA critica a modernidade ao defender uma sociedade heterogênea e tentar construir “[...] uma agenda anti-hegemônica em um mundo globalizado, ao mesmo tempo em que descreve a vida social e as formas de conhecê-la” (MOITA LOPES, 2006, p. 27).

O foco da LA da *INdisciplina* está na problematização de questões de uso real da língua, principalmente em cenários de grupos minoritarizados, “de modo que alternativas para tais contextos de usos da linguagem possam ser vislumbradas” (MOITA LOPES, 2006, p. 20). É uma área de pesquisa com agenda política e ideológica, capaz de problematizar questões de poder e desigualdade. Essa vertente da linguística aplicada não busca verdades absolutas, mas

tenta entender os problemas da língua(gem) em uso, gerando novos olhares para tais fenômenos através da concepção de língua como prática social. Seguindo o mesmo pensamento, Fabrício (2006) aponta que a linguística aplicada se reconfigurou como prática interrogadora, com agenda transformadora/intervencionista, que está comprometida com a transformação social tanto no viés político quanto no ético.

A LA indisciplinar está em consonância com a Linguística Aplicada Transgressiva (PENNYCOOK, 2006), a qual apresenta uma abordagem dinâmica, aberta a cruzar fronteiras, isto é, a escolher o lado e exercer a consciência crítica, distanciando-se das certezas. Pennycook (2006, p. 74) defende duas noções de transgressão: a primeira refere-se à necessidade de obter instrumentos políticos e teóricos para “transgredir os limites do pensamento e da política tradicionais”. A segunda entende a transgressão como a possibilidade de “pensar o que não deveria ser pensado e fazer o que não deveria ser feito” (PENNYCOOK, 2006, p. 74), ou seja, possibilita desafiar e produzir outras maneiras de pensar. Portanto, a Linguística Aplicada Transgressiva tem a finalidade de cruzar fronteiras e quebrar regras, de forma reflexiva, tanto para o pensamento quanto para a ação de transgredir.

Esta pesquisa pretende transgredir à medida que busca refletir acerca de representações e de políticas linguísticas que emergem na atual conjuntura da migração forçada por sobrevivência de venezuelanos, ao atravessar as fronteiras do acolhimento em uma única língua – o português, como língua nacional e majoritária do Brasil – com a intenção de ampliar o entendimento relacionado aos direitos linguísticos e às políticas de acolhimento no estado.

Na mesma perspectiva da LA indisciplinar e transgressiva, com características transdisciplinares, este trabalho dialoga com as teorias decoloniais, as quais buscam a construção do conhecimento por meio de um campo interdisciplinar que privilegia os elementos locais em detrimento dos legados impostos pela colonialidade. Nas palavras de Kleiman (2013, p. 40), a LA indisciplinar é uma área que privilegia “os sujeitos sócio-históricos de nossa realidade social”.

Conforme aponta Quijano (2005), a colonialidade dá um novo sentido ao termo *colonialismo*, como resposta à globalização e ao pensamento global imposto pelo colonialismo europeu, em nome da modernidade. Em outras palavras, a colonialidade substitui a dominação da colonização após a descolonização, mantendo a lógica eurocêntrica das relações coloniais entre saberes e modos de vida. É por isso que Mignolo (2018) denomina a colonialidade como a fase mais escura da modernidade.

Desse modo, nesta pesquisa, sigo o pensamento liminar (*fronteiriço* na versão hispânica), entendido como a condição necessária para pensar decolonialmente, que nos torna epistemologicamente desobedientes, ao habitar e pensar nas fronteiras e nas histórias locais, ao mesmo tempo em que confrontamos os desígnios globais (MIGNOLO, 2013; 2018). Tal pensamento é liminar por estar em lugar de passagem, ultrapassando os limites das fronteiras, o que pressupõe um *pensamento outro* sem menosprezar nem dominar outras formas de conhecimento.

Para manter tal pensamento, é necessário romper com a Matriz Colonial do Poder (QUIJANO, 2005) que habita em nós, como sujeitos produtos da colonização. Essa matriz está composta por quatro domínios relacionados entre si: controle econômico; controle da autoridade; controle do gênero e da sexualidade; e controle do conhecimento e da subjetividade. É a estrutura de administração e controle do poder, do saber e do ser. O poder econômico, o poder das relações entre diferentes raças e etnias, categorias criadas para dominar, sempre associadas a hierarquias e lugares sociais. Da mesma forma, questões de gênero e sexualidade são controladas, categorizadas de forma homogênea.

O controle do saber se dá pela perspectiva eurocêntrica de produção de conhecimento, que exclui os saberes locais. É importante destacar a crítica ao conhecimento como elemento chave na disputa e manutenção da hegemonia, pois, como afirma Mignolo (2018), esse é criado e transformado de acordo com necessidades e desejos particulares. Nessa perspectiva, o conhecimento dos povos historicamente silenciados pela modernidade colonial é geralmente, negado e desprezado. Assim, a decolonialidade procura fazer emergir conhecimentos que já existiam, porém eram invisibilizados. Esse pensamento também se desprende do discurso hegemônico que determina regras e padrões, ao desvincular-se da epistemologia imposta pela colonialidade. Por isso, Mignolo defende a desobediência epistêmica, que possibilita romper com regras pré-estabelecidas, com aquelas certezas que tínhamos sobre o mundo, dessa forma, nos chama a *aprender a desaprender* (MIGNOLO, 2008).

A desobediência epistêmica de Mignolo (2008) está em consonância com a LA Indisciplinar de Moita Lopes (2006) e a LA Transgressiva de Pennycook (2006), ao debater a ruptura das epistemologias tradicionais e incentivar o atravessamento de barreiras hegemônicas. Da mesma forma, o *aprender a desaprender* de Mignolo (2008) vai ao encontro da proposta de *desaprendizagem* de Fabrício (2006). Fabrício, também filiada à LA Indisciplinar, afirma que a produção de conhecimento não é neutra, por fazer parte de práticas sócio-historicamente situadas. Nesse sentido, defende que a *desaprendizagem* é necessária para refinar o processo de

conhecer e, mesmo com apoio no conhecido, devemos nos questionar sempre, de forma a *torná-lo estranho e ultrapassá-lo*. Isso implica, entre outros aspectos, aprender a desaprender a forma de acolher, pensando, por exemplo, que aquela velha e conhecida política linguística do monolinguismo no Brasil deve ser questionada e ressignificada (CAVALCANTI, 1999; MAHER, 2013).

No mesmo sentido, alinho-me às epistemologias do Sul (SOUSA SANTOS, 2014), afastando-me do pensamento abissal e buscando promover a ecologia dos saberes. Segundo Sousa Santos (2014), essa ecologia se refere à diversidade epistemológica do mundo, reconhecendo a pluralidade das formas de conhecimento – o que implica, para a discussão que proponho neste estudo, entre outras coisas, reconhecer e valorizar o plurilinguismo em políticas de acolhimento linguístico. Já no pensamento abissal, não é possível reconhecer os dois lados da *linha abissal* (SOUSA SANTOS, 2014), o que acaba por silenciar outros tipos de culturas, tradições, conhecimentos e línguas. A linha funciona como um sistema de distinções visíveis e invisíveis. As distinções invisíveis dividem a realidade social, de uma forma radical, em dois universos que o autor denomina como "deste lado da linha" e "do outro lado da linha".

Portanto, de acordo com tal pensamento, é necessário posicionar-se deste ou do outro lado da linha, regulamentando as relações entre os cidadãos e o Estado: o indivíduo que se encaixa deste lado da linha seria o cidadão exemplar, que fala a língua oficial, faz parte do grupo dominante na sociedade e segue as regras impostas pela colonialidade; o do outro lado da linha seria o não-cidadão, que não fala a língua oficial, tem uma cultura diferente da nacional, sendo frequentemente representado como perigoso e fora da lei, geralmente, desprezado pela sociedade dominante.

Filiando-me ao pensamento decolonial, apresento, nas próximas seções, minhas concepções sobre acolhimento entre línguas, representações e políticas linguísticas.

3.2 Acolher entre línguas

Más allá de un anhelo general hacia la emancipación, el amor bilenguajeante es un impulso hacia la descolonización de las lenguas tal como fueron impuestas por la expansión colonial y más adelante por la institucionalización de las lenguas nacionales

MIGNOLO (2013, p. 361).

Segundo o dicionário Michaelis (2020), *acolhimento* é o ato de receber e recepcionar, “dar guarida”, no sentido de acolher alguém. Também pode significar “dar abrigo” e hospitalidade. Esse termo está sendo bastante utilizado com o advento das migrações transnacionais e fez surgir uma nova nomenclatura na área de ensino de línguas.

Na subárea de Português Língua Adicional (PLA), nasceu o que está sendo chamado de ensino-aprendizagem de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), subárea destinada ao ensino de sujeitos em situação de migração forçada e em condição de vulnerabilidade social.

De acordo com Lussi (2017, p. 726), a vulnerabilidade se apresenta, para pessoas em deslocamento forçado, pela situação de *não pertença* desses sujeitos, “que os expõe a ameaças de ordem psicológica, ligadas às dificuldades de se reconhecerem e de serem reconhecidos, além dos riscos relacionados à situação jurídica e social de estrangeiros”. A autora também chama a atenção para as frequentes diferenças culturais e linguísticas dos migrantes forçados em relação aos cidadãos do país de acolhimento, bem como os problemas que aqueles podem enfrentar durante o trânsito e no destino.

O termo *PLAc* foi cunhado em Portugal e passou a ser amplamente utilizado por pesquisadores brasileiros. Conforme aponta a autora portuguesa Maria José dos Reis Grosso (2010), o termo *língua de acolhimento* ultrapassa as dimensões de uma língua estrangeira (LE) ou de uma segunda língua (L2), por incluir a abordagem do domínio profissional, dos direitos sociais e da integração temporária ou permanente ao país de acolhimento.

Seguindo o mesmo viés, no Brasil, Barbosa e São Bernardo (2017, p. 436) salientam que a língua de acolhimento remete ao âmbito “emocional e subjetivo” imerso na aprendizagem da língua de um país receptor, sem deixar de lado os possíveis conflitos decorrentes da relação entre migrantes e a sociedade desse país. Para as autoras, o conceito de língua de acolhimento deve ter em vista “o sentimento de rejeição ou descaso” por parte do aluno migrante quando se trata da aprendizagem da nova língua (BARBOSA; SÃO BERNARDO, 2017, p. 436). Ainda de acordo com as pesquisadoras, há algumas singularidades no PLAc, como o contexto social, os objetivos, o público-alvo e a urgência em aprender o português, haja vista a necessidade de ter autonomia na realização de atividades do cotidiano, como estudar e trabalhar.

Por não concordar com algumas premissas dos conceitos explanados acima, como o sentimento de rejeição ou descaso por parte do migrante, alinho-me a outras pesquisas brasileiras na área de PLAc (ANUNCIAÇÃO, 2018; LOPEZ, 2018, DINIZ; NEVES, 2018)

que apresentam uma visão menos assimilacionista. A perspectiva segundo a qual os migrantes devem, obrigatoriamente, aprender o português, reflete o funcionamento dos Estados-Nação e reforça a hegemonia dos grupos dominantes, como se a aprendizagem da língua portuguesa fosse uma necessidade urgente que garantisse o direito a ser cidadão no país de acolhimento. Assim, corroboro a argumentação de Anunciação (2018) sobre a urgência de problematizar e ressignificar o termo *PLAc* no contexto brasileiro, no sentido de evitar reproduzir relações de poder marcadas pelas políticas migratórias dos Estados-Nação, nas quais a inserção do migrante na sociedade depende do seu domínio da língua nacional.

Nas palavras de Lopez (2018, p. 20), “o conhecimento da língua portuguesa deveria ser entendido como um ativo do qual o imigrante poderia se valer para aproveitar oportunidades e aumentar sua capacidade de resposta”. Isso quer dizer que o português seria mais uma ferramenta para exercer agência, mas não a única, nem a mais importante. Ainda segundo Lopez (2018), o ensino de português deve afastar-se da noção de obrigatoriedade e, em consonância com Oliveira e Silva (2017), a autora salienta que tal ensino não deve ser a única política linguística a ser adotada pelo país receptor.

Conforme pontuado por Oliveira e Silva (2017), a inclusão social, tão destacada no discurso relacionado às políticas de ensino de língua portuguesa, pode se referir, de forma implícita, a um sistema de assimilação linguístico e cultural. Os autores constataam a ausência de políticas linguísticas oficiais que ofereçam intérpretes e tradutores nas instituições públicas brasileiras e consideram que, em contexto de saúde, por exemplo, isso é uma violação dos direitos humanos, já que pode dificultar o atendimento médico e causar prejuízos à saúde desses sujeitos. Nesse sentido, Lopez (2018, p. 30) expressa “a necessidade de políticas públicas adequadas para a recepção e para o auxílio a esses indivíduos”.

Nessa mesma direção, Diniz e Neves (2018, p. 101) criticam um discurso naturalizado na área de *PLAc*: o de que “o acesso a certas práticas letradas em português garantirá o acesso a posições sociais mais valorizadas socialmente, quando, na realidade, essa não é uma condição necessária, e nem suficiente”. Os autores afirmam que:

O português não necessariamente é uma língua de acolhimento para imigrantes, refugiados e outros sujeitos pertencentes a grupos minoritarizados. Partir do princípio de que ele sempre o é – ou pode vir a sê-lo a depender da abordagem, método ou técnicas adotados pelo professor – é apagar os conflitos identitários que podem estar em jogo para alguns sujeitos quando passam a (ter que) se relacionar com o português (DINIZ; NEVES, 2018. p. 105).

Desse modo, a língua portuguesa pode não representar acolhimento, já que, em

diversas situações, a obrigatoriedade de aprender outra língua e se inserir em outra cultura poderia gerar conflitos que acabariam afastando os migrantes. Por esse e outros motivos, Lopez e Diniz (2018) defendem a necessidade de um constante questionamento acerca das relações estabelecidas entre os migrantes e as línguas e territórios que os constituem. Desse modo, professores e pesquisadores devemos questionar as fronteiras dos Estados-Nação e buscar a diversidade linguístico-cultural para acolher, dialogando com diferentes campos do conhecimento.

Assim, para desmistificar a crença de que todos os migrantes devem falar português, é importante considerar o *acolhimento em línguas*, não somente a portuguesa, mas respeitando as línguas e as culturas do migrante por meio de uma perspectiva multilíngue e transcultural (BIZON; CAMARGO, 2018). Conforme as palavras das autoras, “antes de ser um elenco de ações a serem realizadas, acolhimento é uma perspectiva, uma atitude que se constrói no diálogo possível entre os agenciamentos verticais e horizontais” (2018, p. 716). As verticalidades, de acordo com as autoras, são decisões de Estado ou instituições que o representam, enquanto as horizontalidades são ações da sociedade civil, iniciativas individuais ou de pequenos grupos, como famílias e escolas. Assim, o acolhimento deve ser construído por meio do diálogo entre todos os atores envolvidos.

Concordando com Lopez e Diniz (2018) e Bizon e Carmargo (2018), defendo a necessidade de **acolhimento entre línguas**, o que significa acolher por meio do pensamento fronteiro (MIGNOLO, 2013), possibilitando o trânsito entre as diferentes línguas que fazem parte do repertório linguístico do público migrante, ou seja, atravessando as fronteiras linguísticas e culturais impostas pelas sociedades dominantes. Portanto, proponho acolher entre línguas, transpondo barreiras, de modo a respeitar as práticas linguísticas dos migrantes sem estigmatizar os falantes de línguas minoritizadas, além de incentivar a criação de novas políticas públicas menos essencialistas e totalizantes.

O acolhimento *entre línguas* rompe com as generalizações, ao incentivar a ruptura do processo global entre histórias locais e projetos globais, entre ‘mundialização’ e globalização⁵⁴, através da *bi* ou *plurilinguagem*; “el bilenguaje y las naciones se configurarán según el lugar que ocupe la nación en relación con las estructuras coloniales e imperiales” (MIGNOLO, 2013, p. 344). Conforme defende o autor, o local se inscreve no âmbito global, sem perder de vista o

⁵⁴ Nesse pensamento, a globalização é vista como uma tendência homogeneizante e assimilacionista, sob controle do ocidente. Já, a mundialização é uma proposta que pode suprir as falhas da globalização, ao permitir a troca de conhecimentos e saberes, confrontando as fronteiras impostas pela colonialidade.

que chama de *histórias locais*. Tal postulação segue a noção de língua como prática social, histórica e localmente situada.

Seguindo tal pensamento, Mignolo (2013) critica a ideia de civilização dependente de uma suposta pureza no uso monolítico de uma língua colonial e nacional. Conforme aponta o autor, o uso da plurilinguagem é fundamental para o *pensamento fronteiriço*, sempre aberto a um imaginário pós-colonial, que questiona a tríade povo/território/língua; por esse motivo, é importante o *pensar entre línguas*, sem barreiras de estruturas linguísticas oficiais e buscando a liberdade para o *linguajamento*. Nesse sentido, Oliveira e Nascimento (2017, p. 259-260) entendem o bi/plurilinguajamento de Mignolo como um *translinguajamento*, destacando que “a ideia de linguajamento de Mignolo (2003) transcende o construto “nação”, diante dos borrões que vêm se constituindo em suas fronteiras internas e externas e das consequentes práticas comunicativas híbridas e identidades cambiantes que delas emergem”. Os autores apontam a necessidade de ver o translinguajamento como uma epistemologia de pensar entre línguas a partir das margens, uma forma para *desinventar e reconstruir* as línguas, de maneira fluida e sem generalizações.

A ideia de linguajamento e translinguajamento vai ao encontro das práticas translíngues defendidas por Canagarajah (2013). Para o autor, não se refere à soma de duas estruturas linguísticas independentes, mas à integração de novas práticas de linguagem a um único repertório linguístico, capaz de negociar as tensões culturais e ideológicas do contato entre comunidades. Por meio de uma postura crítica, é possível criar estratégias de negociação em contextos heterogêneos.

Como afirmam Garcia e Wei (2014), a translinguagem usa o repertório linguístico de forma flexível, com o objetivo de fazer sentido nos mundos dos participantes do discurso ao se ajustarem a situações comunicativas. Nesse sentido, concordo com Santos (2017, p. 534) quando afirma que as diferenças dos sujeitos bilíngues devem ser entendidas como “uma riqueza translinguística e transcultural”. Apesar disso, a prática translíngue (CANAGARAJAH, 2013) tende a ser desprestigiada pela sociedade; contudo, devemos valorizar os novos significados que surgem ao translinguajar. Como afirma Mignolo (2013), é necessário exaltar o amor pela língua que surge desde e nas periferias linguísticas, por meio de experiências transnacionais e transfronteiriças.

Diante do exposto, decolonialmente falando, defendo a desobediência epistêmica e a possibilidade de *pensar e viver entre línguas* (MIGNOLO, 2013); para isso, devemos

aprender a desaprender (MIGNOLO, 2008) o acolhimento, desinventando e reconstruindo a forma de acolher, para que não seja apenas por meio de uma língua hegemônica. Em outras palavras, **acolher entre línguas** é permitir e incentivar o acolhimento nas diversas línguas que fazem parte do repertório dos sujeitos em situação de migração forçada, podendo passar pela língua portuguesa, sem que ela seja a única nem a mais importante.

O acolhimento entre línguas é valorizar o uso transfronteiriço das línguas, sem barreiras e sem preconceitos, encorajando o translanguajamento tanto por parte dos migrantes forçados quanto dos brasileiros, isto é, colocando-se no lugar do outro e atravessando a barreira da língua portuguesa como única língua oficial e nacional. É ressaltar o modo de viver entre línguas sempre de forma positivo, como incentivo ao plurilinguismo.

O acolhimento *em línguas* cunhado por Bizon e Camargo (2018) refere-se às ações de acolhimento em outras línguas, sem se limitar à língua portuguesa. Já, o acolhimento entre línguas, que proponho neste trabalho, parte do conceito de Bizon e Camargo (2018) e ainda acrescenta a postura decolonial de valorização de línguas-culturas e saberes dos migrantes forçados que, em geral, são estigmatizados e marginalizados. Portanto, o acolhimento entre línguas pressupõe liberdade no uso dos diversos repertórios linguísticos de que o falante dispõe, possibilitando e encorajando o translanguajar através do pensamento fronteiriço (liminar) e da desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2013).

Acolher entre línguas também contempla fazer acolhimento em língua espanhola, língua de sinais, língua warao, língua inglesa, dentre outras línguas que façam parte dos repertórios linguísticos dos sujeitos envolvidos. Para tal, é necessário valorizar as diferenças a partir do *pensamento fronteiriço* e aprender a lidar com as tensões típicas desse cenário através da *conscientização*⁵⁵; ter consciência da modernidade/colonialidade habitando a fronteira (MIGNOLO, 2013).

Esse pensamento deve estar presente nas políticas públicas destinadas aos migrantes forçados por sobrevivência, especialmente nas políticas linguísticas. Assim, não é apenas o deslocado forçado que passa a viver entre línguas, mas também a população local que deve ser incentivada a aprender novas línguas-culturas, tanto para o crescimento pessoal como para ajudar sujeitos em situação de vulnerabilidade. Tal iniciativa deve partir do poder público e também de atitudes da sociedade civil.

Nesse sentido, concordo com Morello e Seiffert (2019, p. 229) quando salientam que

⁵⁵ Termo citado por Mignolo (2013), com base em Freire, relacionado à estrutura discursiva do poder, quando o bi-linguajamento transforma-se em uma forma de *conscientização* dos discursos coloniais e hegemônicos.

a língua portuguesa pode servir como elo para fortalecer as relações nos espaços escolares, tornando-se “uma língua entre as outras, e não sobre as outras, no lugar delas”. Acrescento que esse fortalecimento das demais línguas deve ocorrer em todos os âmbitos, não apenas na educação, de modo a promover o acolhimento entre línguas em um processo de *desaprendizagem* (FABRÍCIO, 2006). Contudo, para conseguir tal processo, é necessário enfrentar as representações sobre as línguas que podem surgir por estereótipos e estigmatizações, conforme discutirei na próxima seção.

3.3 Representações linguísticas

O conceito de representação é mobilizado em diversas áreas do conhecimento, principalmente nas Ciências Sociais. Nasceu na Sociologia e na Antropologia, mas foi a Psicologia Social que desenvolveu a teoria das representações sociais. Para Jodelet (2001), a teoria das representações busca compreender como os indivíduos, dentro de seus respectivos grupos sociais, representam o mundo em que vivem, por meio de suas interpretações das vivências sociais, em um determinado tempo e espaço.

Os Estudos Culturais também debatem a representação, que pode ser conceituada, conforme Hall (1997), como a produção do significado por meio da linguagem, pois é pela linguagem que os significados são partilhados, funcionando como sistemas de representação. Para o autor, existe um processo mental da construção de signos, de acordo com a maneira como fomos ensinados a ver o mundo. Tais signos representam as relações conceituais entre o que temos em nossas mentes e o sistema de representação de nossa cultura. Ainda nos Estudos Culturais, Silva (2009) salienta que, ao ser um sistema de significação, a representação é um modo de atribuição de sentidos, um sistema linguístico e cultural não determinado, arbitrário e envolvido em relações de poder. Em um viés pós-estruturalista, o conceito de representação contempla tais características atribuídas à linguagem.

Seguindo pressupostos dos Estudos Culturais, Maher (2010, p. 37), na área da Linguística Aplicada, define a representação como “um processo discursivo, um processo de significação sempre culturalmente determinado e sócio-historicamente construído”. Em outra vertente, Calvet (2002), da Sociolinguística, afirma que as representações linguísticas dependem da maneira como os falantes pensam as suas práticas e do modo como tais falantes se posicionam em relação aos outros; grosso modo, as representações linguísticas dizem respeito às funções desempenhadas pelas línguas. Diferentemente do que se observa nos

estudos em Linguística Aplicada, Calvet (2002) usa o termo *atitude* como sinônimo de *representação*, afirmando que as atitudes ou representações linguísticas influenciam os comportamentos linguísticos.

Para Rodrigues (2012), representações linguísticas são constituídas pelo conjunto de imagens, ideologias e crenças de grupos sociais acerca das línguas e práticas linguísticas de tais grupos. Dessa forma, o autor destaca que as representações possuem um caráter coletivo, sempre ligado a um determinado grupo de falantes. Nessa concepção, as representações sobre a(s) língua(s) falada(s) pelos venezuelanos está diretamente relacionada ao que os roraimenses pensam sobre eles, ou seja, às crenças e ideologias que circulam na sociedade em questão, como explano na próxima subseção. Do mesmo modo, as representações dos venezuelanos sobre a língua portuguesa estão ligadas aos sentidos que eles atribuem a essa língua no contexto de migração, tema que explano no capítulo 6 desta tese.

Levando em consideração os autores citados, posso afirmar que as representações se manifestam por meio da linguagem e são determinadas pelo meio social, cultural e histórico de cada lugar, caracterizadas por atitudes e crenças compartilhadas por meio da linguagem. Neste trabalho, abordo a relação das representações linguísticas com as políticas de acolhimento, especificamente, as políticas linguísticas, que podem ser influenciadas por representações geradas pela estigmatização de migrantes forçados por sobrevivência.

Conforme destaca Anunciação (2018), a concepção generalizada do outro é marcada por um sentido único, visto que reduz um indivíduo a uma categoria, como índio, negro, migrante ou refugiado. As relações de poder interferem nessas concepções, das quais surgem o estereótipo, a estigmatização, a intolerância e todas as representações negativas do outro.

Para Woodward (2009), as práticas de significação envolvem o poder de decisão entre inclusão e exclusão. São sistemas simbólicos que dão sentido às desigualdades sociais, à exclusão e estigmatização de grupos minoritarizados. Nesse sentido, a autora afirma ainda que:

A representação inclui as práticas de significado e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2009, p. 17).

Tais sistemas simbólicos podem ser representados pela língua falada por um grupo, a

música ou qualquer aspecto cultural diferente em relação ao grupo dominante na sociedade. Bhabha (2005) explica o *estereótipo* como um modo de representação complexo e contraditório, que exige a aplicação dos objetivos críticos e políticos e a mudança do próprio objeto de análise. Este autor está em consonância com Hall (1997, p. 258), que define estereótipo como “parte de uma manutenção da ordem simbólica. O estereótipo tende a ocorrer onde há desigualdade de poder. Classifica pessoas de acordo com uma norma e constrói a exclusão do outro”.

Assim, com base em minhas percepções e em alguns autores (SILVA, 2017; ARAGÃO; SANTI, 2018; OLIVEIRA; LACERDA, 2018; MOURA; SOUZA, 2019), é possível afirmar que os venezuelanos tendem a ser estereotipados em Roraima, representados como invasores e causadores dos problemas de criminalidade e superlotação dos sistemas de saúde e educação. Na próxima subseção, traço discussões relacionadas às representações da língua espanhola no Brasil e amplio o debate acerca da representação do venezuelano como “invasor”.

3.3.1 Representações sobre a língua espanhola no Brasil: a língua do “invasor” em Roraima

Em sua tese de doutorado, Maria Teresa Celada (2002) destacou que o espanhol era utilizado no Brasil como uma ‘língua ponte’, ressaltando a atribuição de valor apenas na prática instrumental, sem interesse em seu estudo devido ao imaginário de língua fácil e parecida com o português. Como aponta a autora (2002), o espanhol está marcado pelo funcionamento de um *lugar comum*, relativo ao estereótipo de semelhança no imaginário do senso comum brasileiro. Celada denomina tal estereótipo como “ilusão de competência espontânea” (p.50), o que pode ser, do meu ponto de vista, considerado uma representação linguística. Ao investigar os lugares ocupados pelo espanhol no imaginário dos paranaenses, Jacumasso (2018) também destaca a representação da facilidade da língua espanhola para os brasileiros.

Conforme aponta Lagares (2013, p. 184), “um complexo emaranhado de representações e de ideologias conflitantes disputam espaço na arena política”, colocando como exemplo a expansão da língua espanhola no Brasil, que, segundo o autor, foi incentivada

pelo projeto glotopolítico⁵⁶ da Espanha, com negociações junto ao Ministério da Educação em 2005, quando foi promulgada a Lei 11.161, conhecida como lei do espanhol, que instituiu como obrigatória a oferta de língua espanhola no Ensino Médio.

O projeto espanhol incluiu o aumento de investimento de capital do país europeu no Brasil⁵⁷, com a instalação de empresas de grande porte como a Telefônica e o Banco Santander. Outro fator que influenciou a implementação da “lei do espanhol” foi o processo de integração política e econômica do MERCOSUL. Nesse sentido, Lagares (2013) destaca que eram dois projetos diferentes: por um lado, a expansão de uma área idiomática com a imposição de um determinado modelo de língua padrão marcada por uma ideologia linguística; do outro lado, a integração regional da América do Sul segundo uma perspectiva que leva em consideração os espaços fronteiriços e as línguas indígenas em contato. Desse modo, a língua espanhola no Brasil é influenciada:

por representações sobre a língua, que surgem da cultura linguística brasileira e da história de contatos, encontros e desencontros entre ambos os idiomas de raiz ibérica, por imaginários em torno do papel da língua estrangeira na escola, e por ideologias linguísticas conflitantes (LAGARES, 2013, p.196-197).

Tais representações reforçam os mitos e as crenças sobre as línguas, como por exemplo, a crença de que o espanhol “puro e correto” é o da Espanha, reproduzida com frequência em Roraima, conforme apontado por Braz (2010) e Lima (2015). A primeira pesquisa, realizada com comerciantes na área central da cidade de Pacaraima, analisou representações sobre línguas e nacionalidades na região fronteira. Dentre os resultados, verificou-se que os entrevistados representam o espanhol falado pelos venezuelanos na fronteira como inferior, errado, ou apenas um dialeto. Já a pesquisa de Lima (2015) teve o objetivo de identificar as crenças de alunos brasileiros que vivem no município de Pacaraima, fronteira com a Venezuela, no que diz respeito ao ensino-aprendizagem da língua espanhola. A autora concluiu que o ensino centrado na gramática contribui com a construção de crenças negativas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, bem como à estigmatização da

⁵⁶ A glotopolítica é “toda e qualquer ação sobre a linguagem, nos mais diversos âmbitos e níveis” (LAGARES, 2018, p. 30). Lagares, citando Guespin e Marcellesi (1986), afirma que toda decisão sobre a linguagem tem “efeitos glotopolíticos” (p. 32).

⁵⁷ Conforme apontado por Lagares (referência), os interesses econômicos prevaleceram na referida política linguística, pois, entre as negociações houve um acordo para trocar uma dívida do Brasil com o país europeu, de aproximadamente 19 milhões de dólares, pela promoção da língua espanhola em território brasileiro. Também contou com um projeto de formação de professores por meio do instituto Cervantes e da introdução de materiais didáticos direcionados para a cultura espanhola.

variedade do espanhol falado no país vizinho.

Na atual conjuntura social de Roraima, além do mito que desprestigia a variedade venezuelana do espanhol, estão em jogo as representações sobre a língua espanhola associada à criminalidade. Conforme afirma Shohamy (2006), os mitos e representações sobre as línguas das minorias podem resultar em estigmas e estereótipos de linguagem, causando também discriminação em termos de direitos linguísticos.

Quando não representam uma língua internacional e são usadas por grupos minoritarizados, algumas línguas tendem a ser desprestigiadas (CAVALCANTI, 1999; MAHER, 2007). A língua espanhola, apesar de ser reconhecida internacionalmente como oficial de 21 países e língua materna de mais de 350 milhões de pessoas, que recebe importante reconhecimento como meio de comunicação político, econômico e cultural (MORENO FERNANDEZ, 2010), atualmente, é, assim, com frequência, representada negativamente no estado de Roraima.

Sarmento e Rodrigues (2018), em estudo acerca da xenofobia em Roraima, citaram o exemplo de um taxista espanhol que foi discriminado diversas vezes em Boa Vista e sofreu até violência física, por se comunicar em espanhol, sua língua materna. O taxista relatou que o problema não acontecia quando falava português, pois, nesse caso, não era confundido com os venezuelanos.

Moura e Souza (2019) analisaram o discurso de roraimenses em uma rede social, destacando comentários que representam os venezuelanos como invasores, ao alegar uma invasão no mercado de trabalho, na saúde e na área de educação, que, segundo muitos comentários, prejudica os brasileiros na medida em que encaminha as vagas que seriam dos moradores locais para os recém-chegados. Oliveira e Lacerda (2018) também analisaram o discurso de ódio propagado em redes sociais e em comentários de sites de notícias com uso de termos de cunho pejorativo para designar os venezuelanos, como ‘pragas’ e ‘pestes’.

Seguindo essa perspectiva, no atual cenário migratório vivenciado em Roraima, com venezuelanos ocupando lugares abandonados para morar, com o aumento da criminalidade e outros aspectos negativos ressaltados com frequência nos meios de comunicação, os cidadãos venezuelanos acabam sendo marginalizados e representados como membros de uma comunidade invasora, de modo que o espanhol passa a ser representado como a língua desse invasor (ZAMBRANO, 2020). Dessa forma, os cidadãos falantes de espanhol (venezuelanos ou outros hispanos confundidos com venezuelanos), muitas vezes, acabam sendo excluídos por pessoas que generalizam casos de criminalidade e naturalizam a tríade um povo - um

território - uma língua.

Na perspectiva do Estado-Nação, para que os migrantes passem a ser considerados cidadãos na comunidade brasileira, devem, dentre outros fatores, falar a língua portuguesa; conforme defende Anderson (2008), a comunidade imaginada como nação é constituída por várias formas de representação, identificada por símbolos, dentre eles, a língua, que pode ser entendida como forma de cidadania. O autor apresenta a nação como uma *comunidade política imaginada* com a finalidade da dominação. A imaginação gira em torno dos limites impostos pela sociedade, das fronteiras estabelecidas política e socialmente, que impõem o pensamento nacionalista limitador dentro de cada “comunidade”. Nessa perspectiva de comunidade imaginada aparecem também *as gentilezas brutas e a hospitalidade condicional*, em geral, com atitudes xenofóbicas, como explico a seguir.

3.3.2 *Xenofobia, hospitalidade condicional e gentilezas brutas*

Nesse cenário linguístico conflitivo, surge, com frequência, a xenofobia: sentimento construído social e culturalmente que cultiva a aversão à convivência próxima com estrangeiros, comunidades de migrantes e alteridades internas à nação (ROSA, 2017). Ao refletir acerca da xenofobia na sociedade globalizada em que vivemos, Albuquerque (2016) afirma que, por vezes, violência e agressão podem ser mecanismos de defesa contra o diferente. Para o autor, tais atitudes violentas e agressivas devem ser debatidas de modo a orientar as pessoas para criar comunidades com visões mais amplas.

Conforme salientam Mina e Lima (2018), a xenofobia em Roraima manifesta-se como configuração social ao estabelecer mecanismos de dinamicidade às interações daquela comunidade. Partindo dos discursos preconceituosos de moradores do estado em relação aos migrantes venezuelanos, os autores debatem pressupostos que contribuem para a questão xenofóbica como configuração social. Segundo a pesquisa, a xenofobia estaria materializada em duas dimensões: a violência simbólica e a violência física contra migrantes.

Para Anunciação (2018, p. 40), “a reificação de sujeitos migrantes e refugiados (imposta por discursos hegemônicos) limita os espaços por onde podem transitar esses indivíduos”. Dessa forma, a inserção na sociedade fica limitada e aparece a estigmatização, a rotulação dessas pessoas, o que leva ao apagamento das suas qualidades.

Conforme apontado por Shohamy (2006), o termo *migrante* tem uma conotação de baixo status, de pessoas que sempre serão rotuladas como ‘as outras’. Tal percepção pode ser

explicada por Derrida (2000), para quem o acolhimento do estrangeiro é uma questão política. Segundo o autor, o estrangeiro é aquele que fala uma *outra* língua, é o *outro cidadão*, que pertence a uma *outra ordem jurídica* e que, para ser tratado como um cidadão local, deve se submeter às leis locais; mas para isso, deve compreender, minimamente, a língua do lugar de acolhimento, uma língua que não é a sua, é imposta pelo Estado.

Derrida (2000) explica a existência de *o outro absoluto*, que seria um cidadão fora da lei, considerado, por vezes, invasor; que não se encaixa na ordem econômica e cultural geralmente aceita pela sociedade “acolhedora”. O mesmo fora da lei que Sousa Santos (2014) classifica como aquele que está do *outro lado da linha* abissal. Desse modo, Derrida (2000) afirma que há uma diferença entre o acolhimento do estrangeiro e o acolhimento do outro absoluto. Para o estrangeiro, existe uma hospitalidade jurídico-político-moral, mas, para o outro absoluto, a hospitalidade seria incondicional, relacionada com a alteridade absoluta, algo que, segundo Derrida, é impossível. Portanto, acolher absolutamente (incondicionalmente) o outro é aceitar aquele que chegou sem ser convidado. Por isso, o acolhimento jurídico-político pode vir com rejeição e xenofobia, na tentativa de se proteger ou de proceder à apropriação e à dominação.

Sobre a relação tensa entre o *eu* e o *outro*, o *host* e o *foreigner*, Duboc (2018), citando Derrida (2000), afirma haver uma negociação entre a hospitalidade incondicional e a hospitalidade condicional. A primeira é vista como lei universal da humanidade, enquanto a segunda é regida pelas leis do Estado, como um dever ou uma obrigação. Assim, na perspectiva de Duboc (2018), o estrangeiro pode configurar-se ora como sujeito civil, amparado pelo Estado, com o direito de ser acolhido, ora como humano, cujo direito de acolhimento depende somente do ser humano. Para a pesquisadora, a cisão do estrangeiro com o civil e com o humano “traz à tona a iminência da hostilidade, oscilante com sua cara-metade, a hospitalidade, uma hostilidade que parte justamente da hospitalidade incondicional” (DUBOC, 2018, p. 57). Em outras palavras, quando somos obrigados a brindar hospitalidade incondicionalmente, aparece a hostilidade do ser humano traduzida em atitudes xenofóbicas.

Debatendo acerca do papel que exercem os direitos humanos no comportamento humano, Duboc (2018) chama de *brutalidades* algumas atitudes de conflitos e preconceitos com o diferente, ou ainda, chama de *gentilezas brutas* quando são atitudes “gentis” forçadas pelas leis do Estado que, nas palavras dela, “escamoteia[m] brutalidades de toda sorte, um fingir ser gentil porque, do contrário, ‘pode acabar em processo’” (p. 57-58).

Nesse sentido, é relevante refletir a respeito das imposições legais e das *gentilezas brutas* no Brasil. Especificamente na atual conjuntura de Roraima, em meio às *brutalidades*, algumas das políticas públicas impostas pelas leis do Estado poderiam ser classificadas como gentilezas brutas, inclusive as políticas linguísticas destinadas a grupos minoritarizados.

Na próxima seção, explico a diferença entre língua materna, língua oficial, língua nacional e língua minoritarizada, para depois, explicar acerca dos direitos linguísticos de comunidades marginalizadas.

3.4 Status das línguas e direitos linguísticos

De acordo com Calvet (2007), em textos legais, encontram-se diversas formas de classificar as funções das línguas, que podem ter sentidos diferentes em cada lugar. Há denominações como *língua nacional*, *língua oficial*, *língua regional*, dentre outras. O autor explica que, em alguns países, os dois primeiros termos podem parecer sinônimos; é o caso do Brasil, de Portugal e da França, lugares onde a língua nacional coincide com a língua oficial. No entanto, em países africanos, as duas denominações possuem referentes diferentes: em geral, o francês e o inglês são as línguas oficiais, enquanto as diversas línguas de origem africana são consideradas línguas nacionais. Nesse caso, as línguas oficiais são utilizadas em situações oficiais, como língua de instrução, na imprensa, na política, mas a comunicação cotidiana entre os membros de cada comunidade ocorre, em geral, nas línguas nacionais.

Em relação às línguas oficiais, Bourdieu (2008, p. 32) aponta que “a língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais”. Tal língua faz parte do mercado linguístico e é obrigatória no âmbito oficial, em instituições públicas e políticas, tornando-se, assim, uma norma teórica para as práticas linguísticas. Ao ser oficializada, uma língua ganha valor jurídico para ser usada nas atividades políticas e administrativas de um país, e passa a ser de uso comum nos órgãos públicos que dizem respeito ao Estado, tendo também um caráter simbólico de reconhecimento e identificação (LAGARES, 2018). O caráter simbólico que o autor menciona perpassa pela relação entre a língua oficial e os símbolos que identificam determinada nação. Tal identificação é tão forte que a língua portuguesa aparece na Constituição Federal no mesmo artigo que trata do hino nacional e do brasão, ou seja, a língua, nessa perspectiva, é considerada mais um símbolo do Estado-Nação.

Para entender melhor o funcionamento das línguas e sua relação com outras línguas é

importante esclarecer alguns conceitos. Conforme aponta Guimarães (2003), a língua materna é aquela praticada na sociedade em que o falante nasce e estabelece interação diária, grosso modo, seria a primeira língua usada pelos falantes naquele contexto. A língua nacional é a que caracteriza um povo, “que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo” (GUIMARÃES, 2003, p. 48). Já a língua oficial, como apontado acima, representa um Estado, sendo obrigatória em questões legais e formais de um país. Assim, para Guimarães (2003), enquanto a língua materna refere-se às relações cotidianas entre os falantes, as línguas nacional e oficial estabelecem vínculos imaginários e institucionais.

Para Bolognini e Payer (2005), é necessário desfazer a sobreposição entre língua oficial, nacional e materna. A não confluência entre língua oficial e língua materna é visível desde a colonização, quando a língua portuguesa chegou a este território e passou a substituir a língua geral em meio a vários conflitos. No decorrer da história do país, escravizados e migrantes de diversos lugares do mundo trouxeram suas línguas maternas e, junto com elas, suas histórias e ideologias, que se misturaram com as diversas línguas e culturas indígenas presentes nesta região da América.

Abreu (2016, p. 74) argumenta que o Brasil não tem uma política linguística que regulamente o tratamento das línguas brasileiras como línguas nacionais, ou seja, as línguas não oficiais que circulam em todo o país poderiam ser denominadas línguas nacionais, “de modo a conferir aos seus falantes a materialidade do direito fundamental de utilizar suas próprias línguas nas mais diversas situações sociais”. Embora a mera denominação de língua nacional não confira tal direito, possivelmente, haveria maior visibilidade dos sujeitos e das línguas atualmente minoritizadas.

Com relação ao termo *minoría*, Lagares (2018, p.121) esclarece que esse não se refere a uma questão de número, já que “as minorias existem sempre em relação a uma posição hegemônica dada”. Isto é, um grupo é considerado minoritário em relação ao grupo hegemônico de determinado lugar. Por esse motivo, o autor prefere usar *línguas em situação minoritária* ou *línguas minorizadas*, quando são marginalizadas em detrimento de estruturas de poder.

A *língua minoritária*, de acordo com Altenhofen (2013, p. 94), “sugere um dualismo entre uma língua ‘geral’ e ‘comum’ e tudo que é exceção ou existe ao lado ou à margem de”. Isso quer dizer que as línguas minoritárias – ou minoritizadas – são usadas às margens das línguas dominantes, e o *status político* é o critério mais importante para sua definição, deixando de lado a *representatividade numérica* e até o *status social* de tais falantes. Desse modo, existem

línguas com grande quantidade de falantes, como a espanhola atualmente em Roraima, que, politicamente, ficam à margem da língua majoritária e dominante, no caso, o português.

Para Lagares (2018), uma língua pode ser considerada hegemônica e dominante em um determinado contexto, mas se encontrar em posição de minorização em outras situações. É o caso do espanhol, que pode ser tanto língua majoritária e hegemônica na Espanha e em grande parte dos países da América do Sul, quanto uma língua minoritarizada nos Estados Unidos, por exemplo. Na mesma perspectiva, Maher (2013) defende que existe uma relação entre políticas linguísticas e políticas de identidade, que pode enaltecer ou estigmatizar as identidades dos falantes de uma determinada língua. Nesse sentido, conforme argumentei anteriormente, a migração venezuelana em Roraima colocou em evidência o espanhol, concebido, por uma parcela da população, como “a língua do invasor” (ZAMBRANO, 2020). Assim, essa língua passa por um processo de minoritarização, ao ser associada ao migrante indesejado e não a uma língua de grande importância internacional. Trata-se do que Castelano Rodrigues (2018) chama de língua de *comunidade marginalizada*, expressão usada pela autora em substituição à *minoría*, com o objetivo de ressaltar as relações de poder, bem como o processo de exclusão e opressão vivido por esses grupos.

Neste trabalho, adoto, portanto, o termo *língua minoritarizada*, por acreditar que ela não é apenas minoritária politicamente, mas é inferiorizada pela sociedade dominante em um processo que pode gerar exclusão, e como acontece em Roraima, chegar a ser marginalizada. Uso a expressão *língua minoritarizada* na maior parte do trabalho, com exceção dos casos em que há citação a outros autores que preferem *minoritária*, *minorizada* ou *língua de comunidade marginalizada*.

Ao falar de línguas minoritarizadas, cabe abordar questões referentes a direitos linguísticos. A área dos Direitos Linguístico faz parte dos denominados “Novos Direitos”, sendo apontada como uma necessidade urgente na contemporaneidade, devido, principalmente, à diversidade linguística cada vez mais latente no planeta e ao movimento de visibilização de sujeitos pertencentes a grupos minoritarizados. É importante destacar que questões de proteção das línguas e de seus falantes, no viés jurídico, passaram a ser reconhecidas com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Antes dessa data histórica – em que os conflitos linguísticos tiveram, pela primeira vez, instrumentos jurídicos para a gestão das línguas – as políticas referentes a essa área tendiam ao enfraquecimento e à proibição do uso de línguas não prestigiadas (ABREU, 2020).

Ainda de acordo com Abreu (2019, p. 51), o campo dos direitos linguísticos pode ser conceituado como “uma Teoria dos Direitos Linguísticos que fundamenta o estudo das normas de direito linguístico, quando estes estão vinculados aos direitos humanos, ao direito constitucional, ao direito administrativo, etc.”. Tal área também diz respeito às fontes desse direito, a exemplo do direito internacional dos direitos humanos, ao direito constitucional, bem como aos costumes das populações. Outro ponto de interesse do direito linguístico, conforme o autor supracitado, é a identificação dos princípios aplicáveis às normas da área: da territorialidade e da personalidade. Conforme salienta Calvet (2007, p. 82), no princípio da territorialidade, “é o território que determina a escolha da língua ou o direito à língua”, já no princípio da personalidade “a pessoa que pertence a um grupo linguístico reconhecido tem o direito de falar a sua língua, não importa em que ponto do território”. Como explica Lagares (2018), o princípio da personalidade pode ser aplicado quando uma instituição prevê o atendimento de um migrante na língua do país de origem, como por exemplo, um venezuelano ser atendido em espanhol no Setor de Migração da Polícia Federal.

Abreu (2020) aponta que grande parte das normas jurídicas referentes às línguas e aos direitos dos seus falantes pode ser encontrada nas seguintes áreas do direito:

a. Direito Internacional dos Direitos Humanos – DIDH; b. Direito Constitucional e princípios constitucionais dos Estados nacionais; c. Direito Infraconstitucional dos Estados nacionais; d. Direito Estrangeiro e Comparado; e. Jurisprudência dos tribunais e, por fim, os costumes das populações (minoritárias ou não) em relação às suas próprias línguas (ABREU, 2020, p.174).

Para o autor, dentre todos os campos destacados acima, o Direito Internacional dos Direitos Humanos é a fonte contemporânea mais produtiva dos Direitos Linguísticos. Conforme salienta Abreu (2020, p.177-178), defender línguas e minorias linguísticas através de normas que versam sobre os Direitos Humanos dá a tais normas características como: “a universalidade; a inerência; a transnacionalidade; a indisponibilidade; a inalienabilidade; a irrenunciabilidade; a imprescritibilidade; a indivisibilidade, interdependência e complementariedade”.

Em sua dissertação de mestrado, Abreu (2016) salienta que a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos da UNESCO, amparada em uma série de instrumentos de Direito Internacional, concebe os direitos linguísticos atribuídos aos grupos minoritarizados pelo viés individual e também pelo coletivo. Na perspectiva individual, apresento os que considero mais importantes, previstos no item 1 do artigo 3: direito a ser reconhecido membro de uma determinada comunidade linguística; direito ao uso de sua língua em público; direito a relacionar-se com outras pessoas pertencentes à comunidade linguística de origem e direito a

manter a cultura do seu país. Na perspectiva coletiva, o item 2 refere-se aos direitos dos grupos linguísticos, como: direito ao ensino da língua e cultura do seu povo, direito a serviços culturais, direito à presença da língua e cultura do seu grupo linguístico nos meios de comunicação e direito a receber atendimento na língua do país de origem em instituições oficiais e em relações socioeconômicas.

Castelano Rodrigues (2018) considera que não deveria haver separação entre direitos individuais e direitos coletivos, visto que, para um indivíduo exercer os seus direitos individuais, é necessário que exista sua comunidade de fala, assim, o individual depende do coletivo. De acordo com Abreu (2016), tais direitos deveriam servir de base para que cada país proponha políticas públicas capazes de garantir o estatuto de cidadania linguística aos sujeitos e aos grupos pertencentes a minorias linguísticas.

Muitos desses direitos podem estar previstos na Constituição Federal, tal como apontado por Abreu (2020, p.178): “a constituição pode ser retratada como um espelho da existência e da eficácia de políticas de garantia de Direitos Linguísticos pelos cidadãos de um determinado país”. O autor explica, ainda, que há leis infraconstitucionais destinadas à proteção e gestão das línguas, elaboradas por instituições federativas, a exemplo do Decreto Presidencial 7.387/2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Por parte do Poder legislativo, estão as leis municipais de cooficialização de línguas indígenas e de migração, bem como a Lei Nº 10.436/2002 que oficializa a Língua Brasileira de Sinais, dentre outras.

Abreu (2016) afirma que apenas na Constituição de 1988 foi inserido um artigo específico que estabeleceu o português como idioma oficial do Brasil. Antes disso, a língua portuguesa era considerada ‘língua nacional’ por meio de normas infraconstitucionais. No que tange às outras línguas usadas em território brasileiro, Abreu (2016) afirma que o seu estatuto deveria ser definido juridicamente. No Artigo 210 da Constituição de 1988, é garantido aos indígenas a possibilidade de uso das suas línguas maternas em processos próprios de ensino-aprendizagem, porém, pouco se discutem as implicações desse direito. Já a diversidade linguística do país de uma forma mais ampla aparece no artigo 216 da mesma Constituição, que define os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural. No mesmo viés, foi publicado o Decreto 7.387/2010 do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, que considera tal diversidade como integrante do patrimônio cultural imaterial do país, sendo declarada, portanto, parte do direito fundamental à cultura (ABREU, 2016). Na visão do autor, os dispositivos normativos do referido decreto dizem respeito à valorização das línguas minoritizadas, e não

dos sujeitos que as falam, assim, tais línguas são tomadas como patrimônio e referência cultural brasileira, ou seja, são tomadas como objeto.

Nessa perspectiva, Castelano Rodrigues (2018) salienta que o reconhecimento dos direitos de grupos minoritarizados não é uma tarefa fácil, já que, no direito internacional, há uma relação entre proteção de minorias e prevenção de conflitos nacionais e internacionais, pois os Estados-Nação, ao mesmo tempo em que “protegem”, precisam controlar. Nesse sentido, a autora defende a necessidade de ressignificar a noção de direitos linguísticos enquanto ‘patrimônio imaterial’ que deve ser protegido pelo Estado sem considerar tais línguas como saberes de sujeitos e comunidades. Para Castelano Rodrigues (2018, p. 48), “não podemos importar os discursos que circulam sobre a garantia dos direitos linguísticos, aceitá-los e defendê-los, sem antes compreender as relações de forças que neles se colocam [...]”. Seguindo essa linha de pensamento, a ressignificação seria uma forma de resistência no sentido de decolonizar a relação dos sujeitos com as línguas em um determinado contexto, o que implicaria uma maior atenção aos deslocados forçados como membros de uma *comunidade marginalizada*, que fala línguas minoritarizadas e é alvo de ataques daqueles que ainda imaginam a nação na concepção de *comunidade imaginada*.

3.5 Políticas linguísticas

Políticas linguísticas são intervenções que afetam a maneira como as línguas se constituem e a forma como são utilizadas e transmitidas (MAHER, 2013). Ao contrário do que Calvet (2007) defende, considero, como Maher (2013, p. 120), não ser possível distinguir *política linguística* e *planejamento linguístico*, já que “a determinação de planos para modificar estruturas e/ou usos linguísticos não pode se constituir apenas em *meras cartas de intenção*” (grifos da autora). Portanto, as políticas linguísticas devem apresentar também planos para promover as mudanças efetivamente.

Orlandi (2007) salienta que devemos pensar na política linguística como política de línguas, visto que as línguas sempre são afetadas pelo político, por serem um corpo simbólico-político arraigado nos sujeitos de acordo com suas histórias e contextos sociais. “Assim, quando pensamos em políticas de línguas, já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de

experiência, no espaço político de seus sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 8). Para a autora, a política linguística pode ser tanto formal e explícita como informal e implícita.

No mesmo viés, Diniz (2012, p. 23) defende que o político não é exterior à língua e que “a política linguística compreende processos que ocorrem a despeito de ações conscientes e estratégicas de sujeitos visando a interferir na relação que um determinado grupo estabelece com certa(s) língua(s) praticada(s) em um espaço de enunciação⁵⁸”. Seguindo tal perspectiva, Diniz (2012) salienta que os processos de instrumentalização e institucionalização das línguas promovem seus efeitos em termos de política linguística ao (re)definirem e reconfigurarem os sentidos estabelecidos pelos sujeitos. Dessa forma, os estudos supracitados ampliam o entendimento acerca de políticas linguísticas, questionando a concepção de Calvet (2002, 2007), segundo a qual apenas o Estado, ou entidades análogas, teriam o poder e os meios de planejar e colocar em prática suas escolhas linguísticas.

A noção de política linguística que sigo neste trabalho, portanto, é a de Orlandi (2007), Diniz (2012) e Maher (2013), não limitada a ações verticalizadas determinadas somente pelo Estado, mas levando em consideração também as manifestações horizontais, que podem ser desenvolvidas, por exemplo, por professores dentro dos seus respectivos espaços pedagógicos, ainda que isso ocorra de forma inconsciente (BIZON; CAMARGO, 2018).

Nessa mesma linha de pensamento, Shohamy (2006) argumenta que as políticas linguísticas podem ser percebidas como decisões em nível de Estado, mas há casos de decisões sobre línguas em entidades pequenas, como escolas, famílias e indivíduos. Assim, famílias podem decidir acerca do uso de uma determinada língua em casa (geralmente a materna) e outra língua (majoritária) em espaços públicos e no contexto global, algo comum em famílias de migrantes, como a minha.

Baseadas em Milton Santos (2001), Bizon e Camargo (2018) discutem os eixos vertical e horizontal que estruturam a construção dos espaços sociais. As autoras explicam que as verticalidades são espaços hegemônicos de políticas oficiais, ou seja, institucionalizadas pelo Estado e por empresas, através de ações que pretendem manter os interesses corporativos, deixando de lado os interesses públicos. Já as horizontalidades são fruto das vivências das pessoas comuns em seu entorno, o que as autoras chamam de agências cotidianas. Nesse caso,

⁵⁸ Conforme Guimarães (2002, p. 26), o espaço de enunciação é “um lugar de divisão de línguas”, no qual também há “misturas, transformações e disputas”. São os lugares habitados por falantes divididos, portanto, espaços políticos marcados por conflitos entre línguas e falantes dessas línguas.

as ações são direcionadas aos interesses locais, no entanto:

[...]o horizontal e o vertical não se apresentam em uma relação dicotômica, como se fossem duas partes homogêneas de uma simetria. Ambos os eixos estão imbricados em relações de poder que produzem diversas escalas e diferentes tipos de relação entre agentes, espaço e produção (BIZON; CAMARGO, 2018, p. 716).

Como citado no trecho acima, entre verticalidades e horizontalidades, aparecem as relações de poder, já que, conforme salienta Maher (2013) os processos de políticas linguísticas não são neutros; pelo contrário, eles sempre geram conflitos e tensões relacionados ao que a autora considera um dilema: “por um lado, a necessidade de promover a língua de falantes de prestígio, de forma a assegurar o direito às vantagens sociais e econômicas que isso pode acarretar e, por outro lado, assegurar a alteridade dos falantes de línguas desprestigiadas” (2013, p. 121). Em outras palavras, sempre haverá vários interesses que podem ser de ordem político, econômico, social e cultural, defendidos por grupos diferentes.

Apesar de essas políticas horizontais surgirem em entidades menores, não são menos importantes, nas palavras de Bizon e Camargo (2018, p. 716): “embora as verticalidades pareçam mais determinantes na organização das políticas públicas, as horizontalidades criam formas de convivência e de regulação a partir do próprio espaço, por meio de microagências, que podem mudar a realidade”.

Altenhofen (2013) destaca que a construção de políticas linguísticas para línguas minoritárias / minoritarizadas precisa ser plural, bem como promover a inclusão e o respeito à diversidade, incentivando o plurilinguismo nas comunidades linguísticas que convivem em um determinado espaço. Também é importante incluir a educação linguística da maioria, tendo em vista que as decisões sobre o que pode ou não ser feito em matéria de política linguística surgem, em grande parte, da visão majoritária. Dessa forma, é necessário promover uma consciência plurilíngue e pluralista entre a população monolíngue, o que o autor chama de inversão de valores.

Para Altenhofen (2013), alguns conflitos vivenciados em comunidades plurilíngues têm relação com o mito de que só o Estado detém a responsabilidade de tomar ações de políticas linguísticas. O autor ainda explica que, geralmente, há uma discriminação associada às línguas minoritarizadas, decorrente de determinada situação social, a qual precisa de uma política específica para resolver os conflitos. Dessa forma, esclarece que tais ações políticas devem garantir o direito ao uso das línguas minoritárias.

No que tange às políticas linguísticas em contexto de migração, Zambrano e Reinoldes (2021) salientam que, no Brasil, ainda são poucas as ações e serviços oferecidos aos deslocados forçados com destaque para a consciência plurilíngue. Dialogando com a perspectiva decolonial (MIGNOLO, 2018), as pesquisadoras refletem acerca da necessidade de implementar no país, novas políticas que contemplem de uma forma mais ampla os direitos linguísticos desses grupos. Mobilizando exemplos de materiais didáticos como políticas de línguas e de ações específicas nas línguas dos migrantes, Zambrano e Reinoldes (2021) propõem a decolonização de políticas que visam apenas ensinar a língua oficial, incentivando a criação de políticas verticais e horizontais *outras* capazes de romper com a Matriz Colonial do Poder (QUIJANO, 2005), em prol de visibilizar as vozes historicamente silenciadas e discriminadas, o que as autoras chamam de *políticas de línguas em perspectiva decolonial*.

Apesar de alguns avanços nas políticas linguísticas brasileiras, ainda há muito a ser feito para garantir os direitos linguísticos dos sujeitos cuja língua materna não é o português e que fazem vida em território brasileiro. Como afirma Altenhofen (2013, p. 113): “de um passado em que ainda era possível o silenciamento por meio de leis proibitivas⁵⁹, evoluímos, é bem verdade, para um estado de tolerância relativa”. Porém, conforme aponta o autor, “ainda não superamos os estágios de indiferença, omissão, antipatia, discriminação e, por vezes, até de incriminação” (p. 113).

Na próxima subseção, continuo ampliando esse debate, desta vez, estabelecendo relações entre representações sobre as línguas e políticas linguísticas.

3.5.1 *Políticas linguísticas e representações*

O espaço das línguas nacionais tem sido desestabilizado, dentre outros motivos, pelo processo da globalização e pelas migrações contemporâneas. Segundo Arnoux (2010), a introdução das línguas dos *outros* com o crescimento das migrações internacionais, bem como a expansão das próprias línguas, são exemplos desse processo; assim, as representações sobre essas línguas vão se transformando. Para a autora, além de questionar a suposta

⁵⁹ As leis proibitivas foram promulgadas em diferentes épocas da história do Brasil, desde a colonização, quando Marques de Pombal proibiu o uso da língua geral e das línguas indígenas no país, até a Era Vargas, quando um Projeto de Nacionalização foi implementado, proibindo migrantes e seus descendentes – especificamente, italianos, alemães e japoneses – de usarem suas línguas (CAVALCANTI, 1999).

homogeneidade e os limites dos Estados Nacionais, o advento da globalização também interroga o papel das línguas na ampliação do espaço comunicacional e na organização política.

Com relação à importância das representações na aprendizagem de línguas, Arnoux (2010, p. 17) argumenta que as representações dos aprendizes intervêm na construção de suas identidades “ya que conforman una parte de los imaginarios sociales, necesarios para reconocerse y reconocer al otro y hacer posible y legitimar las acciones colectivas⁶⁰”. Esse imaginário social de que a autora fala pode sustentar as políticas linguísticas que surgem como forma de legitimação das ações coletivas. Arnoux destaca ainda, que as línguas não interpelam apenas pela presença de indivíduos; elas constroem subjetividades quando se associam a discursividades com sentido histórico e interferem na formação das identidades coletivas.

Conforme argumentam Morello e Seiffert (2019), as representações sobre as línguas contemplam o espaço escolar ao validar ou impedir determinada abordagem das línguas brasileiras em prol do monolinguismo em português, silenciando as outras línguas que circulam no Brasil. Citando Orlandi (1987), as autoras afirmam que as representações são expressas pelo discurso, no qual sofrem contradições próprias dos processos de significação, levando em consideração fatores como exterioridade, evidências ideológicas e subjetivação do sujeito. Dessa maneira, Morello e Seiffert (2019) afirmam que o monolinguismo se evidencia:

i) no modo pelo qual a legislação brasileira permanece alheia às demandas sociolinguísticas das centenas de comunidades linguísticas para um ensino público bi ou plurilíngue em todos os níveis, incluindo o superior. Atualmente, não há diretriz que garanta o direito ao ensino bilíngue em escolas públicas brasileiras, com exceção das escolas indígenas. A recente Portaria nº. 798, de 19 de junho de 2012, decorrente do Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira (PEIBF), instituiu o Programa Escolas Interculturais de Fronteira, mas diluiu a questão do bilinguismo ou das línguas no processo de ensino/aprendizagem. ii) na frequente resistência das instituições e de seus gestores em dar lugar a essas alteridades em suas agendas, trâmites e rotinas, o que pôde ser percebido durante toda a execução do OBEDF. iii) na reprodução epistemológica de conceitos e procedimentos de investigação que exclui a possibilidade de uma reflexão sobre as demandas para o ensino e a ciência envolvendo as línguas brasileiras (p. 227).

Na visão das autoras supracitadas, representações políticas e ideológicas sustentam a política do monolinguismo e as crenças que impedem o incentivo ao multilinguismo nas

⁶⁰ já que conformam uma parte dos imaginários sociais, necessários para se reconhecer e reconhecer ao outro e fazer possível e legitimar as ações coletivas. (Tradução minha).

instituições brasileiras, gerando exclusão das línguas minoritarizadas e de seus falantes. Shohamy (2006), por sua vez, com sua noção de políticas ocultas, argumenta que a política linguística atua como uma ferramenta manipuladora na batalha contínua entre diferentes ideologias, presentes no Estado-Nação por meio de regras de representação que usam propagandas e ideologias sobre lealdade linguística, patriotismo, identidade coletiva e a necessidade da “língua pura e correta” ou “língua nativa”, como estratégia da continuidade do controle do “outro”. Tais políticas seriam difundidas por mecanismos que tornam possível a implementação de políticas relativamente homogêneas.

Destarte, alguns grupos sociais não possuem uma política linguística formal, motivo pelo qual as políticas informais e implícitas, por vezes, são determinadas através de suas práticas e representações, na constituição da ideologia consensual, isto é, na atribuição de prestígio ou na desvalorização de uma língua. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que derivam das práticas sociais, as representações as influenciam e as fomentam, pois, os mecanismos de políticas linguísticas determinam a maneira pela qual as pessoas percebem uma língua e, por sua vez, influenciam as atitudes acerca dessa língua (SHOHAMY, 2006). Assim, Shohamy (2006) aponta que a política linguística vai além dos documentos oficiais, denominando as práticas linguísticas como políticas *de facto*, que seriam as políticas reais que estão ocultas nas práticas linguísticas da sociedade, em oposição ao que chama de políticas *de jure*, aquelas que estão nos textos das leis de linguagem.

A leis de linguagens se manifestam de diversas formas, por exemplo, pelo uso de língua de sinais em empresas, pelo estudo de determinada língua na escola, pela língua de instrução, pelo uso de um idioma específico em domínios públicos. Na visão de Shohamy (2006), tais leis são mecanismos poderosos, pois afetam as práticas linguísticas. Contudo, a autora deixa claro que o fato de declarar oficial determinada língua não tem muito significado na prática real em todos os domínios, ou seja, não garante que a oficialização seja praticada. Para ela, a maioria das regras e regulamentos não é totalmente implementada, portanto, não é possível saber se as práticas linguísticas de fato são resultado de políticas declaradas ou de outros fatores. Assim, os migrantes podem internalizar as ideologias ou representações negativas sobre suas línguas maternas, o que pode afetar seu comportamento linguístico de forma que suas práticas linguísticas não necessariamente sejam decorrentes das políticas oficiais.

Dessa forma, Shohamy (2006) defende a necessidade de examinar outros indicadores além dos documentos oficiais de políticas linguísticas, partindo do pressuposto da existência

de diferentes mecanismos que ditam e impõem, geralmente escondidos e implícitos, as práticas linguísticas. Seguindo tal perspectiva, as políticas declaradas como multilíngues nem sempre refletem as políticas linguísticas reais; por exemplo, apesar de muitos países terem introduzidos novas políticas linguísticas de multilinguismo, incluindo línguas de comunidades, com uma ou mais línguas oficiais e nacionais, a única usada no sistema educacional ainda é, em geral, a hegemônica.

Nesse sentido, vários municípios brasileiros já cooficializaram línguas indígenas e línguas de migração (MORELLO; SEIFFERT, 2019), entretanto, o desenvolvimento de ações para a implementação das leis é limitado. Conforme pesquisa de Silva (2013), no Município de São Gabriel da Cachoeira (AM), o processo de implementação da lei que cooficializou três línguas indígenas da região, anda a passos lentos. Segundo a autora, “o que realmente se vê na cidade é a repercussão que a lei obteve com a legalização do uso das línguas em locais públicos da cidade” (SILVA, 2013, p.134). Cabe destacar que o ensino de tais línguas nas escolas de São Gabriel da Cachoeira vem sendo um desafio, devido, conforme aponta a autora, à presença de diversas etnias e línguas, o que resultou em poucas escolas continuarem oferecendo as aulas de línguas indígenas.

É necessário destacar o grande valor da cooficialização das línguas indígenas e de migração no Brasil, no sentido de valorizar grupos minoritarizados, mas defendendo a necessidade de outras ações de promoção que efetivem o plurilinguismo e incluam as línguas minoritarizadas. Assim, concordo com Altenhofen (2013), quando afirma que:

Não se deve negar a importância das leis linguísticas como instrumento de salvaguarda. Mas também não se deve criar a ilusão de que funcionam como uma fórmula mágica que por si só já garante a manutenção ou sobrevivência de uma língua. Sem ações concretas para fazer valer as leis, estas são apenas um texto (ALTENHOFEN, 2013, p. 112).

Sendo assim, as políticas linguísticas estão no meio das batalhas entre as demandas dos diferentes grupos por reconhecimento. Conforme apontado por Shohamy (2006), as agendas dos Estados-Nação podem se perpetuar por meio de políticas linguísticas e de mecanismos que afetam de diferentes maneiras o comportamento linguístico. Por um lado, dentro dos Estados democráticos, alguns grupos minoritarizados exigem reconhecimento, por outro lado, os grupos dominantes fingem seguir as regras democráticas, mas lutam para manter seus status privilegiados. Na visão da autora, nem todas as políticas linguísticas estão incluídas

nos documentos oficiais, defendendo que as políticas de fato são determinadas por mecanismos que, mesmo indiretamente (implicitamente), podem perpetuar ideologias.

3.5.2 *Paisagens linguísticas como políticas de facto*

Os mecanismos ou dispositivos de políticas linguísticas defendidos por Shohamy (2006) são canais para reproduzir as políticas na sociedade. Mesmo sem serem planejados, tais dispositivos podem fazer parte de agendas ocultas das políticas linguísticas, tanto implícita como explicitamente. Nesta subseção, destaco a paisagem linguística como mecanismo de política implícita.

Um dos mecanismos para criar políticas linguísticas de fato é a paisagem linguística, pois as batalhas ideológicas podem se transformar em práticas por meio das línguas usadas em espaços públicos. Segundo Shohamy (2006), a paisagem linguística é conhecida como ecologia da linguagem e refere-se a todos os itens de idiomas exibidos em uma variedade de contextos no ambiente, isto é, são as informações reais encontradas nas ruas, escolas públicas, mercados, hospitais e qualquer espaço público, bem como em espaços privados como casas e shoppings, por exemplo. Assim, a língua transmite mensagens simbólicas quanto à legitimidade, relevância e padrão, além dos grupos sociais que representam.

Para Shohamy (2006), a paisagem linguística é um mecanismo mais sutil ou secreto usado pelos grupos para obter reconhecimento. A autora chama a atenção para o fato de que as práticas e as políticas linguísticas não surgem apenas das línguas que as pessoas costumam usar, mas também da expansão do repertório linguístico a ser observado e interpretado, portanto, estende-se aos símbolos dos idiomas que circulam em seu meio social.

No que diz respeito à paisagem linguística brasileira, Maher (2013, p. 128) aponta que a configuração da ecologia linguística “[...] revela algumas das maneiras como falantes - ou simpatizantes - das línguas tornadas minoritárias no país vêm se mobilizando para torná-las visíveis”, fato que, na opinião da autora, colabora com as novas paisagens multilíngues presentes em diversos lugares do Brasil. Tais paisagens podem ser consideradas políticas linguísticas de resistência, na medida que nos forçam a reconhecer a existência das línguas minoritarizadas.

Silva, Santos e Jung (2016) salientam que, embora seja crescente a quantidade de pesquisas relacionadas a políticas linguísticas no Brasil, ainda são incipientes os trabalhos destinados a analisar o multilinguismo brasileiro presente nas paisagens linguísticas, principalmente, em contexto fronteiriço. Nesse sentido, as autoras incentivam os estudos capazes de visibilizar políticas linguísticas locais que descrevam os espaços públicos enquanto arenas sociais, “visto que mudanças e transformações na sociedade - como a globalização e os diferentes fluxos (i)migratórios - podem deixar marcas na paisagem urbana” (SILVA; SANTOS; JUNG, 2016, p. 1259).

Concordando com as autoras supracitadas, destaco a nova paisagem linguística de Boa Vista, capital de Roraima, estado que faz fronteira com a Venezuela, mas onde apenas após o aumento da migração forçada de venezuelanos foi possível perceber mudanças nas paisagens de espaços públicos para além da cidade gêmea, Pacaraima.

Nesse sentido, as práticas linguísticas em Roraima vêm mudando com a chegada de grande quantidade de migrantes forçados por sobrevivência que estão incluindo a língua espanhola na paisagem linguística do estado, através de cartazes e anúncios de vendas de produtos e ofertas de serviços, em diversas ruas e avenidas da capital e do interior do estado. Implicitamente, esses migrantes estão impondo uma nova política linguística de reconhecimento de seus direitos linguísticos, tornando-se uma *política de facto* que os brasileiros passam a observar e interpretar, ampliando assim, seus repertórios linguísticos (ZAMBRANO, 2020), como explico e exemplifico na seção 6.5.

O próximo capítulo é dedicado à primeira parte da análise, a partir de análise documental de ações de políticas de acolhimento realizadas em Roraima.

CAPÍTULO 4

POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO: ENTRE O ACOLHIMENTO EM PORTUGUÊS E O ACOLHIMENTO ENTRE LÍNGUAS

Não podemos nos desesperar diante dos conflitos. Temos de afirmar nossa solidariedade por meio da crença num espírito de abertura intelectual que celebre a diversidade, acolha a divergência e se regozije com a dedicação coletiva à verdade.

bell hooks (2013, p. 240)

Neste capítulo, apresento um panorama das principais políticas de acolhimento oferecidas em Roraima desde o aumento do fluxo migratório. Parte delas surgiu como iniciativa voluntária de algumas instituições do estado que, na contramão das representações negativas sobre os cidadãos oriundos do país vizinho, iniciaram ações de acolhimento direcionadas a esse público. Esclareço que há outras ações desenvolvidas pela sociedade roraimense, porém, a intenção não é fazer um levantamento exaustivo, mas mostrar que diversas instituições e classes vêm promovendo políticas de acolhimento no estado.

Os objetivos a serem alcançados neste capítulo são: analisar documentos relativos a políticas para o acolhimento de venezuelanos em Roraima e descrever de que maneira são tratados os direitos linguísticos dos migrantes nesses documentos.

4.1 Políticas de acolhimento em Roraima

As políticas públicas são ações levadas a cabo por instituições do Estado ou, ainda, por outras instituições independentes, com a finalidade de atender determinados setores da sociedade civil (GARCEZ, 2013). As políticas de acolhimento fazem parte das políticas públicas, que, nem sempre são desenvolvidas por instituições públicas, mas, como afirma Garcez (2013), podem ser iniciativas de instituições independentes, como as religiosas, por exemplo.

Lima e Fernandes (2019) destacam que o termo *acolhimento* é visto por muitas instituições como proteção e garantia de direitos, com inserção no mercado de trabalho e

repressão à xenofobia. Para os autores, o acolhimento é uma postura com relação ao migrante. Com a migração de venezuelanos para Roraima, começaram a ser desenvolvidas uma série de políticas de acolhimento por diversas instituições, a maioria, de forma voluntária. Conforme apontam Lima e Fernandes (2019, s/p), “as primeiras iniciativas de acolhimento e apoio aos refugiados se deram no âmbito da sociedade civil, principalmente no campo das organizações religiosas, nos anos de 2015 e 2016”.

A sociedade civil passou a desenvolver seu papel social com diversas ações de acolhimento, como campanhas de arrecadação de alimentos, principalmente em igrejas católicas e evangélicas. As pastorais da Arquidiocese de Roraima, em parceria com outras instituições, como o Sindicato da Construção Civil do estado organizaram doações. Além de alimentos, cidadãos começaram a doar roupas aos desabrigados que acampavam em calçadas e praças. Em 2017, houve ações importantes com a finalidade de colaborar no processo de regularização dos migrantes, como os mutirões permanentes. Assim, foi montada uma rede de voluntários, dentre eles, da Pastoral Universitária Católica, do Grupo de Estudos de Fronteiras da UFRR, do Centro de Migrações e Direitos Humanos e do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (LIMA; FERNANDES, 2019).

A partir de 2017, conforme salientam Lima e Fernandes (2019), o Ministério Público Federal organizou uma série de audiências públicas e seminários destinados a debater a situação dos venezuelanos em solo roraimense, com a participação da sociedade civil e de alguns órgãos públicos. Foi nesse ano que iniciou o trabalho de instituições como o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional da Migração (OIM).

Também em 2017, começaram as ações de acolhimento organizadas pelas Instituições de Ensino Superior roraimenses: a Universidade Federal de Roraima (UFRR), a Universidade Estadual de Roraima (UERR) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Professores e alunos de diferentes cursos da UFRR iniciaram o Projeto Acolher, um projeto de extensão universitária com o apoio de profissionais de outras instituições, da Cátedra Sérgio Vieira de Melo (CSVM)⁶¹ e de duas organizações que estavam se instalando no estado: ACNUR e OIM. Dessa forma, começaram a ser oferecidos diversos

⁶¹ Conforme apontado por Simões (2018), em 2017, a UFRR passou a ser a primeira Universidade do Norte do Brasil a fazer parte da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, uma iniciativa entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e universidades, com objetivo de estimular ações de ensino, pesquisa e extensão com temas voltados ao refúgio.

serviços, como apoio jurídico e psicológico, assistência social, aulas de português, de yoga e de capoeira. A UERR passou a oferecer cursos de português aos migrantes, organizados por professores da instituição com apoio de acadêmicos monitores de Letras, nos dois *campi* universitários da capital, por meio da Pró-Reitora de Extensão. O IFRR também iniciou a oferta de cursos de português em 2017, em virtude da força de vontade de voluntários e egressos da instituição, por meio da Diretoria de Extensão (ZAMBRANO, 2019).

Outras ações também são frutos de projetos de extensão universitária, como o Ciclo de Palestras para Estrangeiros, do IFRR no campus Boa Vista, com o intuito de proporcionar aperfeiçoamento profissional aos migrantes. Na UFRR foi lançado o processo seletivo diferenciado para o ingresso de refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade social⁶² que, desde o segundo semestre de 2019, disponibilizou as vagas remanescentes dos cursos de graduação a esse público.

Conforme divulgado no site da UFRR, em 2018, foi inaugurado o Centro de Referência ao Imigrante (CRI)⁶³, destinado às ações de acolhimento organizadas pela comunidade acadêmica, conjuntamente com os parceiros externos. Nesse centro, voluntários oferecem orientação referente a documentos de regularização junto à Polícia Federal, treinamentos para entrevistas de emprego, atividades culturais, dentre outras ações desenvolvidas pelo Projeto Acolher.

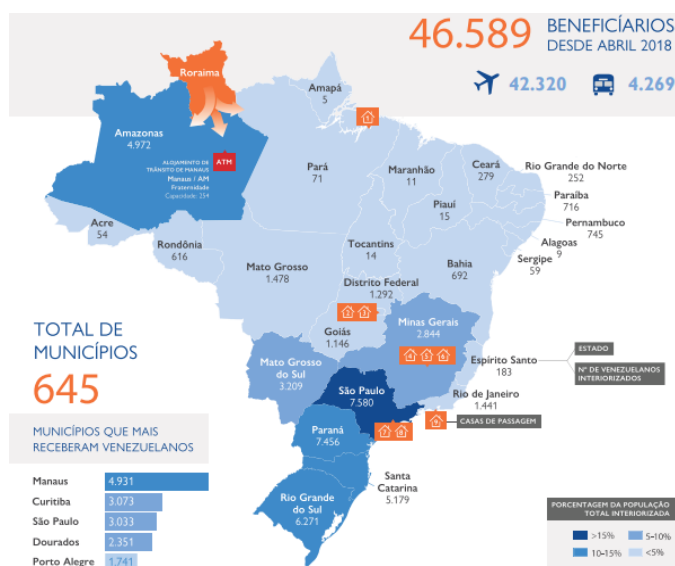
De acordo com Lima e Fernandes (2019), em 2018, consolidaram-se outras políticas de acolhimento da sociedade civil em Roraima. O Instituto Nacional de Direitos Humanos colocou banheiros e refeitório comunitário em uma Paróquia de Boa Vista. A Pastoral do Migrante iniciou as aulas de português e a regularização de documentação na capital e no interior. Na mesma época, aconteceu o projeto educacional da Fundação Fé e Alegria, destinado a crianças migrantes no contra turno escolar. A ONG Acolher Sem Fronteiras, ligada a uma associação espírita, organizou um projeto para a inserção de venezuelanos no mercado de trabalho em outros estados do país. Igrejas evangélicas passaram a oferecer cultos em língua espanhola, além de ações como: abrigo, alimentação, aulas de português e traslado com vaga de emprego em outras cidades.

⁶² Disponível em: <https://ufr.br/ultimas-noticias/5903-refugiados-imigrantes-2020-1> Acesso em: 20 agosto 2021.

⁶³ Disponível em: <https://ufr.br/ultimas-noticias/4386-centro-de-referencia-para-imigrantes-e-refugiados-em-roraima-e-inaugurada-na-ufrr> . Acesso em: 23 nov. 2021.

No âmbito do Estado, em 2018, o Governo Federal assinou uma medida provisória e dois decretos como políticas de acolhimento aos migrantes em Roraima. Dessa maneira, iniciou a Operação Acolhida que, de acordo com Kanaan, Tássio e Sidmar (2018, p. 68), militares que integraram a operação, é “uma ação conjunta, interagências, e de natureza humanitária, envolvendo as Forças Armadas e vários órgãos da esfera federal, estadual e municipal, além de agências internacionais e organizações não governamentais”. A força-tarefa tem como missão o ordenamento da fronteira, o abrigo dos migrantes e seu deslocamento para outros estados do Brasil. Ainda conforme os autores supracitados, foram criados postos de triagem e recepção, um hospital de campanha, um alojamento de passagem e 13 abrigos⁶⁴ (11 em Boa Vista e 2 em Pacaraima), dentre outras ações de acolhimento. De abril de 2018 a fevereiro de 2020, a Operação Acolhida e as instituições parceiras realizaram a interiorização, isto é, o deslocamento de mais de 46 mil venezuelanos a outros estados do Brasil. As cidades de Manaus, Curitiba e São Paulo foram as que mais receberam venezuelanos até 2020, como pode ser observado na seguinte figura disponibilizada pela Operação Acolhida:

FIGURA 1 – Interiorização por estado



Fonte: Plataforma para refugiados e migrantes venezuelanos R4V- Disponível em: <https://r4v.info/es/documents/details/82930>. Acesso em: 21 jan. 2021

⁶⁴ Em julho de 2021 foi inaugurado um abrigo e está em construção mais um, totalizando 15 abrigos em Roraima.

A classe artística também fez um forte trabalho de acolhimento aos migrantes em Roraima. Um dos precursores foi o cantor e compositor roraimense Neuber Uchôa, um dos mais importantes nomes da música tradicional roraimense; além de organizar eventos culturais com direito a shows beneficentes para arrecadação de doações, disponibilizou o espaço cultural Casa do Neuber para uma feira de artesanato na qual os indígenas warao puderam expor e comercializar seus produtos. No final de 2017, o artista lançou “Somos todos Hermanos”⁶⁵, canção voltada para o acolhimento dos vizinhos venezuelanos, como podemos observar na letra a seguir:

QUADRO 3 – Letra de música para acolhimento

Somos Todos Hermanos

É tempo de acolher
De compartilhar
O que se tem de bem
No coração também
Por nossos manos
Venezuelanos
Nossos vizinhos do peito
Los hermanos
E mira
Tamo junto na mira
A fronteira respira pro mar
Margarita maravilha
Nosso sonho de ilha de mel
Gosto no céu da boca de quem se dá
Somos filhos de Jah
Da bondade de Alá
Axe do Deus Buda
Makunaima

Fonte: g1 RR. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/musica-somos-todos-hermanos-incentiva-acolhimento-a-venezuelanos-em-roraima.ghtml>. Acesso em: 05 maio 2020

Analisando a letra da canção acima, é perceptível a intenção de acolher, ao chamar os venezuelanos de irmãos e afirmar que brasileiros e venezuelanos estão juntos, ressaltando que

⁶⁵ Ver mais em <https://folhabv.com.br/noticia/VARIEDADES/Cultura/Compositor-lanca-musica-e-campanha-em-prol-dos-refugiados-venezuelanos/34115>

é tempo de compartilhar. O texto ainda cita a ilha de Margarita – destino turístico mais procurado por brasileiros⁶⁶ no país vizinho – como forma de mostrar admiração pelas belezas caribenhas e o sonho de continuar viajando a esse lugar denominado pelo autor de *Ilha de Mel*. A letra também apresenta algumas palavras em língua espanhola, de uma forma criativa, como a palavra *mira* que pode ser interpretada de diferentes maneiras e ganhar outros sentidos, representando as práticas translíngues tão comuns no contexto migratório. Apesar de pouca repercussão nas emissoras de rádio, a música foi divulgada por ONGs e universidades, além de tocar em diversos eventos artísticos realizados em Roraima.

Na próxima subseção, analiso algumas ações de acolhimento destinadas a migrantes no estado.

4.2 Acolhimento em português

Nesta seção, busco analisar algumas políticas de acolhimento promovidas em Roraima com o fortalecimento da migração venezuelana, com ênfase nos direitos linguísticos dos cidadãos oriundos da migração forçada por sobrevivência, sem deixar de lado seus direitos como seres humanos. Analiso especificamente ações de acolhimento que foram divulgadas em sites institucionais e sites de notícias, mesmo que não tenham o nome de “acolhimento”. Esclareço que o levantamento não foi exaustivo, portanto, não pretendo analisar a totalidade de políticas de acolhimento em Roraima, mas uma parte delas.

Uma das políticas de acolhimento mais importantes para os falantes de línguas minoritizadas é a garantia de acesso à Educação Superior. Como apontado por Camargo (2019), no artigo 5º da Constituição Brasileira, é garantida a igualdade de direitos entre brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, como a igualdade de oportunidades, a inclusão social, laboral e produtiva, bem como o acesso igualitário do migrante aos serviços sociais, dentre eles, a educação.

No âmbito da educação superior, as oportunidades para os migrantes no ensino público aparecem por meio de processos seletivos diferenciados, regulamentados de acordo com critérios definidos pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, como destaca Gonçalves

⁶⁶ Roraimenses e amazonenses visitavam a ilha com frequência. Nos meses de janeiro e julho os hotéis do local atingiam ocupação máxima com as férias dos brasileiros.

(2019), tais critérios fazem parte do exercício da autonomia didático-científica e administrativa de cada universidade.

Nesse sentido, a Universidade Federal de Roraima, por meio da Resolução 007/2018, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, estabeleceu o Programa de Acesso à Educação Superior para solicitantes de refúgio, refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade. Assim, a universidade teve a iniciativa de incluir os migrantes forçados por sobrevivência no Ensino Superior, destinando as vagas remanescentes de processos seletivos de segunda graduação e transferência da UFRR. É, portanto, uma importante política formal de acolhimento, já que surgiu como parte do papel social da própria instituição.

O artigo 5º da resolução estabelece que, dentre as fases do processo de seleção eliminatória, os inscritos deferidos devem realizar uma redação em Língua Portuguesa que, de acordo com o documento oficial: “auferirá a capacidade do candidato em se comunicar nesse idioma” (MEC, 2018, p. 2). Assim, a capacidade de comunicação em língua portuguesa é um dos requisitos para o ingresso dos migrantes forçados à UFRR; a outra etapa é uma prova de conhecimentos na área específica escolhida⁶⁷ pelo candidato. Para Gonçalves (2019, p. 203), esse tipo de documento permite interpretar “a tensão entre a promoção da língua portuguesa como meio de acesso ao direito à educação superior e a exigência da língua portuguesa para ingresso e permanência na Universidade”. Cabe destacar que, nos instrumentos jurídicos que tratam do direito à educação, como a Constituição brasileira, não há menção à exigência de proficiência em língua portuguesa para fazer jus a tal direito. Dessa forma, a aprendizagem da língua portuguesa deixa de ser um direito linguístico e passa a ser uma obrigação.

O fato de a proficiência em língua portuguesa ser avaliada como ponto de eliminação entre os concorrentes, é, por si só, uma política linguística nos moldes do Estado-Nação, que poderá excluir muitas pessoas interessadas em cursar o ensino superior ao limitar o direito linguístico de valorização de outras línguas. Segundo Shohamy (2006), esse tipo de política traz, implicitamente, um mecanismo oculto de dominação.

No parágrafo único do artigo 5º da resolução, fica definido que os discentes que ingressem por meio desse processo seletivo devem realizar: “por no mínimo 01 (um) semestre, curso ou disciplina de português instrumental (ou equivalente), oferecido por essa Instituição de Ensino Superior (IES), cabendo à PROEG em regulamentação posterior” (MEC, 2018, p.

⁶⁷ É importante ressaltar que o candidato escolhe uma área dentre as opções oferecidas, ou seja, apenas daqueles cursos que têm vagas remanescentes.

2). A meu ver, tal regulamentação posterior deve prever uma política linguística de ensino de português clara e específica para os migrantes que ingressem na universidade, com oferta de curso na área PLA, com um programa definido por professores da área, e não qualquer disciplina de Português Instrumental. Para isso, a área de PLA/PLAc deve estar institucionalizada na UFRR, com uma estrutura curricular ampla, que não existe na atualidade, tal como apontado por Silva e Zambrano (2021), autores que defendem a institucionalização do PLA nessa universidade, a maior e mais antiga de Roraima, receptora de estrangeiros intercambistas e também de grande quantidade de migrantes forçados.

Analisando o edital 082/2019 que se refere ao processo seletivo para o programa de ingresso destinado aos migrantes forçados, lançado em agosto de 2019, percebo que o documento deve ser aprimorado de modo a respeitar os direitos linguísticos do público em questão. Cabe ressaltar que a resolução não indica qual será a língua usada na prova de conhecimentos específicos, e tampouco o edital; todavia, é possível supor que tal avaliação seja oferecida apenas em português, pois o edital se limita a informar que será de múltipla escolha e contará com 10 questões.

Com relação à prova de redação, o edital traz o seguinte trecho: “A prova de redação é obrigatória para todos os candidatos, e será realizada somente em **Língua Portuguesa**” (MEC, 2019, S/N, grifos do documento). Conforme o trecho em questão, não há possibilidade de negociação quanto à língua usada para a redação, fase eliminatória do processo seletivo, com valor de 50 pontos. Ou seja, com as letras em negrito, evidencia-se a política linguística adotada para tal certame, do monolinguismo em português, excluindo, portanto, qualquer outra opção de política linguística.

Nos moldes da resolução e do edital, “a língua funciona como objeto simbólico-político de dominação e apagamento desses sujeitos e dessas outras línguas” (GONÇALVES, 2019, p. 211). No cenário roraimense, essas outras línguas podem ser o inglês, se pensarmos nos migrantes da Guiana, o warao, língua da maioria dos indígenas venezuelanos que está chegando ao Brasil, ou o espanhol, a língua de migração mais presente no estado atualmente. Tal apagamento dos sujeitos e de suas línguas em uma ação destinada especificamente ao público migrante corrobora a explicação de Shohamy (2006) acerca das ideologias que permeiam as políticas linguísticas implícitas em documentos oficiais. Isto é, apesar de ser um documento elaborado através de uma política de acolhimento para um público em situação de vulnerabilidade, a ideologia monolíngue na base do texto é evidente.

Os artigos da resolução e o edital de ingresso específico para migrantes podem gerar o que Gonçalves (2019) chama de *tensão entre inclusão e exclusão*, quando a língua representa um dever para que o migrante tenha acesso à educação superior. Algo contraditório para uma inovadora política de acolhimento que visa à inclusão de migrantes forçados por sobrevivência. Seguindo a explicação de Castelano Rodrigues (2018), é uma ação para incluir os vulneráveis sem deixar de controlar a ordem institucional guiada pela política do Estado-Nação e da língua como patrimônio, na qual a diversidade linguística dos migrantes forçados por sobrevivência é apagada, ao mesmo tempo que é negado o direito fundamental à educação àqueles recém-chegados ao Brasil sem proficiência em língua portuguesa. Desse modo, é necessário repensar e replanejar tal ação, levando em consideração os direitos linguísticos desses indivíduos, a meu ver, é necessário promover o pensamento fronteiriço (MIGNOLO, 2013) para oferecer um acolhimento *entre línguas*, permeado pelas histórias locais de Roraima, isto é, dentro da realidade de repertórios linguísticos do estado.

O primeiro edital do programa de inclusão de migrantes forçados na UFRR foi publicado em maio de 2019, para ingresso no semestre 2019.2 e foram ofertadas 36 vagas em 7 cursos. O segundo edital foi lançado em agosto de 2019, para o ingresso no primeiro semestre de 2020, com oferta de 100 vagas em 18 cursos. Com isso, é possível notar o esforço da instituição pela oferta das vagas e também pela realização de um processo seletivo específico para refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade social; sendo importante reconhecer que a UFRR deu o primeiro passo para tentar incluir os migrantes forçados, na contramão das críticas⁶⁸ da sociedade que também foram manifestadas em redes sociais quando da divulgação do primeiro edital.

O segundo edital foi alvo de ainda mais críticas e chegou a ser cancelado pela justiça. As provas para a segunda seleção aconteceriam em dezembro de 2019, porém, em novembro do mesmo ano, a Justiça Federal de Roraima determinou a suspensão do processo, por meio de uma ação promovida pelo Ministério Público Federal. O órgão afirma que há ilegalidade na regulamentação do processo seletivo, já que este estaria criando vantagem desproporcional em favor de determinado grupo de indivíduos. De acordo com a ação da 4ª Vara da Seção Judiciária, o edital não observou disposições legais como a reserva de 50 % das vagas para

⁶⁸ Muitas críticas foram publicadas em redes sociais e em comentários nos sites de notícias. Internautas afirmavam que a UFRR conseguia vagas para os venezuelanos, mas não chamava os brasileiros que estavam em lista de espera do vestibular, por exemplo. Alguns desses comentários podem ser lidos no final da reportagem disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Universidade-Federal-vai-ofertar-vagas-em-cursos-para-imigrantes-refugiados/41685>.

estudantes de escolas públicas, a distribuição proporcional por curso e turno e os grupos de políticas afirmativas como pessoas autodeclaradas negras e indígenas. Outra observação apresentada na ação refere-se à ausência de razões que justifiquem o tratamento diferenciado aos migrantes em detrimento dos demais candidatos (ARAÚJO, 2019).

Com a ação, a Justiça desrespeita a autonomia universitária, alegando desvantagem desproporcional. Nota-se que uma das preocupações é o tratamento diferenciado aos migrantes, realizado justamente para proporcionar mais oportunidades de inclusão a esse público. O processo seletivo continua suspenso até o julgamento final do mérito da ação.

No que tange à política linguística envolvida no processo seletivo exclusivo para migrantes em condição de vulnerabilidade, retomo a afirmação de Shohamy (2006) de que as políticas são determinadas por mecanismos que, mesmo indiretamente, perpetuam ideologias e políticas hegemônicas; dessa maneira, afetam as práticas linguísticas por meio de representações sobre as línguas. No caso da UFRR, a representação da língua portuguesa como a única válida no meio acadêmico de Roraima limita a implementação de políticas linguísticas à oferta de cursos de português, como podemos observar com a implementação de um curso de redação em língua portuguesa, ofertado em 2019, destinado a colaborar com a capacitação dos candidatos inscritos nos processos seletivos especiais para migrantes.

No segundo semestre de 2019, o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UFRR ofereceu um curso de redação em língua portuguesa para refugiados e migrantes, com duração de 30 horas. Uma ação que pode ser considerada política de acolhimento linguístico que atravessa os eixos vertical e horizontal (BIZON; CAMARGO, 2018), já que foi iniciativa de um programa de pós-graduação, oriunda de uma demanda de pessoas interessadas no português para o fim específico da redação (seja para o processo seletivo diferenciado, o vestibular, o Enem, ou outro fim). Uma iniciativa de acolhimento relevante para o público de migrantes forçados, porém, com relação aos horários oferecidos, pode não ter atendido à maioria dos interessados, que, em geral, trabalha o dia inteiro e sente dificuldades em frequentar aulas durante a semana. Abaixo, encontra-se o anúncio publicado na página web da universidade:

FIGURA 2 - Curso de redação UFRR

CH: 30h

Curso de Redação em Língua Portuguesa para Refugiados e Imigrantes

INSCRIÇÕES:
De: 15/10 a 01/11

Acesse:
bit.ly/red_lp

CPG Letras

Turma 1: Segunda e Quarta das 14h às 17h - início dia 04 de nov
Turma 2: Segunda e Sexta das 08:30 às 11:30h - início dia 04 de nov
Turma 3: Terça e Quinta das 08:30 às 11:30h - início dia 05 de nov

Fonte: Site da UFRR. Disponível em:

http://ufr.br/ppgl/index.php?option=com_content&view=article&id=456:curso-de-redacao-em-lingua-portuguesa-para-refugiados-e-imigrantes&catid=25&Itemid=298&lang=pt Acesso em: 20 jun. 2020.

Como é possível observar na figura acima, o texto está disponível apenas em português e não foi publicada nenhuma versão em outra língua, fato que considero negativo do ponto de vista dos direitos linguísticos dos migrantes forçados, principalmente por ser uma ação proposta por um Programa de Pós-Graduação em Letras. No anúncio, também vemos que foram abertas três turmas, todas com duas aulas por semana, de segunda a sexta-feira, duas em horário matutino e uma no vespertino. Reitero que foi uma iniciativa de grande valor, pelo processo de inclusão social e de oportunidade de acesso à educação, já que foi lançado antes da prova de redação do processo seletivo diferenciado para migrantes, com vistas a capacitar os candidatos para o certame; no entanto, poderia ter sido ofertada pelo menos uma turma em horário noturno e condensada em apenas um dia por semana, já que a realidade da maioria dos migrantes venezuelanos em Roraima é de falta de meios de transporte, de dinheiro para usar o transporte público e até de tempo para frequentar um curso duas vezes por semana em horário comercial. Conforme aponto em Zambrano (2018), as turmas de português destinadas aos venezuelanos começam com a capacidade máxima, mas sempre há uma grande evasão devido aos motivos relatados acima, sendo necessário fazer adaptações e flexibilizações de horários para tentar atender ao maior número possível de estudantes.

No que diz respeito ao planejamento das ações de acolhimento, Camargo (2019, p. 154) defende que as políticas públicas deveriam ser organizadas de uma forma mais efetiva, “pois os atores migrantes das políticas horizontais não são consultados para a elaboração dessa estratégia”. A autora afirma, assim, que a oferta de políticas para o público migrante deve ser responsiva às demandas da população acolhida e não apenas decidida pelos interesses de quem

acolhe. Portanto, é necessário reconhecer os migrantes como agentes e consultores de políticas de acolhimento, por meio do atravessamento entre os eixos vertical e horizontal no planejamento de tais ações. Isso quer dizer que, durante o planejamento do curso ofertado pelo PPGL, os migrantes ou os coordenadores de outros cursos destinados aos migrantes forçados em Roraima poderiam ter sido consultados, de modo a promover uma ação mais efetiva para o público em questão.

Dentre os encaminhamentos para políticas de acolhimento, Camargo (2019) apontou a necessidade de maior investimento do poder público na oferta de cursos gratuitos de PLAc. Pensando na qualificação dos professores para tais ações, em 2019, o PPGL da UFRR ofertou um curso chamado *Curso de Formação para Professor de PLE/PLAC*⁶⁹, com o objetivo de capacitar pessoas formadas em Letras para o ensino de português como língua estrangeira (PLE) ou língua de acolhimento (PLAc).

Vale destacar que a formação profissional é um passo importante para a implementação de cursos de português como língua de acolhimento, já que, em Roraima, são poucas as opções para os professores interessados em se especializar na área de PLA/PLAc. Porém, a migração forçada por sobrevivência fez essa área crescer muito, em virtude do empenho de professores e outros profissionais que, mesmo sem formação e sem remuneração, estão ensinando língua portuguesa com os poucos recursos e espaços que possuem (ZAMBRANO, 2019).

Do mesmo modo, com o apoio voluntário de egressos e com algumas parcerias de outras instituições de ensino, em 2017, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) passou a ofertar cursos de português aos migrantes, com mais de 6 turmas e horários diferentes. No entanto, não se limitou ao ensino da língua portuguesa como política de acolhimento, o IFRR também realiza o Circuito de Palestras para Estrangeiros, que teve início em 2018 para:

[...] proporcionar aos estrangeiros uma chance de aprofundar seus conhecimentos acerca do universo empreendedor, uma forma para sensibilizá-los à reflexão voltada para a iniciativa e a inovação, resultando em um processo de inclusão, seja na área pessoal, educacional e/ou profissional (ARAÚJO et al, 2018, p. 23).

É necessário salientar que o discurso acima apaga as condições sócio-históricas dos sujeitos migrantes, ao estabelecer uma relação direta entre a participação no curso e a inclusão

⁶⁹ A capacitação foi planejada e ministrada por uma professora visitante na UFRR.

nas áreas pessoal, educacional e/ou profissional. Contudo, é uma ação de acolhimento importante no contexto roraimense, onde as fontes de emprego são escassas.

Até 2020, o Circuito de Palestras havia ocorrido quatro vezes, de acordo com matéria publicada no site da instituição; seu objetivo é complementar as atividades dos cursos de português, focando na qualificação dos migrantes para o mercado de trabalho, por meio do aprofundamento dos conhecimentos, do “empoderamento” e da superação de desafios. Além de palestras de convidados de diversas instituições, o evento apresenta relatos de experiências de migrantes e apresentações culturais, como é possível observar na figura a seguir:

FIGURA 3 - Circuito de Palestras IFRR

I CIRCUITO de PALESTRAS PARA ESTRANGEIROS

+INFORMAÇÕES

EVENTO
27/06 - 19h

LOCAL DO EVENTO
AUDITÓRIO DO CBV

O CAMPUS BOA VISTA, POR MEIO DA DIREX, TEM O PRAZER DE CONVIDAR VOSSA SENHORIA PARA PARTICIPAR DO “I CIRCUITO DE PALESTRAS PARA ESTRANGEIROS”.

PROGRAMAÇÃO
Exposição de vídeo: Acolher na sua diversidade;
Apresentação cultural: Apresentação do Casal de noivos da Quadriha Zé Monteiro – Katiane Ferreira e Douglas Rafael;
Abertura
Palestra I - Fluxos migratórios e empreendedorismo no Estado de Roraima, com Mônica Montana Martínez Ribas;
Apresentação Cultural: Apresentação de Yuri Eilyn Meneses Gutierrez, com uma música de Aline Barros;
Coffee break;
Relato de experiência – "Vencendo Barreiras!", com Armando Cabrera;
Palestra II - "Você merece uma nova chance!", com o Coaching Silvio Fernando de Carvalho Brasil.

Fonte: DIREX/IFRR. Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br/campi/boa-vista/noticias/1-degcircuito-de-palestras-para-estrangeiros-ocorrera-no-dia-27>. Acesso em: 14 maio 2020.

Pela programação do evento, vemos o conhecimento sendo construído no diálogo entre diferentes setores, ao oportunizar compartilhar experiências entre os próprios migrantes no Brasil, das quais podem surgir encaminhamentos para novas políticas de acolhimento da forma que Camargo (2019) defende, com a colaboração e a visão das pessoas que passam ou passaram por situações de crise em um novo país. Nesse sentido, considero que, embora a divulgação esteja toda em língua portuguesa e a programação pudesse ser construída com mais participação da comunidade migrante, deixando claro que é um evento planejado COM migrantes e PARA

migrantes, já é um primeiro passo para o fortalecimento de políticas de acolhimento em perspectiva decolonial.

4.3 Acolhimento *entre línguas*

Dentro das políticas de acolhimento, a oferta de cultos (evangélicos) e missas (católicas) em espanhol pode ser classificada como políticas linguísticas horizontais, por partirem da comunidade. Conforme mencionei na seção específica sobre políticas de acolhimento em Roraima, as igrejas passaram a oferecer, a partir de 2016, missas e cultos especiais aos migrantes, em horário diferenciado e em língua espanhola. Mesmo no período de distanciamento social, durante a pandemia do Coronavírus, no ano de 2020, houve a preocupação com essas ações, como é possível observar no seguinte panfleto informativo:

FIGURA 4 - Missa online em espanhol



Fonte: Diocese RR. Disponível em: [instagram@diocesederoraima](https://www.instagram.com/diocesederoraima) Acesso em: 14 maio 2020.

Esta ação de política de acolhimento em língua espanhola é importante para os migrantes forçados por sobrevivência, pois a religiosidade pode colaborar para a superação de problemas de inclusão, do não pertencimento (LUSSI, 2017), e melhorar o estado de ânimo e a autoestima das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Assim, tais ações das instituições religiosas podem ser consideradas como políticas de *acolhimento em línguas*

(BIZON; CAMARGO, 2018).

Para além do acolhimento em línguas, nessas iniciativas, vejo um exemplo de acolhimento sem amarras coloniais de valorização de uma única língua, pois as portas das igrejas estão abertas em todos os horários disponíveis para brasileiros e estrangeiros, mas oferecem um horário alternativo para aquelas pessoas que preferiram assistir à cerimônia em língua espanhola. Sendo assim, as ações permitem *aprender a desaprender* (MIGNOLO, 2008) o acolhimento, transformando-se no que chamo de *acolhimento entre línguas*. Apesar de reconhecer que pode não ser apenas uma política de acolhimento, mas uma forma de atrair mais fiéis, é uma ação que pode incentivar a valorização dos direitos linguísticos dos migrantes e, em certa medida, dar visibilidade à língua minoritarizada. Brasileiros interessados em aprender e praticar a língua espanhola podem aproveitar esses espaços de interação nessa língua.

Outras ações de acolhimento podem surgir quando pensamos nos migrantes como detentores de conhecimento, como pessoas que falam outras línguas e têm outras formas de compreender o mundo, formas essas que devem ser valorizadas e visibilizadas no processo de aprender a desaprender o acolhimento, com a finalidade de promover uma postura decolonial dos saberes. Por isso, é de grande valor a iniciativa de informar os indígenas warao acerca da prevenção do Coronavírus, por meio de ações informativas executadas por organizações de ajuda humanitária que atuam em Roraima, como vemos nos panfletos a seguir, que circularam em centros de acolhida a migrantes indígenas em Boa Vista, no ano de 2020, e podem ser considerados instrumentos de políticas linguísticas para grupos minoritarizados, neste caso, além de migrantes forçados por sobrevivência, são indígenas, o que pressupõe um grupo ainda mais marginalizado.

FIGURA 5 – Campanha para prevenção da COVID19 em língua warao



Fonte: R4V. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509> Acesso em: 14 maio 2020.

Do lado esquerdo, observamos um panfleto com instruções sobre a maneira correta de lavar as mãos, ressaltando a ação como uma forma importante de prevenção ao Coronavírus. Do lado direito, as imagens mostram outras formas de prevenção e o que é preciso evitar durante o período de pandemia. Ambos os materiais estão em língua warao com os destaques visuais. Uma ação que pode ser considerada política linguística horizontal, realizada pelas organizações que promovem ajuda humanitária aos migrantes forçados. Disponibilizar o material impresso em língua warao é um passo importante no respeito aos direitos linguísticos, não apenas em espanhol, língua majoritária do país de origem dos warao, mas em língua indígena, pelo menos por meio de material escrito, pois sabemos que o atendimento oral em warao é muito difícil, por ser uma língua ainda desconhecida no Brasil e com poucos falantes na Venezuela. Conforme explicado por Santos e Zambrano (2019), no abrigo destinado aos warao em Pacaraima, a língua de comunicação usada entre funcionários e abrigados, na maioria das vezes, é a espanhola; o warao é usado apenas quando os indígenas conversam entre si.

Também em tempos de Coronavírus, a Prefeitura de Boa Vista distribuiu, em Unidades Básicas de Saúde, um pequeno livro infantil com versões em português e em espanhol, elaborado pela psicóloga colombiana Manuela Molina e disponibilizado em seu blog. O COVIBOOK é destinado a crianças de 2 a 7 anos de idade, com o objetivo de ensinar sobre o vírus e, de uma forma lúdica e divertida, incentivar a prevenção. Abaixo estão algumas páginas

do livreto:

FIGURA 6 – COVIBOOK usados pela prefeitura de Boa Vista



Fonte: Manuela Molina. Disponível em <https://www.mindheart.co/descargables>. Acesso em: 10 maio 2020

O blog disponibiliza o livro digital em várias línguas, a exemplo de: inglês, italiano, português e espanhol. Não há uma versão bilíngue, mas a tradução do material. A prefeitura imprimiu os livros em português e em espanhol, como uma forma de democratizar o acesso à informação aos pacientes de origem hispânica atendidos nas unidades básicas de saúde, a meu ver, uma ação importante de acolhimento linguístico. No entanto, no livro impresso foi adicionada a logomarca da prefeitura de Boa Vista (no rodapé, com destaque vermelho) e, na versão em espanhol, uma bandeira da Espanha (na parte superior direita), como forma de

identificar a língua do material, conforme as figuras abaixo:

FIGURAS 7 e 8 – Versão impressa pela Prefeitura de Boa Vista



Fonte: Prefeitura de Boa Vista

Ao comparar com o livro digital disponibilizado pelo blog, é possível notar que não há bandeiras para identificar as línguas, ou seja, deve ter sido colocada junto com a identificação da prefeitura de Boa Vista, fazendo uma associação entre a língua espanhola e o país colonizador, como se os donos da referida língua fossem os cidadãos do país europeu. Isso mostra a visão de língua desvinculada dos sujeitos e das comunidades que as usam, criticada por Castelano Rodrigues (2018). Se a comunidade estrangeira que faz uso do sistema público de saúde em Roraima é, em sua maioria, venezuelana, a bandeira espanhola pode não servir como identificação, pois muitos cidadãos daquele país podem até desconhecer o símbolo. Não estou defendendo o uso da bandeira venezuelana, até porque, há outros migrantes de origem hispânica em Roraima, mas não é necessário usar uma bandeira para identificar uma língua, ainda mais sendo uma língua tão utilizada atualmente no estado. Sendo assim, a bandeira da Espanha pode representar dominação e colonização linguística para alguns, e pode não ter nenhum significado para o público hispânico que frequenta o sistema público de saúde de Roraima. Portanto, para evitar generalizações e visões eurocêntricas, seria melhor não usar nenhuma bandeira. Assim, a ação poderia demonstrar uma política mais decolonial que atenda os direitos linguísticos dos migrantes hispanofalantes sem estigmatizações nem

generalizações.

Outra importante iniciativa de acolhimento *entre línguas* foi promovida por organizações de ajuda humanitária, é uma cartilha elaborada para facilitar a comunicação entre brasileiros, venezuelanos, indígenas e não indígenas, no atendimento em saúde. De acordo com a apresentação desse material, o objetivo é melhorar a comunicação entre os indígenas venezuelanos das etnias Warao e Eñepá e os profissionais da saúde pública do Brasil. Nela constam informações básicas em quatro línguas, português, espanhol, warao e panare (eñepa), bem como ilustrações que podem ajudar no acolhimento durante os atendimentos de saúde, como podemos observar nas figuras 9 e 10:

FIGURA 9 – Capa da Cartilha para atendimento em saúde



Fonte: Plataforma RV4. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>. Acesso em: 24 maio 2020

Como é possível observar, todas as informações estão escritas em 4 línguas, de forma separada, mas o processo de construção que valoriza as línguas-culturas dos migrantes

envolvidos denota uma postura decolonial que possibilita o *viver entre línguas* (MIGNOLO, 2013), já que o público alvo da cartilha (funcionários da área da saúde) poderá transitar nas diversas opções linguísticas oferecidas.

Mais do que o trânsito entre as línguas, é importante a consciência decolonial de valorização de outros saberes, isto é, habitar a fronteira por meio do conhecimento específico para o atendimento dos deslocados forçados por sobrevivência, inclusive com informações de cunho cultural dos povos indígenas, como mostra a Figura 10:

FIGURA 10 – Sumário da cartilha



Índice

04	» Apresentação Presentación	
08	» Os Warao Los Warao Waraotuma *	
11	» O mito da criação do homem Eñepa El Mito de la creación del hombre Eñepa Eñepa manája Marouka ya paka *	
14	» Percepção Indígena Warao e Eñepa sobre algumas doenças respiratórias Percepción Indígena Warao e Eñepa acerca de algunas enfermedades respiratorias *	
17	» Os direitos e deveres da saúde Los derechos y deberes de la salud Ka Saneta ama Ka yeota tane nobara omi jakitane Wenóto, yamokainitú asawantóka chiche	
18	» Medicina natural tradicional Warao e Eñepa *	
21	» Facilitando a comunicação com a comunidade Facilitando la comunicación con la comunidad Dibubune jaketane jakeraja nakakitane Karapoké e'ñapa, waramapinto wetyope iochimón	Indígenas que colaboraram nas traduções / Indígenas que apoyaron en las traducciones Avigal Reinoso, Marcela Sanchez, Crisella Baur, Alberto Conejero, Otilia, Alicia Aranguren
24	» Sintomas & Diagnósticos Síntomas & Diagnósticos Katukana ja / Miso Tyninópón napakato / Tuño ichan manü sa	Indígenas que colaboraram nos desenhos / Indígenas que apoyó en los dibujos
26	» Recomendações Recomendaciones	Avigal Reinoso

Fonte: Plataforma RV4. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>. Acesso em: 24

maio 2020

A cartilha foi construída com a colaboração dos indígenas e levando em consideração aspectos de suas culturas, como podemos notar por meio dos desenhos que representam o lugar de origem de cada grupo e explicações referentes à medicina tradicional desses povos. Nesse sentido, percebo o pensamento decolonial na elaboração da cartilha, ao tentar *aprender a desaprender* (MIGNOLO, 2011) com o propósito de fazer acolhimento, um acolhimento que poderia atravessar as barreiras da língua hegemônica e dos sujeitos colonizadores como os detentores do saber, pelo menos no material escrito. No entanto, é necessário saber de que forma foi recebido esse material pelos funcionários da saúde; mais importante ainda, saber se, na prática, esse material está sendo usado nos atendimentos em saúde e se os profissionais realmente valorizam as línguas e respeitam os migrantes nas unidades de saúde; se essas políticas que respeitam e valorizam a diversidade linguística dos migrantes forçados contemplam o sujeito e os direitos humanos daquela comunidade marginalizada.

Outra importante política de acolhimento implementada em Roraima com o advento da migração venezuelana é o Programa MiSordo, um projeto de extensão do curso de Letras Libras da Universidade Federal de Roraima em parceria com a Pastoral do Surdo de Boa Vista, com início em 2018. Conforme Bentes e Araújo (2020), o programa possui três metas principais, a saber:

(a) acesso à comunicação: com projetos de tradução e interpretação e ações que promovam o acesso aos serviços essenciais e assessoramento da comunidade por meio das línguas de sinais envolvidas; (b) valorização das línguas de sinais: com ações voltadas para estudos mais teóricos e observação das línguas de sinais entre si e em contato com as línguas orais. No caso, Libras, LSV, português e espanhol escritos, além da oferta de curso de Línguas de Sinais, principalmente a LSV; e (c) acesso aos direitos humanos: por meio das parcerias com diversas instituições de apoio aos migrantes que atualmente estão realizando trabalhos no estado de Roraima, viabilizados pela tradução e interpretação, têm-se ações de acolhimento e encaminhamento a setores públicos e privados, pretende-se ainda criar projetos que desenvolvam meios de autonomia da pessoa surda migrante (p. 105).

Como é possível perceber na citação acima, o acesso à comunicação e a valorização das línguas de sinais presentes no programa de extensão contempla o que chamo de *acolhimento entre línguas*, pelo fato de possibilitar o trânsito entre várias línguas, com tradução e interpretação em mais de uma língua de sinais, bem como com estudos e observação das línguas de sinais em contato com as línguas orais. Portanto, as ações seguem uma perspectiva decolonial que rompe com a hegemonia do poder e do saber em uma única língua.

Essas ações de acolhimento tentam garantir os direitos humanos de um grupo minoritarizado dentro dos deslocados forçados por sobrevivência, ou seja, uma comunidade ainda mais marginalizada cada vez mais crescente em Roraima. Política de grande relevância realizada pela universidade pública, que adota uma postura decolonial de valorização dos saberes de grupos historicamente invisibilizados. De acordo com Bentes e Araújo (2021, p. 60), “o uso de uma língua bastante diferente soma-se ao estereótipo de deficiência, no caso a surdez, como fator preponderante à exclusão do grupo”. Para os autores, os migrantes surdos sofrem com a ausência de políticas de acolhimento diferenciadas, com o preconceito dos migrantes ouvintes e até dos próprios surdos brasileiros.

Finalizo este capítulo ressaltando que, apesar de haver um grande avanço nas políticas de acolhimento em Roraima, ainda falta mais respeito aos direitos linguísticos e, principalmente, aos direitos dos sujeitos migrantes. Embora seja satisfatório saber que há vários grupos fazendo um trabalho de acolhimento linguístico horizontal, sem esperar pelas decisões de Estado que podem não chegar, é necessário que as instituições federais, estaduais e municipais assumam seu papel e promovam mais políticas públicas capazes de acolher *entre línguas*.

No próximo capítulo analiso as ações de acolhimento implantadas nas áreas de saúde, educação e assistência social por parte do governo do estado e dos municípios de Boa Vista e Pacaraima.

CAPÍTULO 5

REPRESENTAÇÕES LINGUÍSTICAS: DA SAÚDE À ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RORAIMA

El bilenguaje como forma de vida es posible en las fracturas de una lengua hegemónica (nacional o imperial): más allá de la ley que instila miedo y vergüenza entre los que no dominan la lengua principal.

Walter Mignolo (2013, 340-341)

Este capítulo tem como objetivos: analisar as representações sobre as línguas por parte dos que participam da implementação de políticas de acolhimento para migrantes venezuelanos em Roraima; compreender de que maneira essas representações impactam os processos de implementação das políticas de acolhimento em Roraima; compreender em que medida são contemplados os direitos linguísticos dos migrantes nessas políticas de acolhimento.

A primeira seção é dedicada ao município de Pacaraima, porta de entrada dos venezuelanos que chegam ao Brasil. Por ser um município fronteiro, apresenta algumas características próprias que justificam uma análise individual. Na segunda seção, apresento a análise das ações implementadas pelo setor da saúde, bem como debato algumas necessidades específicas dessa área.

Na terceira seção, explano registros gerados durante entrevistas com representantes da Secretaria de Educação de Roraima, analisados junto com a Resolução do Conselho Estadual de Educação de 2015 (RORAIMA/CEE, 2015) e da nova Resolução do Conselho Nacional de Educação de 2020 (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 2020).

Em uma subseção, analiso os registros gerados durante a entrevista na Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista, juntamente com o estabelecido na Resolução Municipal publicada em 2019 (DIÁRIO OFICIAL BOA VISTA, 2019). Em seção posterior, analiso os registros relacionados ao serviço social do estado e do município de Boa Vista.

5.1 Representações e políticas linguísticas em Pacaraima

Por meio de entrevistas semiestruturadas com funcionários das secretarias municipais de educação, saúde e assistência social do Município de Pacaraima, obtive informações importantes quanto às políticas de acolhimento implementadas no referido município, localizado na fronteira com a Venezuela. Constatei que poucas ações eram direcionadas, especificamente, aos migrantes oriundos da Venezuela.

Durante a entrevista com uma funcionária da Secretaria de Educação de Pacaraima, realizada em setembro de 2020, foi informado que as ações são as mesmas que já eram realizadas antes do crescimento da migração forçada, embora a demanda tenha aumentado bastante nos últimos anos. Segundo a entrevistada, quase dobrou o número de alunos estrangeiros na rede municipal de ensino.

A demanda por vagas nas escolas de Pacaraima vem crescendo desde 2012, aproximadamente, quando a crise econômica e social ficou mais visível no país vizinho. Em sua maioria, os moradores da cidade de Santa Elena de Uairén matriculavam seus filhos nas escolas brasileiras em busca de uma melhor educação, pois a qualidade do ensino na Venezuela estava piorando a cada ano, como aponto em minha dissertação de mestrado, baseada em entrevistas com pais venezuelanos (ZAMBRANO, 2016).

Em 2014, por não conseguir atender a demanda de vagas na rede municipal, a Secretaria de Educação de Pacaraima lançou um edital de matrícula restringindo o acesso de estrangeiros à educação infantil, conforme saliento em Zambrano (2016). As crianças deveriam ser residentes no município e ter seus documentos legalizados (traduzidos por tradutor oficial e legalizados em consulado). Ao analisar o parágrafo único do referido documento, é possível perceber que este abrange todos os estrangeiros, incluindo os filhos de brasileiros nascidos⁷⁰ no país vizinho:

§ Parágrafo Único - Os alunos estrangeiros somente poderão ser matriculados para a Educação Infantil da rede municipal, mediante a comprovação de filiação brasileira (materna ou paterna), assegurados os direitos previstos no artigo 12 da Constituição

⁷⁰ Muitas brasileiras migrantes na Venezuela davam à luz no país vizinho e, às vezes, não registravam os filhos no Brasil. Comprovei o fato analisando as fichas de matrículas de uma escola de ensino infantil de Pacaraima em 2015 (ZAMBRANO, 2016). As certidões de nascimento das crianças apresentadas no ato da matrícula eram da Venezuela, mas os documentos dos pais (pai ou mãe, devido aos casamentos entre pessoas das duas nacionalidades) eram brasileiros.

Federal Brasileira, ou mediante comprovação/protocolo de abertura de processo de solicitação para nacionalização, residência ou transeunte (RORAIMA, 2014, p. 2).

De acordo com o trecho acima, os estrangeiros que não eram filhos de brasileiros deveriam comprovar a solicitação de residência ou nacionalidade. À época, os venezuelanos ainda não solicitavam refúgio, nem lhes era permitida a residência temporária, e eram poucos os que realmente residiam no Brasil. Dessa forma, a Secretaria de Educação conseguiu controlar o aumento da demanda nas poucas escolas do município. Porém, conforme Zambrano (2016), sempre havia mães venezuelanas insistindo para conseguir uma vaga, o que gerou a criação de uma lista de espera. Caso sobrassem vagas após a matrícula de brasileiros e de estrangeiros legalizados (conforme o edital), venezuelanos poderiam se matricular, desde que apresentassem os comprovantes de escolaridade legalizados. Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, também havia lista de espera.

A funcionária da Secretaria de Educação do Município informou, durante a entrevista semiestruturada, que não existe mais a lista de espera, pois o Ministério Público exigiu que todas as crianças migrantes fossem matriculadas. Para atender a demanda, foram alugados e improvisados espaços. Conforme o quadro apresentado na seção 3.1.1, foi criada mais uma instituição de ensino pela Prefeitura, que estava sendo implantada em 2020. Assim, todos os que procuram vagas são matriculados, inclusive são realizadas matrículas extraordinárias até o mês de agosto. Contudo, ao analisar a seguinte fala da funcionária municipal, podemos notar que é uma resposta à exigência do Ministério Público, e não um desejo de acolhimento, que está em jogo⁷¹:

“Desde 2018 o número de alunos começou a aumentar. Antes, tinham a burocracia da tradução dos documentos escolares, agora só com a carta de refúgio eles podem fazer a matrícula. **O Ministério Público exige, nós temos a obrigação de atender**”.

Servidora da Secretaria de Educação Pacaraima

A resposta sobre a matrícula sem exigências, apenas com o comprovante de refúgio, revela o que Duboc (2018) chama de *gentilezas brutas* ao se referir às ações ou atitudes de

⁷¹ A entrevista foi realizada antes da publicação e divulgação da Resolução do Conselho Nacional de Educação (BRASIL/CNE, 2020) sobre matrículas de refugiados e apátridas nas redes públicas do país. Portanto, as escolas seguiam uma recomendação do Ministério Público Federal. Na próxima seção, discuto a nova resolução junto com os dados da Secretaria Estadual de Educação.

acolhimento forçadas pelas leis do Estado. Antes, apenas matriculavam os estudantes que se adequavam às normas exigidas no edital municipal de 2014 e à Resolução do Conselho Estadual de Educação (RORAIMA/CEE, 2015). A partir de junho de 2017, a hospitalidade passa a ser condicional (DERRIDA, 2000), ou seja, regida pelas leis do Estado, como um dever ou uma obrigação, neste caso, regida pela recomendação do Ministério Público Federal (MPF, 2017), claramente uma obrigação maior para o município, que começou a aceitar toda a demanda de alunos, mesmo que não tivessem a documentação antes exigida.

A recomendação nº 10/2017 (MPF, 2017), do Ministério Público Federal, foi publicada em 20 de junho de 2017, direcionada à Secretaria Estadual de Educação em Roraima, à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista e à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Pacaraima, justamente os municípios que fazem parte desta pesquisa.

Com a solicitação de informação referente à exigência de documentação traduzida para efetivação da matrícula dos alunos oriundos de países estrangeiros, “notadamente os de língua espanhola, e a necessidade da tradução ser juramentada” (MPF, 2017, p. 1), a Secretaria Municipal de Pacaraima afirmou atender aos critérios previstos na Resolução nº 08/2015⁷², do Conselho Estadual de Educação de Roraima. Tal documento permite a classificação do estudante mesmo com documentação incompleta ou “duvidosa”, após passar por processo de avaliação, o aluno era autorizado a frequentar as aulas e recebia o prazo de sessenta dias para providenciar a documentação escolar ausente (MPF, 2017).

Portanto, até receber a recomendação do Ministério Público Federal, a Secretaria de Educação de Pacaraima afirmou seguir uma resolução estadual. O texto da recomendação (MPF, 2017) ressalta o crescente fluxo migratório em Roraima e o fato de muitos migrantes e refugiados chegarem ao estado indocumentados. Outra consideração foi a dificuldade de os estrangeiros contratarem tradutor juramentado, principalmente pelo alto valor dispendido para a realização do serviço. O Ministério Público salienta, ainda, que a educação é um direito fundamental e um direito social constitucionalmente reconhecido, apontando também o direito das crianças e dos adolescentes de acesso à escola pública e gratuita, citando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além de diversas outras considerações, a recomendação sugere:

⁷² Esta resolução será explicada na próxima seção.

[...] a adoção das seguintes providências: 1. **A realização da matrícula no ensino fundamental e médio de todos os alunos de países estrangeiros, independente de portarem todos os documentos necessários para tal;** 2. [Que as escolas] Apresentem cronograma detalhado das providências administrativas necessárias à implantação da medida acima descrita, no prazo de 30 (trinta) dias; 3. Estabeleçam rotinas destinadas a fiscalizar o cumprimento do disposto na presente Recomendação, sob pena de responsabilidade pelas ilegalidades que vierem a ocorrer; Oficie-se à União para que informe se tem prestado apoio, inclusive assistência financeira, aos Estados e Municípios que recebem grande número de imigrantes/refugiados; bem como, aos demais órgãos recomendados, com cópia da recomendação, concedendo-lhe o prazo de 20 (vinte) dias para manifestação acerca do acolhimento da presente Recomendação (MPF, 2017, p. 7, *grifo meu*).

Conforme ressaltado no excerto, as Secretarias Municipais de Educação e a Secretaria Estadual deveriam atender à recomendação em até um mês, matriculando todos os alunos, mesmo aqueles que não possuíssem nenhuma documentação. Portanto, tais “ações de acolhimento”, que, com base em Duboc (2018), considero *gentilezas brutas* por serem fruto de exigências legais e não de iniciativa própria das instituições educacionais, demandam um maior investimento financeiro por parte do Estado; assim, tendo em vista o número maior de matrículas na rede municipal de Pacaraima, foi necessário aumentar a quantidade de professores para atender à nova demanda. De acordo com a servidora pública entrevistada, a contratação foi feita por meio de seletivo para professor, isto é, uma solução temporária para o problema. Entretanto, diante da situação que se apresenta por cerca de uma década no município, deveria haver uma política pública municipal com previsão de concurso para professor, visando atender a esse público crescente há tantos anos na cidade.

Quando perguntada sobre a contratação de tradutores ou intérpretes na Secretaria de Educação, a funcionária afirmou não existir esse cargo, destacando que em Pacaraima, por ser município de fronteira, não há necessidade. Apesar de enfatizar que os professores de Pacaraima estão acostumados com o público estrangeiro, quando questionada sobre as dificuldades de comunicação entre professores e alunos, evidenciada em várias pesquisas realizadas no município (LIMA, 2015; ZAMBRANO, 2016), a entrevistada respondeu o seguinte:

“Sabemos que há dificuldade dos professores e dos alunos estrangeiros. **Professores que são de fora do estado ou de outro município.** Por isso, pensamos na formação em língua espanhola para todos, dentro do retorno obrigatório na carga horária, na formação continuada. Apresentar a parte cultural também. Ainda está no papel, tem até o funcionário para isso”.

Servidora da Secretaria Municipal de Educação de Pacaraima

Destaco o trecho no qual a funcionária salienta que a dificuldade é dos professores oriundos de outros municípios e de outros estados, o que sinaliza uma possível representação de que os moradores de Pacaraima não teriam tal problema de comunicação, devido ao contato linguístico na região. No entanto, em minha dissertação de mestrado (ZAMBRANO, 2016), destaquei a fala de uma professora moradora do município, docente da educação infantil de Pacaraima havia mais de 8 anos, que disse “não entender nada de espanhol”. Nesse sentido, Spolsky (2016) aponta que é necessário considerar que os professores podem ter diversas experiências e diferentes níveis de proficiência linguística, dentre outros fatores que podem afetar os domínios das línguas no contexto escolar. Isto é, o fato de que alguns profissionais estejam acostumados com o cenário linguístico das escolas da cidade, que recebem alunos venezuelanos há mais de 10 anos, não significa que todos os docentes são proficientes em língua espanhola, pois cada pessoa possui experiências diferentes com relação às línguas.

No que diz respeito à oferta de capacitações específicas para atender aos migrantes, a funcionária da Secretaria de Educação informou que, em 2020, a instituição abriu uma vaga para um profissional destinado à formação de professores em língua espanhola, mas deixou claro que a realidade do município é de contato linguístico e, por isso, a capacitação não seria tão urgente:

“Apesar de a realidade da cidade sempre ser de contato entre português e espanhol, foi planejado um treinamento voltado para a língua espanhola; porém, com a pandemia, não foi possível realizar a capacitação”.

Servidora da Secretaria Municipal de Educação de Pacaraima

A justificativa de uma realidade de contato entre as duas línguas demonstra, em certa medida, negligência no que tange à necessidade de políticas linguísticas específicas, sustentada pela representação de facilidade dos moradores da cidade com a compreensão da língua espanhola. A capacitação mencionada pela entrevistada foi planejada para o ano de 2020, ou seja, após muitos anos com forte presença de estudantes oriundos de outros países, conforme números apresentados no capítulo 3 deste trabalho. Embora mostre certa preocupação com a

comunicação entre docentes e discentes, não existe, por parte da Secretaria, uma orientação para atendimento diferenciado ao público migrante⁷³, como fica evidente na seguinte fala:

“O atendimento é igual para todos. As secretárias de escola trabalham há muito tempo nas escolas e compreendem a língua, embora não falem, conseguem entender, e já sabem diferenciar a documentação da Venezuela. O preenchimento dos dados é tudo em português (**até porque é a língua oficial**), as próprias secretárias preenchem os dados, vão explicando e traduzindo, quando necessário”.

Servidora da Secretaria Municipal de Educação de Pacaraima

De acordo com o excerto acima, não há necessidade de um atendimento específico para tal público. Chama a atenção quando a funcionária ressalta que o português é a língua oficial, talvez como forma de se resguardar quanto ao não uso de outras línguas em documentos como fichas de matrículas, por exemplo. Como apontam Morello e Seiffert (2019), não há, em geral, políticas linguísticas para o uso das outras línguas brasileiras na educação, neste caso, as línguas de migração são consideradas línguas brasileiras. Sendo assim, o português é a língua oficial e a língua de instrução, o que evidencia o funcionamento de uma política linguística explícita nos documentos oficiais.

É importante considerar que, ao exercer a capacidade de intercompreensão, as secretárias das escolas estão fazendo *acolhimento entre línguas*, levando em consideração pelo menos a língua de migração mais falada na região. Entretanto, para o contexto do município de Pacaraima, a língua espanhola deveria ser considerada uma língua brasileira, com a implementação de novas políticas linguísticas verticais e horizontais, tendo em vista a realidade educacional de quase 50% de estudantes hispanofalantes, de acordo com os dados apresentados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED, 2020).

No que tange à não disponibilização de tradutores, foi constatado que as situações “mais difíceis” são resolvidas com a ajuda dos professores de espanhol. “*Em cada escola tem um professor de língua espanhola, que está no currículo desde o 1º ano do fundamental*”. Assim, o espanhol é ensinado como língua adicional desde o primeiro ano do ensino fundamental em Pacaraima, sendo uma política linguística diferenciada e importante para o município fronteiro. Considerando a realidade de que quase metade dos estudantes das

⁷³ Em conversa informal com uma professora do município de Pacaraima, meses após a entrevista realizada na Secretaria Municipal de Educação, fiquei sabendo que foi criada uma Direção de Migração, para tratar especificamente das ações educacionais que envolvem o público migrante.

escolas municipais têm o espanhol como língua materna, também seria importante implementar ações de políticas linguísticas para o ensino de português como língua adicional.

Outra questão que vale a pena destacar é a variedade da língua espanhola ensinada nas escolas de Pacaraima. Conforme apontado por Braz (2010), em pesquisa realizada no município de Pacaraima, alguns professores de língua espanhola desprestigiam a variedade venezuelana. A autora salienta que:

[...] é preciso fazer investimentos que possibilitem uma reformatação da matriz curricular da escola da fronteira Brasil / Venezuela em questão, de modo que ela contemple, no seu programa de ensino de espanhol, a língua materna de uma parte considerável de seu alunado e não apenas a variedade peninsular dessa língua. Mas, para tanto, é preciso situar essa escola no contexto maior em que ela está inserida, pois, como insiste Maher (2008), para que políticas linguísticas e educativas possam ser bem sucedidas, é necessário levar em consideração também as representações existentes no entorno escolar. E aí várias questões se colocam: convém pensar sobre o que representa o espanhol latino americano no ambiente informal, sem o controle rígido e disciplinador da escola; se os significados sobre as línguas legitimadas no discurso escolar também constituem as “verdades” do seu entorno; de que forma os falantes do espanhol venezuelano são avaliados pela sociedade local; e se as representações negativas do bilinguismo português / espanhol venezuelano – percebidas na escola estão circunscritas a esse ambiente educativo ou elas refletem atitudes presentes também fora dele (BRAZ, 2010, p.6).

Diante de tão relevantes questionamentos acima citados, ressalto que a reformulação curricular mencionada por Braz (2010) há mais de 10 anos é ainda mais urgente na atual realidade escolar do município. A questão da representação negativa do espanhol venezuelano no contexto escolar é apontada pela pesquisadora como ponto a ser analisado também fora da educação, principalmente, para o desenvolvimento de políticas linguísticas.

Em relação ao rendimento escolar dos migrantes nesse contexto, a funcionária afirmou o seguinte:

“Não há turmas separadas, todas mistas, onde eles interagem brasileiros e venezuelanos. No primeiro ano tiram notas baixas, mas no decorrer do ano eles conseguem melhorar e tiram notas excelentes”.

Servidora da Secretaria de Educação de Pacaraima

Concordo que não deve haver segregação entre estudantes brasileiros e venezuelanos, já que a interação contribui para a interculturalidade e a adaptação do grupo de maneira geral, no entanto, defendo a importância de políticas específicas para o público migrante, como projetos e aulas de português oferecidas no contraturno, por exemplo. Observamos, na fala da

funcionária pública, que o ensino de PLAc não é uma prioridade, pois segue a crença de que com interação e contato diário “o aluno vai aprendendo”; o trecho destacado acima afirma que o rendimento inicial desses alunos é baixo, fato que pode ser causado pelas dificuldades para compreender a língua portuguesa, porém, não parece haver uma preocupação por um atendimento diferenciado, pois, tal como citado na frase em destaque, “eles conseguem melhorar”. Dessa forma, fica evidente a ausência de ações específicas de acolhimento na Educação Básica. Como discutido por Diniz e Neves (2018), são poucas as políticas linguísticas voltadas para esse público no Brasil: pelo contrário, existe um processo de invisibilização, inclusive no cenário da fronteira entre o Brasil e a Venezuela, onde a quantidade de estrangeiros é praticamente igual à quantidade de brasileiros nas escolas municipais. Assim, identifico a representação de facilidade de adaptação do aluno migrante com a língua portuguesa, que sustenta a ausência de uma política de acolhimento específica para os estudantes migrantes na região.

Após a entrevistada afirmar que os estudantes conseguem se adaptar com a interação diária, questionei a possibilidade de alguns alunos terem maior dificuldade, levando em consideração que cada pessoa é diferente, obtendo a seguinte resposta: “*existe um projeto de reforço para quem tem dificuldade, para brasileiros e venezuelanos*”. Nota-se que não é ensino de língua portuguesa como segunda língua, língua adicional ou língua de acolhimento, é reforço escolar, de uma forma geral, o que me leva a crer que seja um reforço em língua materna, já que não foi mencionado nada a respeito da língua adicional, pelo contrário, foi destacado que o reforço é para brasileiros e venezuelanos, possivelmente, com uso de abordagens de língua materna, e não de língua adicional.




Nesse sentido, concordo com Ribeiro (2018) ao afirmar que, quando a língua portuguesa é ensinada com o foco de língua adicional, criam-se alternativas que trazem mais vantagens aos estudantes de outras nacionalidades. Nesse sentido, a Língua Portuguesa seria “agregada ao repertório de línguas desses falantes em conjunto com a sua Língua Materna, haja vista o contato e a utilização frequente de ambas na comunicação desenvolvida na fronteira” (RIBEIRO, 2018, p. 942). Assim, a concepção de repertórios linguísticos deve ser utilizada de forma a colaborar com o acolhimento *entre línguas*, através de um ensino de língua portuguesa como adicional que valorize as línguas de fronteira, respeitando os direitos linguísticos desses aprendizes e proporcionando o ensino por meio de uma metodologia mais adequada às suas necessidades, ou seja, rompendo com a Matriz Colonial do Poder (QUIJANO) que impõe o português em perspectiva de língua materna.

Diante do exposto, retomo Shohamy (2006) para destacar as práticas sociais e as representações que atuam na constituição de uma ideologia consensual, haja vista que, ao mesmo tempo em que derivam das práticas sociais, as representações influenciam e fomentam tais práticas. Os mecanismos de políticas linguísticas determinam a maneira pela qual as pessoas percebem uma língua, fato que influencia nas atitudes acerca dessa língua. Na minha interpretação, as representações de que a língua portuguesa é aprendida na interação social dos migrantes na instituição escolar, fomenta a prática de inclusão linguística desses estudantes nas atividades cotidianas da escola sem nenhum tipo de atendimento diferenciado e sem a necessidade de aulas de PLAc.

Ainda no que tange a um possível atendimento diferenciado, cabe ressaltar que a cidade de Pacaraima possui um abrigo exclusivo para os migrantes da etnia warao. A funcionária entrevistada afirmou que os estudantes dessa etnia são atendidos nas escolas regulares. Há, inclusive, uma turma de Educação de Jovens e Adultos com maioria de warao. Porém, eles foram incluídos na rede municipal apenas em 2020: antes estudavam no abrigo, onde passaram por um período de adaptação, em um projeto específico para prepará-los para o ingresso à escola regular; tal projeto foi planejado e desenvolvido pela UNICEF.

Contudo, a interação com todos os estudantes foi prejudicada pela pandemia do novo coronavírus porque as aulas foram suspensas após uma semana do início do ano letivo em Pacaraima. Por tal motivo, foi adotado o ensino remoto, por meio da entrega de material impresso com atividades para cada ano. Embora o material tenha sido elaborado pela Secretaria de Educação especificamente para as aulas remotas, não foi montado um material diferenciado para os migrantes. A única diferença é que o material dos indígenas warao é entregue diretamente no abrigo e, para os estudantes que moram do outro lado da fronteira, é levado a Santa Elena de Uairén, já que a fronteira permaneceu fechada durante o período de pandemia. A seguir, observamos um comunicado elaborado pela Secretaria de Educação referente ao material das aulas remotas:

FIGURA 11 - Comunicado da Secretaria de Educação de Pacaraima

Comunicado

A Prefeitura Municipal de Pacaraima por meio da Secretaria Municipal de Educação, SEMECD,

Comunica aos senhores pais ou responsáveis por alunos matriculados nas escolas da rede Municipal de Ensino, que daremos continuidade na entrega das Atividades Remotas Direcionadas do mês de outubro (Módulo IV).

Fiquem atentos para as seguintes datas, horários e locais:

Datas 26, 27 e 28 de outubro - Devolução das atividades pelos pais (**Módulo III**) e entrega das atividades referentes ao quarto mês (outubro – **Módulo IV**);

Horários

Manhã – 08:00h as 11:00h
Tarde: - 14:00h às 17:00

Locais – Sede do Município



Escola Municipal Casimiro de Abreu

Escola Municipal Alcides Lima
Escolinha nova - Anexo
Creche Municipal Jéssica Christine Carvalho da Cruz


Santa Elena



Datas: **19,20 e 21** de outubro - Devolução das atividades pelos pais (**Módulo III**);
Datas: 26 27 e 28 de outubro - entrega das atividades referentes ao quarto mês; (outubro – **Módulo IV**);

Horários

Manhã - 10h às 11h45min
Tarde - 13h às 15h45min

Endereço: Calle Ikabaru em frente ao Hotel Gran Pemon (mesmo local da segunda entrega).



Fonte: Secretaria de Educação, Cultura e Desportos de Pacaraima

Como pode ser observado no comunicado, o material era entregue e recolhido nas instituições escolares, organizado por módulo. A entrega do material no abrigo indígena e na cidade de Santa Elena pode ser considerada uma ação de acolhimento: para os estudantes warao, por morarem todos em um único local, era mais fácil a distribuição e, para os alunos residentes em Santa Elena, porque não teriam condições de ir até as escolas já que a fronteira estava fechada, o único acesso ao Brasil era por vias clandestinas.

A meu ver, as outras línguas que circulam no contexto escolar poderiam ser valorizadas, pelo menos nesses comunicados, enviando a informação em língua espanhola e em língua warao, como uma forma de *acolher entre línguas*. A ação poderia ser uma política linguística horizontal da Secretaria de Educação, capaz de contemplar os direitos linguísticos desse grupo específico de migrantes, por meio do uso da língua materna dessa etnia indígena. Seria um passo importante rumo à estruturação de uma política linguística em perspectiva decolonial, com a valorização de uma língua minoritarizada e, geralmente, marginalizada.

Como vemos no comunicado, apenas o nome Calle (rua) está em espanhol, no local em que aparece o endereço de entrega do material em Santa Elena. A tradução dos comunicados oficiais da Secretaria de Educação poderia ser considerada uma ação de política linguística que

contribuiria para o acolhimento de falantes de outras línguas na região, e lhes garantiria o direito ao uso das línguas minoritarizadas, pensando não só nos alunos, mas nos pais e responsáveis que, muitas vezes, têm mais dificuldade em entender a língua portuguesa.

Com relação às possíveis ações de atendimento diferenciado, uma das perguntas foi relativa ao atendimento aos indígenas warao e às línguas faladas por eles:

“Nas nossas turmas os warao falam todos espanhol, os que estão inseridos na rede, porque antes eles tiveram aulas no abrigo. Quando foram para as escolas já sabiam espanhol e português”.

Servidora da Secretaria de Educação de Pacaraima

No trecho destacado, quando a entrevistada cita as aulas que os warao tiveram no abrigo, refere-se a um projeto da UNICEF, não da Prefeitura, pois a Secretaria de Educação de Pacaraima não oferece curso de língua portuguesa aos migrantes. Na fala da funcionária, é visível a preocupação com relação aos indígenas conseguirem se comunicar nas línguas portuguesa e espanhola, já que a língua de menor status social, nesse caso, é o warao. Lembramos, a esse respeito, o que Maher (2013, p. 121) aponta com relação às políticas linguísticas e às relações de poder entre línguas majoritárias e minoritárias: “por um lado, a necessidade de promover a língua de falantes de prestígio, de forma a assegurar o direito às vantagens sociais e econômicas e o que isso pode acarretar e, por outro lado, assegurar a alteridade dos falantes de línguas desprestigiadas”. A meu ver, a preocupação institucional é que os estudantes warao falem a língua de prestígio (português) ou pelo menos o espanhol, sem valorizar a língua indígena. A vantagem social citada por Maher (2013) seria, em um primeiro momento, contribuir para a inserção na instituição escolar, considerado como um pré-requisito, embora de uma forma implícita, o domínio da língua portuguesa pelos migrantes indígenas.

No que diz respeito às ações de acolhimento por parte da Secretaria de Ação Social de Pacaraima, não foi identificado nenhum projeto específico de atendimento aos migrantes. De acordo com a assistente social participante desta pesquisa, apenas em 2020, durante o período de pandemia, houve uma ação emergencial financiada pelo Governo Federal. A Secretaria Municipal recebia uma verba específica para oferecer ajuda humanitária aos migrantes e fazia entrega de produtos como cobertores, colchões, cestas básicas e itens de higiene pessoal. O material era entregue nas “ocupações espontâneas”, como são denominados os lugares usados

pelos migrantes que não têm condições de pagar aluguel na cidade, conforme afirmou a servidora municipal:

“São 14 ocupações na sede do município, e a equipe faz os atendimentos de acordo com a lei, garantindo os direitos dos cidadãos. Inclusive, levamos funcionários que falam a língua espanhola para facilitar a comunicação”.

Servidora da Secretaria de Ação Social de Pacaraima

O excerto mostra, em certa medida, uma preocupação com o uso da língua dos migrantes durante o trabalho de assistência social, ou seja, pode ser uma ação de acolhimento linguístico que surge como iniciativa da Secretaria de Ação Social, pois não é uma política da Prefeitura de Pacaraima, do Governo do Estado nem do Governo Federal, é uma política horizontalizada que deveria ser transformada em política vertical. Quando indagada sobre a possível contratação de tradutores, a funcionária pública apontou o seguinte:

“Não temos tradutores, mas temos pessoas que já moraram na Venezuela e sabem falar ou pelo menos entender. Temos na equipe pessoas que fazem a tradução, porque às vezes é difícil a comunicação, mesmo no portunhol, por isso levamos educadores sociais que falam fluente e recebem preparação sobre como abordar, respeitando a pessoa. Não é fácil porque alguns imigrantes falam rápido, falam muita gíria, falam o espanhol popular que é mais difícil de entender, mas conseguimos resolver”.

Servidora da Secretaria de Ação Social de Pacaraima

A servidora deixa claro que, quando a Secretaria faz alguma ação para os migrantes, leva pessoas da equipe que falam espanhol, porque às vezes é difícil a intercompreensão. Ainda para os funcionários proficientes em língua espanhola, alguns fatores podem dificultar a compreensão, como por exemplo, a falta de conhecimento da variedade do espanhol falada pelos migrantes atendidos.

A entrevistada também afirmou que nem sempre os servidores públicos que falam espanhol estão disponíveis na Secretaria, por isso, em relação à necessidade de capacitação e proficiência em língua espanhola, a resposta foi a seguinte:

“Acredito que nós, profissionais da Prefeitura, deveríamos ter o conhecimento da língua espanhola, mas é difícil conseguir essa capacitação, embora seja uma necessidade de todos os órgãos, falar espanhol fluentemente”.

Servidora da Secretaria de Ação Social de Pacaraima

Ela foi a única entrevistada em Pacaraima que destacou a necessidade de os funcionários da Prefeitura aprenderem espanhol, mas citou a falta de oportunidade para estudar no local, por ser uma cidade pequena, com poucas ofertas de cursos. Na entrevista, notei uma preocupação maior dessa funcionária com relação à aprendizagem da língua, talvez por ela estar há pouco tempo no município fronteiro, diferente dos outros funcionários entrevistados, que são moradores de Pacaraima há muitos anos.

A oferta de cursos de espanhol para os trabalhadores que prestam serviço direto aos migrantes seria uma ação importante de acolhimento linguístico que a Prefeitura poderia promover, uma política linguística que emerge da demanda própria, podendo tornar-se uma política vertical da instituição municipal. Entretanto, enquanto algumas ações isoladas refletem o uso da língua espanhola como política de acolhimento, outras áreas da Prefeitura de Pacaraima mostram a representação de que a língua espanhola é de fácil entendimento na região; por tal motivo, não seria necessária uma ação de política específica para o atendimento ao migrante.

A funcionária entrevistada da Secretaria de Saúde do município fronteiro deixou clara a política de atendimento sem restrições, sem diferenças para qualquer nacionalidade, conforme estabelecido pelo Sistema Único de Saúde, um sistema universal e igualitário, mas acrescentou o seguinte:

“A língua espanhola não é tão difícil, aqui todo mundo sempre morou aqui, nunca tivemos problema com isso”.

Servidora da Secretaria de Saúde de Pacaraima

Nesse trecho, é possível perceber a representação sobre a língua espanhola, quando a funcionária afirma que não é tão difícil e que na cidade todos conseguem se entender, como se todos os funcionários da saúde fossem moradores da região e tivessem o contato com a língua espanhola e, como se o contato linguístico fosse suficiente para realizar um atendimento

médico adequado. De acordo com Lagares (2013), essas representações surgem da cultura linguística brasileira e da história de contatos, encontros e desencontros entre o português e o espanhol. Nessa perspectiva, Celada (2002) salienta que o imaginário construído no Brasil de que o espanhol é uma língua ‘parecida’ com o português e “espontânea” para o brasileiro, se perpetuou e acabou por gerar um *obstáculo epistemológico*.

Também é necessário considerar que nem sempre os funcionários que fazem atendimento de migrantes são moradores antigos da região e, mesmo aqueles residentes em Pacaraima há mais tempo, às vezes, não conseguem entender algumas palavras da língua espanhola; existem casos de profissionais da educação e da saúde que chegam de outros estados sem nenhum conhecimento desse idioma.

Na contramão das afirmações da funcionária da secretaria de saúde, a pesquisa de Dias (2019) mostrou a dificuldade dos Agentes Comunitários de Saúde de Pacaraima no atendimento às famílias venezuelanas nos últimos anos, principalmente, com a questão linguística. Os agentes salientam que conseguem entender razoavelmente, mas nem sempre os migrantes venezuelanos compreendem as recomendações dos profissionais, com maior dificuldade para as pessoas oriundas de cidades mais distantes da fronteira, evidenciando um problema de comunicação que os funcionários entrevistados tentam resolver com algumas estratégias como mímica, gestos e escrita.

Ainda segundo Dias (2019), os agentes comunitários de saúde apontaram a necessidade de contratar um intérprete para os casos mais difíceis, como uma possível forma de amenizar a “barreira linguística”. Uma das entrevistadas sugeriu a oferta de palestras aos venezuelanas, com informações sobre o sistema de saúde no Brasil, realizadas em espanhol, além de capacitações para os profissionais da saúde de Pacaraima pois, segundo uma agente entrevistada por Dias (2019), não houve mais oferta de cursos de qualificação. A mesma funcionária afirmou que, pelo fato de os venezuelanos falarem rápido, às vezes fica mais difícil a compreensão, gerando estresse e até reclamações tanto dos migrantes quanto dos brasileiros, com uso de palavras de baixo calão por parte dos migrantes. Dessa forma, os conflitos entre brasileiros e venezuelanos acabam por dificultar o processo de acolhimento.

Contudo, se houvesse uma política de acolhimento específica por parte do município, com políticas linguísticas como as mencionadas pelos próprios agentes, o acolhimento poderia ser mais eficiente. Tanto profissionais da saúde quanto migrantes poderiam compartilhar saberes e experiência, através de um pensamento fronteiriço (MIGNOLO, 2018). Para adotar

tal pensamento, o primeiro passo é entender que as situações relatadas como problemas podem trazer aprendizagens de novas línguas e culturas, de formas *outras* de ver o mundo. Por parte das instituições de saúde, é necessário compreender que o apoio de um intérprete seria de grande importância para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos e conseguir maior adesão aos programas de saúde preventiva.

A ausência de políticas linguísticas específicas para atender o público migrante nas unidades de saúde pode gerar barreiras que, segundo Oliveira e Silva (2017), resultam na violação de direitos humanos. Para os autores, na área de saúde, o acolhimento linguístico é uma necessidade urgente. Nesse sentido, a única ação que a Secretaria de Saúde está realizando, que não fazia antes do intenso fluxo migratório, de acordo com a funcionária entrevistada, é colocar os comunicados e avisos referentes aos atendimentos nas unidades de saúde também em língua espanhola, uma ação isolada que considero política linguística da Secretaria de Saúde. Entretanto, quando questionada sobre avisos ou comunicados na língua warao, a funcionária salientou que, durante o atendimento, os warao sempre estão acompanhados por alguém que fala espanhol ou algum funcionário do abrigo que faz a mediação. Portanto, a ação de política linguística é apenas para a língua espanhola, invisibilizando a língua indígena falada por grande parte dos migrantes venezuelanos residentes na cidade.

Dessa maneira, é perceptível que a responsabilidade pelo acolhimento linguístico dos warao não é da Secretaria de Saúde, é do abrigo ou do próprio usuário que deve estar acompanhado por pessoas que falem ou entendam a língua portuguesa; tal fato também foi apontado na pesquisa de Oliveira e Silva (2017) ao destacarem que as traduções ficam sob a responsabilidade das organizações sociais que prestam ajuda humanitária. Os autores discutem a necessidade de tradutores em instituições públicas brasileiras, mostrando a ausência desses profissionais nos serviços oferecidos aos migrantes.

Concordo com Oliveira e Silva (2017) quando defendem a implementação de políticas públicas específicas para o atendimento aos deslocados forçados, que vêm enfrentando barreiras linguísticas e violação de direitos humanos, com maior frequência nas áreas de saúde, educação e judicial. Assim, seria fundamental disponibilizar, nos principais setores de atendimento ao público, vagas de tradutor, um cargo que não existe na Prefeitura de Pacaraima nem no Governo do Estado, conforme apontado pela funcionária da Secretaria de Estado da Educação, já que não está previsto no plano de cargos e salários.

No âmbito nacional, a Polícia Federal também não possui o cargo de tradutor, entretanto, no que diz respeito ao acolhimento *entre línguas* em Pacaraima, o funcionário entrevistado explicou que a instituição conta com o apoio de uma empresa terceirizada que contrata os colaboradores, todos moradores da região fronteira, reservando 20% das vagas para venezuelanos. Dessa forma, desde 2019, a equipe conta com 30 colaboradores (sendo 5 venezuelanos) que falam língua espanhola, com o objetivo de auxiliar o trabalho do setor de migração em Pacaraima. Notamos a preocupação da instituição em ter colaboradores que conheçam a realidade da região e que falem espanhol, como política de acolhimento aos migrantes venezuelanos, no entanto, ainda não há uma ação específica para os indígenas warao, pois, assim como a servidora da secretaria municipal de saúde, o entrevistado da Polícia Federal também alegou que esse público sempre vai à instituição acompanhado dos funcionários do abrigo ou de alguma organização de ajuda humanitária.

Saliento que não seria possível contratar tradutores de língua warao, como já mencionei, é pouco conhecida até na Venezuela, mas poderiam ser planejadas ações de acolhimento por meio de avisos e comunicados, inclusive com a colaboração dos indígenas residentes nos abrigos, como a cartilha que destaquei no capítulo 4. Dessa forma, haveria valorização das línguas-culturas desse povo, com garantia de uso em espaços públicos, pelo menos na modalidade escrita.

Para finalizar esta seção, destaco que o município de Pacaraima, por estar em uma região de fronteira, possui características diferentes devido ao contato entre as línguas espanhola e portuguesa. Por um lado, o cenário de intercompreensão comum em algumas cidades gêmeas pode gerar facilidade para fazer acolhimento *entre línguas*, porém, por outro lado, pode criar uma falsa segurança na comunicação quando sobressai a representação de que não é necessário estudar espanhol por ser parecido ao português e porque as pessoas na cidade conseguem compreender. Tal representação está ancorada em uma visão reducionista da língua espanhola discutida por Gonzalez (2010), ao afirmar que o reducionismo se traduz em idealizações, representações e estereótipos com relação à língua em questão.

A meu ver, é importante aproveitar a proficiência que os moradores da região fronteira podem ter em língua espanhola, sem negligenciar a necessidade de políticas públicas para o acolhimento linguístico, seja em língua de sinais, warao, espanhol, língua portuguesa ou translinguajando. Esclareço, ainda, que translinguajar não significa arriscar uma ou duas palavras estereotipadas em língua espanhola, sem ter consciência da importância de aprender

noções básicas dessa língua, não no sentido estrutural, mas com vistas à riqueza do plurilinguismo.

A próxima seção é dedicada especificamente às ações ou ausência de ações de acolhimento no atendimento em saúde sob a responsabilidade do governo do estado de Roraima.

5.2 Políticas de acolhimento na saúde: Governo de Roraima

Um estudo realizado com técnicos de enfermagem do Hospital Geral de Roraima apontou a língua como “barreira cultural” mais destacada no atendimento aos migrantes venezuelanos. Arruda-Barbosa, Sales e Souza (2020) destacam a resistência desses profissionais quanto ao uso da língua espanhola, defendendo que a utilização da língua do migrante, na medida do possível, poderia gerar um atendimento em saúde mais humanizado. Os autores citaram outras pesquisas para esclarecer que a falta de proficiência dos pacientes na língua majoritária do país de acolhimento pode causar sofrimento e fragilizar ainda mais o processo de recuperação, o que aumenta a vulnerabilidade desses sujeitos.

Nesse sentido, Oliveira e Silva (2017) apontam que, apesar de não haver obrigação jurídica, por parte das autoridades estatais, com relação aos direitos humanos, no sentido de usar várias línguas em serviços oferecidos pelo Estado, “existe uma necessidade de abordar os casos mais sérios que podem resultar em desvantagem e exclusão devido a questões linguísticas e culturais, sobretudo nas áreas jurídica e médica” (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 135).

Neste trabalho, não foi possível saber exatamente quais são as políticas adotadas pelo Governo do Estado de Roraima no que tange ao acolhimento na área de saúde, já que, após diversas tentativas e de ter passado por vários setores, desde a Secretaria de Comunicação até o Gabinete da Secretaria de Saúde, não consegui realizar a entrevista. Entrei em contato com alguns profissionais que foram indicados para responder à minha entrevista, mas nenhum aceitou marcar. Os dois primeiros indicados, por serem médicos e estarem na linha de frente no atendimento aos casos de Covid 19, justificaram a impossibilidade. Em seguida, expliquei a situação à Secretaria de Comunicação e fui encaminhada a um departamento da Secretaria de Saúde, no qual solicitei dados da minha pesquisa e, no final, enviaram e-mail do Gabinete da referida secretaria explicando que: “a Secretaria de Estado da Saúde não dispõe em sua estrutura setores, políticas ou ações que trate de ‘Representações Linguísticas para imigrantes Venezuelanos’, tema central da sua pesquisa”. Pela resposta, é possível observar que as pessoas

que analisaram o documento referente a esta pesquisa não conseguiram entender o vínculo entre o tema e o trabalho realizado pela secretaria de estado.

O texto enviado por e-mail ainda foi complementado com as seguintes informações: “No entanto, na perspectiva de orientá-la informamos que o "ACOLHIMENTO" a essa população está batizada nas diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH) dos SUS, e deverá ocorrer, preferencialmente, no atendimento ofertado pela Atenção Primária à Saúde, conhecida como Atenção Básica, a qual, em Roraima, é de responsabilidade das Gestões Municipais de Saúde”. Neste trecho, interpreto que, ao escrever a palavra “ACOLHIMENTO” em caixa alta e entre aspas, a postura demonstra uma possível discordância e/ou até rechaço ao termo. Também é importante destacar o entendimento institucional de que tais políticas são de responsabilidade da atenção primária, portanto, não caberia ao governo do estado de Roraima nenhuma ação em prol do acolhimento e da humanização.

Entretanto, conforme Arruda-Barbosa, Sales e Souza (2020), os serviços de saúde estão superlotados em Boa Vista, capital de Roraima, e grande parte dos pacientes são migrantes venezuelanos que demandam atendimento desde a atenção primária até serviços de alta complexidade. Para os autores, a migração representa um desafio na saúde pública, e o Hospital Geral de Roraima (HGR), de responsabilidade do governo estadual, é um dos lugares que apresenta maior aumento no número de atendimentos, embora ainda sejam escassos os estudos científicos mais aprofundados acerca do impacto gerado pela migração nos serviços públicos de saúde do estado.

Tal como salientado na pesquisa supracitada, o HGR é o maior hospital do estado, sendo referência para todos os municípios e para os países fronteiriços (Guiana e Venezuela). Porém, apesar de ser grande a demanda decorrente da migração e da crise no país vizinho, os profissionais de saúde entrevistados por Arruda-Barbosa, Sales e Souza (2020) afirmaram que não houve melhoria na infraestrutura da unidade de saúde, apenas foram colocadas em prática estratégias improvisadas para atenuar as deficiências estruturais e materiais no que concerne à assistência de enfermagem, dados confirmados pelos pesquisadores através de observação participante.

A pesquisa mostrou, ainda, que os profissionais de saúde e os usuários migrantes relataram uma grande dificuldade de intercompreensão durante os atendimentos. Nesse sentido, “não é razoável exigir que pessoas que passam pelo inesperado processo de imigração forçada sejam penalizadas, em termos assistenciais em saúde, por ainda não dominar o idioma do país acolhedor” (ARRUDA-BARBOSA; SALES; SOUZA, 2020, p. 7); assim, os autores defendem

que os profissionais das unidades de saúde deveriam se esforçar mais para tentar se comunicar de maneira eficiente, bem como cobrar capacitações para aprender a lidar com o problema. Como sugestão, os pesquisadores apontam que “a oferta de cursos da língua, tanto de português para os imigrantes quanto de espanhol para os profissionais de saúde, seria uma estratégia interessante de melhora na assistência” (ARRUDA-BARBOSA; SALES; SOUZA, 2020, p. 9).

Os profissionais entrevistados pelos autores supracitados atribuem o reaparecimento de algumas doenças, como sarampo e catapora, à migração de venezuelanos para Roraima. Ao citarem outros estudos, os autores afirmam que: “de fato, faz-se perceptível que está havendo o recrudescimento de muitas das doenças infectocontagiosas em Roraima” (ARRUDA-BARBOSA; SALES; SOUZA, 2020, p. 8). Contudo, concordo com os autores quando defendem que tais doenças, que estavam controladas no Brasil, poderiam ser evitadas com uma cobertura vacinal adequada. Da mesma forma, compartilho com os pesquisadores o entendimento que essa e outras opiniões explicitam uma visão xenofóbica da população roraimense ao reproduzir discursos preconceituosos veiculados na imprensa e em palanques políticos, deixando de lado a condição de vulnerabilidade social dos migrantes enquanto os responsabilizam pela situação precária da saúde pública roraimense.

A próxima seção continua explanando a situação das políticas de acolhimento na área de saúde, porém, é específica sobre o atendimento na capital de Roraima.

5.2.1 Políticas de acolhimento na atenção primária de Boa Vista

Uma pesquisa realizada por Silva e Arruda-Barbosa (2020) discorre sobre os desafios enfrentados por enfermeiros para cuidar de migrantes venezuelanos na Atenção Primária à Saúde em Boa Vista. Os autores afirmam que áreas específicas como imunização, materno-infantil e clínica, tiveram aumento na demanda com o grande fluxo migratório, comprometendo a rotina dos atendimentos das Unidades Básicas da cidade.

Como resultado, a pesquisa mostrou que os maiores desafios incidem em aspectos estruturais, humanos, políticos e relacionais. Foi constatado que há superlotação nos serviços básicos de saúde, bem como sobrecarga de trabalho nas atividades do enfermeiro e, um dos grandes problemas apontados pelos enfermeiros entrevistados é a incompreensão do sistema de saúde brasileiro por parte do migrante venezuelano. Esse último quesito está relacionado com o conhecimento limitado dos migrantes acerca do funcionamento do sistema de saúde no

Brasil⁷⁴. Os recém-chegados não sabem qual unidade de saúde devem procurar pois ainda não entendem como é o acesso ao atendimento, de acordo com o grau de gravidade de cada caso, fato que, de acordo com Losco e Alves (2018), tem gerado cada vez mais conflitos para a população migrante quando procura os serviços de saúde no Brasil. A meu ver, tais conflitos poderiam ser minimizados se os gestores respeitarem os saberes desses migrantes e compartilharem informações referentes ao sistema de saúde brasileiro, que possam ser repassadas sem estigmatizações, através, por exemplo, de folhetos informativos na língua dos migrantes, distribuídos nos abrigos, nas ruas, e fixados nos portões das unidades básicas de saúde. Seria uma ação que possibilitaria o acolhimento entre línguas.

Com relação à superlotação, os enfermeiros entrevistados por Silva e Arruda-Barbosa (2020) apontaram que o fluxo migratório internacional aumenta diariamente e causa superlotação em toda a rede de atenção primária no município de Boa Vista. Sobre esse fato, a funcionária da Secretaria Municipal de Saúde esclareceu o seguinte:

“Temos muita dificuldade em relação ao quantitativo de profissionais para atender à população de um modo geral, não só imigrante, mas é claro que os imigrantes trouxeram uma demanda maior. Temos nos planejado para atender essa demanda maior, aquisição de medicamento, atendimentos, demanda maior, principalmente por causa da imigração”.

Servidora da Secretaria Municipal de Saúde Boa Vista

De acordo com a funcionária pública, a Prefeitura realizou processos seletivos e chamou pessoas aprovadas em concurso público para tentar amenizar as dificuldades⁷⁵; a instituição também fez parcerias com o Programa Médicos Sem Fronteira para atuar nas unidades básicas de saúde nas quais o fluxo de migrantes é maior, como os bairros 13 de Setembro e São Vicente⁷⁶. Ainda houve o apoio de médicos, nutricionistas e psicólogos da OIM e da UNICEF.

⁷⁴ Os entrevistados na referida pesquisa afirmam que os migrantes confundem a Atenção Básica com hospital de referência, por exemplo.

⁷⁵ Para Silva e Arruda-Barbosa (2020), essas dificuldades em Boa Vista se acentuam devido ao colapso do sistema de saúde venezuelano, o que evidencia a utilização dos serviços de saúde brasileiros pelos venezuelanos, fato que produz novas dinâmicas assistenciais no plano das ações de prevenção. Além disso, a pesquisa enfatiza que a sobrecarga de trabalho dos enfermeiros das UBS, decorrente, principalmente, de demandas por ações curativistas para a população venezuelana ocasiona o abandono de atividades educativas e compromete o modelo de atenção básica pautado na promoção da saúde.

⁷⁶ Nesses bairros, estão localizados vários abrigos da Operação Acolhida, além da Rodoviária da cidade, lugar onde há um grande fluxo de migrantes em situação de rua, sendo, portanto, uma região da cidade com alta demanda nos serviços públicos: escolas, unidades básicas de saúde, dentre outros.

Segundo a entrevistada, o município também ofereceu um curso de espanhol instrumental básico aos profissionais da saúde, já que a língua era uma das dificuldades, das barreiras de comunicação. O curso foi disponibilizado para todos os funcionários da Secretaria de Saúde, mas apenas alguns profissionais participaram:

“Agentes comunitários de saúde participaram, não lembro de nenhum médico, alguns enfermeiros... pessoal do setor administrativo que trabalha nas recepções das unidades básicas e no hospital da criança”.

Servidora da Secretaria Municipal de Saúde Boa Vista

Houve três ou quatro ofertas do curso ministrado pelo Centro de Idiomas do SENAC, no ano de 2019, em horários alternativos, com o intuito de facilitar a adesão. Conforme a servidora pública, outros profissionais tomaram a iniciativa de fazer cursos por conta própria. Dessa forma, verifica-se uma ação de política linguística promovida pela Secretaria de Saúde do Município de Boa Vista, ação de formação básica em língua espanhola para atender melhor o público migrante. Entretanto, por ser uma opção e não uma obrigação, apenas uma parte dos funcionários da saúde aderiu à capacitação.

Losco e Alves (2018) defendem ações culturalmente sensíveis na área de saúde, com a oferta de treinamentos destinados aos profissionais da área, que os capacite para uma comunicação mais efetiva durante o atendimento aos migrantes. Nesse sentido, quando perguntada se foram ofertados cursos de capacitação para auxiliar no acolhimento da população migrante, a Funcionária da Secretaria de Saúde de Boa Vista apontou que houve vários cursos de relacionamento interpessoal, nos quais foi tratado o acolhimento de forma geral. Para ela, é importante promover uma escuta qualificada, independentemente de origem ou nacionalidade, levando em consideração as questões de vulnerabilidade, não por serem migrantes, mas pela situação vulnerável.

Outra ação de acolhimento desenvolvida em Boa Vista no ano de 2020, em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus – que manteve a fronteira fechada e fez aumentar a chegada de migrantes indocumentados – foi a orientação para que o sistema municipal de saúde facilitasse o acesso ao cartão do SUS às pessoas que não possuíam documentos. A orientação nesses casos é emitir o cartão do SUS apenas com o nome, para garantir o atendimento inicial,

posteriormente, esses migrantes devem levar qualquer documento que possa comprovar sua identificação, para ter acesso aos próximos atendimentos.

Cabe destacar que a Secretaria de Saúde, assim como as outras secretarias, não conta com tradutores, não obstante, conforme a funcionária entrevistada, em algumas unidades de saúde há servidores que falam espanhol. Segundo ela, alguns gerentes de unidades são de Cuba ou da Venezuela, dentre outros países cuja língua oficial é a espanhola, fato que, em muitas situações, facilita o atendimento; em outras ocasiões, os profissionais se esforçam para entender os migrantes. Como já mencionado antes, em casos de atendimento médico, apenas o esforço não é suficiente para garantir o direito universal à saúde como parte dos direitos humanos.

Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996), amparada no Direito Internacional, estabelece o direito a receber atendimento na língua do país de origem dos migrantes em instituições oficiais. Considerando as unidades públicas de saúde instituições oficiais de Estado, estas devem garantir o atendimento aos sujeitos oriundos de migração forçada na língua deles, conforme consta em documentos internacionais. Entretanto, o Brasil carece de políticas públicas que possam respeitar e garantir tais direitos.

Uma ação que pode ser considerada política linguística, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, é a elaboração de informativos em espanhol, referentes a campanhas de saúde. A ação ocorre através de folhetos ou informes para a população hispanofalante, compreendendo vários materiais de divulgação e de informação, desde os nomes nas portas dos diferentes setores das unidades até material educativo, como por exemplo, um cartaz sobre os direitos do migrante elaborado pela instituição, traduzido para a língua espanhola em 2018. A funcionária entrevistada também afirmou que as unidades de saúde inauguradas ou reformadas a partir desse ano passaram a ter placas bilíngues nas portas.

Com relação às dificuldades enfrentadas em decorrência do público migrante que não fala a língua portuguesa, a servidora explicou o seguinte:

“No início tinha muita dificuldade, muito desgaste, insatisfação, e tínhamos que nos esforçar para entender, mas passamos a desenvolver algumas habilidades e eles (migrantes) passaram a falar uma linguagem mais voltada para o serviço de saúde. Sempre tem alguém que consegue dialogar, hoje, já conseguimos entender o que eles querem dizer com **Cita, vacuna, tarjeta**⁷⁷, a linguagem própria do serviço de saúde. Ainda existe algum caso de dificuldade, mas naquelas

⁷⁷ Agendamento, vacina, cartão. Tradução minha.

unidades onde o fluxo de imigrantes é muito, não passamos mais por isso. Os profissionais já até *hablan español*⁷⁸, acaba que a gente é forçado a isso por conta da situação”.

Servidora da Secretaria Municipal de Saúde Boa Vista

Conforme fica claro nesse relato, após a fase inicial de desgaste causada pela barreira linguística, a comunicação começou a fluir graças à aprendizagem do vocabulário básico usado no contexto de atendimento em saúde, principalmente nas unidades básicas com maior demanda de venezuelanos, ou seja, seria uma forma de acolhimento *entre línguas*. Ao dizer que os profissionais são forçados a falar espanhol devido à situação de crise migratória, remeto-me a Derrida (2000) quando defende que não existe uma hospitalidade incondicional, sempre será condicional e forçada pelas leis do Estado, neste caso, pelo direito universal à saúde.

Contudo, a fala da servidora também mostra que nem todas as dificuldades de comunicação foram sanadas e ainda persistem em algumas unidades, mesmo porque, em alguns casos, a sensibilidade dos profissionais pode fazer toda a diferença. Além da barreira linguística inicial, outro problema enfrentado é a xenofobia. Segundo a entrevistada, já não há resistência, a qual foi muito evidente no início do processo migratório:

“Foi bastante desgastante porque era algo que não estávamos esperando e escutávamos frases como: **o serviço de saúde é nosso, nós pagamos os impostos e agora vem outro que nunca pagou ter o mesmo serviço que eu**. Pela mesma situação que essas pessoas passaram, às vezes alguns imigrantes já chegavam agressivos, eram grosseiros com os profissionais e os profissionais diziam que eles tinham que falar português e eles diziam que a gente tinha que falar espanhol... mas isso foram coisas que foram superadas com o passar do tempo, isso virou uma rotina nossa, não é mais algo novo, já faz parte do nosso dia a dia. **Tínhamos, inclusive, denúncias de que não foi atendido porque era venezuelano**”.

Servidora da Secretaria Municipal de Saúde Boa Vista

O excerto acima corrobora a situação de xenofobia que muitos migrantes enfrentaram, evidenciando o problema até na área da saúde. O trecho destacado também mostra os conflitos entre usuários e profissionais da saúde com relação à língua falada durante o atendimento. Isto é, inicialmente não houve um acolhimento linguístico, pelo contrário, a representação sobre as línguas, tanto espanhola como portuguesa, nessas situações de tensão, geraram mais conflitos

⁷⁸ Falam espanhol. Tradução minha.

e aumentaram a xenofobia. Nesse sentido, concordo com a afirmação de Shohamy (2006) de que as ideologias linguísticas sustentam as crenças e representações.

A representação de que os migrantes, por estarem no Brasil, devem falar a língua oficial, é um posicionamento colonizador comum nos Estados-Nação. Na verdade, não deveria haver esse tipo de conflito se implantássemos uma política linguística de incentivo ao plurilinguismo, seguindo a perspectiva decolonial do ser e do saber, sem supervalorizar nenhuma das línguas envolvidas. Entretanto, a representação de que é o migrante que deve falar a língua portuguesa interfere na implementação de políticas linguísticas voltadas para o acolhimento entre línguas. Já a representação do migrante de que o acolhimento deve ser em língua espanhola pode dificultar a aprendizagem da língua portuguesa por parte desses sujeitos, e, em alguns casos, gerar mais xenofobia. Portanto, essas duas representações interferem negativamente na promoção e execução de políticas linguísticas plurais em Roraima.

A possível falta de atendimento pelo fato de ser venezuelano, citada pela entrevistada no final do excerto, poderia ser decorrente da situação conflituosa durante os atendimentos. Tal como citado por Silva e Arruda-Barbosa (2020), os enfermeiros apontaram que alguns migrantes exigem atendimento imediato, por não entenderem o funcionamento das unidades de saúde, que seguem algumas diretrizes de horários e dias específicos para atendimento médico, dentre outras situações específicas, o que pode ter causado o desentendimento e as denúncias de falta de atendimento. O conflito é tão intenso que se, por um lado, alguns migrantes fazem esse tipo de denúncia, por outro lado, a população roraimense também reclama e, por vezes, denuncia que fica sem atendimento devido à grande demanda dos venezuelanos nas unidades básicas:

“Já tivemos muitas reclamações de brasileiros. No 13 de Setembro a população se revoltou porque ali tem muitos abrigos e eles (os venezuelanos) chegam cedo para pegar ficha para atendimento médico e quando os brasileiros chegam, não conseguem ficha, são só 20 para o atendimento de manhã. Foi uma confusão semana passada, tentamos minimizar, às vezes temos que chamar a guarda municipal, às vezes chamamos para conversar e tentamos agendar para outro dia. É mais nesses bairros⁷⁹. **Uma vez fizemos uma ação no sábado para atender a população brasileira**, fizeram o levantamento das pessoas sem atendimento e fizemos essa ação específica. Assim **a gente vai se reinventando**”.

Servidora da Secretaria Municipal de Saúde Boa Vista

⁷⁹ Referindo-se aos bairros com grande incidência de venezuelanos.

Como explicado acima, algumas situações fogem do controle dos funcionários municipais, sendo necessária a intervenção da guarda municipal. Tais conflitos também fazem surgir ações de atendimento específico para os brasileiros, como forma de minimizar os conflitos e a carência dos atendimentos. A palavra “reinvenção”, destacada na fala da servidora municipal, pode ser compreendida como o *aprender a desaprender* (MIGNOLO, 2008) o acolhimento, destinado à população local e também aos deslocados forçados de acordo com a demanda e as necessidades de cada bairro.

Conforme Silva e Arruda-Barbosa (2020), a fragilidade do sistema de saúde aponta para a necessidade de contratar mais profissionais, de modo a atender as demandas das Unidades Básicas de Saúde em Boa Vista. Para os autores, o grande fluxo de migrantes que procura a atenção primária na cidade deve ser discutido de forma a refletir além das questões estruturais, isto é, fazer reflexões que envolvam o atendimento em sentido humanitário.

Como salientam Losco e Alves (2018), apenas a possibilidade de acesso não garante a inserção da população migrante ao sistema de saúde: é importante levar em consideração as diferenças linguísticas e culturais, tendo em vista que estas podem interferir na compreensão do processo de saúde e doença. Assim, é necessário promover mais políticas de acolhimento que se distanciem dos discursos hegemônicos, de modo a incentivar ainda mais a política linguística do plurilíngüismo dentro do sistema de saúde, ao mesmo tempo que se amplia a capacidade de atendimento de uma forma geral, sanando os problemas estruturais, de recursos humanos e de capacitação para um atendimento mais humanitário.

Os registros gerados e a teoria específica da área de saúde em Roraima mostram a necessidade de implementar políticas públicas voltadas ao acolhimento de migrantes no estado, destacando a importância da intercompreensão entre as equipes de saúde e os pacientes oriundos de migração forçada por sobrevivência.

Embora haja algumas ações isoladas de políticas linguísticas no estado, principalmente em nível municipal, é urgente a implementação de políticas específicas para o setor saúde, tanto políticas verticais quanto horizontais, de modo ampliar o acesso aos direitos linguísticos e aos direitos humanos (OLIVEIRA; SILVA, 2017) desses sujeitos.

Na próxima seção, explano questões de acolhimento na educação, especificamente do Governo de Roraima e da Prefeitura de Boa Vista.

5.3 Políticas de acolhimento na educação

Na área de educação do Governo de Roraima, responsável pela oferta de ensino fundamental II e ensino médio no estado, foi entrevistada uma funcionária da Secretaria de Educação. Quando perguntado quais ações a instituição está promovendo para o atendimento aos migrantes venezuelanos, a resposta foi: *“Assegurar que crianças e adolescentes estejam matriculados o mais perto possível de sua residência, de acordo com todas as leis e resoluções”*. A entrevista foi realizada poucos dias após a divulgação da nova Resolução do Conselho Nacional de Educação (Resolução Nº 1, de 13 de novembro de 2020) referente ao direito a matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio nas redes públicas de Educação Básica do Brasil, que estabelece o direito a matrícula sem o requisito de documentação comprobatória de escolaridade anterior e sem discriminação em razão de nacionalidade ou condição migratória. Segundo o documento:

§ 1º A matrícula, uma vez demandada, será de imediato assegurada na educação básica obrigatória, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos e, **de acordo com a disponibilidade de vagas**, em creches. § 2º A matrícula de estudantes estrangeiros na condição de refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio deve ocorrer sem mecanismos discriminatórios. § 3º Nos termos do caput deste artigo, não consistirá em óbice à matrícula: I - a ausência de tradução juramentada de documentação comprobatória de escolaridade anterior; de documentação pessoal do país de origem; de Registro Nacional Migratório (RNM) ou Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DP-RNM); e II - a situação migratória irregular ou expiração dos prazos de validade dos documentos apresentados. § 4º A matrícula em instituições de ensino de estudantes estrangeiros na condição de refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio deverá ser facilitada, considerando-se a situação de vulnerabilidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, *s/p, grifos meus*).

Conforme os artigos acima citados, não será exigida a tradução juramentada dos documentos escolares, nem a apresentação de documentação pessoal do Brasil ou do país de nascimento, como forma de facilitar o acesso à educação para as pessoas em situação de vulnerabilidade social; tal facilidade, como discutido anteriormente, já era uma realidade em Roraima desde a recomendação do Ministério Público Federal (MPF, 2017).

A grande demanda de matrículas acarretou a abertura de salas improvisadas na capital e no interior, como destacado pela funcionária entrevistada:

“Seguimos a recomendação da Procuradoria Geral da União, não pedimos nenhuma documentação, apenas com o nome, seguindo a orientação idade/série. É lógico que a imigração venezuelana nos pegou de surpresa, até porque... as condições que nós tínhamos... nós tínhamos vagas para atender nossos alunos, vaga sobrando para nossa clientela, mas o impacto foi muito grande, em todas as áreas. Mas fizemos reuniões, a Unicef doou umas carteiras, fizemos espaços alternativos para atender a todos. As escolas das comunidades indígenas também estão atendendo esse público”.

Servidora da Secretaria de Educação do Estado de Roraima

A recomendação a que a servidora se refere é a do Ministério Público Federal, realizada em 2017, juntamente com a Procuradoria Geral da União. Após receberem a recomendação, foram realizadas várias reuniões e foi formado o Grupo de Trabalho GT Boa Vista, com o objetivo de organizar as ações. Segundo a servidora pública, a UNICEF apresentou uma demanda de mais de 200 crianças moradoras dos abrigos que não estavam estudando. A primeira ação foi matricular essas crianças sem necessidade da presença dos pais na central de matrículas, apenas com os dados fornecidos pela organização social. A entrevistada explicou que foi realizado o procedimento em Boa Vista e em Pacaraima, as duas cidades com maior demanda:

“Em Pacaraima apenas temos uma escola do estado e é militarizada, o que dificulta um pouco para que os estudantes estrangeiros se adequem às especificidades, como normas da escola e uniformes”.

Servidora da Secretaria de Educação do Governo de Roraima

Apesar das dificuldades, a Secretaria conseguiu matricular todos os migrantes na Rede Estadual de Educação. Contudo, antes de atender a recomendação do Ministério Público, o Estado seguia a Resolução do Conselho Estadual de Educação N.º. 08/2015, que estabelece o seguinte:

Art. 1º A Equivalência de Estudos realizados no Exterior, em níveis Fundamental e Médio, será efetivada nos termos desta Resolução. Art. 2º O pedido de equivalência será dirigido à Direção da Escola, onde o estudante pretende prosseguir seus estudos. Art. 3º A solicitação de revalidação ou equivalência deverá conter: I - Documentos pessoais (Carteira de Identidade estrangeira permanente, carteira de identidade estrangeira temporária, carteira de identidade dos países limítrofes/Venezuela e Guiana Inglesa). II - Certificado e histórico Escolar, autenticados por autoridade consular brasileira no país de origem; III - Todos os documentos escolares originais deverão conter tradução para o Português por tradutor público e intérprete comercial; IV - Ementário das disciplinas cursadas, para os cursos de equivalência. Parágrafo

único. O estabelecimento de ensino poderá reclassificar o aluno com documentação estrangeira, se estiver incompleta ou deixar dúvidas quanto à sua interpretação ou fidedignidade, mediante processo de avaliação, realizado por uma comissão de professores, designada para essa finalidade, com observância das normas curriculares gerais e do previsto em seu Regimento Interno Escolar. Enquanto o interessado estiver providenciando a documentação escolar, poderá ser autorizada, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sua frequência na série que a equipe pedagógica julgar pertinente (CEE/RR, 2015, p.1).

A Resolução do Conselho Estadual de Educação de Roraima foi publicada em 2015, ano em que aumentou o fluxo de migrantes vindos da Venezuela, conforme dados da Polícia Federal (2019). No entanto, em vez de facilitar o acesso à educação, o documento exige a apresentação de algum documento pessoal, bem como de histórico e certificado escolar, legalizados em consulado, para entrar com o pedido de equivalência. Ademais, exige que todos os documentos sejam traduzidos por tradutor público. São entraves burocráticos que demandam tempo e dinheiro, dois quesitos que podem ser difíceis para os migrantes forçados por sobrevivência. Tempo e dinheiro para ir até o país de origem solicitar toda a documentação, já que nem todos saem do país com os documentos escolares completos. Dinheiro para contratar um tradutor público juramentado, que cobra uma média R\$ 100 por lauda, sem incluir as taxas.

A referida resolução estabelece o prazo de 60 dias para entregar toda a documentação traduzida e legalizada, enquanto isso, os estudantes podem cursar as séries que lhes forem determinadas pela equipe pedagógica, com base na relação idade/ano escolar. Porém, é um tempo curto para realizar todos os trâmites, haja vista a situação de vulnerabilidade social do público migrante forçado que chega em Roraima. Dessa maneira, a resolução não favorece o acolhimento, pelo contrário, pode gerar uma exclusão principalmente para aquele que não tem condições econômicas para se enquadrar às regras impostas. Assim, considero a resolução uma ação de hospitalidade condicional (DERRIDA, 2000) – quando o acolhimento ocorre de acordo com leis limitantes do Estado –, que pode ser considerada uma violação do direito à educação. Por tal motivo, diante da constatação da situação de exclusão de crianças e adolescentes migrantes no que se refere ao direito à educação, em 2017, o Ministério Público fez a recomendação de inclusão imediata desse público (que estava fora da escola) na rede pública, assim, o Estado de Roraima passou a se adequar às novas recomendações. Posteriormente, a Secretaria de Educação de Roraima passaria a atender o disposto na nova Resolução do Conselho Nacional de Educação, que começou a vigorar em 2021.

Com relação à classificação para a etapa escolar, o artigo quinto da referida Resolução Nacional propõe o seguinte:

§ 5º Na ausência de documentação escolar que comprove escolarização anterior, estudantes estrangeiros na condição de refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio terão direito a processo de avaliação/classificação, permitindo-se a matrícula em qualquer ano, série, etapa ou outra forma de organização da Educação Básica, conforme o seu desenvolvimento e faixa etária. § 6º **O processo de avaliação/classificação deverá ser feito na língua materna do estudante, cabendo aos sistemas de ensino garantir esse atendimento.** Art. 2º **A matrícula na etapa da educação infantil e no primeiro ano do ensino fundamental obedecerá apenas ao critério da idade da criança.** Art. 3º Para matrícula a partir do segundo ano do ensino fundamental e no ensino médio, os sistemas de ensino deverão aplicar procedimentos de avaliação para verificar o grau de desenvolvimento do estudante e sua inserção no nível e ano escolares adequados. Art. 4º Os sistemas de ensino deverão aplicar procedimentos de avaliação para verificar o grau de desenvolvimento do estudante e sua adequada inserção na etapa escolar. § 1º **A matrícula acarretará imediata inserção, em nível e etapa de ensino por idade, e no dever de realizar a classificação definitiva até o final do ano letivo escolar em que o estudante foi inserido na escola.** § 2º A classificação para inserção no nível e ano escolares adequados considerará a idade e o grau de desenvolvimento do estudante, podendo ocorrer por: I - automática equivalência, quando o estudante apresentar documentação do país de origem; II - avaliações sistemáticas, no início e durante o processo de inserção nos anos escolares, considerada a idade do estudante (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, s/p, *grifos meus*)

Em Roraima, a classificação ocorria em língua portuguesa, como foi confirmado pela funcionária da Secretaria de Educação do Estado de Roraima:

“Quando o aluno chega na escola, fazemos a prova de classificação. Nós classificamos o aluno de acordo com a idade e encaminhamos para a escola, mas lá deve ser feita a classificação desse aluno. Fazemos a avaliação em língua portuguesa. Esse ano deixamos para fazer com 30 dias, para que eles tivessem mais contato com a língua, só que veio a pandemia e não conseguimos fazer. Agora com a nova resolução nacional, devemos seguir a recomendação para fazer essa avaliação em língua espanhola”.

Servidora da Secretaria de Educação do Governo de Roraima

Os trechos em destaque evidenciam uma certa preocupação em se adequar à nova resolução, quando a servidora afirma que a prova é realizada em português e, a partir de 2021, as instituições escolares deverão ofertar a avaliação em espanhol. Também deixa clara a preocupação de esperar pelo menos um mês para que o aluno passe pelo período de adaptação com a língua portuguesa e depois tenha mais condições de demonstrar seus conhecimentos. No

entanto, apenas com o convívio escolar os alunos não conseguirão aprender a língua portuguesa em um mês e serão prejudicados na avaliação; nesse caso, seria necessário oferecer cursos de português como língua adicional/acolhimento a esses estudantes, uma política linguística que não foi mencionada pela funcionária.

A entrevistada também ressaltou a importância de realizar a avaliação porque, muitas vezes, quando matriculados na série correspondente à idade, ao chegar à sala de aula, os professores percebem que o aluno não tem condições de acompanhar. O não acompanhamento das aulas, mencionado pela servidora pública, pode ser motivado pela falta de proficiência em língua portuguesa. Nesse caso, a Secretaria poderia contratar professores formados em Letras, com ou sem experiência em ensino de PLA, desde que lhes sejam oferecidas capacitações na área, que podem ser organizadas com o apoio das universidades. Assim, haveria profissionais capazes de planejar e executar cursos nas principais escolas da capital e do interior. Seria uma política pública de acolhimento ao aluno migrante, haja vista a grande quantidade de estudantes migrantes na rede estadual, mais de 6 mil alunos em 2020, segundo estimativas da Secretaria Estadual de Educação (SEED, 2020).

Outra possível causa das dificuldades dos alunos é o abandono escolar no país de origem, mencionado pela entrevistada: “*Muitas vezes o aluno não estava estudando lá, isso tem gerado muitos problemas*”. Por um lado, a flexibilidade de entrega da documentação comprobatória dos estudos no país de origem é uma ação de acolhimento, por outro lado, pode ser um problema diante da triste realidade social de muitas famílias que chegam ao Brasil depois de abandonar tudo por não ter dinheiro nem para pegar transporte coletivo e levar os filhos à escola. De acordo com dados publicados no Jornal Gazeta do Povo, baseados em um levantamento realizado por professores da Unidade Democrática do Setor Educacional (Udse) da Venezuela, a estimativa de evasão escolar para o ano letivo 2018/2019 era de 35%; em alguns estados, a estimativa chegava a 50%. Segundo a reportagem, a causa da evasão é a grave crise social que causou exclusão escolar e também migração. Além da evasão, as faltas dos estudantes também aumentaram: dos alunos matriculados naquele ano escolar, 66% não compareceram às aulas regularmente.

Nesse sentido, verifica-se a necessidade de realizar a avaliação de equivalência, entretanto, a oferta da prova em língua espanhola contribuirá com uma classificação mais adequada à realidade do aluno, sem prejuízos por causa da falta de proficiência em português. As dificuldades de acompanhamento do conteúdo trabalhado em sala de aula poderão ser

minimizadas quando for cumprido o que estabelece a resolução do Conselho Nacional de Educação, como “a oferta de ensino de português como língua de acolhimento, visando à inserção social àqueles que detiverem pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, s/p).

A meu ver, seria fundamental também um curso voltado para o letramento escolar, que facilite a inserção desses estudantes e os ajude nas diferentes matérias estudadas no Brasil. De acordo com Soares (1998), o conceito de letramento cobre uma ampla visão sobre conhecimentos, habilidades, capacidades, valores e usos sociais da língua. Assim, o letramento escolar contempla as práticas e significados da língua no contexto escolar, ou seja, vai além de questões puramente linguísticas. Nesse sentido, faz-se necessária a colaboração de todos os professores, da coordenação e da equipe pedagógica, pois não se trata apenas de aulas de português nem de deixar toda a responsabilidade nas mãos do professor dessa disciplina, mas de uma postura decolonial de valorização dos saberes, das línguas e culturas desses estudantes dentro da escola, valorizando as práticas de letramento de que os estudantes já participam à medida que entram em contato com novas práticas de letramento na escola brasileira.

Outro aspecto importante apontado na resolução, refere-se ao que está disposto no artigo 5º, o qual destaca que as avaliações de equivalência e de classificação devem considerar a trajetória do estudante, bem como suas línguas-culturas, com a finalidade de favorecer o acolhimento. Portanto, é uma orientação voltada para o acolhimento linguístico e cultural, para que não seja apenas a tradução de uma avaliação comum para determinar o nível de educação do estudante.

O artigo 6º recomenda que as escolas planejem procedimentos para o acolhimento desses estudantes, levando em consideração algumas diretrizes, como a não discriminação, a prevenção ao bullying, ao racismo e à xenofobia; outra orientação importante é a de formar classes comuns entre alunos brasileiros e não-brasileiros. Há, ainda, uma recomendação para oferecer capacitação aos professores e funcionários sobre práticas de inclusão de alunos não-brasileiros, ponto que vem sendo destacado nesta pesquisa ao tentar levantar informações a respeito da oferta de cursos de capacitação, mas a resposta, na maioria das vezes, tem sido negativa. Segundo a funcionária da Secretaria de Educação do Estado, foi realizada uma capacitação em parceria com a UNICEF, por meio do Centro de Formação de Professores de Roraima (CEFRR), entretanto, não estavam presentes todos os professores, apenas os coordenadores pedagógicos.

Nesse sentido, espera-se que a resolução seja implantada de fato em todos os âmbitos da educação básica, com a devida inclusão desses alunos, mediante a realização de atividades que incentivem a interculturalidade, aspecto apontado também no artigo 6. Portanto, não se trata de incluir os alunos em aulas de reforço escolar, como acontece nas escolas de Pacaraima, conforme informação levantada na Secretaria de Educação do Município; trata-se de fazer acolhimento em um sentido amplo, oferecendo o ensino de língua portuguesa e fomentando o plurilinguismo nas práticas pedagógicas, isto é, possibilitar o acolhimento entre línguas.

Com esta resolução, a Educação Básica deve ir além de matricular os alunos sem exigir a comprovação de escolaridade do país de origem nem os documentos traduzidos. A resolução deixa explícita a política linguística de plurilinguismo, quando menciona a língua do aluno, não apenas para a realização da avaliação de classificação, mas durante atividades escolares, valorizando as diversas línguas e culturas dos estudantes migrantes, para uma melhor integração. Contudo, a simples publicação da resolução não garante seu efetivo funcionamento, já que muitos fatores podem afetar o desenvolvimento das diretrizes mencionadas. De acordo com Shohamy (2006), leis são mecanismos poderosos pois afetam as práticas linguísticas, entretanto, nem sempre são cumpridas na prática nem em todos os domínios.

A respeito da legislação escolar, a funcionária da Secretaria de Educação de Roraima afirmou que o estado segue as resoluções dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, contudo, não existe um atendimento diferenciado, apenas seguem as orientações, nas palavras da servidora pública: *“mas a convivência é muito boa, não temos problemas”*. Ao afirmar que não há problemas de convivência, questionei sobre as reclamações dos professores da rede estadual que são alunos de pós-graduação na UERR e costumam compartilhar suas inquietações e preocupações em sala de aula⁸⁰, destacando que não sabem como atender o público migrante. Nesse momento, a funcionária ressaltou:

“A gente sabe que isso causou até **um sentimento de invasão**, não só na educação. Eu destaco dois pontos: Temos muitos professores adoecendo, os professores se deparam com alunos que não têm condições de acompanhar o conteúdo, porque os alunos não têm o conhecimento prévio para aquela série e também por conta da língua. Isso mexe muito com o psicológico dos professores, a gente sabe disso. Estamos vendo as pessoas sofrendo, as pessoas pedindo, crianças no meio da rua. Isso mexe com todos nós, nos supermercados, nas farmácias.... não só na escola, agora **o impacto dentro da escola é muito grande, porque a responsabilidade da aprendizagem é do professor** e nós temos que primar; **é direito, a aprendizagem é direito.**”

⁸⁰ Inquietações que os professores levam para os debates das Especializações da área de Letras oferecidas pela UERR, instituição na qual trabalho.

Nós temos escolas com mais de 70% de alunos venezuelanos, a demanda dos abrigos na região dessa escola é muito grande.

Servidora da Secretaria Estadual de Educação

Nesse trecho, ressalto a expressão “sentimento de invasão”, que, como a profissional apontou, está presente em diversas áreas; porém, na visão da entrevistada, na área educativa, a cobrança é muito grande devido ao direito à educação e à responsabilidade atribuída ao professor. Na minha interpretação, o sentimento de invasão é uma forma de representar a grande demanda gerada pela migração diante do despreparo do estado. Nesse cenário, é evidente a política de acolhimento guiada pela hospitalidade condicional que, segundo Derrida (2000), é aquela hospitalidade por obrigação, pois o estrangeiro é *o outro cidadão* que pertence a outra ordem jurídica, mas deve se adequar às leis do país receptor. Este país é o Brasil, lugar onde a educação é um direito de todos, garantido pela constituição, por leis, e por resoluções já mencionadas, como a nova Resolução do Conselho Nacional de Educação que está se adequando à atual realidade escolar, tentando garantir os direitos do *outro cidadão*.

Embora a entrevistada admita as dificuldades dos professores para atenderem os alunos migrantes, inclusive destacando que a responsabilidade da aprendizagem é desses profissionais, a coordenadora de uma escola com quase 80% de matrículas de estrangeiros afirmou que não há uma orientação específica para atendimento diferenciado. Assim, ao conversar com a coordenadora, foi ratificado que as dificuldades são enfrentadas pelos professores, ou seja, eles devem buscar a melhor forma de lidar com cada situação. Segundo a profissional, as maiores dificuldades dos docentes estão relacionadas ao ensino da língua portuguesa desses estudantes recém-chegados de outros países, principalmente a escrita, destacando o seguinte:

“Alguns alunos procuram e os professores ajudam, tentam sanar as dificuldades. Porém, nem sempre os resultados são satisfatórios, muitos alunos moram em abrigos, nas ruas, na rodoviária, em uma situação de vulnerabilidade social e isso interfere muito na aprendizagem, no retorno, porque eles não têm condições de manter o contato direto com o professor neste tempo de pandemia. Mas os professores de língua portuguesa tentam trabalhar com o lúdico, com pequenos textos, usam muitas tirinhas, por exemplo, cruzadinhas, caça palavras, atividades que ajudam a ter uma compreensão maior”.

Coordenadora pedagógica de uma escola estadual

A situação de vulnerabilidade social é visível através do excerto acima e, o que já era difícil em sala de aula, ficou ainda pior no ensino remoto implantando com a chegada da pandemia do

novo Coronavírus. Mais uma vez, evidencia-se a necessidade de políticas públicas específicas para o público de migrantes forçados por sobrevivência em Roraima. O acolhimento entre línguas poderia ser uma saída nesse caso, já que a porcentagem de estudantes oriundos da Venezuela é muito grande. O ensino remoto poderia acontecer por meio de atividades na língua do aluno, uma política linguística horizontal específica dessa instituição escolar.

Conforme explicado pela coordenadora pedagógica, durante a atividade remota, o contato entre aluno e professor era feita pelos grupos de WhatsApp, porém, muitos dos alunos migrantes não conseguiam manter o contato devido a diversas situações⁸¹. Por tal motivo, foram disponibilizadas as atividades impressas, que as famílias buscavam na escola e depois devolviam preenchidas. Entretanto, a realidade era que apenas alguns respondiam, muitas vezes incompleto; outros devolviam em branco. Apesar disso, a profissional afirmou que foi uma metodologia mais efetiva para atender e acompanhar os alunos, pois os professores faziam a correção das atividades e, de acordo com as dificuldades detectadas, era feito um replanejamento, sempre com revisões para que todos conseguissem compreender.

Neste contexto, cito Altenhofen (2013) para defender a inversão de valores, a necessidade de promover uma consciência plurilíngue e pluralista que garanta a inclusão desses grupos minoritarizados politicamente, incentivando a educação linguística da maioria ou, como salienta Maher (2007, p. 258), a educação do entorno, o que significa que o grupo dominante e majoritário “aprenda a respeitar e a conviver com diferentes manifestações linguísticas e culturais”. De acordo com a autora, apenas a politização e as leis destinadas à proteção dos grupos minoritarizados não são suficientes para o respeito à diferença. Tal educação do entorno e/ou consciência plurilíngue seria uma opção para que esses estudantes oriundos das comunidades marginalizadas deixem de ser representados como invasores em Roraima.

Apesar de considerar necessárias as políticas linguísticas verticais, políticas oficiais do Estado, é importante incentivar também que a comunidade escolar promova políticas linguísticas horizontais, de acordo com a realidade local, como a elaboração do material de estudo em língua espanhola nessa instituição onde 80% dos estudantes são migrantes de origem venezuelana. Dessa maneira, a escola adotaria políticas públicas que valorizam as línguas-

⁸¹ Algumas famílias não possuíam aparelho celular, outros tinham celular, mas não acesso à internet. Dentre outras situações decorrentes da vulnerabilidade social do público dessa escola, moradores de abrigos, moradores de rua, ou seja, imigrantes forçados por sobrevivência. A escola concentrou grande quantidade de estudantes dos abrigos pela sua localização, já que a outra escola que está perto dos abrigos estava em reforma e ficou fechada por mais de 5 anos.

culturas dos alunos, o que democratizaria o acesso ao conhecimento e poderia proporcionar um retorno mais efetivo por parte dos discentes.

5.3.1 *Políticas de acolhimento na educação de Boa Vista*

A Prefeitura de Boa Vista tem realizado um trabalho importante no acolhimento dos alunos migrantes na Rede Municipal de Educação, com a implementação de várias ações. A primeira a ser destacada durante a entrevista na Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista foi a nova resolução do Conselho Municipal de Educação. A partir de 2019, a rede passou a seguir a Resolução 01/2019 que “estabelece normas para a matrícula inicial, por transferência e em regime de progressão parcial, aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação, adaptação, equivalência e revalidação de estudos feitos no exterior” (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, 2019, p. 6).

De acordo com o artigo 15 da referida resolução, os estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Boa Vista têm o direito de passar pelo processo de classificação, independentemente da escolarização anterior, sendo necessária a realização de uma avaliação para definir o grau de desenvolvimento escolar, de modo a permitir a classificação no ano adequado. Isso quer dizer que qualquer aluno que chegar sem os documentos comprobatórios de escolaridade deverá ser matriculado de acordo com o resultado da avaliação.

Sobre as avaliações para a classificação de alunos migrantes, o artigo 17 estabelece que devem considerar os conhecimentos linguísticos, sociais, políticos, econômicos e culturais adequados a seus países de origem. No mesmo artigo, consta que as avaliações de classificação dos alunos migrantes “devem conter tradução da Língua Portuguesa para a Língua do país de origem do aluno com o fito de possibilitar o entendimento dos conteúdos/assuntos a ser cobrado na atividade avaliativa” (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, 2019, p. 7-8). Contudo, não fica claro de que forma tal processo considerará os aspectos linguísticos, sociais, políticos, econômicos e culturais, visto que a avaliação aplicada a esses estudantes oriundos de outros países é uma tradução da avaliação em língua portuguesa e não uma prova elaborada especificamente para um determinado estudante levando em conta as características citadas acima. Apesar dessa falta de clareza, a oferta da prova na língua do aluno é um grande avanço para as políticas linguísticas direcionadas a grupos minoritarizados, que passou a vigorar na

rede municipal de educação de Boa Vista em 2019, enquanto a Resolução Nacional que estabelece essa ação no Brasil foi promulgada no final de 2020, passando a valer a partir de 2021.

De acordo com a Resolução do Conselho Municipal de Boa Vista (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, 2019), o processo de classificação deve ser realizado em até cinco dias úteis a contar da data de recebimento do aluno que chegar sem histórico escolar. A avaliação deve ocorrer na escola onde o aluno for matriculado e deve ser planejada de acordo com a idade que corresponderia ao ano de escolaridade. As disciplinas avaliadas são português e matemática, disponibilizando até quatro horas para que o aluno responda a prova de cada área.

Em parágrafo único, do artigo 20, a resolução apresenta novamente a preocupação em valorizar a cultura e outras particularidades dos alunos migrantes: “As peculiaridades linguísticas, culturais, políticas, econômicas e sociais dos alunos estrangeiros deverão ser respeitadas e valorizadas positivamente no ambiente escolar e nas atividades de ensino” (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, 2019, p. 8). Nesse sentido, a resolução mostra-se, de certo modo, alinhada ao estabelecido na nova Resolução do Conselho Nacional de Educação (2020), ainda que publicada um ano antes.

Com relação à revalidação e equivalência de estudos cursados no exterior, o artigo 21 estabelece que os documentos oriundos de outros países devem ser autenticados pelo Consulado Brasileiro da localidade de origem e, quando isso não for possível, a autenticação pode ser pelo consulado do país de origem no Brasil, com exceção para os países membros do Mercosul ou países com os quais o Brasil tenha acordos e convênios internacionais entre o Brasil e o referido país. Um ponto relevante para ser ressaltado aqui é que a resolução deixa clara a necessidade de tradução juramentada de todos os documentos escolares em qualquer língua adicional, pontuando como exceção os documentos em língua espanhola. Com isso, o Conselho Municipal de Educação atende a Recomendação do Ministério Público Federal que estabelece a não solicitação de tradução para migrantes venezuelanos, atende também estudantes de origem colombiana ou de outro país de língua oficial espanhola, mas exclui alunos de outras nacionalidades cujas línguas oficiais são diferentes, a exemplo dos haitianos e guianenses que, embora sejam minoria em Boa Vista, também estão em situação de vulnerabilidade. Nesse quesito, a Resolução Municipal está na contramão da nova resolução do Conselho Nacional de Educação, que tenta garantir o direito à matrícula sem exigência de tradução juramentada para todos os alunos em situação de migração forçada.

O artigo 24 estabelece que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura deve implementar a política de acolhimento educacional do aluno estrangeiro nas escolas da rede municipal. Entretanto, durante a entrevista na Secretaria de Educação de Boa Vista, a funcionária não apontou uma política de acolhimento específica para esse público, afirmou que a instituição orienta “para olhar para todos os alunos: surdos, cegos, estrangeiros, brasileiros”, no sentido de “o planejamento atender a todos com acesso e comunicação”. O mesmo artigo define que as Unidades Escolares particulares devem planejar uma política de acolhimento educacional ao aluno estrangeiro nas etapas e modalidades ofertadas. Dessa forma, a resolução regulamenta também o acolhimento na rede particular, com algumas especificidades ressaltadas no trecho a seguir:

§ 2º. As Unidades Escolares para execução da política de acolhimento educacional do aluno estrangeiro deverão proporcionar ações que visem **alfabetizar** este público em seu contraturno escolar com aulas de língua portuguesa. § 3º. **Caberá ao professor ministrar aulas para o aluno estrangeiro, adotando metodologia específica para esse público** (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, 2019, p. 12).

Conforme citado acima, o acolhimento deve contar com aulas de português oferecidas no contraturno escolar, no entanto, como destacado em negrito, a palavra usada foi *alfabetizar*, como se todos os alunos migrantes fossem analfabetos, ou seja, não saber a língua portuguesa seria o que mesmo que não saber ler e escrever. É importante a exigência de uma política que ofereça aulas de português como língua adicional/acolhimento, mas o documento não deixa clara tal perspectiva, pelo contrário, dá a entender que seria aula de alfabetização em português língua materna. Em seguida, o texto continua com a explicação de que a responsabilidade da escolha metodológica para atender o aluno estrangeiro é do professor, isto é, sem direcionamento por parte da instituição.

Nesse sentido, é necessário salientar que diversos autores já apontaram a carência de formação específica dos docentes para atenderem os contextos de fronteira e de migração nas escolas brasileiras (CAVALCANTI, 1999; CAVALCANTI, 2013; ZAMBRANO, 2016), bem como o pouco conhecimento dos profissionais da área de letras com relação ao ensino de PLA/PLAc (LOPEZ, 2016; ZAMBRANO, 2019; MIRANDA; LOPEZ, 2019). Diante dessa realidade, considero que seria necessário criar uma política mais direcionada, que contemplasse a capacitação dos professores que atuam na Educação Básica roraimense.

No que tange à oferta de cursos de capacitação para os profissionais da rede municipal de educação, a entrevistada afirmou que a Secretaria tem parceria com a UNICEF e, em 2020, pretendiam iniciar um projeto de formação continuada visando a melhoria do trabalho com os alunos venezuelanos. De acordo com a funcionária pública, o atendimento ao migrante é algo que a instituição quer fortalecer:

“Infelizmente, o ano foi de pandemia, não conseguimos capacitar, por isso deixamos organizado para este ano (2021), de formar por área. A UNICEF realizou um webinar de 2 dias com a temática do acolhimento de migrantes. A ideia agora é trazer cursos mesmo, em parceria com as universidades. Houve uma pesquisa para saber a demanda dos temas que os professores gostariam de ter mais informações e agora pretendemos oferecer os cursos. Já está dentro dos planos”.

Servidora da Secretaria Municipal de Educação Boa Vista

Como citado pela servidora pública, a partir de 2021 os cursos de capacitação devem começar, de forma direcionada para cada área. É importante saber que existe um plano de capacitação pensado em prol do acolhimento do migrante forçado, isto é, uma ação de política educacional voltada para o acolhimento. Espera-se que o plano seja cumprido e que os professores consigam oferecer um ensino mais adequado ao contexto de migração vivenciado nas escolas, de modo a respeitar os direitos linguísticos desses alunos.

No que tange ao cargo de tradutor na Rede Municipal de Ensino, a funcionária entrevistada afirmou que não há, mas a instituição conta com parcerias com as ONGs que apoiam projetos e atividades. Nas palavras da servidora pública, não há necessidade desse profissional porque:

“Eles não têm muita dificuldade, até agora não sentimos necessidade de contratar um profissional específico. Professor que fala a língua serve como apoio e ajuda a gestão em casos de falta de comunicação. No diálogo com a família temos todo o cuidado para que a comunicação aconteça, até o próprio aluno ajuda. Não recebemos demanda de retorno de que haja essa necessidade”.

Servidora da Secretaria Municipal de Educação Boa Vista

Como citado, os professores que falam espanhol servem como apoio para os casos mais difíceis na comunicação entre aluno-professor e professor-pai ou responsável. No entanto, é importante salientar que a língua espanhola não faz parte dos currículos do ensino infantil nem

do ensino fundamental I na rede municipal de Boa Vista, etapas sob responsabilidade da Prefeitura. Sendo assim, não há um docente formado em espanhol à disposição de cada escola, o que me leva a crer que os professores que falam a língua, conforme citado pela servidora entrevistada, são pessoas que estudaram o idioma por iniciativa própria, podendo ou não fazer parte do quadro de docentes das instituições.

A entrevistada salientou que a escola é autônoma e a realidade de uma instituição não é a mesma da outra; por tal motivo, não costumam interferir muito, apenas orientam para acessibilidade e comunicação, no sentido de que haja acolhimento e trabalhem com diversidade de forma geral, já que o projeto de educação inclusiva é para todos. Assim, algumas unidades escolares estão adotando ações de acolhimento diferenciadas, de acordo com as necessidades. Há instituições com grande número de estudantes de origem venezuelana, nas quais a gestão implantou diversos projetos e ações, a exemplo da fixação de placas bilíngues nas portas da direção, secretaria, sala de apoio, banheiro. Também houve tradução de trechos da ficha de matrícula para facilitar o entendimento dos pais no ato da matrícula. Em algumas instituições foram executados projetos para melhorar a convivência entre brasileiros e estrangeiros

Sobre essas ações específicas, a funcionária entrevistada apontou que a secretaria lança as diretrizes e a escola faz o que for necessário para atender, de acordo com o contexto. Portanto, posso afirmar que não há uma política de acolhimento específica na rede municipal de ensino de Boa Vista, já que depende da realidade de cada unidade escolar, incentivando a promoção de ações de políticas horizontalizadas, iniciativas da comunidade escolar: por vezes da gestão, outras vezes dos docentes e alunos. Cabe destacar que esse tipo de política é de grande importância para o público em questão, até porque são os professores e os gestores escolares que identificam as principais necessidades nesse contexto.

Finalizo esta seção salientando que houve um avanço considerável nas políticas de acolhimento implementadas na área educacional de Boa Vista e, de uma forma geral, em Roraima. Apesar de ser apenas o início, e de muitas das ações ainda estarem no papel, se executadas com sucesso, poderão colaborar com a garantia dos direitos linguísticos de estudantes migrantes forçados por sobrevivência. No entanto, ainda faltam políticas verticais capazes de fomentar e orientar ações específicas para a valorização, o respeito e o desenvolvimento adequado de todos os estudantes, principalmente, dos grupos minoritarizados.

A próxima seção versa sobre as ações de acolhimento realizadas pela área de serviço social em Roraima.

5.4 Políticas de acolhimento na assistência social

“Precisamos de políticas públicas, se colocar no lugar do outro, independentemente de ser brasileiro, mexicano, guianense...”. Dou início a esta seção com a fala de um entrevistado, responsável por um setor da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES). Para ele, é necessário ter um olhar humanitário ante a crise migratória. Com relação às ações realizadas institucionalmente, afirma que são para todos os cidadãos, de qualquer nacionalidade, e acrescenta que:

“Aqui acontece xenofobia porque as pessoas dizem que estamos olhando os venezuelanos e esquecemos dos brasileiros. O serviço é para todos, mas quem está nas ruas, quem está mais vulnerável é o venezuelano neste momento”.

Servidor da SETRABES

Como já mencionei desde a introdução desta tese, a representação negativa com relação ao migrante venezuelano passa por diversas áreas, como fica evidente com a fala do servidor público entrevistado. A representação de que o venezuelano está tirando o lugar do brasileiro nos serviços públicos é frequente, embora isso não seja compartilhado por toda a população nem seja assimilado por todos os funcionários públicos. No entanto, essas representações podem dificultar o desenvolvimento de algumas políticas de acolhimento.

A principal ação de acolhimento que a SETRABES oferece aos migrantes, desde 2018, é o abrigo de crianças e adolescentes. O procedimento é realizado com o apoio do Governo Federal e das diferentes ONGs que atuam na região. Segundo o entrevistado, no estado existiam os abrigos institucionais há mais de 15 anos, mas naquela época não havia um fluxo tão exacerbado de crianças vítimas de abandono, como está sendo registrado nos últimos anos com o advento da migração venezuelana.

Nos abrigos há crianças e adolescentes venezuelanas, brasileiras e guianenses, portanto, não é um atendimento exclusivo para os venezuelanos, embora a maior demanda atualmente seja de pessoas desse país. Diante da grande demanda e da situação de vulnerabilidade, abandono e violação de direitos dessas crianças, foi necessário levar algumas delas para as Casas Lares, lugares criados para atender aos migrantes venezuelanos, especialmente para o

acolhimento de famílias por um curto período de tempo. É um equipamento de emergência, que o estado não tinha e que foi instalado em decorrência do fluxo migratório.

De acordo com o entrevistado, os abrigos da Operação Acolhida fazem o acolhimento de famílias e adultos, mas crianças desacompanhadas não podem ficar nesses abrigos, sendo responsabilidade do estado. São crianças e adolescentes sem vínculo com os pais ou que se perderam dos parentes durante o processo migratório. Para não quebrar o vínculo familiar, quando chegam casais de irmãos sem os pais ou qualquer responsável, são encaminhados para as Casas Lares, já que os abrigos são separados em femininos e masculinos, além das faixas etárias, não podendo abrigar meninos e meninas juntas. Por isso, passou a ser usada a Casa Lar em 2019, uma em Boa Vista e outra em Pacaraima, para abrigar os irmãos de diferentes sexos. Conforme o entrevistado, a UNICEF era a responsável pela operacionalização das casas e acabou transferindo a de Pacaraima para Boa Vista. Em setembro de 2020, o estado foi convidado a assumir a administração desses locais, portanto, atualmente, há duas Casas Lares na capital e nenhuma no interior, bem como vários abrigos⁸² sob a responsabilidade do Governo de Roraima para atender crianças e adolescentes em situação de abandono.

O atendimento é realizado pelos servidores da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, com alguns acordos de cooperação, como por exemplo, a UNICEF, que disponibilizou equipes técnicas para trabalhar nos abrigos. Esse tipo de ação pode ser classificado como política de atravessamento entre os eixos horizontal e vertical (BIZON; CAMARGO, 2018). O papel da secretaria, após o abrigamento, é fazer a reintegração familiar. Durante todo o processo é oferecido atendimento psicológico e psicossocial aos abrigados, buscando informações primordiais. Os servidores usam uma rede de cooperação para buscar as famílias dessas crianças: acionam a embaixada e a rede venezuelana. A Cruz Vermelha é uma das instituições dessa rede, responsável pelo levantamento dos contatos dos familiares. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) é outra parceira, apoiando, principalmente, com as passagens aéreas ou terrestres, seja no Brasil ou na Venezuela.

Com relação à língua usada durante os atendimentos, o entrevistado salientou que, sempre que possível, os servidores falam espanhol, língua que está sendo aprendida no contato direto

⁸² De acordo com um relatório da Organização Não Governamental Human Rights Watch, de maio a novembro de 2019, chegaram em Roraima mais de 500 venezuelanos menores de idade desacompanhados. No mesmo ano, de acordo com informações da UNICEF, os abrigos destinados a crianças e adolescentes, geridos pelo Governo de Roraima, estavam superlotados. Dados disponíveis em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nota-sobre-criancas-e-adolescentes-venezuelanos-desacompanhados-ou-separados>

com crianças e adolescentes nos abrigos:

“O idioma foi a principal barreira, mas hoje nós estamos acostumados com a língua espanhola, é incrível como era uma língua que eu não sabia nada, mas hoje em dia eu entendo tudo, mesmo sendo rápido”.

Servidor da SETRABES

Conforme relatado, a “barreira linguística” existiu no início, mas foi superada graças ao contato direto. Quando indagado sobre como lidam com possíveis casos de maior dificuldade na comunicação, o funcionário público explicou que buscam ajuda das agências humanitárias e dos próprios servidores que trabalham nos abrigos e já têm um nível de proficiência mais avançado:

“A língua era um problema, não é mais. Principalmente porque há pessoas nos abrigos que estão há mais de um ano. As agências internacionais de ajuda humanitária começaram a nos dar apoio com a questão da língua, eles estão na operacionalização, diretamente com os funcionários”.

Servidor da SETRABES

Dessa forma, afirmou que não contam com tradutores, mas com pessoas que entendem, que já se adaptaram com a língua, além dos profissionais das agências humanitárias que falam espanhol. Assim, fica claro que o Estado não possui uma política pública voltada para a questão linguística, deixando a responsabilidade para as organizações não governamentais. Outra afirmação do servidor entrevistado é que as crianças migrantes têm uma facilidade muito grande para aprender português. Na opinião dele, “boa parte dos que estão nos abrigos falam muito bem”. Percebe-se que, confiando em que as crianças aprendem rápido a língua portuguesa, a preocupação com a aprendizagem da língua espanhola é diminuída.

Algumas pesquisas, como a de Garcia (2011), apontam representações sobre a aprendizagem de línguas por crianças, destacando a crença da passividade das crianças como ponto positivo para aprender rápido as línguas adicionais, geralmente reproduzida pelo mercado de cursos livres de idiomas. Interpreto a passividade como a fácil aceitação e/ou a ausência de resistência na aprendizagem. No contexto narrado pelo servidor público, a representação de que as crianças e adolescentes conseguem aprender com facilidade a língua

oficial do Brasil, negligencia a necessidade de implantação de políticas linguísticas na SETRABES, instituição que tem uma grande responsabilidade na política de acolhimento de menores em Roraima.

Nesse caso, parecer haver uma política linguística informal e implícita (SHOHAMY, 2006; ORLANDI, 2007) que, apesar de permitir o trânsito entre as línguas dos migrantes e a língua oficial do Brasil, não incentiva a aprendizagem da língua espanhola por parte dos servidores públicos, prevendo a aquisição da língua portuguesa por parte dos abrigados e contando com a presença de colaboradores de agências humanitárias proficientes em espanhol.

No que tange à capacitação profissional para lidar com o público migrante, ocorre apenas através das agências humanitárias, pois, segundo o servidor, em Roraima não havia cursos desse tipo. Outra problemática enfrentada é a falta de adesão às capacitações por parte dos funcionários estaduais:

“Nem todos os funcionários fizeram a capacitação porque não podemos obrigar. É preciso fazer na hora do expediente para poder chamar público”

Servidor da SETRABES

Assim como a capacitação em acolhimento ao migrante não teve grande adesão, a aprendizagem da língua espanhola também depende da sensibilidade do servidor público em admitir que precisa estudar uma nova língua para exercer melhor sua função institucional. A falta de sensibilidade de alguns funcionários públicos diante da vulnerabilidade que caracteriza o migrante venezuelano, ainda mais sendo uma criança abandonada, que já teve seus direitos violados, pode prejudicar o acolhimento na perspectiva multilíngue e multicultural defendida por Bizon e Camargo (2018). Assim como os adultos, as crianças e adolescentes também podem enfrentar conflitos quando são obrigados a se inserir em uma nova cultura e falar uma língua diferente, dependendo da situação, podem rejeitar a aprendizagem da língua “de acolhimento” e dificultar a convivência dentro do abrigo. Portanto, concordo com Oliveira e Silva (2017) quando criticam o sistema de assimilação linguístico e cultural relacionado às políticas de ensino da língua portuguesa.

Com relação às ações de acolhimento realizadas pela Prefeitura de Boa Vista com o advento da migração venezuelana em Roraima, a funcionária entrevistada na Secretaria

Municipal de Gestão Social afirmou que o direcionamento institucional é acolher nos serviços básicos de uma forma ampla, nada específico, mas inserindo todas as pessoas de igual maneira, o que denominaram de “acolhimento por meio da inclusão”.

A servidora municipal explicou que, no início, a equipe tentou fazer algo específico, contratando uma pessoa venezuelana para atender o projeto “Família que Acolhe”, mas com o tempo e tendo em vista a dinâmica utilizada no referido projeto, acharam melhor incluir todas as mulheres participantes, tal como narrado a seguir:

“Trabalhamos empoderamento da mulher, dela como mãe, trocas de experiências entre brasileiras e venezuelanas. Acompanhamos desde a gravidez, as mães em vulnerabilidade, tanto brasileiras como venezuelanas; pelas percepções, o termo de ser mãe é igual para todas as nacionalidades, na interação há uma troca muito rica”.

Funcionária municipal de Gestão Social

Como explicitado na fala acima, o setor adotou a inclusão das migrantes nos programas sociais por meio das trocas de experiências. No que tange a políticas linguísticas plurais, a servidora deixou claro que não existe o cargo de tradutor nem uma política específica de acolhimento linguístico, mas todas as pessoas são atendidas por meio da intercompreensão entre o português e o espanhol. Afirmou ainda, que as dificuldades foram superadas com o passar do tempo e, atualmente, os funcionários municipais que atendem o público migrante conhecem o vocabulário básico para a interação cotidiana:

“Uma palavra ou outra às vezes que a equipe não entende, mas as meninas estão no computador fazendo cadastro e já pesquisam, procuram a tradução. A tecnologia nos ajuda muito, mas é muito pontual”.

Servidora municipal de Gestão Social

É possível perceber como a língua espanhola está sendo adquirida por alguns brasileiros na interação com os falantes de origem venezuelana, apostando na comunicação por meio da intercompreensão, algo de grande relevância na perspectiva decolonial dos saberes. Em certas situações, os funcionários públicos buscam ajuda na internet, ferramenta importante nesse contexto.

De acordo com a entrevistada, os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) atendem muitos migrantes que moram em abrigos e já chegam com o apoio de interprete. Mais uma vez, a responsabilidade pela tradução é das ONGs, tal como salientado por Oliveira e Silva (2017). Ainda segundo a funcionária da Gestão Social da Prefeitura de Boa Vista, “*os migrantes de demanda espontânea já sabem interagir*”, uma afirmação que me parece bastante generalizadora, pois sabe-se que há venezuelanos chegando todos os dias que buscam os serviços públicos, não apenas de saúde e educação, mas de assistência social, que nunca tiveram contato com a língua portuguesa. Fica clara a representação de que não é necessário estudar espanhol para oferecer um atendimento de qualidade em Boa Vista, portanto, tal como apontado por Maher (2013, p.124), “a ausência de uma política linguística de Estado constitui, em si mesma, uma política linguística de Estado”; neste caso, a falta de política linguística específica para o atendimento ao migrante venezuelano em Roraima já é uma política linguística de manutenção do monolinguismo institucional. Nesse caso, é uma política informal e implícita ancorada na ideologia do monolinguismo brasileiro.

No que diz respeito à capacitação dos profissionais, a Prefeitura ofereceu cursos referentes ao acolhimento porque em alguns casos houve resistência por parte dos servidores, como afirma a funcionária ao ressaltar uma frase muito ouvida na Secretaria: “*Esse monte de gente chegando aqui querendo direitos*”. Frases como essas eram escutadas com frequência em diversos setores da administração municipal, evidenciando, mais uma vez, a reprodução do discurso preconceituoso e colonizador que fomenta a exclusão do migrante nas instituições públicas, gerando violação dos direitos humanos desses sujeitos em situação de vulnerabilidade. Na opinião da servidora municipal, a resistência de alguns funcionários foi forte no início, conseguindo acolher depois das capacitações:

“Investimos em mostrar a importância do acolhimento. Fizemos parcerias com a UNICEF e com a Universidade Federal. O processo de sensibilização, mostrar que essas pessoas precisam desse apoio e também porque vão fazer parte da nossa população. Essas crianças que estão chegando vão ser colegas dos nossos filhos, farão parte da nossa sociedade, não podemos ignorá-los”.

Servidora municipal de Gestão Social

Por meio dessas capacitações e de diversas ações, a Prefeitura promoveu um processo de sensibilização de seus funcionários, para contribuir com o entendimento sobre a vulnerabilidade do público migrante. Analiso tais ações como políticas de acolhimento através da *educação do*

entorno (MAHER, 2007), que promove a perspectiva de pluralidade linguística-cultural, o respeito e valorização do outro, em consonância com o pensamento fronteiriço (MIGNOLO, 2013). Conforme a entrevistada, esse pensamento foi incentivado nas secretarias municipais de Boa Vista.

“Em termos de políticas públicas temos que ajudar a cidade e a cidade é de todo mundo, esse é o entendimento da Prefeita. Trabalhamos nesse acolhimento inserindo. Seria até mais fácil fazer de uma forma separada, porque não teríamos resistência”.

Servidora municipal de Gestão Social

A funcionária destacou o trabalho de inclusão, sem segmentação, agradecendo aos parceiros (UNICEF, UFRR) que atuam juntos e auxiliam nessas orientações. No entanto, as atividades promovidas pela Secretaria de Gestão Social são realizadas apenas em português, segundo a entrevistada, é mais fácil para o venezuelano entender porque está ouvindo sempre o português, está mais integrado. Entretanto, essa suposta facilidade dos migrantes por estarem imersos no contexto de falantes de português não garante que a língua seja aprendida sem conflitos e sem dificuldades (DINIZ; NEVES, 2018), podendo surgir o sentimento de *não pertença* típico dos migrantes em situação vulnerabilidade (LUSSI, 2017).

Conforme apontado pela entrevistada, as migrantes participantes do projeto destinado a gestantes são livres para se expressar, contam suas experiências em espanhol e também interagem por meio da translinguagem, isto é, usando todos seus repertórios linguísticos de forma flexível. Nesse contexto, os funcionários devem estar abertos a interagir com os migrantes da mesma forma, sem seguir a ideologia da língua oficial como única válida nos serviços públicos, adotando o pensamento fronteiriço (MIGNOLO, 2013), através da diferença colonial que permite a construção de novas comunidades capazes de viver entre línguas.

CAPÍTULO 6

REPRESENTAÇÕES LINGUÍSTICAS DE MIGRANTES VENEZUELANOS

A alteridade é um problema que tem a ver com o lado da fronteira em que se está localizado

(MOITA LOPES, 2006, p. 27)

Neste capítulo, apresento as narrativas dos migrantes participantes de um curso de Português como Língua de Acolhimento oferecido pela UERR em 2021. Também trago registros da entrevista realizada com uma professora de português que trabalha há alguns anos com o referido público, no curso oferecido pela Pastoral do Migrante. A ideia inicial era fazer a atividade do grupo focal com os alunos da Pastoral, porém, devido à pandemia do coronavírus, a instituição não ofertou novas turmas em 2020 e 2021. A UERR, por sua vez, ofereceu um curso de produção textual específico para migrantes em 2021, na modalidade remota.

Assim, no mês de maio de 2021, foi realizada a atividade do grupo focal por uma plataforma de videoconferência, com 8 participantes. No grupo de aplicativo de *WhatsApp*, foram convidados apenas aqueles estudantes que tivessem disponibilidade de tempo e interesse em participar da pesquisa. No início da interação, expliquei como ocorreria a dinâmica e pedi para que não ligassem as câmeras, pois seria gravado apenas o áudio. Comecei falando em espanhol e perguntando se preferiam essa língua para nossa interação, mas todos afirmaram que achavam melhor conversar em português, já que era mais uma oportunidade para praticar a oralidade.

A finalidade da atividade era conseguir narrativas orais relacionadas aos desafios que os migrantes venezuelanos enfrentam em Roraima, de acordo com suas perspectivas, partindo de algumas perguntas disponíveis no apêndice A deste trabalho. Os objetivos específicos a serem atingidos neste capítulo são: identificar e analisar as representações sobre as línguas por parte de venezuelanos que participam de políticas para acolhimento de migrantes em Roraima; e compreender as representações da professora de PLA/PLAc com relação aos migrantes venezuelanos.

Para tanto, faço uma análise das narrativas de venezuelanos residentes em Roraima,

nas quais foram debatidos temas como: xenofobia, preconceito e aprendizagem de línguas. Assim, destaco algumas representações linguísticas identificadas nas narrativas, e finalizo o capítulo com uma seção sobre paisagens linguísticas como políticas implícitas que vêm ganhando visibilidade nos espaços públicos de Roraima. O tema das paisagens linguísticas não estava no projeto da tese, mas emergiu durante a pesquisa, e passei a interpretá-lo como um dispositivo importante de política linguística implícito usado pelos deslocados forçados para visibilizar suas línguas-culturas.

No que tange ao grupo focal, tentei deixar os participantes à vontade para que pudessem expressar suas opiniões e livres quanto ao uso de qualquer língua. A intenção era torná-los agentes na construção desta pesquisa. Cabe salientar que o foco da pesquisa narrativa é investigar como as pessoas usam histórias para dar sentido a suas experiências (BARKHUIZEN; BENSON; CHIK, 2014). Portanto, parto de algumas perguntas e de um elemento provocador (uma propaganda política em rede social), para que os participantes do grupo focal narrem a maneira como interpretam certas situações vividas em Roraima e como se imaginam diante delas. Assim, analiso algumas representações que emergiram durante a *narrativa comunitária* realizada no grupo focal, como é possível observar a seguir.

6.1 Privilégios: representação do invasor

Para iniciar esta análise, considero importante salientar que as narrativas recorrem a diferentes formas, já que podem emergir de entrevistas individuais, grupos focais, diários, dentre outros. No entanto, independentemente de ser narrativa oral, escrita ou multimodal, os registros podem e devem ser analisados em perspectiva decolonial (MIGNOLO, 2018), já que, conforme aponta Demartini (2018, p. 50), as narrativas “colocam os imigrantes como participantes da produção de conhecimento, na medida em que são eles que produzem as narrativas a serem analisadas, sobre eles próprios”.

Como mencionado anteriormente, a discussão do grupo focal iniciou com um elemento provador. Guardei uma propaganda postada em uma rede social durante as eleições municipais de 2020 que foi compartilhada em diversos grupos de aplicativo de mensagens, em alguns, as ideias defendidas pelo político foram exaltadas e apoiadas, em outros, o material foi criticado. Por tal motivo, considere que seria interessante para iniciar o debate. Na figura 15, vemos a propaganda eleitoral de um deputado federal, à época, candidato a prefeito de Boa Vista,

publicada em uma rede social durante a campanha municipal de 2020:

FIGURA 12 - Propaganda das eleições municipais

Respeito os venezuelanos de Boa Vista, mas na minha gestão municipal eles não terão privilégio.

#Vote17VoteNicoletti

#NicolettiFechadoComBoaVista

Propaganda eleitoral PSL Eleição 2020 Antonio Carlos Nicoletti Prefeito CNPJ 38.373.476/0001-40



Fonte: Instagram

Após compartilhar a imagem e ler o texto, perguntei a opinião dos participantes acerca do que viram e ouviram. A seguir, apresento a narrativa com esse debate inicial, usando nomes fictícios para os participantes:

Cora: Quais serão esses privilégios? Vocês acham que têm privilégios?

Mariana: eu acho que não, temos os mesmos deveres e os mesmos direitos que tem qualquer cidadão no Brasil.

Rogério: eu acho que às vezes temos privilégios, por exemplo, a Universidade Federal de Santa Catarina estava ofertando vagas para migrantes e refugiados, mesmo sem vestibular, então os brasileiros sentem que eles precisam de Enem e Vestibular e a gente, somente por ser refugiado, não precisa fazer.

Cora: você acha que é injusto a pessoa que está nessa situação ter uma oportunidade como essa?

Rogério: eu acho que a pessoa que quer ser residente no país tem que concorrer de igual com o nacional. É o que eu penso.

Mariana: também pode ser que temos pessoas de extrema vulnerabilidade que precisam dessas oportunidades. Eu acho que tem que fazer mais pesquisas para ver quem realmente tem essa vulnerabilidade, porque às vezes dão a oportunidade a pessoas que não são tão *vulnerables*.

Mariana fala em direitos e deveres iguais para brasileiros e migrantes, mas Rogério acredita que eles, enquanto migrantes, às vezes recebem privilégios sim, e cita como exemplo o processo seletivo específico para ingresso de migrantes na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi o processo que ele tomou conhecimento, ao que parece, não ficou sabendo do edital lançado pela Universidade Federal de Roraima. Rogério usa como argumento o próprio discurso dos brasileiros que são contra processos diferenciados para o público refugiado e migrante: enquanto os brasileiros precisam estudar para fazer vestibular e Enem, os migrantes, “somente por refugiados”, não precisam. Percebo que há uma representação de que os migrantes forçados estariam recebendo regalias, mas na verdade é uma política pública de inclusão de migrantes em situação de vulnerabilidade na educação superior brasileira, que não concorre com as vagas oferecidas ao público geral, pois utiliza vagas remanescentes, ou seja, que não foram preenchidas.

Conforme aponta Gonçalves (2019, p. 198), “as pessoas que estão no Brasil em decorrência de migração forçada, pertencentes ou não à categoria de refugiados, têm garantida a proteção a direitos humanos consagrados no plano internacional e tratados no plano interno como direitos fundamentais”; e o direito à educação é um desses direitos fundamentais. Gonçalves (2019) destaca que o ensino superior é o nível com menor participação de migrantes forçados, com inserção de apenas 1% em relação à população mundial.

No que tange ao Brasil, dados do Relatório Anual do Observatório das Migrações (OLIVEIRA et al, 2020) mostram que, nem haitianos nem venezuelanos figuram entre as dez principais nacionalidades de migrantes cursando ensino superior, justamente as duas nacionalidades com maiores números de migrantes em situação de vulnerabilidade no país. Nesse sentido, “é importante estimular também projetos e políticas públicas que permitam o acesso dos imigrantes e refugiados já residentes no país a ingressarem nas Instituições de Ensino Superior (OLIVEIRA et al, 2020, p. 238)”. O mesmo relatório aponta que os venezuelanos são os migrantes com o maior número de matrículas na educação infantil, no ensino fundamental e

no ensino médio; já no ensino técnico e no superior essa nacionalidade nem aparece na lista dos 10 países com mais presença.

Retomando a fala dos participantes do grupo focal, Rogério defende que os migrantes forçados por sobrevivência devem concorrer “de igual com o nacional”. No entanto, é necessário esclarecer que para os migrantes forçados por sobrevivência é mais difícil concorrer por uma vaga nas universidades brasileiras. Os motivos de tal dificuldade podem ser diversos: a própria situação social, psicológica e financeira que dificulta, por exemplo, inscrever-se e frequentar um cursinho pré-vestibular, seja por falta de dinheiro, de tempo e até de conhecimento quanto à existência desse tipo de curso; o fato de não entender como funciona o sistema educativo brasileiro; não haver estudado disciplinas específicas como história e geografia do Brasil; desconhecer assuntos da atualidade brasileira que são, em geral, temas da redação; dificuldade com a língua portuguesa, tanto para entender os enunciados e textos das provas quanto para responder às questões específicas de português, sendo ainda mais difícil escrever a redação.

Portanto, para concorrer a uma vaga na universidade pública é necessário que o migrante esteja no Brasil há algum tempo, que já tenha estudado a língua portuguesa, que tenha cursado pelo menos o ensino médio no Brasil, isto é, que possua certos conhecimentos gerais de língua, cultura e sociedade brasileira. Pré-requisito difícil para os recém-chegados em situação de vulnerabilidade. Como afirmou Mariana, essas políticas são importantes para o público mais vulnerável. No contexto de educação pública de nível superior, é necessário quebrar a Matriz Colonial do Poder (QUIJANO, 2005) que mantém o controle dos sistemas educativos, principalmente, nos processos de seleção de candidatos para as vagas nas universidades; para isso, é fundamental seguir o pensamento fronteiriço (MIGNOLO, 2008), possibilitando a criação e promoção de mais políticas públicas de acesso à educação superior capazes de superar a lógica da colonialidade.

Outro argumento mencionado por Rogério para confirmar os supostos privilégios que os venezuelanos têm no Brasil é o benefício de prestação continuada do INSS:

Rogério: o benefício de prestação continuada do INSS, muitas pessoas em situação de vulnerabilidade podem ter acesso a esse benefício, de fato, **a minha avó é beneficiária de prestação continuada para idoso, mas ela não morou no Brasil antes de 2018, ela nunca contribuiu para o INSS**, então para o brasileiro a pergunta é: por que uma pessoa que nunca contribuiu para o INSS, que não foi descontado

do seu salário os impostos que são precisamente para ter esse seguro social, *entonces*, ele tem direito a *recibi* do seguro social.

Mariana: mas esse é um benefício de lei, a lei de 2014, **é um benefício não só para os venezuelanos, é para todos, de qualquer nacionalidade**, que o governo nessa época *dio* para pessoas com mais de 65 anos, porque acontece que esse migrante, esse refugiado não tem como trabalhar *por a* idade. E também tem brasileiros que moram na rua que precisam disso, que por falta de informação muitos brasileiros não *conseguem* é outra coisa, mas não é que é só pra venezuelanos, pra *tudos*, brasileiros, haitianos. *Tudas* que têm acima de 65 anos têm direito a esse benefício.

De acordo com informações do site do Ministério da Cidadania⁸³, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) está previsto na Lei Orgânica da Assistência Social e garante um salário mínimo mensal a idosos com 65 anos ou mais, bem como a pessoas com deficiência, independentemente da idade. Para ter direito ao benefício, a renda por pessoa do grupo familiar deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo e não é necessário que o beneficiário haja contribuído com o INSS.

O questionamento do Rogério, que é comum a muitos brasileiros, é justamente sobre a não contribuição, pois sentem que os brasileiros passam a vida contribuindo com o INSS e os venezuelanos estão chegando e vão receber um benefício sem nunca haver contribuído. Nesse momento, aparece a representação do migrante como invasor, reproduzida por um venezuelano, cuja avó é beneficiária, mas que questiona esse direito possivelmente pela vontade de ser “igual ao nacional”, possivelmente para não sofrer com comentários preconceituosos e xenofóbicos. Mariana, por sua vez, afirma que esse benefício é para todas as pessoas, brasileiras e estrangeiras, explicando que o migrante de família vulnerável que tem mais de 65 anos não encontra espaço no mercado de trabalho. Mariana ainda esclarece que muitos brasileiros que precisam, não recebem esse benefício por falta de informação, deixando claro que tal benefício não existe apenas para venezuelanos, portanto, não seria um “privilégio” dos venezuelanos como o político e muitas outras pessoas em Roraima questionam.

Desse modo, a representação de invasor e de receptor de privilégios pode influenciar na oferta de políticas públicas para os migrantes forçados por sobrevivência em Roraima, uma prova disso é a suspensão do segundo edital do processo seletivo diferenciado para refugiados e migrantes em vulnerabilidade lançado pela UFRR, certame que ainda se encontra parado após uma decisão da Justiça Federal argumentar que houve “discriminação reversa injustificável”.

⁸³ Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais-1/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 25 nov. 2021.

6.2 Representações: língua espanhola x língua portuguesa x outras línguas

Uma das perguntas realizadas ao grupo foi relacionada às línguas faladas pelos participantes e em quais ocasiões costumam usar cada língua. As respostas foram bem variadas, conforme a narrativa a seguir:

Mariana: italiano com familiares italianos, inglês em alguns momentos de trabalho, português no dia a dia no Brasil e espanhol com amigos, parentes e, às vezes, no serviço jesuíta onde sou voluntária dois dias na semana.

Angélica: eu falo português na rua, no supermercado... Em casa só espanhol com a família, minhas crianças ainda não falam português, entendem, mas não falam porque ficam sempre em casa comigo. Eu sou médica, mas não sou revalidada, por isso fico mais em casa. Trabalhei 4 meses no hospital de campanha e sim falava português com toda a equipe.

Danúbia: eu falo as duas línguas, mas falo mais espanhol que português. Mas meu marido e minhas crianças falam muito bem, até confundem e acham que são brasileiros. Mas eu não estava trabalhando, **hoje foi meu segundo dia de trabalho, agora acho que vou evoluir na fala**, porque eu tenho muitos problemas, falo *lo* básico.. eu quero mais, quero aprender mais. Eu tenho muitos anos aqui e penso que não falo como deveria falar. Eu conheço pessoas que têm 8 meses e falam muito lindo!

Mônica: eu falo português só quando vou fazer compras... mas eu passo o dia todo sozinha em casa, quando meu marido chega à noite ele conversa um pouco em português comigo. Ele trabalha há três anos na mesma empresa, só com brasileiro.

Helena: eu falo português quando faço cursos, gosto muito de fazer cursos, mas em casa só falo espanhol, rodeada com muito venezuelano. Eu não trabalho, mas eu gosto de português só que não sei falar muito bem.

Ronaldo: português, inglês e espanhol. Falo bastante inglês com minha filha que é americana, o português todos os dias. O espanhol com minha esposa e familiares. *A veces* tem essa mistura, mas a gente trata de negociar essa questão da língua, mas é claro que o português faz parte do meu trabalho.

Francisco: eu sou mexicano, casado com venezuelana, moro no Brasil há 6 anos. **Trabalho de motorista de aplicativo, falo português 50% do dia e espanhol os outros 50%, com a família praticamente só espanhol e quando saio *en la* rua trabalhar como motorista pode ser um brasileiro que entra no carro ou pode ser um venezuelano, são quase 50 e 50% de clientes.** Em Boa Vista é muito difícil pegar só brasileiro, é a mesma coisa. *Aí uno* conversa em português, em espanhol, mas mesmo assim, **se o venezuelano fala português, ao escutar que eu falo espanhol “ei, você fala espanhol, que bom”, então, achamos, quando encontramos alguém que fala espanhol, que é melhor falar em espanhol, aí dificulta continuar aprendendo o idioma, *la pronunciación*,** mas mesmo assim estamos tentando melhorar cada dia mais e tamos por isso aqui neste curso.

Rogério: português utilizo todos os dias no trabalho, no posto de triagem de atendimento ao venezuelano, por isso falo muito espanhol. Inglês uso mais em chat pela internet, mas agora o SENAC idioma tem um club de conversação duas vezes por semana, é grátis, eu estou indo lá há três semanas

para praticar. Muito legal lá. Em casa é só espanhol. A minha avó e a minha mãe estão há muito mais tempo do que eu morando aqui no Brasil, mas elas ainda não falam.

A narrativa demonstra que os participantes do grupo focal costumam usar pelo menos duas línguas diariamente, português e espanhol, alguns deles, como Rogério, falam outras línguas além das já citadas, evidenciando assim, o plurilinguismo dos migrantes venezuelanos que moram em Roraima.

As falas de Angélica e Mônica mostram a preocupação de não trabalharem e, por isso, ainda não terem muitas oportunidades de falar a língua portuguesa, já que passam a maior parte do tempo em casa. Danúbia, por sua vez, afirma falar muito mais espanhol do que português pelo fato de não trabalhar, enquanto o marido e os filhos são confundidos com brasileiros pela alta proficiência em língua portuguesa. Ao contar que está trabalhando há dois dias, afirma que agora conseguirá evoluir no domínio do português. Agora terá oportunidade de praticar a língua do país de acolhimento, oportunidade que antes não tinha por ficar a maior parte do tempo em casa e usar apenas o espanhol para se comunicar com a família.

Francisco, que é mexicano, casado com venezuelana, afirma que fala português e espanhol o dia todo. Além de conversar em língua materna em casa, costuma praticar a língua espanhola no trabalho, por atuar como motorista de aplicativo e atender a muitos clientes venezuelanos, segundo ele, 50% dos clientes são dessa nacionalidade, até pela atual realidade populacional da cidade de Boa Vista. Tal fato proporciona mais oportunidades de usar o espanhol e menos de praticar a língua portuguesa, o que o migrante classifica como algo negativo, pois “dificulta continuar aprendendo o idioma”. Percebo, nesse momento, uma representação de que o uso da língua materna desses migrantes, devido à grande quantidade de venezuelanos residentes em Roraima, dificulta a aprendizagem da língua portuguesa. Isso explica o fato de os participantes do grupo focal não terem aceitado realizar a atividade em espanhol, língua que usei no início da nossa interação com o intuito de deixá-los à vontade. O fato evidencia que as representações interferem e são influenciadas pelas práticas linguísticas (SHOHAMY, 2006). Possivelmente, pelo fato de os participantes do grupo focal fazerem parte de uma turma de um curso de português, eles preferem não perder a oportunidade de continuar praticando a língua, mesmo sabendo que a atividade não tem relação com as aulas.

Cabe destacar que os participantes do grupo focal residem no Brasil há mais de dois anos, portanto, para eles, é mais importante ter oportunidade de falar português para melhorar

a aprendizagem, do que ter a facilidade de se comunicar em espanhol, algo que poderia ser de grande relevância e ajuda para os migrantes recém-chegados com pouco ou nenhum contato com a língua portuguesa. Dessa forma, percebo um ponto importante a ser analisado quando propomos políticas públicas de acolhimento linguístico, ainda defendendo o acolhimento *entre línguas*, por considerar necessário oferecer diversas opções, sempre que possível: ações de acolhimento em português, em espanhol, em línguas de sinais, em línguas indígenas; sem colocar uma das línguas como superior às outras. Isso significa que o acolhimento em língua portuguesa é muito importante, como os participantes do grupo focal deixam claro, mas o uso do português não deve ser uma obrigação (LOPEZ, 2018) e os cursos de língua portuguesa não devem ser a única política linguística a ser oferecida aos migrantes forçados (OLIVEIRA; SILVA, 2017; LOPEZ, 2018).

6.2.1 *Representações dos venezuelanos em Roraima*

“Os venezuelanos que estão em Roraima não querem estudar”. Uma das falas que mais me chamou a atenção na entrevista realizada com a professora de português da Pastoral do Migrante é a que inicia esta subseção. Foi a resposta dada por uma instituição de ensino quando a referida profissional tentou parceria para ofertar um curso de português aos migrantes venezuelanos em Roraima. A professora é Formada em Letras Língua portuguesa, trabalhou na Pastoral do Migrante em Manaus, em 2012, com alunos Haitianos. Atua em Roraima desde 2017 e foi a precursora dos cursos de língua portuguesa na pastoral do estado.

A docente afirma que havia muitos voluntários atuando em outras áreas como documentação e doações, na Pastoral local, por isso decidiu começar a área do ensino da língua. Iniciou assim a oferta de cursos básicos de língua portuguesa para migrantes em várias localidades de Roraima. O trabalho é realizado por meio de parceria com diversas instituições, mas a primeira parceria que tentou não deu certo, como mostra o trecho a seguir:

“Buscamos parceria com a uma faculdade particular para oferecer o curso de português, mas eles não aceitaram, disseram que os venezuelanos que estão em Roraima não querem estudar. Essa foi a resposta, eu fiquei triste, né”.

Professora da Pastoral do Migrante em Roraima

No excerto é possível perceber uma representação negativa do venezuelano residente em Roraima. A resposta da instituição procurada pela Pastoral demonstra a representação de que os venezuelanos em Roraima não gostam de estudar, possivelmente reproduzida pelos discursos xenofóbicos que circulam nas redes sociais e nas conversas de alguns roraimenses que costumam estigmatizar o cidadão oriundo do país vizinho. Dessa forma, o venezuelano tende a sofrer estereótipos, sendo representado como bandido, invasor, preguiçoso, sem estudo, dentre muitos outros adjetivos que podem excluir essas pessoas, pois, conforme aponta Hall (1997), o estereótipo faz parte da ordem simbólica nas relações desiguais de poder e contempla a exclusão do outro.

A resposta recebida pela pastoral do migrante pode ser apenas a opinião de um funcionário e não de toda a instituição, no entanto, a atitude evidencia a xenofobia como configuração social em Roraima, apontada por Mina e Lima (2018), sendo, claramente, uma representação que se traduz em violência simbólica. Concordo com Anunciação (2018) quando afirma que os discursos hegemônicos impostos nos contextos migratórios limitam os espaços de trânsito desses sujeitos, apagando suas qualidades, pois comentários preconceituosos como o citado podem limitar o acesso à educação dos migrantes que procuram a instituição de ensino em questão. Entretanto, na contramão desses discursos xenofóbicos, muitas pessoas e entidades promovem políticas linguísticas horizontais para os venezuelanos em Roraima, como vemos no seguinte excerto:

“Aí passou e um tempo depois conheci a professora Júlia, da Universidade Federal, e ela me disse que eles tinham um projeto da universidade que nunca tinham vagas suficientes para atender a todos. Aí foi aí que a agente fez parceria com a universidade para oferecer o curso nas comunidades, nas igrejas católicas em Boa Vista. Nós começamos em Boa Vista, depois a gente foi para outros municípios também. Aí a gente conseguiu, até o ano passado, 57 turmas se formarem em português básico”.

Além de demonstrar o interesse dos venezuelanos pelos estudos, o excerto acima evidencia a grande demanda por cursos de português como língua de acolhimento. No que tange a esse tema, uma das perguntas realizadas durante o grupo focal foi: vocês gostam de aprender português ou vocês estão aprendendo porque a situação os obriga? O debate gerado foi muito rico, como pode ser observado na narrativa a seguir:

Rogério: a minha escolha do Brasil ser o meu país para morar foi pelo português, principalmente. **Eu gosto de aprender línguas e os outros países de latinoamerica só falam espanhol.**

Mariana: eu gosto das línguas. Esqueci também de falar que eu me comunico no trabalho com língua de sinais venezuelana, quando chega algum surdo, eu atendo. Meus filhos escolheram vir para cá e eu gosto.

Mônica: eu gosto muito muito da língua portuguesa, até porque meu pai, quando eu era criança, ele trabalhou em Brasília. Aí ele sempre falava, falava, do Brasil, porque na verdade ele era apaixonado por Brasil. Aí quando eu era criança eu sempre dizia que eu ia morar aqui no Brasil, só que nunca imaginei que *foram* essas circunstâncias que me *trouxeram* aqui. Aí quando, no ano 2014 eu fui passar umas férias no Rio de Janeiro, desde lá eu comecei a praticar, mas só eu gosto muito, mas não me dá muito bem língua nenhuma, só a minha, espanhol.

Os três primeiros participantes esclareceram que gostam do Brasil e da língua portuguesa, principalmente de aprender línguas, ao contrário do que foi afirmado por um funcionário da faculdade particular procurada pela professora da Pastoral do Migrante. Rogério ainda esclareceu que escolheu morar no Brasil por causa da língua, já que gosta de aprender novas línguas e nos outros países da América Latina para os quais poderia migrar a língua oficial é a espanhola. Mariana também afirmou gostar de línguas de uma forma geral, apontando que faz uso da língua de sinais venezuelana. Mônica disse que, apesar de não se dar bem em nenhuma outra língua, gosta muito do português.

Dois participantes falaram das dificuldades com a língua portuguesa e do hábito de estudar inglês:

Angélica: eu nunca pensei morar aqui no Brasil, né, **então a gente nunca pensou que *iba* a falar nenhuma outra língua.** Porque na escola, **na Venezuela, só *enseñan* inglês,** né. Mas depois que a gente chegou aqui, **eu reconheço que no início a gente ficou desesperado porque não entendia nada, mas depois que a gente vai aprendendo a gente aprende a gostar da língua.** E é bom pensar que a gente pode viajar em todo o Brasil e dá para entender *lo* que falam com a gente e *lo* que quer *decir* também. Eu gostei de falar outra língua.

Francisco: no meu caso, quando estudante, por exemplo, **nos nossos países é o inglês o idioma que a gente estudou, então eu gosto muito do inglês, só que quando *iba* a pagar um curso de idiomas sempre escolhia o inglês,** agora depois que eu fui morar na Venezuela e **pelas circunstâncias que fizeram que agora eu *esté* aqui, então *teve* que aprender o português praticamente para poder *sobrevivir*,** né. Eu cheguei aqui em 2014, trabalhei no programa Mais médicos, aí nos deram aulas de um português intensivo, só 15 dias, depois desses 15 dias você deveria estar em um consultório médico. Então, foi muito difícil para nós, **eu cheguei com uma turma de venezuelanos colegas que chegamos e ninguém falava português, então foi muito, muito difícil, mas depois já com o tempo, com os colegas brasileiros que nos ajudavam a pronunciar, a saber as palavras,** porque às vezes têm palavras que são diferentes, ou seja, se *escriben* igual mas são diferentes na hora da interpretação. **Aí foi que eu fui gostando do português.** Depois que a gente entende mais, gosta mais e entra em cursos,

agora só fazemos cursos em português e gostamos de assistir até filmes em português. Agora a gente até gosta de todas as músicas que tocam na rádio...

As narrativas destacadas acima trazem relatos dos gostos e das dificuldades com a aprendizagem da língua portuguesa. De acordo com Paiva (2005, p. 1), “as narrativas conferem significados a contextos de aprendizagem na perspectiva dos aprendizes, pois são eles que explicam como aprendem ou aprenderam uma língua”. Conforme apontam Angélica e Francisco, eles não gostavam da língua portuguesa, somente da língua inglesa, única estudada no país de origem. Explicam que nunca pensaram em morar no Brasil e deixam bem claro que as circunstâncias desfavoráveis na Venezuela os fizeram migrar ao Brasil, onde se viram obrigados a aprender português, como afirma Francisco, para poder sobreviver. Nesse momento, a língua portuguesa é representada como meio de sobrevivência no novo país, seguindo a perspectiva de obrigatoriedade que vem sendo questionada por autores como Lopez (2018), com a qual estou em consonância. No entanto, se o Brasil assumisse sua característica multilíngue e multicultural, com políticas públicas de incentivo ao plurilinguismo, possivelmente os recém-chegados não sentissem essa obrigação que pode gerar tensões e resistências.

Angélica aponta que era desesperador não entender nada, mas com o tempo começou a aprender e a gostar da língua portuguesa. Da mesma forma, Francisco relata que chegou com um grupo de médicos venezuelanos que não falavam português e, após 15 dias de um curso intensivo, estavam em um consultório médico fazendo atendimento. Tal narrativa demonstra o desafio de aprender a língua portuguesa em tão pouco tempo, com a responsabilidade de realizar atendimentos médicos, afirmando que foi muito difícil, mas com o passar do tempo e com a ajuda de alguns brasileiros começou a gostar da língua e da cultura do Brasil, como fica claro no seguinte trecho da narrativa: “agora só fazemos cursos em português e gostamos de assistir até filmes em português. Agora a gente até gosta de todas as músicas que tocam na rádio...”. Ao afirmar que agora “até” gostam de todas as músicas evidencia que a dificuldade inicial não era apenas com a língua, mas com questões culturais.

Amado (2013) afirma que diversos fatores podem gerar o que chama de barreiras, que seriam as dificuldades extralinguísticas que o aprendiz da língua do país de acolhimento enfrenta; dentre esses motivos, cabe mencionar: a necessidade urgente de aprender a língua do país receptor para conseguir se inserir no mercado de trabalho e o afastamento do contexto linguístico-cultural de origem. No caso do Francisco, ele chegou ao Brasil pelo Programa Mais

Médicos, ou seja, já inserido no mercado, porém, sentiu a pressão da urgência pelo domínio da língua portuguesa para poder realizar os atendimentos médicos. Conforme mencionado acima, o fato de assistir a filmes em português e ouvir músicas de ritmos brasileiros também marcou esse processo de aprendizagem de Francisco, mas quando superada a dificuldade inicial, passou a gostar.

Para Bittencourt (2021, p. 51), todas as pessoas possuem suas trajetórias culturais: “a cidade onde nascemos, a língua que falamos, a religião de nossa família, a escola frequentada, o filme assistido, os hábitos e tantos outros elementos marcam nosso acúmulo de vivências, que dá forma ao nosso modo de ser e estar no mundo”. Por tal motivo, quando os migrantes chegam a uma nova comunidade percebem as diferenças de valores e práticas culturais que, ainda que não sejam tão diferentes das suas, precisam de um período de adaptação, como aconteceu com Francisco.

Retomando o questionamento sobre o interesse dos venezuelanos pela aprendizagem da língua portuguesa, quando perguntado à professora da Pastoral do Migrante sobre o fato, a resposta foi positiva:

“Eles querem aprender, eles querem estudar, eles perguntam muito na aula. A gente sempre fala que essa questão de falar, de trocar a experiência da língua, em todas as nossas experiências foram muito boas. Claro que não é 100% de aprendizagem, porque a gente sabe que muita coisa fica, né. Além das aulas, eles acabam se tornando amigos, pois criamos um vínculo entre eles e a comunidade”.

Professora de português da Pastoral do Migrante

Além das narrativas dos próprios migrantes forçados sobre a aprendizagem de português, a professora dos cursos da Pastoral também afirmou que os venezuelanos querem estudar, contrariando o discurso xenofóbico da instituição na qual a docente foi buscar parceria. Ela ainda destacou que o certificado é muito importante para esses migrantes: “representa um símbolo de aprendizagem, por isso fazemos uma formatura, uma cerimônia, com apresentações...”. Assim, a representação da professora com relação aos migrantes venezuelanos é positiva: pessoas que gostam de estudar, que participam da aula, e com quem costumam criar um vínculo de amizade.

6.3 Representação do invasor: a xenofobia

Conforme aponta Cadilhe (2020, p. 114), “a partir de práticas reflexivas, narrativas possibilitam a negociação, o tensionamento e a ressignificação de diferentes epistemes”. Tais tensionamentos e negociações podem ser percebidas na narrativa analisada nesta seção. Uma das perguntas realizadas aos participantes do grupo focal foi: como se sentiam ao falar espanhol para pedir informações, fazer compras ou buscar atendimento médico? Fiz a pergunta no pretérito porque o grupo em questão já fala português, embora em poucas ocasiões faça uso de palavras em língua espanhola, fato que não impede a comunicação. Como podemos observar a seguir, algumas respostas levaram para o tema da obrigação de aprender a língua portuguesa, outras para o preconceito e a xenofobia:

Angélica: bom, eu me desesperava, quando via que ninguém entendia *lo que a gente tava falando*. *Enton*, como, meu esposo estava com mais tempo aqui no Brasil, quando a gente saía na rua que *iba* fazer compras, uma farmácia... eu sempre falava pra ele: “fala você, fala você”; mas ele dizia pra mim: “tem que falar porque você também tem que aprender”; **então me vi nessa obrigação** de ir aprendendo, mas eu fiz como dois cursos de português curtos, mas ajudou muito, muito... e com o tempo eu fui aprendendo, então agora quando saio assim na rua eu não fico com vergonha, eu falo. **Sim me desespero quando (alguém) diz: “ah, não entendi”**, mas eu falo mais devagar ou procuro outras palavras e conseguem entender.

O que a Angélica sentia ao falar espanhol e não ser entendida era desespero, por isso pedia para o esposo fazer as perguntas na hora das compras, porém, ela entendeu que era uma obrigação aprender o português. A obrigatoriedade de aprender a língua portuguesa já foi questionada por Lopez (2018) e por outros autores que estudam a chamada Língua de Acolhimento, afirmando que a aprendizagem do português deve ser um direito e não uma obrigação. Concordando com tal posicionamento, defendo a educação do entorno (MAHER, 2007) para uma consciência plurilíngue (ALTENHOFEN, 2013), capaz de incentivar políticas linguísticas em perspectiva decolonial (ZAMBRANO; REINOLDES, 2021). Políticas linguísticas *outras* que vão além do ensino de português, que promovam o acolhimento *entre línguas* e sem fronteiras.

Considero que após mais de cinco anos do aumento do fluxo migratório dos venezuelanos para Roraima, os moradores do estado já conseguem ter uma noção básica da língua espanhola, principalmente aqueles que trabalham no atendimento diário em comércios e serviços públicos que, em geral, fazem uso da intercompreensão entre o português e espanhol.

No entanto, algumas pessoas são influenciadas pelo mito do monolinguismo (CAVALCANTI, 1999; MAHER, 2013) reproduzido pelos Estados-Nação, e exigem que todos falem português, sem fazer o menor esforço por tentar entender a língua do outro e a situação de vulnerabilidade de muitos migrantes em Roraima. Questões que podem causar rejeição à língua portuguesa e à cidade receptora, conforme explicado na fala da Mônica:

Mônica: quando eu cheguei aqui *na* Boa Vista, em setembro de 2018, **eu tive dois encontros que eu só queria ir embora daqui de Roraima**, eu não queria ficar aqui, até porque eu já tinha conhecido um pouco de Rio e as pessoas de lá são muito amáveis, bem educadas... e aí **quando eu cheguei aqui a primeira impressão que eu tive foi, assim... pessoas grossas... pessoas que... eu entendo agora que essas pessoas tinham um pouco de preconceito por conta de muitos conterrâneos meus vieram para cá para fazer coisas que não eram certas, mas naquela época eu não entendi**, aí eu falei para meu marido que eu queria ir embora e a gente foi morar em Goiânia, 6 meses, aí lá na verdade foi onde eu me senti livre, aqui não, aqui em Boa Vista não, eu sentia que eu não encaixava aqui. Aí quando **eu fui morar em Goiânia, o pessoal de lá é bem gentil e aí, se eu não falava eles procuravam... buscavam um jeito de me entender**. É tanto assim que eu só tinha 15 dias lá e eu já tinha arrumado um emprego, aqui eu já vou completar dois anos e meio e ainda nem emprego tenho.

Cora: por que voltou a Boa Vista?

Mônica: por conta do trabalho do meu marido. A empresa que meu marido trabalha mandou ele pra lá, **aí acabou o trabalho lá e a gente teve que voltar. Eu chorei muito, quase duas semanas, desde que eu fiquei sabendo que a gente ia voltar para acá**, eu só foi chorar... mas agora eu já me adaptei aqui, o único que eu não gosto daqui é do calor, mas tudo bem.

A experiência da Mônica em Roraima não foi agradável, pelo contrário, certas atitudes preconceituosas criaram até uma resistência ao lugar de “acolhimento”. A impressão que ela teve é que os moradores do estado eram “grossos”, diferente das pessoas em outros lugares do país que já conhecia. Por tal motivo, decidiu se mudar de cidade e a experiência foi diferente, já que as pessoas eram gentis e se esforçavam para entender o que Mônica falava. Quando o marido foi transferido novamente para Boa Vista, ela ficou tão triste que chorou durante vários dias. Isso mostra o quanto foi difícil se adaptar à vida em Roraima, estado que tem suas particularidades, explicadas desde a introdução deste trabalho e que são ressaltadas por Mônica e por outros participantes do grupo focal, afirmando também que muitos venezuelanos fazem coisas ruins em Roraima:

Mariana: não, as pessoas aqui são boas. Escutando o que a Mônica falou, **de pessoas brasileiras que têm preconceito, mas acho que também as pessoas sentem medo, numa cidade que antes era tranquila**. Eu conheci Boa Vista no ano 2002, eu *vine* de férias para cá, **a cidade era muito tranquila**,

a gente (as pessoas) muito amáveis... mas eu acho que quando começou esse êxodo de tanta gente, uma “invasão”, os boa-vistenses começaram a ter medo. Também muitos venezuelanos roubavam... faziam coisas não muito certas. Eu acho que, principalmente, para mim, eu acho que foi o medo. **Você está chegando aqui, você me está *quitando* (tirando) as coisas, sendo atendido primeiro.** Depois chegou a Operação Acolhida, dando também as coisas para os venezuelanos, permitindo que os venezuelanos estejam na rua, mas o brasileiro pensa “eu também preciso, mas eu não posso ficar na rua para vender...” Eu acho que isso tem a ver com as coisas que *passaram* (aconteceram), por o medo. Mas eu não posso falar, eu não tenho nenhuma má experiência aqui.

De acordo com o relato de Mariana, embora ela não tenha vivenciado nenhuma experiência negativa em Roraima, explica os motivos das atitudes preconceituosas dos moradores do estado com os venezuelanos, ressaltando os roubos efetuados por cidadãos do país vizinho, o medo e o sentimento de “invasão” que muitos brasileiros enfrentam com a nova realidade. Mariana faz uma comparação de como era Roraima há quase 20 anos e como é agora, justificando seu posicionamento de concordância com os brasileiros, de entender o medo deles. Se, por um lado, Mariana não acusa os brasileiros de xenofobia, mas procura entender o lado deles, uma atitude importante para se adaptar ao novo país; por outro lado, é necessário destacar que algumas informações negativas com relação aos venezuelanos costumam ser generalizadas, distorcidas e até inventadas no contexto de discriminação do outro, gerando a criminalização dos migrantes forçados. A fala do Rogério traz um pouco dessa discussão:

Rogério: eu acho que foi a OIM que fez um cartaz, e eles colocaram mentiras, coisas que as pessoas falam com respeito à migração e com os dados reais de qual é o número de venezuelanos migrantes aqui no Brasil e o número de migrantes brasileiros em outros países e não tem comparação, tem muito mais brasileiros em outros países que venezuelanos aqui no Brasil, mas também por causa da população mesmo de cada país, né. Na verdade, o número de venezuelanos acá em Roraima é alto mesmo, além disso, Roraima é o estado com o PIB *mais pequeno* do Brasil, com a menor população brasileira. *Entonces*, quando o fluxo de venezuelanos chegou a Roraima, ia se notar, por causa disso.

Como fica claro no excerto acima, Rogério demonstra entender que a quantidade de migrantes venezuelanos é muito alta em Roraima, destacando as características que fazem do estado um lugar com pouca estrutura para receber grande quantidade de pessoas. No entanto, ele afirma que há informações falsas sendo divulgadas no estado com relação aos deslocados forçados. Rogério não relatou nenhuma situação constrangedora nem casos de xenofobia, mas também não afirmou nunca ter vivenciado tal preconceito. Mônica, ao contrário, fez questão de contar alguns casos, como vemos a seguir:

Mônica: um dia eu estava na lotérica e tinha uma pessoa lá que tinha sido roubada, disse que por um venezuelano, ela não ouviu ele falar, mas como tem o costume que tudo que acontece é venezuelano, porque venezuelano é o único que faz coisa ruim... então **ela falava que os venezuelanos somos uma “praga”, eu não sei se aqui chamam de praga, bicho, no sei... praga!** Um termo muito feio, aí ela falou, tava falando com outro brasileiro, e eu fiquei tão calada, tão nervosa porque eles estavam *tan...* com tanta raiva de nós, que eu *ni* (nem) falei... mas ela falou uma coisa muito feia, **ela falou que se ela chegar a ficar grávida, ela ia fazer um aborto porque ela não ia permitir criar um filho dela em meio de tanta “praga” como eram os venezuelanos...** aí eu tinha muito pouco tempo aqui, e aí imagina, qual é a impressão que eu tive, né. **Eu *ni* falava...;** outra coisa que *aconteció* comigo ali no sinal da Ataíde Teive (uma das avenidas mais movimentadas na periferia da capital) com a avenida Nazaré Filgueira. Eu gosto de andar muito de bicicleta e eu sai uma manhã para fazer umas compras e eu aguardarei o sinal mudar a luz para eu passar e aí uma brasileira que ia numa moto, ela... passou a luz, era a minha vez de passar, mas ela continuou e ela me atropelou e tinham uns três brasileiros eu acho, que andavam de moto também, aí eles vieram para cima de mim, mas tinha um brasileiro que ia cruzar a avenida de pé, ele andava de pé, e ele conseguiu me defender porque ele viu tudo, *pues*, ele *conseguió* sair para atrás, mas eu não consegui porque andava de bicicleta. **Mas eu sei que não é todo mundo assim, porque eu tenho muitos amigos brasileiros que é como falam aqui “Show de bola”.** A maldade, a crueldade não tem raça, não tem cor, não tem fronteira.

O termo pejorativo “praga” já foi mencionado por Oliveira e Lacerda (2018), autores que analisaram o discurso de ódio propagado em redes sociais e em comentários de sites de notícias com uso de termos de cunho pejorativo para designar os migrantes forçados da Venezuela residentes em Roraima. Com o trecho acima, é possível perceber que esse tipo de conotação negativa não está apenas no mundo virtual, mas nas ruas e em diferentes lugares da cidade. Mônica, apesar de não entender muito bem, percebeu que a palavra “praga” era algo que denominou de “feio” e, notando toda a raiva que a brasileira tinha dos venezuelanos, preferiu ficar calada, pois estava nervosa, com medo de dizer alguma coisa naquele contexto xenofóbico e ser reconhecida como venezuelana.

Nesse excerto, evidencia-se a maneira negativa como os venezuelanos são representados por uma grande quantidade de roraimenses, como sujeitos de má índole, o que Castelano Rodrigues (2018) chama de *comunidade marginalizada*. Comunidade esta que fala uma língua minoritarizada por uma sociedade dominante que ainda imagina a nação na concepção da *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008), em um Estado-Nação que perpetua a colonialidade por meio de generalizações e subalternizações. Generalização como, por exemplo, afirmar que todos os venezuelanos que estão em Roraima são bandidos, são “pragas”. Na contramão desse tipo de afirmação, Mônica, apesar de haver vivido situações desconfortáveis no estado, prefere não generalizar ao salientar que nem todos os roraimenses são preconceituosos e xenofóbicos, muitos são “show de bola”.

Mônica também narrou outra atitude preconceituosa por parte dessa pessoa que estava na agência lotérica, quem afirmou preferir abortar a ter um filho em Boa Vista no meio de tantas “pragas”. Novamente, fica clara a xenofobia que a sociedade roraimense expressa através da violência simbólica (MINA; LIMA, 2018). Seguindo tal visão xenofóbica, os migrantes venezuelanos residentes em Roraima estariam localizados do outro lado da linha abissal (SANTOS, 2014), que silencia outras culturas, tradições, conhecimentos e línguas, considerado o lado da ilegalidade, do *não-cidadão*. Assim, quem nasceu do outro lado da fronteira pode ser representado como um sujeito fora da lei; neste caso, as práticas linguísticas determinam quem está deste ou do outro lado da linha, podendo ser representado como o “outro”, o “invasor”. Em alguns casos, pessoas com dupla nacionalidade ou venezuelanos residentes do Brasil com mais proficiência em português poderiam transitar dos dois lados da linha abissal.

Considerando minha origem e meu repertório linguístico, posso dizer que: ora sou posicionada deste lado da linha abissal, o lado da legalidade e do poder, ora sou posicionada do outro lado da linha, da ilegalidade, do migrante invasor. Como relatei no início deste trabalho, evito falar espanhol em espaços públicos para não sentir os olhares de reprovação das pessoas que costumam classificar todos aqueles que usam tal língua como invasores. Contudo, para mim, é fácil fugir desse tipo de constrangimento, só preciso falar português, pois ninguém nota que sou de origem venezuelana, mas para migrantes forçados por sobrevivência, de forma geral, a opção é ficar em silêncio, atitude tomada por Mônica quando escutou todas aquelas ofensas, sentiu medo, ficou nervosa e não proferiu nem uma palavra, a única alternativa que encontrou para não ser considerada cidadã *do outro lado da linha abissal* (SANTOS, 2014), o outro, o não cidadão, classificado como ilegal e nocivo.

Ronaldo manifestou-se após todos terem emitido suas opiniões e contou um pouco do que sente atualmente como morador de Roraima:

Ronaldo: bom, ouvindo os colegas, a gente sabe que a situação que a gente vive nos tempos de hoje não é nada fácil. É triste. Eu moro no Brasil já há 20 anos, e na época que eu vim pra cá, a história era outra, eram tempos dourados, porque a situação era diferente, os brasileiros elogiavam muito a Venezuela, a gente escutava tanto de tanto brasileiro ir para Margarita, pra Mérida, todas essas... os parques nacionais que tem na Venezuela, e eu ficava muito contente de ouvir isso. **Só que o tempo foi passando e lógico que essa situação migratória hoje, e não só aqui no Brasil, mas em outros países... eu acho que os países não estão capacitados de aceitar um número grande de pessoas e, realmente, muitas pessoas tradicionais se incomodam com essa situação.** O tempo que eu estou aqui eu escuto muita coisa na rua e é triste sim, não baixo a cabeça pra isso, e também não... não fico de olhos fechados né, porque a gente não pode bater boca com isso, a gente não pode ser igual com as pessoas que são xenofóbicas, que são preconceituosas, a gente tem que entender que existem leis pra isso e,

obviamente, se você é apontado por alguém que está sendo xenofóbico, tem a delegacia, você pode representar contra... como um crime, né, **mas escuta muito e obviamente que a gente tem que ter paciência, né, e entender que algum dia isso vai mudar**, tem que mudar porque o planeta está mudando, é meu ponto de vista. **Eu trabalhei muito tempo em hospital, eu sou formado em enfermagem e eu vi situações dessas, é triste que eu abandonei minha carreira por causa dessas situações que a gente vê; colocar a dor como algo não tão importante, muito mais importante o idioma, “ah, se ele é venezuelano, vamos deixar ele aí”**. Isso tem que mudar, obviamente com as políticas públicas e tudo isso, mas a representação é muito lenta, mas repito, a gente não pode baixar a cabeça, mas também a gente não pode comprar briga porque a gente tá em outro país. **Independentemente se você é naturalizado, independentemente se você chegou hoje, chegou há 4 anos, não importa, é minha opinião. Não adianta bater boca porque as pessoas estão muito transtornadas, existem sentimento reprimidos que estão dando tudo isso.**

De acordo com Muylaert et al. (2014), narrativas podem ser consideradas representações e/ou interpretações de uma história, que se caracterizam por expressar um ponto de vista em seu determinado contexto de tempo e espaço. A narrativa apresentada por Ronaldo deixou claro seu ponto de vista e o contexto no qual está inserido, bem como o tempo, pois seu relato trouxe a visão de um tempo em que os brasileiros adoravam a Venezuela, quando aquele país não estava em crise e as pessoas viviam bem por lá, ou seja, não havia necessidade de emigrar a outros países, contrastando com os tempos atuais, em que a xenofobia é algo rotineiro em Roraima devido ao grande fluxo de migrantes venezuelanos. Ronaldo também esclareceu que o preconceito não acontece apenas no Brasil, mas está ocorrendo em outros países receptores de migrantes, pois como ele afirma, não estão preparados para receber grande quantidade de pessoas. Apesar de ouvir muitos comentários xenofóbicos, Ronaldo diz não “baixar a cabeça” e não “ficar de olhos fechados”, com isso, ele não fica indiferente, mas também não permite que lhe afete diretamente.

O trecho da narrativa do Ronaldo que considero mais importante é quando afirma ter abandonado a carreira de enfermeiro porque não queria mais presenciar situações de preconceito dentro das unidades de saúde. O relato dele evidencia a xenofobia em ações de saúde, o que considero uma violação dos direitos humanos. Ainda seguindo as palavras de Ronaldo, “colocar a dor como algo não tão importante, muito mais importante o idioma”, evidencia como as práticas linguísticas dos deslocados forçados influenciam nos serviços oferecidos a estes sujeitos. Dessa forma, é possível perceber como as ideologias e as representações negativas sobre as línguas dos migrantes venezuelanos negligenciam o atendimento em saúde em Roraima. Conforme aponta Shohamy (2006), as práticas sociais e as representações atuam na constituição da ideologia consensual. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que derivam das práticas sociais, as representações as influenciam e as fomentam,

pois os mecanismos de políticas linguísticas determinam a maneira pela qual as pessoas percebem uma língua e, por sua vez, influenciam as atitudes acerca dessa língua.

Assim como Ronaldo, moro no Brasil há mais de 20 anos, sou naturalizada brasileira, país onde me sinto à vontade, mas não deixei de sentir o clima xenofóbico que tomou conta do estado de Roraima nos últimos anos e, da mesma forma que esse participante do grupo focal, não consigo fechar os olhos para certas situações, por isso, neste trabalho me posiciono como uma pessoa que transita dos dois lados da linha abissal (SANTOS, 2014), compartilhando a opinião de Ronaldo de que não faz diferença se o migrante chegou ontem, há 5 ou 30 anos, merece respeito aos direitos fundamentais, dentre eles, direito à saúde, à educação e a falar a sua língua materna em público sem sofrer preconceito.

A narrativa de Ronaldo mostra a conscientização de seu direito como migrante e do direito de todos os cidadãos oriundos de migração forçada que precisam de políticas públicas, especificamente de políticas de acolhimento para a educação do entorno (MAHER, 2007). Tais políticas devem conscientizar tanto os brasileiros quanto os migrantes da necessidade de viver entre línguas sem marginalizações nem estigmatizações.

Seguindo o mesmo viés, uma das perguntas realizadas ao grupo diz respeito ao uso das línguas, como observamos a seguir:

Cora: Vocês já notaram alguma diferença de tratamento quando falam espanhol e quando falam português?

Mariana: nós tivemos um episódio no hospital, que meu filho mais novo *caió e fuimos* ao hospital. **Lá estava uma brasileira falando muito, muito ruim dos venezuelanos, mas eu fiquei calada, ela ouviu nós falar, mas como ela estava falando *sola* (sozinha), eu ignorei *eso*.**

Cora: e depois te atenderam normal?

Mariana: isso, porque, como falou Ronaldo, eu não tenho que cair na *misma...* no mesmo negócio que ela; tenho que demonstrar que as coisas não são assim e não todos somos... assim, porque, na Venezuela, eu sou caraqueña (natural de Caracas), mas eu morei... trinta anos em Puerto Ordaz, que é aqui, mais perto de Roraima, e **em Puerto Ordaz tinha muitos brasileiros, eu conheci muitos, muitos brasileiros lá, tem gente boa, como todo mundo, como qualquer nacionalidade, você vai conseguir gente boa, gente não tão boa e gente ruim também.**

A narrativa de Mariana destaca que não se deve cair em provações de brasileiros xenofóbicos, explicando que costumam fazer muitas generalizações, como se todos os venezuelanos fossem pessoas ruins. Contou que na cidade de Puerto Ordaz, na Venezuela,

conheceu muitos migrantes brasileiros, pessoas boas e outras não tão boas, afirmando que é algo normal em qualquer nacionalidade. Nessa perspectiva, defendo o pensamento fronteiriço (MIGNOLO, 2008, 2013, 2018), que questiona a tríade povo/território/língua, pois não importa a língua em que a pessoa se comunica, o pensamento fronteiriço nos permite viver entre línguas, sem generalizações. Percebo esse pensamento na fala da Mariana, quando disse que ignorou os comentários preconceituosos da pessoa no hospital e a deixou falando sozinha, ou seja, apesar de ser considerada (no episódio do hospital) uma pessoa *do outro lado da linha abissal* (SOUSA SANTOS, 2014), não permitiu a subalternização e exigiu seu direito à assistência em saúde, isto é, *habitou a fronteira* (MIGNOLO, 2013) sendo *epistemologicamente desobediente* (MIGNOLO, 2008).

6.4 Políticas linguísticas horizontais e representações sobre o português

Uma das últimas perguntas realizadas ao grupo foi: vocês já foram atendidos em espanhol em algum lugar aqui em Roraima? Mônica, primeira a responder negativamente, retificou sua fala e pediu perdão por ser um pouco preconceituosa:

Mônica: eu não, só português.

Angélica: só português.

Helena: Só nos lugares onde trabalham *los* venezuelanos, somente ali. Por exemplo, na Cáritas há muitos venezuelanos, no PETRIG também, eu fui atendida por pessoas que falavam espanhol.

Cora: mas você já encontrou um brasileiro tentando falar espanhol para te atender?

Rogério: eu sim, e conheço também pessoas brasileiras que usam espanhol para atender venezuelanos.

Helena: eu já fui na escola Ana Libória e lá estava um professor que me *atendió, el* mês passado, e *faló* em espanhol, não muito bem *pero* sim falou em espanhol.

Mônica: *ahora que me lembro, sim, eu falei sin (sem) pensar. Eu às vezes sou preconceituosa também.* Mas estou lembrando, eu fui... tem um escritório do DETRAN no shopping, né. A pessoa que me atendeu tentou falar em espanhol, até porque, os pais dele, ele é brasileiro, mas os pais dele tinham negócios lá na Venezuela e por isso ele fala, não fala muito bem, mas fala muito. E também quando eu fui pra fazer o exame psicotécnico, um desses caras falou um pouco em espanhol, até eles estavam com um venezuelano e para ele perguntar como se fala tontura em espanhol ele nos perguntou tanto a meu marido quando a mim. E tem outro no banco Caixa, mas **ele só falava “gracias, gracias, gracias”, mas ele tentou muito, ele fez um esforço muito bom para me entender.**

Após afirmar que só foi atendida em língua portuguesa, Mônica percebeu que estava sendo preconceituosa, pois em algumas ocasiões brasileiros se esforçaram para atendê-la, tentando falar espanhol e fazendo o possível para entendê-la. Helena, em um primeiro momento, afirmou ser atendida em espanhol apenas em lugares nos quais há funcionários venezuelanos, mas quando questionada se não havia brasileiros que tentavam falar espanhol, ela lembrou de uma situação em uma escola, na qual disse que o professor falou em espanhol, apesar de não dominar muito bem a língua. Tais narrativas demonstram ações de acolhimento por parte de indivíduos brasileiros em Roraima que, de maneira informal e por iniciativa própria, estão fazendo a sua parte e promovendo políticas linguísticas horizontais (BIZON; CAMARGO, 2018) em seus respectivos espaços de trabalho.

Rogério relatou outras experiências e afirmou que conhece vários brasileiros que gostam de espanhol, que gostam da cultura de outros povos, isto é, nem todos os brasileiros representam o venezuelano como “invasor” e alguns gostam de compartilhar manifestações culturais diferentes:

Rogério: para o atendente sempre é uma oportunidade de fazer o cliente sentir-se à vontade. Além disso, **tem brasileiros que gostam de espanhol, que gostam de aprender outras línguas, da cultura de outros povos.** Eu pessoalmente, fui atendido uma vez por uma pessoa da Claro, que estava em Paraná e quando eu expliquei que uma amiga venezuelana tinha contratado um plano muito caro porque ela não entendia, ela me falou que tinha companheira venezuelanas em Paraná e falou um pouquinho em espanhol. Também no shopping, eu entrei numa loja e quando eles perceberam que eu era venezuelano, eles estavam oferecendo uma camisa que brilhava na *escuridade* (escuridão), ele perguntou para mim como se chamava em espanhol porque ele também queria aprender, o termo era “fluorescente”. É uma oportunidade de fazer o cliente sentir-se bem. **E também os motoristas de UBER (transporte por aplicativo), muitos conhecem palavras em espanhol e tem outros que moravam lá na Venezuela.**

Como expliquei na introdução e em outras seções deste trabalho, a Venezuela recebia muitos migrantes brasileiros, pessoas que só retornaram ao Brasil após o agravamento da crise no país vizinho. Por tal motivo, é fácil conhecer roraimenses que aprenderam espanhol por haver morado durante muito tempo na Venezuela, como os motoristas de aplicativo que o Rogério citou. No setor comercial também é possível encontrar pessoas tentando falar espanhol, como afirmado na narrativa. Mariana, por sua vez, narrou experiências com brasileiros falantes de espanhol e outros que querem aprender essa língua:

Mariana: conheço várias pessoas do Sul que moram aqui e falam espanhol. E aqui eu tenho contato com muitos brasileiros que falam para mim “nós temos que aprender espanhol também”.

Cora: então vocês acham que vocês estão trazendo algo positivo para os brasileiros nesse sentido?

Mariana: sim, temos um intercâmbio de culturas, temos um intercâmbio de línguas, temos também uma forma diferente de fazer negócios, de empreendimentos. Temos muitas, muitas coisas, a gastronomia, a música... agora está começando a misturar, tanto *as* costumes daqui como as nossas.

A participante do grupo focal destaca a influência positiva da presença dos venezuelanos em Roraima, que passa pelo incentivo à aprendizagem de uma língua adicional, no caso, o incentivo que muitos brasileiros estão sentindo com relação à aprendizagem do espanhol, à riqueza linguístico-cultural que a migração aportou a um estado já bastante heterogêneo.

Todo esse cenário incentiva o acolhimento entre línguas que, como é possível perceber nas narrativas e também em algumas entrevistas, de certo modo, já é praticado por parte da população. Mas também estão sendo valorizados outros saberes, como ressaltado por Mariana ao afirmar que os venezuelanos têm outras formas de fazer negócios, além da gastronomia, e da música que agora estão se misturando com os costumes do Brasil.

Para Bittencourt (2021, p. 55), “através de uma escuta atenta e ativa sobre a cultura das outras pessoas, podemos ter melhor compreensão da nossa própria cultura, o que leva ao encontro de pontos de convergência entre trajetórias culturais distintas”. Faz parte da chamada mediação cultural, que facilita o entendimento entre as culturas, servindo como “instrumento fundamental para proteção e integração de pessoas migrantes e refugiadas nas comunidades de acolhida” (BITTENCOURT, 2021, p. 56). Esse entendimento entre as culturas está acontecendo em Roraima, como narra Mariana, a partir do contato direto entre brasileiros e venezuelanos, fato que tem contribuído com o acolhimento dos migrantes forçados por sobrevivência.

Nesse contexto de integração e acolhimento, em geral, a língua portuguesa ocupa um lugar muito importante para os migrantes que chegam ao Brasil, por isso, foi a última pergunta realizada no grupo focal:

Cora: O que representa a língua portuguesa para vocês? Se pudessem falar em uma ou duas palavras o que representa a língua portuguesa?

Helena: aprendizagem.

Mônica: um novo começo.

Rogério: um desafio.

Angélica: cultura, ou um novo *reto* (desafio)

Mariana: aprendizado.

Francisco: nacionalidade, patriotismo, cultura.

Danúbia: *Superación*.

Ronaldo: oportunidade.

Como é possível observar no excerto, as representações sobre a língua portuguesa são variadas, mas a maioria segue uma mesma linha de raciocínio relacionada ao **desafio de recomeçar**; falam de uma **aprendizagem** necessária para a nova vida que, embora apresente **oportunidades**, sempre será **desafiadora**. Portanto, os migrantes forçados por sobrevivência precisam de **superação** para aprender a língua portuguesa, para inserir-se na cultura e na nova sociedade que os está acolhendo, ainda que seja com a hospitalidade condicional (DERRIDA, 2000).

Francisco foi o único que falou em nacionalidade e patriotismo, relacionando a língua portuguesa a uma nação. Ao meu ver, devemos questionar esse tipo de representação vinculada ao nacionalismo, porque uma língua não pertence a uma nação nem a um determinado território, tal como criticado por Anderson (2008) ao questionar a invenção da *comunidade imaginada*. Em artigo intitulado “A língua como pátria ou a língua como direito? A identidade de um estrangeiro professor de PLE”, Nascimento e Ribeiro (2021) defendem a necessidade de ver a língua como direito, como espaço de existência dos sujeitos, ao debater a relação de alteridade com a língua como pátria partindo da visão do estrangeiro. Para os autores, a noção de língua como pátria é inimiga da concepção de língua mais equitativa, opinião da qual concordo, salientando que é necessário decolonizar a visão eurocêntrica de língua, nação e cultura, através do pensamento fronteiriço (MIGNOLO, 2013).

Tal decolonização pode ocorrer com a colaboração de políticas linguísticas que emergem das paisagens linguísticas trazidas pelos migrantes forçados, como debato na próxima seção.

6.5 Paisagens linguísticas como política

Conforme salienta Shohamy (2006), as paisagens linguísticas funcionam como dispositivos de políticas linguísticas. A autora explica que essa área é conhecida como ecologia da linguagem e pode demonstrar ideologias através da língua exibida em espaços públicos, ao transmitir mensagens simbólicas relacionadas à legitimidade e relevância dos idiomas e grupos que eles representam.

Alguns exemplos de novos dispositivos de políticas linguísticas presentes em Roraima por meio da paisagem linguística são faixas, anúncios publicitários e cartazes em língua espanhola, visíveis em diversos lugares do estado. A maioria é de iniciativa privada, tanto de venezuelanos oferecendo serviços e produtos, quanto de empresários brasileiros com a finalidade de atrair o público de origem hispânico (ZAMBRANO, 2020). Algumas pesquisas recentes em Roraima mostram essa realidade.

Freitas (2019) analisou o fenômeno do bilinguismo e da translanguagem presentes em cartazes e anúncios de restaurantes, salões de beleza, dentre outros estabelecimentos, muitas vezes improvisados por venezuelanos em busca de clientes. Mesquita (2020), pelo viés da sociolinguística, analisou cartazes escritos à mão, usados por migrantes ambulantes que oferecem serviços pelas ruas de Boa Vista, ressaltando as mudanças de código presentes em diversas fotos. As duas pesquisas, portanto, fazem análises das estruturas linguísticas encontradas nos cartazes, no entanto, para mim, o importante não é mostrar que há translanguagem ou mudanças de código nas mensagens escritas pelos migrantes, o mais relevante para esta pesquisa é a nova política linguística imposta por falantes de espanhol, ao fazerem o uso criativo dos seus repertórios linguísticos. Nas palavras de Mignolo (2013, p. 340), “no es solo la gramática de la lengua lo que está en cuestión, sino la geopolítica de la lengua: diseños globales que dibujan mapas lingüísticos, cartografías literarias y epistemológicas⁸⁴”.

Trazendo para o contexto desta pesquisa, cabe destacar que, dentro da geopolítica da língua espanhola no Brasil, estão os contatos linguísticos dos países fronteiriços e as representações sobre as línguas que ali convivem. Assim, vamos da língua espanhola como

⁸⁴ “Não é só a gramática da língua o que está em questão, mas a geopolítica da língua: desenhos globais que desenham mapas linguísticos, cartografias literárias e epistemológicas (tradução minha).”

uma língua internacional, ou seja, do mundo globalizado, para as histórias locais de cada país e suas variedades, até chegar aos contatos que surgem nas fronteiras e nas migrações transfronteiriças.

Neste contexto de migração transfronteiriça em Roraima, é evidente a nova paisagem linguística registrada pelos próprios migrantes; algo que pode representar apenas uma opção para a sobrevivência dessas pessoas, mas também pode representar um dispositivo oculto e inconsciente para tornar visível a língua da *comunidade marginalizada* (CASTELANO RODRIGUES, 2018), isto é, um dispositivo informal e implícito de política linguística determinado pelos próprios falantes da língua minoritarizada.

Em Boa Vista há diversos espaços públicos usados por migrantes forçados por sobrevivência para oferecer serviços com o intuito de ganhar dinheiro para a subsistência diária. Como explicam Morais e Lima (2019):

Um dos traços dessa experiência de utilização dos espaços públicos da cidade, numa teia de lugares e relações, é a forma encontrada pelos migrantes venezuelanos de dizerem que necessitam de trabalho e de estabelecerem contato com o outro. São concisos anúncios escritos em pedaços de papelão onde se lê, na fadiga da espera, os serviços de pedreiro, jardineiro, eletricista e faxineira, dentre outros (p. 202).

Conforme citado pelos autores, os migrantes encontram a maneira de chamar a atenção, neste caso, de serem visibilizados, usando sua língua materna, o que evidencia o dispositivo de política linguística implícito.

Contudo, a nova paisagem linguística também está presente em espaços públicos formais, por parte de instituições públicas. Nos últimos anos, alguns setores da Prefeitura de Boa Vista mostram iniciativas de ações voltadas para o acolhimento linguístico, como placas informativas bilíngues (português/espanhol) em diversos pontos da cidade. Tal como podemos observar nas imagens abaixo:

FIGURAS 13 e 14 – Placas bilíngues em parques infantis



Fonte: registro pessoal

Nos últimos anos, a prefeitura realizou construções e reformas de praças e parques em diferentes regiões da cidade, disponibilizando novos brinquedos destinados às crianças e, em

todas, houve a preocupação de colocar placas informativas tanto em português quanto em espanhol. Conforme a servidora da Secretaria de Gestão Social entrevistada para esta pesquisa, o material informativo foi fixado nas praças e nos Centros de Referência de Assistência Social; segundo a funcionária pública, os migrantes usam muito os espaços públicos, por isso foi realizado o investimento nas praças e parques:

“Os brasileiros tinham resistência em frequentar as praças porque estavam cheias de venezuelanos, porque tinha wifi grátis, mas hoje podemos ver que há uma integração. Vemos os venezuelanos fazendo piquenique e os brasileiros também”.

Servidora da Secretaria de Gestão Social

A fala acima mostra como ações de políticas linguísticas como a mencionada, incentivam ainda mais a integração da população local com os migrantes forçados, pois é uma forma de respeitar e valorizar a língua e o sujeito falante dessa língua. Tal ação, por parte da prefeitura de Boa Vista, pode ser considerada uma política linguística oficial *verticalizada* (BIZON; CAMARGO, 2018). Aponto ainda, o caráter decolonial da ação, pois não há supervalorização de nenhuma das duas línguas no material informativo, disponibilizado tanto nas zonas mais afastadas do centro da cidade quanto nas áreas consideradas “nobres”.

É importante salientar que esse tipo de placa informativa bilíngue está presente de norte a sul de Boa Vista, não havendo preferência por área, até porque, os migrantes venezuelanos ocupam todos os espaços geográficos, diferente de outras cidades em que os lugares de lazer geralmente ocupados por migrantes podem ser facilmente demarcados. A pesquisa de doutorado de Zanforlin (2011), por exemplo, mostrou as etnopaisagens na zona urbana de São Paulo, isto é, os lugares de encontro escolhidos por migrantes na maior cidade do país. A pesquisadora destacou os bolivianos na praça Kantuta e os africanos no Corredor da Central, nacionalidades e espaços nos quais se materializa a relação “entre migração e a reformulação de espaços voltados para a costura do novo pertencimento comunitário” (ZANFORLIN, 2011, p. 20).

No atual contexto roraimense, Morais e Lima (2019, p. 207) apontam que “o reordenamento em termos culturais do processo imigratório venezuelano, como cena cotidiana da cidade, mobiliza outras subjetividades e imaginários, criando uma moldura social de ‘reterritorialização das lutas’”. Os autores citam lutas dos migrantes contra as diferenças

comunicativas e contra a xenofobia, o preconceito e a exclusão, por meio do reordenamento cultural de Boa Vista, capital de Roraima. Na pesquisa, destacaram “[...] um apanhado de situações que tanto acusam o estado de vulnerabilidade quanto a resistência dos migrantes venezuelanos, em momentos de apropriação da cidade pela recondução constante dos sentidos” (MORAIS; LIMA, 2019, p. 211). A meu ver, as palavras dos pesquisadores evidenciam a maneira como os deslocados forçados se apropriam da cidade e exprimem resistência com a constate presença em todos os âmbitos da urbe.

Cabe destacar que, além dos espaços ocupados por deslocados forçados para se reunir e compartilhar experiências culturais com outros membros da comunidade, também se destacam os espaços formais como escolas e unidades básicas de saúde. Conforme anunciado pelo secretário de educação do município de Boa Vista e divulgado pela imprensa, em 2019 começou o uso de cartazes bilíngues em escolas municipais, levando em consideração que a presença de estudantes hispanofalantes nessas instituições é cada vez maior. Como mencionado no capítulo 2, 14% dos alunos matriculados na rede municipal de ensino em 2020 eram migrantes internacionais. Assim, a identificação das portas de unidades escolares passou a ser bilíngue, como vemos na seguinte figura:

FIGURA 15 – Cartaz bilíngue em escola municipal



Fonte: registro pessoal

Dessa forma, foram identificadas as portas das salas da coordenação, direção, secretaria, salas de apoio, banheiros, entre outros. Uma ação que surgiu graças a iniciativas

horizontais (*bottom-up*) da sociedade civil (BIZON; CAMARGO, 2018), isto é, teve início em algumas escolas que recebem mais alunos migrantes e sentiram a necessidade de oferecer o acolhimento linguístico por meio das placas, seguindo a orientação de valorização da diversidade defendida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A ação que está sendo seguida por muitas escolas também foi implantada nas Unidades Básicas de Saúde, conforme explicado na seção 6.1, e pode tornar-se uma política linguística vertical na Prefeitura de Boa Vista, corroborando o que Bizon e Camargo (2018) apontam com relação às políticas de acolhimento que nascem do atravessamento entre verticalidades (Estado) e horizontalidades (sociedade civil). Dessa maneira, a paisagem linguística em espaços públicos e privados, formais e informais de Boa Vista fazem surgir novas políticas linguísticas em Roraima.

As paisagens linguísticas em espaços públicos de Pacaraima têm a presença da língua espanhola há muito tempo, devido ao contato econômico e social das cidades gêmeas. Mota (2014), em pesquisa sobre os contatos linguísticos na região, chama a atenção para os anúncios em língua espanhola fixados em comércios de Pacaraima. Antes do processo migratório, os venezuelanos atravessavam a fronteira para fazer compras (ZAMBRANO, 2018) e, mesmo quando medicamentos e gêneros alimentícios eram mais baratos na cidade venezuelana (antes do período de escassez), os turistas daquele país frequentavam o comércio de Pacaraima e consumiam alguns produtos tipicamente brasileiros, como o guaraná e a linguiça calabresa, além de souvenirs; fatos que explicam a presença do espanhol na área comercial. Entretanto, em instituições públicas não era comum o espanhol escrito, apesar de haver muitos alunos de origem venezuelana que atravessavam a fronteira diariamente para estudar (BRAZ, 2010; MOTA, 2014; LIMA, 2015; ZAMBRANO, 2016) e das unidades de saúde do município atenderem grande quantidade de venezuelanos moradores da cidade de Santa Elena de Uairén (ZAMBRANO, 2016).

Conforme entrevista realizada com uma funcionária da Secretaria de Saúde do Município de Pacaraima, servidores de unidades básicas de saúde da cidade estão fixando avisos em língua espanhola; são informações referentes ao atendimento médico e odontológico. Portanto, a paisagem linguística das instituições de saúde de Pacaraima também está visibilizando a língua majoritária do migrante venezuelano, embora o município recebesse venezuelanos antes da migração, mas a preocupação com a língua espanhola nesses espaços surgiu a partir do grande fluxo migratório, pelo menos nos comunicados escritos fixados nas

paredes. O que corrobora a paisagem linguística como um dispositivo oculto de política linguística (SHOHAMY, 2006) em Roraima, que visibiliza língua e comunidade minoritarizada, possibilitando e valorizando, de certo modo, o uso da língua de origem dos migrantes em espaços públicos.

Finalmente, concordo com a perspectiva de Maher (2013), quando afirma que esse tipo de paisagem linguística pode ser considerado política linguística de resistência, na medida em que força o grupo dominante a reconhecer a existência das línguas minoritarizadas. Assim, embora de forma inconsciente, os migrantes venezuelanos estão implantando uma política linguística de resistência por meio das paisagens linguísticas espalhadas pela capital de Roraima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego ao final desta tese com a certeza que a pesquisa aqui realizada é apenas um pontapé inicial para questionar as atuais políticas linguísticas em vigor em Roraima. Questionamentos esses que podem servir como incentivo para a adoção de uma postura decolonial frente às políticas de acolhimento em contexto migratório.

A Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006) e Transgressiva (PENNYCOOK, 2006) permitiu-me interpretar, de maneira problematizadora, representações linguísticas e suas implicações com ações de políticas linguísticas no cenário da migração forçada de venezuelanos em Roraima; com registros gerados nos municípios de Boa Vista, capital e principal cidade do estado, e de Pacaraima, cuja sede está localizada na linha fronteira com a Venezuela, cidade que tornou-se a porta de entrada dos migrantes em questão.

O objetivo principal do trabalho foi compreender os vínculos entre as representações sobre as línguas e as políticas linguísticas em funcionamento em ações e serviços voltados para venezuelanos em Roraima, bem como identificar de que maneira são abordados os direitos linguísticos nessas políticas. Os resultados evidenciam que as representações sobre as línguas espanhola e portuguesa interferem, em geral, de forma negativa, na promoção de políticas linguísticas de acolhimento para esses migrantes. As línguas indígenas, por sua vez, raramente aparecem em ações destinadas ao público migrante, principalmente em serviços oferecidos por entidades públicas, ficando a cargo de organizações de ajuda humanitária, a responsabilidade por políticas linguísticas em língua warao, por exemplo. De maneira similar, há uma invisibilização da língua venezuelana de sinais, com poucos projetos e serviços que respeitam os direitos linguísticos dos migrantes surdos.

Para chegar a tais resultados, primeiramente, identifiquei e analisei documentos relativos a políticas para o acolhimento de venezuelanos divulgados na imprensa roraimense, destacando os direitos linguísticos dos migrantes. Posteriormente, identifiquei e analisei as representações sobre as línguas por parte dos que participam da implementação de políticas para migrantes venezuelanos no estado, através dos registros gerados durante as entrevistas com servidores municipais e estaduais.

Na última etapa da pesquisa de campo, identifiquei e analisei as representações sobre as línguas por parte de venezuelanos que participam de políticas para acolhimento de migrantes em Roraima, especificamente, por meio de narrativas orais geradas em uma atividade de grupo focal realizada com alunos de um curso de Português como Língua de

Acolhimento.

Para atingir os objetivos, usei a metodologia qualitativa e interpretativista (MOITA LOPES, 1994), com pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa documental contou com o levantamento de ações e serviços amplamente divulgados na mídia, bem como pesquisa e análise de editais e resoluções relativos a questões que envolvem migrantes de crise no Brasil e, com maior atenção, em Roraima.

Os resultados apontaram para o apagamento dos sujeitos migrantes forçados e de seus direitos linguísticos em algumas ações de acolhimento. Identifiquei a presença de políticas linguísticas implícitas e explícitas influenciadas por representações, tanto em documentos oficiais como em práticas sociais.

Dentre essas representações, está a da língua espanhola como sendo de fácil compreensão e entendimento de todos no município de Pacaraima, por estar localizado na fronteira com a Venezuela. Tal representação, identificada nas áreas de saúde e de educação, negligencia a necessidade de uma política linguística específica em ensino-aprendizagem de espanhol destinada aos funcionários públicos que prestam serviços aos migrantes forçados por sobrevivência. A representação aparece no imaginário de moradores mais antigos que costumam reproduzir o mito da facilidade; de forma contrária, uma servidora da assistência social salientou a preocupação por não falar espanhol, destacando a necessidade de estudar essa língua para oferecer um melhor atendimento.

Uma representação identificada em quase todas as instituições é a da obrigatoriedade da aprendizagem da língua portuguesa por parte dos migrantes, sem admitir a importância do domínio de noções básicas de língua espanhola por parte dos funcionários públicos brasileiros. Com atitudes decoloniais de valorização da língua do outro, o acolhimento nas instituições públicas roraimenses seria mais eficiente. Em casos de atendimento médico, por exemplo, a garantia dos direitos linguísticos dos migrantes como falantes de outras línguas é essencial. Tais direitos poderiam ser respeitados com a inclusão de interpretes e tradutores oficiais nas principais repartições públicas, bem como com a oferta regular de cursos de língua espanhola para os servidores. Também poderiam ser planejadas ações destinadas aos migrantes indígenas e aos migrantes surdos.

Apesar de algumas ações que podem ser consideradas políticas linguísticas verticais (BIZON; CAMARGO, 2018) em Roraima, a maior parte das políticas identificadas e analisadas é de iniciativa da sociedade civil, de entidades e organizações sociais ou religiosas, além de projetos de universidades. Assim, as políticas horizontais (BIZON; CAMARGO,

2018) destacam-se no acolhimento de migrantes em Roraima e, em alguns casos, fazem o atravessamento entre os dois eixos, criando a possibilidade de transformar políticas não oficiais em ações oficiais de Estado, como os cartazes informativos em língua espanhola em repartições do município de Boa Vista e as placas informativas em parques e praças municipais da capital. Da mesma forma, a ação de uma empresa terceirizada pela Polícia Federal que contrata migrantes falantes de espanhol e/ou brasileiros fluentes em língua espanhola para auxiliar no atendimento ao público migrante.

Contudo, resoluções dos Conselhos Estadual e Municipal de Educação de Roraima mostram políticas de acolhimento que podem excluir alguns migrantes forçados no estado, tornando explícita a *hospitalidade condicional* (DERRIDA, 2000) nesses documentos. Os registros analisados reforçam a necessidade de pensar em políticas de acolhimento atreladas a políticas educacionais e linguísticas. Por tal motivo, defendo a promoção de ações de acolhimento *entre línguas*, um acolhimento que respeite os direitos linguísticos dos migrantes forçados, capaz de incentivar ações e serviços nas diversas línguas que fazem parte dos repertórios desses sujeitos, sem permitir que a língua portuguesa seja a única nem a mais importante.

O termo *acolher entre línguas* vem do *viver entre línguas* defendido por Mignolo (2013), deixando de lado a noção de uma única língua nacional/colonial e incentivando o plurilinguajamento a partir das diferenças. Portanto, *acolher entre línguas* é valorizar o *pensamento fronteiraço* no uso das línguas, encorajando o translinguajamento e a liberdade para usar todo o repertório linguístico tanto dos migrantes quanto dos brasileiros que fazem o acolhimento desses sujeitos, em geral, marginalizados e invisibilizados. Desse modo, as línguas-culturas dos deslocados forçados por sobrevivência devem ser respeitadas e valorizadas, evitando os discursos assimilacionistas que sustentam as representações de que os recém-chegados são obrigados a aprender a língua portuguesa.

Se, por um lado, o cenário de intercompreensão no município de Pacaraima pode gerar facilidade para fazer acolhimento *entre línguas*, por outro lado, pode criar uma falsa segurança na comunicação com a representação de que não é necessário estudar língua espanhola devido à proximidade com o português. Tal representação está ancorada em uma visão reducionista da língua espanhola discutida por Gonzalez (2010). Nessa perspectiva, é essencial aproveitar a proficiência em língua espanhola de alguns moradores da região fronteiraça, mas sem negligenciar a necessidade de políticas públicas para o acolhimento linguístico, seja em línguas de sinais, warao, espanhol, língua portuguesa ou translinguajando.

Junto com a postura decolonial na promoção de novas políticas de acolhimento, defendo a inversão de valores com a consciência plurilíngue e pluralista que garanta a inclusão dos grupos minoritarizados politicamente (ALTENHOFEN, 2013). Dito de outra forma, defendo a educação linguística da maioria ou, nas palavras de Maher (2007, p. 258), a educação do entorno, o que significa que o grupo dominante e majoritário “aprenda a respeitar e a conviver com diferentes manifestações linguísticas e culturais”.

É importante salientar que os migrantes recém-chegados seriam os maiores beneficiados com as políticas linguísticas que garantam o uso das línguas maternas, pois, como ficou claro no capítulo 6, os migrantes que estão há mais tempo no Brasil preferem usar a língua portuguesa nas mais diversas situações, como oportunidade de aprendizagem e para garantir maior interação com a sociedade local, principalmente, em questões profissionais. Conforme analisado, esses venezuelanos acreditam que o uso constante da língua espanhola dificulta a aprendizagem da língua portuguesa, uma representação que emergiu nas narrativas orais durante o grupo focal. No entanto, alguns participantes do grupo narraram as dificuldades com a comunicação quando chegaram em Roraima, dizendo que ficavam desesperados por não entender e não serem entendidos na interação cotidiana. Tais relatos demonstram a necessidade da implementação de políticas voltadas ao plurilinguismo nos diversos âmbitos da sociedade roraimense, não apenas a oferta de cursos de português como língua adicional.

Na educação, há uma grande demanda por formação para a implementação de políticas mais direcionadas, que contemplem, por exemplo, a capacitação dos professores que atuam na Educação Básica roraimense. Não basta apenas promulgar resoluções, como as dos Conselhos Nacional e Municipal de educação, conforme analisado no capítulo 5 desta tese, é necessário oferecer formação específica para superar a política implícita ancorada na ideologia do monolinguismo brasileiro.

Ainda no que tange à área educacional, algumas políticas de acolhimento aqui defendidas podem não ser do agrado de todos os migrantes, como o processo seletivo diferenciado oferecido pela UFRR e por outras instituições de ensino superior do país. Uma das narrativas orais destacadas no capítulo 6 traz a opinião de que todos têm os mesmos deveres e direitos, assim, um dos participantes deixou claro que a concorrência deveria ser igual para todos por meio do vestibular regular, o que classifico como mais uma representação. Nesse contexto, defendo a ruptura da Matriz Colonial do Poder (QUIJANO, 2005) que mantém o controle dos sistemas educativos, principalmente, nos processos de seleção de candidatos para

as vagas nas universidades; para isso, é fundamental seguir o pensamento fronteiro (MIGNOLO, 2008), possibilitando a criação e promoção de mais políticas públicas de acesso à educação superior capazes de superar a lógica da colonialidade.

Entretanto, como migrante, consigo entender o motivo dessa representação, pois é muito mais tranquilo estar *deste lado da linha abissal* (SANTOS, 2014), o lado das pessoas que cumprem com todos os protocolos do país de acolhimento, sem “privilégios”, para não se sentirem *do outro lado da linha* (SANTOS, 2014), o lado do não cidadão, daquele que não consegue se adaptar às leis.

Conforme já mencionei nesta tese, como migrante naturalizada brasileira, transito nos dois lados da linha abissal: faço parte de um grupo minoritarizado, membro da *comunidade marginalizada* (CASTELANO RODRIGUES, 2018), quando estou com meus parentes e me comunico em língua espanhola em locais públicos; mas pertenço à sociedade roraimense, que está do lado da legalidade, quando falo português e demonstro que trabalho, pago impostos e, neste caso, que conquistei minha vaga na universidade pública brasileira com meu esforço, como qualquer brasileiro. Todavia, como pesquisadora, entendo que minha condição financeira, psicológica e social no momento da migração da minha família para o Brasil foi diferente da atual situação vivida pelos meus conterrâneos, por tal motivo, sou a favor de políticas diferenciadas para esse público em situação de vulnerabilidade, assim como defendo o direito de usar todos os repertórios linguísticos que possuímos, sem sofrer preconceitos nem discriminações.

Pelo menos duas narrativas orais evidenciaram a forma negativa como os venezuelanos são representados por alguns roraimenses, como sujeitos de má índole, representados na concepção da *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008). Um dos relatos mostra a visão de Estado-Nação que perpetua a colonialidade por meio de generalizações, como por exemplo, afirmar que todos os venezuelanos que estão em Roraima são bandidos, são “pragas”. Outro relato deixa clara a xenofobia em ações de saúde, evidenciando como as práticas linguísticas dos deslocados forçados influenciam nos serviços oferecidos a estes sujeitos. Dessa forma, é possível perceber como as ideologias e as representações negativas sobre as línguas dos migrantes venezuelanos negligenciam o atendimento em saúde em Roraima. Tal fato foi observado tanto nas entrevistas com servidores da área de saúde do estado quanto nas narrativas dos migrantes forçados por sobrevivência.

O último ponto destacado na tese foi a paisagem linguística como um dispositivo

oculto de política linguística (SHOHAMY, 2006) em Roraima, que visibiliza as línguas-culturas das comunidades minoritizadas, possibilitando e valorizando, de certo modo, o uso das línguas de origem dos migrantes em espaços públicos. É por meio dessa política implícita nas paisagens linguísticas que a língua espanhola, considerada por alguns roraimenses “a língua do invasor”, vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade local, tornando-se uma *política linguística de resistência* (MAHER, 2013), na medida em que força o grupo dominante a reconhecer a existência e o uso cotidiano da língua minoritizada.

Para finalizar, saliento que muitas pessoas e entidades em Roraima já acolhem entre línguas, no entanto, devemos continuar trabalhando em prol de mais políticas de acolhimento que respeitem os direitos linguísticos dos sujeitos migrantes, com maior atenção para indígenas e surdos, grupos historicamente marginalizados e estigmatizados.

Reitero a importância de adotar uma postura decolonial que possibilite as mudanças de mentalidade através do pensamento liminar (fronteiriço), com a conscientização das imposições que sofremos enquanto sujeitos frutos da modernidade/colonialidade, mas admito que não é uma tarefa fácil, é um processo em constante transformação para o *fazer decolonial* (MENEZES DE SOUZA, 2021).

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, B. A. **Solicitação de refúgio como estratégia migratória dos venezuelanos em Roraima dos anos 2014 a 2017**. 2019. 138 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira, Boa Vista, UFRR, 2019.

ABREU, R. N. **Os direitos linguísticos**: possibilidades de tratamento da realidade plurilíngue nacional a partir da constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2016. 115 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4371/1/RICARDO_NASCIMENTO_ABREU.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

ABREU, R. N. Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil. **Revista da ABRALIN**, v. 17, n. 2, 30 jun. 2019. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1324> Acesso em: 20 jan. 2021.

ABREU, R. N. Direito Linguístico: olhares sobre as suas fontes. **A cor das Letras**. Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras e Artes da UEFS Feira de Santana, v. 21, n. 1, p. 155-171, janeiro-abril de 2020. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/5230/pdf> Acesso em: 20 jan. 2021.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Xenofobia**: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016.

ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 93-116.

ALVAREZ DE FLORES, R. Evolución histórica de las migraciones en Venezuela. Breve Recuento. **Aldea Mundo**, v. 11, n. 22, p. 89 – 93, nov-abr. 2007. Disponível em: <http://erevistas.saber.ula.ve/index.php/aldeamundo/article/view/8758/8718>. Acesso em: 08 abril 2020.

AMADO, R. S. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. **Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira**. Edição 7, Ano 4, Número 2, 2013.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ANUNCIÇÃO, R. F. M. A língua que acolhe pode silenciar? Reflexões sobre o conceito Português como Língua de Acolhimento. **Revista X**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 35-56, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/60341/36627>. Acesso em: 15 maio 2019.

ARAGÃO, T; SANTI, V. (2018). Somos Migrantes: o uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre a migração venezuelana em Roraima. **Aturá**, Revista Pan-Amazônica de Comunicação, Vol. 2, n. 1, Jan-Abr. 2018. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/4627/12534> Acesso em: 13 maio 2019.

ARAÚJO, B. Justiça acata pedido do MPF e determina suspensão de vestibular para imigrantes na UFRR. **Jornal Roraima em Tempo**, 2019. Disponível em: <https://roraimaemtempo.com/ultimas-noticias/justica-acata-pedido-do-mpf-e-determina-suspensao-de-vestibular-para-migrantes-na-ufrr,325993.jhtml>. Acesso em: 22 maio 2020.

ARAÚJO, F. C. et al. **Relatório curso básico de extensão português para estrangeiros 2017/2018**. Boa Vista: DIREX/IFRR, 2018.

ARNOUX, E. N. Representaciones sociolingüísticas y construcción de identidades colectivas en el Mercosur. In: CELADA, M. T.; FANJUL, A. P. E NOTHSTEIN, S. (coord). **Lenguas en un espacio de integración: acontecimientos, acciones, representaciones**. 1 ed. Buenos Aires: Biblos, 2010. p. 17-38.

ARRUDA-BARBOSA, L.; SALES, A. F. G.; ZOUZA, I. L. L. Reflexos da imigração venezuelana na assistência em saúde no maior hospital de Roraima: análise qualitativa. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 23, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902020000200311 Acesso em: 15 dez. 2020.

BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R; SILVA, J.C (coord); ZUBEN, C. et al (orgs). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de população – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 135-140. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelana_s.pdf. Acesso em: 04 dez. 2019.

BARBOSA, L. M. A.; SÃO BERNARDO, M. A. Língua de acolhimento. In: CAVALCANTI, L.; BOTEAGA, T.; TONHATI, T.; ARAÚJO D. (orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: UnB, 2017, p. 434-437.

BARKHUIZEN, G; BENSON, P.; CHIK, A. **Narrative inquiry in language teaching and learning research**. New York: Routledge, 2014.

BARROS, P. S. Chávez e Petróleo: Uma Análise da Nova Política Econômica Venezuelana. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, 5(9), p. 209–237, 2006. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81813/85117> Acesso em: 08 de abril 2020. Acesso em: 04 dez. 2019.

BASTOS, J. P. B; OBREGÓN, M. F. Q. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Derecho y Cambio Social**, 2018. Disponível em: https://www.derechocambiosocial.com/revista052/VENEZUELA_EM_CRISE.pdf. Acesso em: 09 abril 2020.

BENTES, T. ARAÚJO, P. J. P. Migração e refugiados surdos em Roraima: experiências do Programa de Extensão MiSordo. In: **Revista Limiares: migração vista pelo Sul**, edição especial, p. 104-108, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/grigs/revista-limiares-edicao-especial-2020/> . Acesso em: 18 junho 2021.

_____. Sordos también migran! A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do interprete humanitário. *In*: Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (org.). **Tradução humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2021, p. 58-65.

BETTS, A. Survival Migration: A New Framework. **Global Governance**. Vol. 16, No. 3, International Migration, July-Sept., p. 361-382, 2010.

BHABHA, K. H. **O Local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BITTENCOURT, A. Atenção humanitária a pessoas deslocadas: o papel da mediação cultural. *In*: Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (org.). **Tradução humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2021, p. 50-57.

BIZON, A. C. C.; CAMARGO, H. R. E. Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades. *In*: BAENINGER, R. et al (Orgs.). **Migrações Sul-Sul**. 2ed. v. 1. Campinas, SP, 2018. p. 712-726. Disponível em: <https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BOLOGNINI, C. Z.; PAYER, M. O. **LÍNGUAS DE IMIGRANTES**. Cienc. Cult. vol.57, n.2, São Paulo, Apr./Jun., 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a20v57n2.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BRASIL, Presidência da República. **LEI Nº 13.445**, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 27 maio 2020.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Estudo de país de origem - Venezuela**. Nota técnica número 3, 2019. Disponível em: https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1564080197.57/sei_mj-8757617-estudo-de-pais-de-origem-venezuela.pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

BRAZ, E. S. **Línguas e identidades em contexto de fronteira Brasil/Venezuela**. 2010. 114 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: 2010.

BRICEÑO-LEÓN, R. A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p. 1223–1233, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500012. Acesso em: 08 abr. 2020.

CADILHE, A. J. Narrativa e Reflexão Epistêmica. *In*: GOMES JUNIOR, R. C. **Pesquisa narrativa: histórias sobre ensinar e aprender línguas**. São Paulo: Pimenta cultural, 2020, p.110-134.

CALVET, L.-J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola/IPOL, 2007.

CAMARGO, H. R. E. **Diálogos transversais: narrativas para um protocolo de encaminhamentos às políticas de acolhimento a migrantes de crise**. 2019. 272 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/335052>. Acesso em: fev. 2020.

CANAGARAJAH, S. *Translingual Practice: Global Englishes and Cosmopolitan Relations*. **London and New York**: Taylor & Francis Group, 2013.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

CASTELANO RODRIGUES, F. A noção de direitos linguísticos e sua garantia no Brasil: entre a democracia e o fascismo. **Línguas e instrumentos linguísticos**, n. 42. Campinas: Editora RG, p. 33-56, 2018. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao42/edicao42.pdf>. Acesso em: 07 maio 2020.

_____. La cooficialización de lenguas en Brasil: el caso de São Gabriel da Cachoeira y los efectos de lo jurídico sobre las subjetividades. **Chuy Revista de Estudios Literarios Latinoamericanos**, v. 06, p. 107-132, 2019. Disponível em: <http://revistas.untref.edu.ar/index.php/chuy/article/download/309/318?inline=1>. Acesso em: 07 maio 2020.

CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **DELTA**, vol.15, n.spe, p.385-417,1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501999000300015&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 02 jul. 2019.

CELADA, M. T. **O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira**. 2002. 1v. em 2. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270701>. Acesso em: 25 maio 2021.

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAGRAÇÃO (CNIg). Resolução Normativa nº 126, de 2 de março de 2017. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 mar. 2017. Seção 1, p. 88. 2017. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2017/11016.pdf>. Acesso em: 25 junho 2019.

CRUZ, A. ALEIXO, J. (Orgs). **Roraima entre línguas: contatos linguísticos no universo da tríplice fronteira do extremo norte brasileiro**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

DEMARTINI, Z. DE B. F. Narrativas de imigrantes do passado e do presente: questões para pesquisa. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 3, n. 7, p. 45-66, 26 abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/4475> Acesso em: 10 jul. 2021.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DERRIDA, J. **Of hospitaliry/** Anne Dufourmantelle invites Jaques Derrida to respond. Translated by Rachel Bowlby. California: Stanfor University Press, 2000.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - Nº 4965. **Resolução CME/ BV/ RR n.01/2019**, 12 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MjY5NTc%2C>. Acesso em: 10 jan. 2021.

DIAS, R. S. **As implicações da imigração venezuelana sobre o trabalho dos agentes comunitários de saúde do município de Pacaraima**. 2019. 80 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/32499/2/Rivena_Dias_EPSJV_Mestrado_2019.pdf. Acesso em: 30 dez. 2020.

DINIZ, A. M. A. Fluxos migratórios e a formação da rede urbana de Roraima. **Geografia**, Rio Claro, v. 33, n. 2, p. 269-287, mai./ago. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327464037_FLUXOS_MIGRATORIOS_E_FORMACAO_DA_REDE_URBANA_DE_RORAIMA. Acesso em 12 maio 2020.

DINIZ, L. R. A. **Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. 2012. 378 p. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas: IEL/Unicamp, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/271080>. Acesso em: 20 jul. 2019.

DINIZ, L. R.; NEVES, A. O. Políticas linguísticas de (in)visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no ensino básico brasileiro. **Revista X**. V. 13, n. 1, p. 87-110, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/61225>. Acesso em: 03 fev. 2020.

DUBOC, A. P. Gentilezas brutas acolá... e aqui! Por uma pedagogia da interrupção na formação docente. In: JORDÃO, C.M; MARTINEZ, J.Z; MONTE MOR, W. (orgs.). **Letramentos em prática na Formação Inicial de Professores de Inglês**. Campinas, SP: Pontes, 2018.

FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”. Redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. M (org.). **Por uma linguística Aplicada indisciplinar**. Parábola Editorial: São Paulo, 2006. p. 45-66.

FEITOSA, J. et al. **Pode Entrar: português do Brasil para refugiados e refugiadas**. Curso Popular Mafalda, Caritas, ACNUR. São Paulo, 2015.

FREITAS, D. B. A. P. Práticas translíngues e transculturais de refugiados venezuelanos. In: CAPAVERDE, T. S; SILVA, L. R. **Deslocamentos culturais e suas formas de representação**. Coleção Expressão, v.2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, p.208-222.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano** [recurso eletrônico]: evidências e subsídios para políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29097> . Acesso em: 05 abril 2020.

GARCEZ, P. M. Observatório de Políticas Linguísticas no Brasil: metas para a Linguística Aplicada. *In*: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 79-92.

GARCIA, B. R. V. **Quanto mais cedo melhor (?)**: uma análise discursiva do ensino de inglês para crianças. 2011. 216 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-29032012-154615/pt-br.php>. Acesso em: 24 jun. 2021.

GARCIA CASTRO, A. Mendicidad indígena: Los Warao Urbanos. **Boletín Antropológico**, n. 48, p. 79-90, 2000.

GARCIA, O., WEI, Li. **Translanguaging**. Language, Bilingualism and Education. London: Palgrave Macmillan, 2014.

GONÇALVES, J. S. S. Direitos linguísticos e políticas linguísticas no brasil: uma análise de processos seletivos para acesso à universidade pública por migrantes forçados. **Línguas e instrumentos linguísticos**, nº 43, p. 192-2016, jan-jun 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8658348/22060>. Acesso em: 08 maio 2020.

GONZALEZ, N. M. Iniciativas para a implementação do espanhol: a distância entre o discurso e a prática. *In*: BARROS, C.; COSTA, E. G. M. (coord.). **Espanhol: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2010, p. 25-54.

GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ, A. J. **Sistema alimentario de una comunidad indígena Panare del río Maniapure**, Estado Bolívar, Venezuela. Centro de Investigación y Manejo de Fauna MANFAUNA, Guanare, 2012.

GOVERNO DE RORAIMA. **Guia turístico de Roraima**. Boa Vista: Editare editora, 2009. Disponível em: <http://www.turismo.rr.gov.br/index.php/roraima/guia-turistico/send/4-guia-turistico/5-roraima-001-035>. Acesso em: 22 abril 2020.

GROSSO, M. J. R. Língua de acolhimento, língua de integração. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v.9, n 2, p. 61- 67, 2010.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Letras**, PPGL-UFSM, n. 23, p. 47-53, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897/7319> . Acesso em: 09 jun. 2021.

HALL, S. “The work of representation”. *In*: HALL, S. (org.) **Representation**. Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HAMEL, R. E. Direitos linguísticos como direitos humanos: debates e perspectivas. *In*: OLIVEIRA, G. M (org.). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**.

Campinas/Florianópolis: Mercado de Letras & ALAB/IPOL, 2003, p. 47-80.

HOLLIDAY, A. Qualitative research and analysis. *In*: PALTRIDGE, B.; PHAKITI, A. **Research methods in Applied Linguistics: a practical resource**. London and New York: Bloomsbury, 2015. p. 49-62.

IBGE. **Contas Nacionais 2017**. 2019c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso em: 12 maio 2020.

_____. Cidades e Estados. **População Roraima 2019**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>. Acesso em: 05 fev. de 2020.

_____. Cidades e Estados. **População Roraima 2020**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html>. Acesso em: 11 jan. 2021.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JUBILUT, L. L.; FERNANDES, A. P. A atual proteção aos deslocados forçados da Venezuela pelos países da América Latina. *In*: BAENINGER, R; SILVA, J.C (coord.); ZUBEN, C. et al (orgs). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de população – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 164-177. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelana_s.pdf. Acesso em: 04 dez. 2019.

JUCUMASSO, T. D. **Atitudes, representações e políticas linguísticas: lugares que a língua espanhola ocupa no imaginário de paranaenses**. 2018. 274 p. Tese (doutorado em Letras - Língua Espanhola e literaturas hispânicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, São Paulo, 2018.

KANAAN, C.; TÁSSIO, M.; SIDMAR, T. As ações do Exército brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos. *In*: BAENINGER, R; SILVA, J.C (coord.); ZUBEN, C. et al (orgs). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de população – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 68-71. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelana_s.pdf. Acesso em: 23 abril 2020.

KANAI, J. M.; OLVEIRA, R. S. Desenvolvimento regional e suas consequências em Roraima: notas preliminares a partir da BR-174. **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. p.103-116.

KLEIMAN, A. B. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org). **Linguística Aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola/Cultura Inglesa, 2013, p. 39-58.

LAGARES, X. C. Ensino do espanhol no Brasil: uma (complexa) questão de política linguística. *In*: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2013. p.181-198.

_____. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018.

LIMA, M. G. A. **Crenças de alunos brasileiros que vivem na fronteira Brasil/Venezuela**

a respeito do processo de ensino/aprendizagem do espanhol como língua estrangeira. 2015. 85 p. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

LIMA, J. C. F.; FERNANDES, G. **Migrantes em Roraima (Brasil):** a massificação dos termos acolher/acolhimento. Boa Vista: Site do Curso de Antropologia UFRR, 2019. Disponível em: http://ufrr.br/antropologia/index.php?option=com_content&view=article&id=115:migrantes-em-roraima-brasil-a-massificacao-dos-termos-acolher-acolhimento&catid=2&Itemid=102. Acesso em: 23 abril 2020.

LOPEZ, A. P. A aprendizagem de Português por imigrantes deslocados forçados: uma obrigação? **Revista X**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 9-34, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/60301/36623>. Acesso em: 25 junho 2019.

LOSCO, L. N.; ALVES, L. C. Os estudos sobre migração e saúde no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. In: BAENINGER, R. et al (orgs). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2ª ed., 2018. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelana_s.pdf. Acesso em: 04 dez. 2019.

LUCENA, M. I. P. Práticas de linguagem na realidade da sala de aula: contribuições da Linguística Aplicada. **D.E.L.T.A.**, vol.31, p. 67-95, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502015000300005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 set. 2019.

LUSSI, C. Vulnerabilidade. In: CAVALCANTI, L. et al (org). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: UnB, 2017, p. 461- 468.

MAHER, T. M. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.) **Linguística Aplicada** – suas faces e interfaces. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

_____. Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira. **Currículo sem Fronteiras**, v. 10, n. 1, p. 33-48, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol10iss1articles/maher.pdf>. Acesso em: 19 março 2020.

_____. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias o Brasil. In: NICOLAIDES, C. et al. (orgs). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2013. p.117-134.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T. Para além do saber abissal: metodologias de pesquisa decoloniais. In: FINARDI, K. R. et al. **Caderno de Resumos 12º Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada: transitando e transpondo na linguística aplicada**. Vitória, ES: UFES, 2019. p. 323. Disponível em: https://alab.org.br/caderno_CBLA_vfl.pdf. Acesso em: 08 maio 2020.

_____. Decolonial: ser, estar ou fazer? **DELA** - Decolonialidade e Linguística Aplicada. Curitiba: UFPR, 2021. Disponível em: www.dela.ufpr.br. Acesso em: 26 set. 2021.

MENEZES, D. F. N. Introdução do debate das fronteiras no Brasil. *In*: BAINENGER, R; CANALES, A. **Migrações fronteiriças**. Campinas, SP: NEPO /Unicamp, 2018. p. 291. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_fronteiricas.pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

MESQUITA, R. “Diaria o fixo”: fotografias sociolinguísticas de Boa Vista – Roraima e as novas perspectivas para as pesquisas do contato linguístico na fronteira. *In*: CRUZ, A.; ALEIXO, F. (orgs). **Roraima entre línguas: contatos linguísticos no universo da tríplice fronteira do extremo norte brasileiro**. Boa Vista, RR: Editora UFRR, 2020. p. 17-47. Disponível em: <https://ufr.br/editora/index.php/ebook>. Acesso em: 20 maio 2020.

MIGNOLO, W. Desobediência Epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. **Caderno de Letras da UFF**. Dossiê Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

_____. Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento. **Sobre (de)colonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica**. Traducción de Marcelo Expósito. Instituto europeo para políticas culturales progresivas, 2011.

_____. **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Ediciones Akal, S. A, 2013.

_____. Eurocentrism and coloniality: the question of de totality of knowledge. *In*: MIGNOLO, W; WALSH, C. **On decoloniality: concepts, analytic, praxis**. Durham: Duke University Press, 2018, p.194-210.

MIGNOLO, W; WALSH, C. The Conceptual Triad: Modernity/Coloniality/Decoloniality. *In*: MIGNOLO, W; WALSH, C. **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Durham: Duke University Press, 2018, p. 135-152.

MINA, R. V.; LIMA, J. R. T. A “cordialidade” do povo brasileiro frente à imigração de venezuelanos em Roraima: uma discussão sobre a xenofobia. **Revista del CESLA**, n. 22, p. 327-346, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/2433/243360086015/html/index.html>. Acesso em: 27 maio 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 007/2018** – CEPE- UFRR, 2018. Disponível em: https://www.ufr.br/conselhos/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=251:resolucoes-2018&Itemid=403 Acesso em: 19 maio 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Edital N° 082/2019**- CPV- UFRR, 2019. Disponível em: <http://ufr.br/ultimas-noticias/5903-refugiados-imigrantes-2020-1>. Acesso em: 22 maio 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº. 1 de 13 de novembro de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembro-de-2020-288317152>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Apresentação Polícia Federal até abril de 2019**, coordenação geral de Polícia de Imigração, 2019. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/apresentacao-policia-federal-ate-abril-de-2019.pdf/view>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República do Estado de Roraima, 3º Ofício. **Recomendação nº 10/2017**. Boa Vista-RR, 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rr/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-no-10>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MIRANDA, Y. C. LOPEZ, A. P. Considerações sobre a formação de professores no contexto de ensino de português como língua de acolhimento. In: FERREIRA, L. C. et al. (orgs). **Língua de Acolhimento: experiências no Brasil e no mundo**. Mosaico Produção Editorial: Belo Horizonte, 2019, p. 17-40.

MOITA LOPES, L. P. **Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução**. D.E.L.T.A., 10 (2): p. 329-338, 1994.

_____. (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MORAIS, V. M. I; LIMA, D. M. O horizonte comunicativo da migração venezuelana na cidade de Boa Vista - RR. **Textos e debates**, n. 32, p. 199-212, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/5698>. Acesso em: 24 junho 2021.

MOREIRA, B. J.; BORBA, H. O. M. Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: uma revisão conceitual no campo das migrações. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 38, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/1613> . Acesso em: 14 maio 2021.

MORELLO, R.; SEIFFERT, A. P. Multilinguismo e ensino nas fronteiras. **Línguas e instrumentos linguísticos**. N.43, jan-jun, 2019. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao43/edicao43.html>. Acesso em: 06 dez. 2019.

MORENO FERNÁNDEZ, M.F. **Las variedades de la lengua española y su enseñanza**. Madrid: Arco/Libros, 2010.

MOTA, F. P. **Contato linguístico na fronteira Brasil/Venezuela: produções textuais de hispanos aprendizes de PLE**. 2014. 105 p. Dissertação (mestrado em Letras) - Universidade Federal de Roraima - Programa de Pós-graduação em Letras. Boa Vista, 2014.

MOURA, R. M. F.; SOUZA, M. J. M. O venezuelano invasor em Boa Vista (RR): uma análise crítica dos discursos de ódio no Facebook. **Revista X**, Curitiba, v. 14, n.6, p. 44-65, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/65739>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MUYLAERT, C. J. et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. spe2, p. 184-189, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYct/?lang=pt> Acesso em: 15 jul. 2021.

NASCIMENTO, G.; RIBEIRO, M. D. A. A língua como pátria ou a língua como direito? A identidade de um estrangeiro professor de PLE. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 24, n. 2, p. 242-262, abr.-jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/19353> . Acesso em: 03 ago. 2021.

NETO, O. C. et al. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, p. 1-26, 2002. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf. Acesso em: 06 mar. 2018.

OLIVEIRA, et al. O acesso dos imigrantes ao ensino regular. *In*: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020, p. 212- 246. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a> . Acesso em: 18 jul. 2021.

OLIVEIRA, R. Muito além de direitas e esquerdas: os giros e a densidade dos regimes democráticos na América do Sul. *In*: GONZÁLEZ M. & CRUZ D. (Eds.), **Democracia na América Latina: Democratização, tensões e aprendizados**. CLACSO, 2018, p. 52-71. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctvn96fr4> . Acesso em: 18 maio 2021.

OLIVEIRA, G. M.; SILVA, J. I. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? **Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 42, p. 131-153, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33466/19453>. Acesso em: 05 mar. 2021.

OLIVEIRA, I. A. D.; LACERDA, E. D. Migração venezuelana e xenofobia em Roraima, Brasil. *In*: BAENINGER, R; SILVA, J.C (coord); ZUBEN, C. et al (orgs). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de população – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 231-235. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelana_s.pdf. Acesso em: 04 dez. 2019.

OLIVEIRA, D. P; NASCIMENTO, A. M. Translinguajamento: pensando entre línguas a partir de práticas e metadiscursos de docentes indígenas em formação superior. **Revista A cor das letras**. Feira de Santana, v. 18, n.3, p. 254-266, set-dez, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1892>. Acesso em: 17 set. 2019.

ORLANDI, E. P. Apresentação. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. *In*: _____ (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 7-10. _____ . **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Pontes, 1987.

PAIVA, V. L. M. O. Autonomia e complexidade: uma análise de narrativas de aprendizagem. *In*: FREIRE, M. M.; ABRAHÃO, M. H. V.; BARCELOS, A. M. F. (Org.). **Linguística aplicada e contemporaneidade**. Campinas: Pontes, 2005.

PARENTE, C. M. D. Escolas multisseriadas: experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro. **Ensaio avaliação e políticas públicas em educação**, v. 22, n. 82, Rio de Janeiro, jan/março, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362014000100004. Acesso em: 19 jan. 2020.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 67-84.

PLATAFORMA DE COORDENAÇÃO PARA REFUGIADOS E MIGRANTES DA VENEZUELA. **Operação entre agências das Nações Unidas: ACNUR E OIM.** Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>. Acesso em: 02 março 2020.

POLKINGHORNE, D. E. Narrative configuration in qualitative analysis. **Qualitative Studies in Education**, v. 8, n. 1, p. 5-23, 1995.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivass Latinoamericanas.** Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REINOLDES, M.; MANDALÁ, P.S.; AMADO, R.S. **Portas Abertas: Português para imigrantes.** São Paulo: USP, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC), 2017.

REYNOLDS, J. Migração Forçada. In: CAVALCANTI, L. et al (org). **Dicionário crítico de migrações internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

RIBEIRO, S. B. C. Acolhimento intercultural e ensino de português como língua adicional nas escolas municipais de Foz do Iguaçu. **Domínios de Linguagem**, v. 12, n. 2, p. 940-973, 29 jun. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/40327>. Acesso em: 18 junho 2021.

RODRIGUES, E. **RR ocupa 1ª posição no ranking dos estados mais violentos.** Jornal Folha de Boa Vista, Boa Vista, 2019. Disponível em <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/RR-ocupa-1a-posicao-no-ranking-dos-estados-mais-violentos/53616>. Acesso em: 24 jun. 2019.

RODRIGUES, F. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 197-207, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 abr. 2020.

RODRIGUES, L. C. Atitude, imaginário, representação e identidade linguística: aspectos conceituais. **Anais do XVI CNLF**, v. XVI, n. 4, p. 356-372, 2012. Disponível em: http://www.filologia.org.br/XVI_cnlf/tomo_1/031.pdf. Acesso em: 19 jan. 2020.

RORAIMA (BRASIL). Prefeitura de Pacaraima. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. **Edital de matrícula nº 001/2014.** Pacaraima, 2014.

RORAIMA (BRASIL). Conselho Estadual de Educação. **Resolução Nº. 08/2015, de 22 de setembro de 2015.** Boa Vista, 2015. Disponível em: <http://www.cee.rr.gov.br/index.php/videos/send/13-resolucoes-2015/91-res-08-15-revalidacao-estudos-estrangeiro>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ROSA, R. de M. In: CAVALCANTI, L. et al (org). **Dicionário crítico de migrações internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

SANTOS, A. S. **Multilinguismo em Bonfim/RR: o ensino de Língua Portuguesa no contexto da diversidade linguística.** 2012. 144 p. Tese (doutorado). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília/UnB, 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro, RJ/São Paulo, SP: Editora Record, 2001.

SANTOS, I. P. ZAMBRANO, C. E. G. Percepções sobre aprendizagem e uso de língua portuguesa por indígenas venezuelanas da etnia warao refugiadas em Pacaraima/RR. **Muiraquitã** - Revista de Letras e Humanidades, v. 7, n. 2, p. 180-193, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/2903/2036>. Acesso em: 10 maio 2020.

SARMENTO, G. S.; ROGRIGUES, F. S. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. *In*: BAENINGER, R; SILVA, J.C (coord); ZUBEN, C. et al (orgs). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de população – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 242-249. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelana_s.pdf. Acesso em: 05 dez. 2019.

SHOHAMY, E. **Language Policy**: Hidden agendas and new approaches. New York: Routledge, 2006.

SILVA, C. R. Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. *In*: BAENINGER, R. et al (orgs). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2ª ed., 2018. p. 356-367.

SILVA, F. S. **A lei de cooficialização das línguas tukano, nheengatu e baniwa em São Gabriel da Cachoeira**: questões sobre política linguística em contexto multilíngue. 2013. 192 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013.

SILVA, I.; PIRES SANTOS, M. E.; JUNG, N. M. Multilinguismo e política linguística. **Domínios de Lingu@gem**, v. 10, n. 4, p. 1257-1277, 28 nov. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/57128/29833>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SILVA, J. C. J. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. **41º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu – MG, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt16-26/10744-migracao-forcada-de-venezuelanos-pela-fronteira-norte-do-brasil/file> Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. “O transbordamento no Brasil da tensão na Venezuela”. **Mundorama**. Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/34394573/O_transbordamento_no_Brasil_da_tens%C3%A3o_na_Venezuela . Acesso em: 28 maio 2021.

SILVA, J. C. J.; ABRAHÃO, B. A. Migração pela Sobrevivência – o caso dos Venezuelanos em Roraima. *In*: JUBILUT, L. L; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. O. (orgs). **Migrantes forçados**: conceitos e contextos. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2018.

SILVA, J. C. J.; PERES, V. P. S. Rentismo e crise. **Textos e debates**, n. 34, p. 23-40, Boa Vista, jan./jun. p. 23- 39, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/viewFile/6964/pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SILVA, M. V.; ZAMBRANO. C. E. G. Do global ao local no ensino de PLAc em Roraima: por uma formação de histórias locais na Universidade Federal de Roraima. **Linguagem & Ensino**, v. 24, p. 207-225, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/19276>. Acesso em: 20 abril 2021.

SILVA, P. S.; ARRUDA-BARBOSA, L. Imigração de venezuelanos e os desafios enfrentados por enfermeiros da atenção primária à saúde. **Enfermagem em Foco**, v.11, n. 2, p. 37-43, 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3091/735>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 73-102.

SILVA, P. S. R. **A violência contra os povos indígenas em Roraima – uma análise histórica a partir do jornal Folha de Boa Vista (1996 a 2005)**. 2014. p. 151. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras na Amazônia, Universidade Federal de Roraima, 2014.

SIMÕES, G. Venezuelanos em Roraima: migração no extremo norte do país. **Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**. Mundorama, 2017. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=23834>. Acesso em: 12 maio 2019.

_____. A migração venezuelana para o Brasil e as ações desenvolvidas pela CSVN/UFRR em Roraima. *In*: BAENINGER, R. et al (orgs). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepe/Unicamp, 2ª ed., 2018. p. 957-961. Disponível em: <https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.

SOARES, J. C. P.; ZAMBRANO, C. E. G. Alunos estrangeiros em contexto indígena: dificuldades no ensino de língua portuguesa em uma escola indígena de Pacaraima. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 123–131, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/271>. Acesso em: 21 maio. 2021.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 63-82.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2014.

SPOLSKY, B. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. Disponível em: <http://revel.inf.br/files/f69d74cdefbd9c6efb801010f2ac8b13.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas S.A, 2013.

WEISBROT, M., SACHS, J. **Sanciones economicas como castigo colectivo: el caso de Venezuela**. Washington DC: CEPR, 2019. Disponível em: <https://cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-05-spn.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz T. (org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 7-72.

ZAMBRANO, C. E. G. **O bilinguismo no *entre lugar* de crianças “brasileiras venezuelanas” na fronteira**. 2016. 95 p. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Letras. Boa Vista, RR, 2016.

_____. Experiências de ensino de Português como Língua não Materna em contextos de fronteira e imigração em Roraima. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2018. Anais da XIII JNLFLP. **Revista Philologus**, Ano 24, Nº 72. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez. 2018. Disponível em <http://www.filologia.org.br/> . Acesso em: 01 de maio 2020.

_____. Português como língua de acolhimento em Roraima: da falta de formação específica à necessidade social. **Revista X**. Curitiba, v.14, n.3, p. 16-32, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/60942>. Acesso em: 02 julho 2019.

_____. Español como lengua de migración en Roraima y las nuevas políticas lingüísticas horizontales y verticales. **Anais XI Congresso Brasileiro de Hispanistas**. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72670>. Acesso em: 5 jan. 2021.

ZAMBRANO, C. E. G.; REINOLDES, M. Reflexões sobre políticas de línguas e decolonialidade em contexto de migração forçada. *In*: BIZON, A.C.C.; DINIZ, L. R. A. (Orgs.). **Português como Língua Adicional em uma perspectiva indisciplinar**: pesquisas sobre questões emergentes. Campinas: Pontes, 2021. p. 195-210.

ZANFORLIN, S. **Etnicidade, Migração e Comunicação**: Etnopaisagens transculturais e negociação de pertencimentos. 2011. 186 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Rio de Janeiro, 2011.

APÊNDICE A

Temas para condução do grupo focal (venezuelanos participantes de políticas de acolhimento)

Com o objetivo de incentivar o debate, pretendo começar com a apresentação de uma notícia (pode ser de televisão, rádio ou jornal impresso) sobre políticas públicas para o acolhimento de imigrantes em Roraima.

- Que línguas vocês falam?
- Onde / Quando vocês falam cada uma dessas línguas?
- Gostam de aprender português?
- Por que estão aprendendo português?
- Como se sentem ao falar espanhol para pedir alguma informação, fazer compras ou buscar atendimento médico?
- Já notaram alguma diferença de tratamento quando falam espanhol ou quando se comunicam em português? Quando você falou em espanhol em lugares públicos houve reação, comentário sobre isso? qual? como você se sentiu?
- Você recebeu algum tipo de informação em espanhol, em instituições como postos de saúde, escolas, Polícia Federal?

APÊNDICE B

Roteiro de entrevistas professores PLA/PLAc

- Por que você decidiu dar aula de português aos imigrantes?
- Na sua opinião, qual é a importância de os imigrantes aprenderem a língua portuguesa?
- Qual era sua opinião sobre os imigrantes venezuelanos antes desse contato? Mudou algo após passar a ensinar português?
- Como você percebe o interesse deles pela aprendizagem de português?
- Você já estudou espanhol? Tem interesse em aprender a língua?
- Na sua opinião, o espanhol tem algum lugar em um curso de português para imigrantes venezuelanos?
- Qual é sua reação quando os alunos se comunicam apenas em espanhol?
- Já teve contato com outra língua falada pelos venezuelanos, além do espanhol? Como foi essa experiência?

APÊNDICE C

Roteiro de entrevistas funcionários públicos (saúde, educação, Polícia Federal, etc.)

- Quais ações têm sido implementadas para atender aos imigrantes venezuelanos?
- Os funcionários passaram por algum curso de capacitação para melhorar o atendimento a esse público?
- Existem algum tipo de orientação de atendimento diferenciado?
- Contam com equipe de tradutores? Em quais situações são usados?
- As atividades cotidianas são realizadas em que língua(s)?
- Como se dá a interação nos casos em que os venezuelanos demonstram grande dificuldade para compreender o português?

APÊNDICE D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Grupo Focal

Caro participante da pesquisa:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Representações linguísticas na imigração venezuelana em Roraima e seus efeitos sobre o funcionamento de políticas de acolhimento”, desenvolvida pela Profa. Cora Elena Gonzalo Zambrano, da Universidade Estadual de Roraima, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – POSLIN – e orientada pelo Prof. Dr. Leandro Rodrigues Alves Diniz, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O objetivo da pesquisa é compreender os vínculos entre as representações sobre as línguas e as políticas linguísticas (implícitas ou explícitas) em funcionamento em ações e serviços voltados para venezuelanos em Roraima.

Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, ficando à vontade também para desistir em qualquer momento que considerar oportuno, sem nenhum prejuízo.

Você participará de um grupo, composto por estudantes de um curso de PLAc, no qual será debatido o tema da imigração venezuelana em Roraima, momento em que todos os participantes poderão manifestar suas opiniões acerca das ações de acolhimento no estado e sobre as línguas faladas por você e sua família, caso queiram realmente manifestar-se sobre o tema. Não haverá remuneração ou despesa pela sua participação. Não havendo, portanto, nenhum tipo de ressarcimento por sua participação na pesquisa.

Seu nome e sua identidade não serão divulgados, já que usaremos nomes fictícios para preservar as identidades de todos os participantes; os áudios referentes à gravação também não serão divulgados ou tampouco aparecerão; eles serão utilizados somente como registro para que trechos relevantes para as análises sejam posteriormente transcritos. Os dados poderão ser usados em trabalhos acadêmicos e publicados em diversos meios.

Durante a participação no debate em grupo, você poderá lembrar de situações desconfortáveis para você e sua família. Caso isso ocorra, a pesquisadora prestará toda a assistência necessária e você ficará à vontade para sair do grupo; também terá a garantia de não divulgação da sua fala, caso assim o prefira.

É importante lembrar que esta pesquisa não oferecerá nenhum benefício direto ao participante, mas servirá como referência para a elaboração de políticas linguísticas menos essencialistas, que atendam melhor ao público imigrante em Roraima.

Caso surja qualquer dúvida ou problema com a pesquisa, o(a) senhor(a) poderá contatar o orientador deste trabalho, o Prof. Dr. Leandro Rodrigues Alves Diniz, pesquisador responsável pelo projeto na Faculdade de Letras da UFMG, na AV. Antônio Carlos, 6627, sala 4111, no telefone: (31) 3409-6041, email:leandroradiniz@gmail.com, ou solicitar informações sobre questões éticas no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMG, sito à Avenida Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2 andar, sala 2005, CEP: 31270-901, BH-MG, fone (31) 3409-4592, e-mail: prpq@coep.ufmg.br. Assim, se o (a) senhor (a) se sentir suficientemente esclarecido (a), solicito a gentileza de assinar sua concordância no espaço

abaixo. O termo seguirá em **duas vias** rubricadas, uma das quais ficará com você e outra com o pesquisador.

Ao assinar este termo, você não abre mão de nenhum dos seus direitos legais e não liberta os pesquisadores de nenhuma de suas responsabilidades profissionais.

Eu,..... confirmo estar esclarecido(a) sobre a pesquisa e concordo em dela participar.

Boa Vista/RR, de de 2020.

.....

Assinatura do participante

.....

Leandro Rodrigues A. Diniz (Pesquisador Responsável)

.....

Cora Elena Gonzalo Zambrano (Assistente da pesquisa)

APÊNDICE E

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - entrevistados

Caro participante da pesquisa:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Representações linguísticas na imigração venezuelana em Roraima e seus efeitos sobre o funcionamento de políticas de acolhimento”, desenvolvida pela Profa. Cora Elena Gonzalo Zambrano, da Universidade Estadual de Roraima, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – POSLIN – e orientada pelo Prof. Dr. Leandro Rodrigues Alves Diniz, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A pesquisa pretende compreender os vínculos entre as representações sobre as línguas e as políticas linguísticas em funcionamento em ações e serviços voltados para venezuelanos em Roraima.

Você será convidado(a) a responder a uma entrevista relacionada a questões sobre as línguas usadas no atendimento ao imigrante venezuelano. A entrevista será registrada apenas em áudio e por escrito, sem utilização de imagem. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem no desconforto em ter sua voz gravada, desconforto de perder tempo para responder às perguntas. Para minimizar esses riscos, serão tomadas todas as providências para que se assegure a confidencialidade e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, conforme prevê a Resolução 466/12. As medidas específicas que serão tomadas no âmbito do projeto para diminuir os riscos possíveis serão o uso de sigilo: os nomes dos participantes não serão divulgados ou tampouco aparecerão; os áudios referentes à gravação também não serão divulgados ou tampouco aparecerão; eles serão utilizados somente como registro para que trechos relevantes para as análises sejam posteriormente transcritos.

Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, ficando à vontade também para desistir em qualquer momento que considerar oportuno, sem nenhum prejuízo. Asseguro, ainda, que, ao divulgarmos algum dado da pesquisa, garantiremos o anonimato dos participantes do projeto. Caso surja qualquer dúvida ou problema com a pesquisa, o(a) senhor(a) poderá contatar o orientador deste trabalho, o Prof. Dr. Leandro Rodrigues Alves Diniz, pesquisador responsável pelo projeto na Faculdade de Letras da UFMG, na AV. Antônio Carlos, 6627, sala 4111, no telefone: (31) 3409-6041, email: leandroradiniz@gmail.com, ou solicitar informações sobre questões éticas no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMG, sito à Avenida Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2 andar, sala 2005, CEP: 31270-901, BH-MG, fone (31) 3409-4592, e-mail: prpq@coep.ufmg.br. Assim, se o (a) senhor (a) se sentir suficientemente esclarecido (a), solicito a gentileza de assinar sua concordância no espaço abaixo. O termo seguirá em **duas vias** rubricadas, uma das quais ficará com você e outra com o pesquisador.

Ao assinar este termo, você não abre mão de nenhum dos seus direitos legais e não liberta os pesquisadores de nenhuma de suas responsabilidades profissionais.

Eu,..... confirmo estar esclarecido(a) sobre a pesquisa e concordo em dela participar.

Boa Vista/RR, de de 2020.

.....
Assinatura do participante

.....
Leandro Rodrigues A. Diniz (Pesquisador Responsável)

.....
Cora Elena Gonzalo Zambrano (Assistente da pesquisa)